

CASA DE OSWALDO CRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

JÚLIO CESAR PAIXÃO SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE ESTATÍSTICA NO SEGUNDO
REINADO: PERIODISMO, DISCURSO CIENTÍFICO E CIÊNCIAS
BIOMÉDICAS NO RIO DE JANEIRO (C.1840-1870)**

Rio de Janeiro

Junho de 2017

JÚLIO CESAR PAIXÃO SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE ESTATÍSTICA NO SEGUNDO
REINADO: PERIODISMO, DISCURSO CIENTÍFICO E CIÊNCIAS
BIOMÉDICAS NO RIO DE JANEIRO (C.1840-C.1872)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências

ORIENTADOR: PROF. DR. FLÁVIO COELHO EDLER

RIO DE JANEIRO

JUNHO DE 2017

Ficha Catalográfica

S237c Santos, Júlio Cesar Paixão.

A circulação das ideias de estatística no Segundo Reinado : periodismo, discurso científico e ciências biomédicas no Rio de Janeiro (c.1840-1870) / Júlio Cesar Paixão Santos ; orientado por Flávio Coelho Edler. – Rio de Janeiro : s.n., 2018.

326 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 314-326f.

1. Estatísticas de Serviços de Saúde. 2. Âmbito da Prática. 3. História do Século XIX. 4. Brasil.

CDD 362.1

JÚLIO CESAR PAIXÃO SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE ESTATÍSTICA NO SEGUNDO REINADO:
PERIODISMO, DISCURSO CIENTÍFICO E CIÊNCIAS BIOMÉDICAS NO RIO DE
JANEIRO (C.1840-C.1872)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Coelho Edler (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ) – Orientador

Prof. Dr. Nelson de Castro Senra (ENCE/IBGE)

Prof. Dr. Alexandre Camargo (PPGSP/UCAM)

Prof. Dr. Jaime Larry Benchimol (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

SUPLENTES

Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia (Departamento de História/UERJ)

Profa. Dra. Tânia Pimenta (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2018

RESUMO

A tese trata da produção de estatísticas entre 1840 e 1870 no Brasil, especialmente das estatísticas médicas. Tomando como base os estudos sobre as relações entre a centralização e a descentralização num modelo de monarquia corporativa empreendidos por António Hespanha, analisa a formação das estatísticas brasileiras em relação a uma tradição de Estado português que tinha suas formas próprias de organização e organização das informações. Ao longo da tese, se defende a posição sob a qual existiam estatísticas no período estudado, contudo, elas eram organizadas de forma descentralizada e sem uma padronização definida. Contudo, isso não significa que não existiam estatísticas. Apenas que não existia um modelo centralizado de estatísticas, desejado por alguns personagens históricos da época.

Ao examinar as estatísticas médicas, a tese apresentará o desenvolvimento do uso de números na medicina brasileira sob dois aspectos. De um lado, as quantidades eram utilizadas para contar o número de doentes que entravam e saíam dos hospitais e instituições médicas, dos que faleciam e dos que se curavam. Isso poderia servir tanto para uma descrição da atividade, quanto para justificar o acerto de uma determinada organização administrativa. De outro, a aritmética aplicada a medicina era uma forma de comprovação da eficácia terapêutica das teorias e práticas médicas do período. Nos debates sobre as estatísticas e as estatísticas médicas, nesse período, muitos significados eram negociados e se construía. As estatísticas médicas brasileiras se desenvolviam e se colocavam como uma forma de atingir a modernidade e o progresso.

ABSTRACT

The thesis deals with the production of statistics between 1840 and 1870 in Brazil, especially medical statistics. Based on the studies on the relations between centralization and decentralization in a model of corporate monarchy undertaken by António Hespanha, it analyzes the formation of Brazilian statistics in relation to a tradition of Portuguese State that had its own forms of organization and organization of information. Throughout the thesis, the position is defended under which there were statistics in the studied period, however, they were organized in a decentralized way and without a defined standardization. However, this does not mean that there were no statistics. Just that there was no centralized model of statistics desired by some historical characters of the time.

When examining the medical statistics, the thesis will present the development of the use of numbers in Brazilian medicine in two aspects. On the one hand, quantities were used to count the number of patients entering and leaving hospitals and medical institutions, those who died and those who were cured. This could be used both for a description of the activity and for justifying the correctness of a particular administrative organization. On the other, arithmetic applied to medicine was a way of proving the therapeutic efficacy of the medical theories and practices of the period. In the debates on statistics and medical statistics, in that period, many meanings were negotiated and constructed. Brazilian medical statistics developed and became a way of achieving modernity and progress.

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	10
O estudo da história das estatísticas e do discurso quantificador no mundo e no Brasil	18
Os conceitos de estatísticas e sua apropriação nas ciências biomédicas no Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado	24
Capítulo I – O nacional-estatal internacionalizado, ou as estatísticas de objeto nacional à ciência internacional	34
1.1. As estatísticas nascem como conhecimento local	36
1.2. A tradição portuguesa e as estatísticas do Império Português	45
1.3. Estatísticas brasileiras como construção localizada e descentralizada	56
1.4. Estatísticas como ciência internacional no século XIX	64
Capítulo II – Da ausência de quantificação à discussão sobre sua importância (c.1840 – 1849)	73
2.1. Os periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional como fontes primárias: fontes oficiais e não oficiais no século XIX	75
2.2. A vitória do movimento do Regresso, a organização do Segundo Reinado e a circulação das ideias de estatística	80
2.3. O conceito de estatísticas nas ciências biomédicas: comprovação científica, eficácia terapêutica e legitimação científica	99
2.4. O debate acerca do discurso das estatísticas médicas	108
2.5. Estatísticas contra estatísticas, Alopata e Homeopatia: contraposição e convivência de terapêuticas	134

Capítulo III – A recepção de <i>Do Clima e das Doenças do Brasil</i> , ou estatística médica deste império, de J-F Xavier Sigaud		158
	3.1. Sigaud e o debate sobre as estatísticas médicas nas décadas de 1830 e 1840	161
	3.2. A Estatística Médica do Brasil, sob a visão de Sigaud: uma síntese do pensamento higienista brasileiro da época	169
	3.3. A recepção de <i>Do Clima e das Doenças do Brasil, ou estatística médica deste império</i> , de J-F Xavier Sigaud	178
Capítulo IV – Entre vitórias e derrotas: estatísticas do Rio de Janeiro, epidemia de febre amarela e censo de 1851 (1849- 1851)		192
	4.1 A virada da década de 1850 e o domínio conservador	193
	4.2 Dr. Haddock Lobo, médico responsável pelas estatísticas populacionais do Rio de Janeiro de 1849	200
	4.3 A epidemia de febre amarela de 1850 e a desilusão dos médicos sobre o controle das doenças	222
	4.4 A tentativa frustrada do censo de 1852: modernidade e resistência ao controle estatal centralizado	242
Capítulo V – O crescimento da institucionalidade das estatísticas médicas		258
	5.1. Da política de conciliação ao debate político e social da década de 1860	260
	5.2. O crescimento de publicação de estatística: hospitais, instituição policial, escolas de medicina, justiça e as estatísticas médicas	263
	5.3.As estatísticas médicas do Hospício de Pedro II	282
	5.4. Geografia médica e a produção de uma nova estatística médica do Império em língua francesa	296

Conclusão		299
	Estatísticas brasileiras entre 1840 e 1870: descentralização e falta de padronização nas instituições brasileiras	300
Fontes Primárias		302
Bibliografia		310

Introdução

Atualmente, as estatísticas e outras quantificações ganham relevo nas decisões sobre políticas públicas, nos debates sobre questões sociais e nas abordagens midiáticas sobre a realidade. Contudo, em muitos casos, tomam-se os números como afirmações da verdade sobre os fatos naturais e sociais. Através da linguagem matemática, calcula-se o bem estar da população como um objeto tecnicamente neutro. Nas últimas eleições, os principais candidatos afirmavam que poderiam resolver os problemas da população, pois tinham, ao seu lado, “especialistas técnicos nos assuntos” ou eram “bons gestores técnicos”. É sintomática a reedição em 2016 do livro *Como mentir com estatísticas* (1954), de Darrell Huff, com prefácio do chefe de departamento de informática e estatística da UFSC e com a seguinte citação de Bill Gates na capa: “mais relevante que nunca”¹. Sem cair no simplismo de considerar estatísticas e discursos científicos como mentiras, esta tese de doutorado buscará compreender a formação do discurso estatístico no século XIX, a partir do campo das ciências biomédicas.

Os objetivos gerais dessa análise serão: (a) Historicizar o conceito de estatística nas ciências biomédicas, no período entre o início da produção de estatísticas nas enfermarias, clínicas e hospitais (década de 1840) e o início da utilização do conceito de epidemiologia (final da década de 1860 e década de 1870); (b) Analisar as controvérsias científicas envolvendo o conceito de estatística no campo das ciências biomédicas, através de sua conceituação e de seus usos e práticas; (c) Compreender a formação de espaços de ciência e a institucionalização das estatísticas no contexto médico do Rio de Janeiro durante as quatro primeiras décadas do segundo reinado.

Essa tese marca sua originalidade no Brasil pela compreensão do discurso estatístico como objeto histórico, construído e reconstruído em cada época, em diversos ambientes e círculos sociais. Desta forma, analisar os usos do conceito de estatística, tanto dentro dos discursos estritamente estatais quanto em periódicos e impressos que extrapolam a formalidade do Estado, torna-se importante para demonstrar a diversidade de posições e impasses pelas quais passaram as estatísticas. As práticas discursivas das estatísticas devem ser entendidas aqui como uma visão metódica e parcial da realidade, ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa.

¹ HUFF, Darrell; GEIS, Irving. *Como mentir com estatísticas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

A historiografia das estatísticas tem concentrado seus esforços em entender a formação das faculdades e cursos de estatísticas e na compreensão das estatísticas como a forma do Estado observar e planejar suas atividades². A proposta original da tese está em avançar para além do estritamente estatal – dos censos e contagens feitas pelo Estado centralizado – para propor que os discursos e as práticas da estatística são construídos e reconstruídos nas dinâmicas sociais, através da circulação das ideias relativas a este conceito. Assim, tanto os homens de Estado, em sua função pública ou em suas atividades privadas, quanto homens de ciência, literatos e outros intelectuais externos às instituições estritamente estatais, nas relações de força discursiva e na prática de produção de ideias, conformavam as definições de estatística, seus usos e práticas.

Nessa tese, pretendo analisar o conceito de *estatística* a partir de sua enunciação e de seu uso por diferentes atores sociais da época. Para tanto, identifico este termo pela designação de conceito, tal qual compreendido por Koselleck. Segundo o historiador alemão,

conceitos sociais e políticos contém uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. (...) A transformação de uma palavra em conceito pode, também ter um caráter homogeneizante, conforme seu uso na língua examinada. (...) O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela³.

No caso do conceito analisado, não resta dúvida sobre a polissemia da estatística no século XIX. O próprio sentido do termo estava sendo construído pelos estudiosos da estatística neste período. Mas, para além disto, os sentidos do conceito de estatística estavam sendo disputados nos próprios usos e práticas relacionados a ela pelos mais diversos personagens sociais e políticos. As diversas circunstâncias político-sociais e empíricas em que o termo era empregado no cenário brasileiro se agregavam a palavra,

² Me refiro aqui aos estudos de Paulo Pardal, M. Gama, Carlos Alberto Dantas, Augusto Gadelha, Clóvis Pereira da Silva sobre a formação das faculdades e cursos de estatísticas e, principalmente, à História das Estatísticas Brasileiras de Nelson Senra. Essas obras serão apresentadas na próxima seção da introdução.

³ Koselleck, R. História dos Conceitos e História Social. In.: _____. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Ed.PUC-Rio:Contraponto, 2006. p. 108-09.

produzindo o conceito de estatística nas dinâmicas sociais. Assim, a circulação do conceito de estatística produzia diversas abordagens e sentidos.

Para a análise da circulação das ideias científicas, e do conhecimento de forma geral, utilizo o ponto de vista de Peter Burke, em *Uma História Social do Conhecimento*. Ao dividir as práticas do conhecimento entre “colher”, “analisar”, “disseminar” e “empregar”, orientou uma leitura das fases de circulação do conhecimento pela sociedade, sem esquecer que nestes últimos três séculos muitos conhecimentos também foram “perdidos”, “ocultados”, “destruídos”, “descartados” ou “divididos”⁴. Para Burke, relendo Kapil Raj,

as pessoas e os grupos selecionam o que lhes interessa ou o que julgam precisar. Em vez de uma transmissão em sentido único, mais vale pensar na circulação de conhecimentos em termos de uma “negociação” de informações e ideias ou de um diálogo (por vezes, um diálogo de surdos). Uma consequência importante desta visão é que inevitavelmente se embaça a diferença entre produzir novos conhecimentos e transmitir velhos conhecimentos. Muitas vezes a inovação é uma espécie de bricolagem, uma reconfiguração de conhecimentos que resulta de um contato entre culturas diferentes.

Ao correr por diferentes meios ou linguagens, a informação passa por filtros ou, mais exatamente, por pessoas. (...) De toda maneira, a mesma mensagem pode ser entendida de maneira diferente por diferentes grupos ou indivíduos, que muitas vezes têm seus próprios objetivos, utilizando o conhecimento de maneiras jamais imaginadas pelos comunicadores originais⁵.

Desta forma, entendo que o conceito e as ideias de estatística não podem ser analisadas sem uma análise detida das apropriações deste discurso e das negociações de sentido envolvidas no circuito.

Para tanto, as fontes primárias fundamentais serão os periódicos do Segundo Reinado, digitalizados no acervo da Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional. Além desse periódicos, utilizarei teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, existentes no

⁴ Me refiro aqui principalmente ao volume II, lançado no ano de 2012, à forma metodológica de seu ensaio sobre o conhecimento da Enciclopédia à Wikipédia. BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento*. RJ: Zahar, 2012.

⁵ BURKE, 2012, p. 113-114. Burke cita em nota, explicitamente, *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*, de Kapil Raj.

acervo da Biblioteca de Obras Raras da Fiocruz, e os documentos oficiais brasileiros, que se encontram em sites governamentais e no site da Universidade de Chicago. Também serão utilizados outros impressos do período: tratados estatísticos produzidos, livros que utilizavam o discurso sobre quantificações em seu argumento, almanaques e anuários estatísticos e os relatórios e discursos de homens de Estado⁶. Sem embargo, utilizarei outras fontes primárias e secundárias para a fundamentação do objeto no seu tempo histórico.

No tocante a imprensa, em especial ao periodismo brasileiro do século XIX, os estudos de Marco Morel possibilitam o entendimento da imprensa brasileira no período como um espaço complexo de marcação e ordenamento da

cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava a fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanke a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa⁷.

Através dos periódicos é possível, de acordo com Morel, perceber as vozes, os espaços, a sociabilidade e os posicionamentos sociais do período imperial, levando-se em consideração que, neste momento, os impressos eram a principal forma de se posicionar sobre as questões políticas e sociais⁸. No caso específico dos periódicos médicos da primeira metade do século XIX, de acordo com Ferreira, estes cumpriram um papel de

⁶ Com os recursos atuais da informática, muitas obras do século XIX estão sendo digitalizados com tecnologia de reconhecimento de caracteres (OCR), possibilitando pesquisas por palavras dentro dos livros, jornais e revistas. Através de pesquisas nas bases <hemerotecadigital.bn.br> e <brasiliana.usp.br> foi possível localizar diversas fontes que citavam o discurso estatístico ou quantificador, ou ainda que faziam considerações sobre estes.

⁷ MOREL, M. “Os primeiros passos da palavra impressa.” In.: MARTINS, A; LUCA, T. *História da Imprensa no Brasil*. SP: Contexto, 2012. P. 25. Sobre o assunto ver também MOREL, M; BARROS, M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. RJ: DP&A, 2003.

⁸ MOREL, M.; BARROS, M. Op. Cit, p. 103-106.

construtores pioneiros da legitimidade social da medicina, mesmo diante de suas fragilidades e heterogeneidades⁹.

Não obstante, somente será possível perceber estas vozes através de uma leitura do passado mais próxima de seus próprios termos. Aqui, os estudos de Skinner e de Koselleck se cruzam no intuito de perceber os homens do passado sob o seu próprio vocabulário político. As reflexões sobre a história das ideias políticas, na abordagem collingwoodiana inglesa, produzidas por Richard Tuck, favorecem a percepção de que não será possível entender o passado sem compreender os textos como frutos de seu próprio tempo. Porém, também não se deve perder de vista a História das ideias políticas da atualidade como um produto do presente, vinculado a valores sociais contemporâneos. Tuck considera, portanto, que embora não se deva por em dúvida a possibilidade de uma escrita da história do pensamento político, ao final o historiador deverá fazer algum julgamento particular em cada estudo¹⁰. Esta seria a linha tênue entre a possibilidade de conhecer o passado por seus próprios termos e a motivação do historiador do tempo presente em conhecer o passado.

Assim, compreender a estatística no século XIX significa perceber os significados da estatística no seu próprio tempo, através da produção de quantificações pelo Estado ou fora deste âmbito, através das citações a estatísticas e através das apropriações do discurso estatístico e quantificador pelos homens de Estado e médicos brasileiros do período. A abordagem da intelectualidade busca compreender a cultura, tal qual Peter Burke em seus estudos, como altamente flexível, e por isso mesmo de difícil definição, levando em conta a coexistência entre diversas formas de abordagem do fenômeno intelectual e a comunicação e interação entre os pensamentos de Skinner, Koselleck e novos estudos sobre a História Cultural das Ideias¹¹. Pensar a estatística e as quantificações¹² no século XIX é analisar um objeto complexo, em constante controvérsias, não solidificado, que pode ter várias aparências, abordagens, teorias e organizações.

⁹ FERREIRA, L. O. *O nascimento de uma instituição científica: o periodismo médico brasileiro da primeira metade do século XIX*. Tese de Doutorado – Departamento de História da FFLCH-USP. São Paulo, 1996.

¹⁰ TUCK, R. “História do Pensamento Político.” In.: BURKE, P. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. SP: Unesp, 2011. p.295-296.

¹¹ BURKE, P. *La historia intelectual em la era del giro cultural*. Prismas, Revista de historia intelectual. N. 11, 2007. p. 164. Sobre a abordagem da história do conhecimento de Burke ver também: BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento*. 2 vols. RJ: Zahar, 2003-2012, principalmente a abordagem metodológica do segundo volume, que analisa o conhecimento a partir de sua colheita, análise, disseminação, e emprego, perda e divisão, ou seja de sua trajetória cultural na sociedade.

¹².

Aqui entendemos inicialmente estatística como a ciência do Estado, como uma descrição com aspectos quantitativos e qualitativos do que existe dentro das delimitações de fronteiras do país. De outro lado, o termo quantificações é utilizado para designar a construção de visualizações da realidade através de números. O uso de duas categorias é importante para fazer perceber a diferença entre a estatística como descrição da realidade existente no início do século XIX da ideia de estatística que temos hoje, quando as estatísticas viraram praticamente um sinônimo de quantificação da realidade. Esse deslocamento se concluiu na virada do século XIX para o século XX.

Nesta tese, buscaremos iluminar esse objeto do passado principalmente através de duas perspectivas de abordagens. Por uma dessas abordagens, as estatísticas eram uma descrição da delimitação do que existe, partindo-se de categorizações criadas pelos atores sociais envolvidos. Em outro enfoque, as quantificações e matematizações foram apresentadas pelos personagens históricos da época como uma possibilidade de comprovação da eficácia terapêutica de determinado medicamento, organização hospitalar ou método de cura.

Contudo, o período estudado é um período de transição e mudança do significado das estatísticas. Assim, por vezes os próprios personagens utilizavam o termo estatística médica para essas quantificações e matematizações de eficácia terapêutica. Na prática, isto comprova as teorias dos campos da História dos conceitos e da História cultural das ideias sobre a flexibilidade da cultura e das categorias na prática social. Desta forma, temos dois objetos diferenciados que se cruzavam na prática médica, no debate sobre as estatísticas na medicina do Segundo Reinado.

Ao contrário desta visão complexa das estatísticas, elas são apresentadas na atual conjuntura como uma referência na busca da objetividade nas ciências e na vida pública. O prefácio de *Estatística aplicada às Ciências Humanas e ao Turismo*, de José Kirsten e Wilson Rabahy, é um exemplo do discurso atual, que coloca as estatísticas como “ferramenta fundamental em toda investigação acadêmica (...) para dar validade científica às pesquisas e experimentações”¹³.

Nas mais diversas atividades políticas e midiáticas, temos exemplos de dados quantitativos, estatísticas, índices que evidenciam a importância do discurso

¹³ KIRSTEN, José T.; RABAHY, Wilson A. *Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. IX.

quantificador no mundo atual: IDEB, conceito do ENADE, número de teses e dissertações em programas de pós-graduação, dados sobre crimes e saúde pública, etc. As estatísticas assumiram a função de agregar coletividade ao discurso, deixando de ser um discurso que fala das individualidades para ser um discurso que pode falar sobre o coletivo ou em alguns casos que fala pelo coletivo. Segundo Senra, “o processo de elaboração das estatísticas desconstrói as individualidades integrantes de coletividades previamente idealizadas, para, ao fim e ao cabo, reconstruí-las como individualizações”¹⁴.

A presente tese é relevante pela possibilidade de alargar o espaço de experiência e de entendimento do que são as práticas discursivas e não discursivas ensejadas pelas estatísticas, de como elas são produzidas e da utilização de seus resultados. No início do século XXI, cada vez mais se buscam números e metodologias científicas para afirmar a veracidade de argumentos sociais, a efetividade de políticas públicas e a necessidade de ações estatais específicas.

Ao me referir ao conceito de espaço de experiência estou seguindo Koselleck na sua relação entre o *espaço de experiência* como “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, [e] se fundem tanto à elaboração racional quanto às formas inconscientes de comportamento” e o *horizonte de expectativas* enquanto “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade” sobre o futuro. A relação entre estas categorias seria o entrelaçamento entre o passado e o futuro no presente, que forjam o tempo histórico e dirigem as ações concretas no movimento social e político¹⁵.

Neste contexto, se toma o discurso estatístico como um dos discursos que buscam se legitimar enquanto capazes de produzir um retrato verdadeiro do todo social. Compreender o discurso estatístico como histórico, construído e reconstruído, torna-se fundamental para a agenda de debates atual, pois evidencia questionamentos à forma quantitativista e muitas vezes simplificadora das estatísticas.

Assim, entender os conceitos e usos das estatísticas ao longo do tempo é importante para construir uma percepção mais complexa das estatísticas, de suas formulações e práticas. No atual contexto, em que o Estado Brasileiro, organizações não governamentais e outros agentes sociais buscam afirmar suas percepções políticas e suas

¹⁴ SENRA, N. O saber e o poder das estatísticas: uma História das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as ciências. RJ: IBGE-CDDI, 2005, p. 16.

¹⁵ KOSELLECK, Op. Cit., 2006, p. 305-327

formas de fazer pela quantificação, através de índices, provas quantitativas, mensurações e fórmulas econométricas, desenrolar o fio de Ariadne das estatísticas é fundamental para perceber, para além do labirinto de números, uma humanidade que os constrói e outras formas de percepção da realidade.

~~~~~

## **O estudo da história das estatísticas e do discurso quantificador no mundo e no Brasil**

Desde a primeira metade do século XIX, as estatísticas foram paulatinamente se fixando como uma forma de descrever e analisar questões biomédicas, sociais e políticas. Esta utilização dos dados quantitativos tem suas raízes ainda no século XVIII, contudo foi na segunda metade dos oitocentos que o pensamento e o discurso quantitativo passaram a buscar espaço na metodologia dos debates sociais. Não obstante, isto não significa que nesse século as estatísticas e quantificações fossem unanimidades.

Na visão de Friedrich Nietzsche sobre as estatísticas aparece claramente a ambiguidade deste discurso. Nos seus fragmentos sobre a objetividade e a cientificidade da História, existem dois trechos sobre o assunto:

II. 1 29[41]375-376. A estatística prova que existem leis na história. Ela prova inclusive a vulgar e repugnante uniformidade da massa. Por que não vão praticar a estatística em Atenas?! Vocês sentiriam logo a diferença! Quanto mais a massa é vil e indiferenciada, mais a estatística é rigorosa. Mas logo que a multidão é de uma liga metálica mais fina e mais nobre, (...) no mundo dos grandes espíritos, vocês não podem mais contar (...). Abandonem toda a esperança, vocês que procuram aqui uma lei! Assim, ainda que existam leis na história, elas não têm nenhum valor, não mais do que a própria história, quer dizer, aquilo que aconteceu.

II. 1 29[139]421 A estatística não considera os grandes personagens que atuam no palco da história, mas apenas os figurantes, o povo, etc.<sup>16</sup>

Percebemos nestes extratos, ao mesmo tempo, a estatística como algo que leva em consideração os figurantes e o povo, em detrimento dos grandes personagens, e a estatística como algo que não pode ser feita com homens de mentalidade refinada, com

---

<sup>16</sup>NIETZSCHE, F. Escritos sobre a História. RJ: PUC-Rio; SP: Loyola, 2005, pp. 292 e 299.

homens reflexivos, pensantes, idiossincráticos. Para Nietzsche, a estatística prova a uniformidade vulgar e repugnante da massa, mesmo que a lei estatística da história não tenha nenhum valor superior à própria leitura da história. Como veremos ao longo da tese, não era apenas esse filósofo idiossincrático que questionava as possibilidades de análises das estatísticas: os próprios médicos da época faziam questionamentos ao seu uso. No século XIX, a discussão das estatísticas e das quantificações era uma das tônicas do momento.

A bibliografia dos últimos 60 anos tem refletido sobre o século XIX como um momento de solidificação do pensamento quantificador e sobre as estatísticas e quantificações enquanto discursos construídos, baseado em premissas científicas, que devem ser analisados. Esta abordagem ganhou fôlego principalmente após os processos históricos do Nazismo, da Segunda Guerra Mundial e do uso de números neste período para a comprovação de fatos. As ciências mostravam-se como possibilidades de destruição mundial. Logo, fazia-se necessária a crítica a esta atividade social. A crença na ciência foi abalada, gerando grandes críticas aos princípios científicos.

Um dos primeiros livros, construídos como uma crítica ao uso indiscriminado das estatísticas nesse período, foi *How to Lie with Statistics*, de Darrell Huff e Irving Geis, com primeira edição em 1954. Nesta obra, através de um discurso contundente e de charges, os autores afirmam mostrar como mentir com estatísticas, para que os homens honrados não sejam enganados, pois “a linguagem secreta das estatísticas, tão atraente para uma cultura que é apoiada pelos fatos, é utilizada para provocar sentimentos, falsear, confundir e simplificar em demasia”. Para os autores, os termos e métodos estatísticos são necessários para informar dados em larga escala, mas sem escritores que utilizem estes dados com honradez e precisão e sem leitores que saibam o que significam, os resultados quantificados são pura semântica desprovida de sentido<sup>17</sup>.

Como seguimento deste contexto, surgia a sociologia e a história das estatísticas, uma forma de analisar o discurso científico quantificado. Em 1965, com *Logic of Statistical Inference*, Ian Hacking iniciava uma investigação de décadas sobre os princípios do raciocínio estatístico e a formulação de uma ontologia histórica. As inferências estatísticas seriam formadas, paulatinamente, na união de uma complexidade

---

<sup>17</sup> Tradução minha da versão em espanhol. HUFF; GEIS, 2001, p. 6-7.

de conceitos inexistentes até o século XVII, como prova aritmética e análise<sup>18</sup>. Em *Taming of Chance*, o autor procurou demonstrar a influências das estatísticas no modo como as pessoas são entendidas, governadas e veem a si mesmas. Nas décadas seguintes, diversos autores passaram a investigar aspectos filosóficos, históricos e sociais das estatísticas<sup>19</sup>.

Stephen Stigler procurou fazer a história das estatísticas, focado na ideia de análise dos conceitos e métodos estatísticos. Investigando a formulação de conceitos matemáticos em seus aspectos técnicos e em sua relação com aspectos socio-históricos, o autor procurou compreender a recepção de um método para medir a incerteza e desenvolver padrões em diversos campos da ciência e da vida social. Em alguns casos, segundo o autor, os debates e controvérsias dos campos de saber produziram conceitos pelas disputas pessoais e formação de escolas científicas<sup>20</sup>. Cabe destacar que a interpretação de Stigler, do Departamento de Estatística da Universidade de Chicago, coloca sua ciência como absolutamente necessária, onde a controvérsia aparece como inibidora da ciência, como um freio ao desenvolvimento dos conceitos e métodos.

Theodore Porter, com *Trust in Numbers* e *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*, afirmou o crescimento do pensamento estatístico e da confiança em números como a busca da objetividade nas ciências e na vida pública. Segundo o autor, viveríamos numa cultura da objetividade, que raramente é criticada no âmbito das ciências, e é altamente questionada no âmbito político e dos negócios, onde existe um senso de que o conhecimento quantitativo é de grande valor para o conhecimento da realidade. Contudo, esta ideia foi construída ao longo do século XIX, principalmente por elementos da burocracia e pela classe política. Neste bojo, o esforço pela construção de medidas padronizadas e regras no uso dos números criaria a possibilidade de estruturar a tecnocracia nas intervenções sociais, num ambiente de confiança e impessoalidade.

---

<sup>18</sup> HACKING, 1976; HACKING, 2009. Segundo Hacking, o termo “ontologia histórica” é uma generalização que contemplaria diversas investigações do passar a existir, do histórico, que se aproximaria de Michel Foucault em seus primeiros empreendimentos arqueológicos do saber. HACKING, 2009, p. 17. A proposta de Hacking não pode ser descolada do seu lugar de produção, o grupo *Ideias em Contexto* da Universidade de Cambridge, que tinha como principal liderança Quentin Skinner (ver na parte Princípios Teórico-Metodológicos).

<sup>19</sup> HACKING, 1990.

<sup>20</sup> STIGLER, 1999; STIGLER, 1986.

Embora, estivesse ainda muito longe de existir um controle social e científico destes conceitos<sup>21</sup>.

Neste debate, Mary Poovey mostrou como um fato moderno foi construído a partir de diversas possibilidades dos séculos XVI ao XIX. A redução à mínima observação, à mínima partícula de informação, foi o parâmetro da noção de fato, oposta à teoria, à generalização. As formulações do cálculo e quantificações econômicas e contábeis serviram para formar a ideia de representação quantificada destes fatos. Com este contexto, foi possível formar uma noção de corpo social, de população, baseada em protocolos de conhecimento e tecnologias de representação. A autora se refere à relação entre economia, política e cultura, através das estatísticas e quantificações, que fundava a cultura inglesa da era vitoriana, com base no conhecimento e na ação sobre a população. Porém, não foi uma criação simples, mas uma construção ao longo de todo o século XIX, que necessitou da produção de um espaço social, de estudos de biomedicina, do desenvolvimento de técnicas administrativas e de uma formação psicológica da população<sup>22</sup>. Esse debate internacional carece de discussão em âmbito nacional.

Em algumas produções, os departamentos de estatísticas das universidades brasileiras têm se dedicado à história de seu fazer sob a perspectiva de uma história das ideias científicas onde a produção de livros, teses e conceitos científicos por pensadores “autorizados” garantiria o seu uso internacionalmente. E a não existência destes autores em determinado debate colonial ou imperial denotaria o atraso intelectual e cultural brasileiro. Outros enfoques apresentam o desenvolvimento do ensino de matemática e estatística nas Academias Militares e na Escola Politécnica como evidência da existência de um debate estatístico no Império, contudo, muito focado nas questões políticas, e pouco técnico-conceitual. Em outros casos, o foco está na criação das universidades e dos cursos universitários de matemática e estatística<sup>23</sup>.

No campo da história das ciências e da saúde, de forma geral, muitos autores procuram citar e refletir sobre as estatísticas, contudo sem grandes proposições conceituais. Poucos exemplos, nas teses de Flávio Edler e de Jaime Benchimol,

---

<sup>21</sup> PORTER, 1995. PORTER, 1988. O autor, que iniciou suas pesquisas buscando fazer uma história moderna das quantificações sociais, acabou modificando seu foco para a cultura da burocracia e a história dos grupos profissionais. Neste sentido, as “descobertas dos métodos quantitativos” é uma prática administrativa, entre poder e tecnologia.

<sup>22</sup> POOVEY, 1995. POOVEY, 1998.

<sup>23</sup> PARDAL, 1993; GAMA, s/d.; DANTAS, s/d.; GADELHA, 2004; SILVA, 1992.

construíram reflexões sobre a entrada do discurso quantificador na biomedicina. O ensaio de Celia Szwarcwald e Euclides de Castilho “Os Caminhos da Estatística e suas incursões pela Epidemiologia” procurou inserir a discussão de vários dos temas aqui abordados no campo, porém sem repercutir em outros trabalhos. Desta forma, a presente tese procura aprofundar estas discussões na área.

Por último, e fundamental para esta análise, a obra e os esforços de Nelson Senra procuraram divulgar e formar uma linha de pesquisa histórica a respeito das estatísticas no IBGE e de uma forma mais geral entre a comunidade acadêmica nacional<sup>24</sup>. Senra conceituou as estatísticas como “complexas objetivações”, altamente necessárias, pois sem estas não seria possível conhecer a sociedade como um todo, mas apenas as visões individuais. As estatísticas configurariam tecnologias de distância, tornando as realidades conhecidas, pensáveis e potencialmente governáveis. Assim, as quantificações seriam fundamentais para a sociedade, e por isso mesmo dever-se-ia refletir sobre elas<sup>25</sup>.

Como podemos verificar, embora a perspectiva de Senra tenha competentemente trazido à luz a sociologia das estatísticas no ambiente brasileiro, tem limitações que devem ser questionadas. A primeira está na ideia de racionalidade instrumental da estatística como “a marcha inexorável do progresso”, onde “oferecia-se um discurso de verdade, aceito sem grande polêmica”<sup>26</sup>. A segunda objeção está no tocante à falta de métodos e rigor, onde nos primeiros tempos “os números produzidos o eram de modo claudicante”, pois “faltava a vontade política dos Estados em constituir a necessária institucionalidade; os Estados hesitavam em adotar e assumir estruturas especialistas, por mais que quisessem constituir uma racionalidade instrumental”<sup>27</sup>. Esta interpretação apresenta primeiro uma visão da ciência que caminha, mesmo que lentamente, sem reveses nem grandes polêmicas. Por outro lado, de modo anacrônico, procura no passado a especialização, as motivações, a institucionalidade e a racionalidade do presente no passado, culpando a “falta de vontade política” pela não aplicação destes conceitos. Assim, sua história das estatísticas vê o período do século XIX como um momento de

---

<sup>24</sup> Meu primeiro texto a respeito, na disciplina “História e Historiografia das Ciências”, com o prof. Flávio Edler no mestrado da Casa de Oswaldo Cruz, no primeiro semestre de 2006, é devedor do esforço de divulgação de Senra, que produzia artigos e organizava reuniões para divulgar a história das estatísticas como um programa de pesquisa.

<sup>25</sup> SENRA, 2005, partes 1 e 2.

<sup>26</sup> SENRA, 2005, pp. 18, 32 e 77.

<sup>27</sup> SENRA, 2005, p. 19.

“estatísticas desejadas”, como se as aspirações do hoje fosse idêntica àsquelas do passado<sup>28</sup>.

~~~~~

²⁸ Sobre uma crítica da história dos conceitos e da história das ideias políticas a esta postura, veja a seção Princípios Teórico- Metodológicos mais a frente.

Os conceitos de estatísticas e sua apropriação nas ciências biomédicas no Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado

A História das Estatísticas é um objeto fundamental para a compreensão da História das Ciências e em especial da História das Ciências Biomédicas. Isto por que, ao longo do século XIX este discurso foi debatido, criticado e se firmou como uma metodologia de pesquisa científica e biomédica. A medição de características climáticas, de ocorrências de doenças, de atitudes dos doentes, de características físicas e psíquica dos doentes e a construções de discursos sobre comportamentos desviantes baseados em quantificações foram uma das formas das ciências biomédicas fortalecerem seu discurso de racionalidade ao longo daquele período. Construía-se naquele século diversos campos como o higienismo e a epidemiologia²⁹. E ao mesmo tempo, terapêuticas como a homeopatia e a dosimetria procuravam se firmar, com base em quantificações³⁰.

Na lógica conceitual das ciências daquela época, muitas vezes as quantidades foram utilizadas como argumento de força nos discursos político-científicos, buscando reforçar a posição de determinados campos, especialidades e conceitos de ciência. No período regencial brasileiro (1831-1840), encontramos as primeiras tentativas de defender a produção de estatísticas médicas no país. Em 1832, Sigaud apresentou, na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro trabalho a respeito das estatísticas médicas, contudo não teve apoio desta sociedade naquele momento. Embora essa utilização de números na Europa e nos Estados Unidos da América tivesse começado no início do século XIX, no Brasil, a argumentação quantitativa surge mais fortemente a partir da década de 1840.

A virada da década de 1830 para a década de 1840 marcou o surgimento e a consolidação do movimento do regresso conservador, que pretendia recentralizar o Brasil e construir uma nação forte e com organização administrativa moderna. Por modernidade, se entendia na época a aplicação dos melhores métodos e formas de organização que existiam na Europa e nos EUA. Num momento de grande turbulência política e social, o

²⁹ JORLAND; OPINEL; WEISZ, 2005. A utilização do conceito de “epidemiologia” se deu no Brasil somente a partir da década de 1870.

³⁰ No tocante a homeopatia, praticantes como Carlos Chidloe produziam dados quantificados para comprovar eficácia. CHIDLOE, 1858. No campo da dosimetria, um guia foi produzido por José de Góes e Siqueira, com sua origem, introdução no Brasil e vantagens. SIQUEIRA, 1881. Sobre estas possibilidades de quantificar no campo das doenças, Machado de Assis publicou uma crônica altamente irônica em 2 de julho de 1883 na Gazeta de Notícias. ASSIS, 1994.

controle do Estado sobre a população era fundamental. Administrar através de números era uma das práticas políticas mais modernas vindas dos países do norte.

No início da década de 1840, Luiz Vicente de Simoni iniciou o trabalho de formulação de estatísticas médicas do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Contudo, foi com a publicação de *Du Climat et des Maladies du Brésil – ou statistique médicale de cet empire*, na cidade de Paris em 1844, que Sigaud se destacaria como o produtor do primeiro grande tratado de estatísticas médicas brasileiras, recebendo uma condecoração do governo imperial³¹. Essa obra recebeu muitas críticas e elogios da elite médica presente na Academia Imperial de Medicina.

Nas próximas duas décadas (1850 e 1860), o discurso das estatísticas e o uso de estatísticas médicas seriam debatidos pelas elites brasileiras. Esta tese de doutorado se concentrará nos debates e controvérsias dos círculos intelectuais da capital do Império. No caso das estatísticas médicas, posições favoráveis e contrárias ao seu uso como comprovação científica demonstravam que naquele momento histórico não existia qualquer consenso sobre a importância da quantificação para a verificação da verdade científica.

Este debate apareceria ainda na década de 1880, na controvérsia entre Domingos Freire, Nuno de Andrade e Afonso Pinheiro a respeito das estatísticas da febre amarela e de vacinação³². Segundo a análise de Benchimol, em seu livro *Dos Micróbios aos Mosquitos*,

uma das causas da longevidade da vacina [de Freire] foi, como dissemos, o aparato estatístico que Domingos Freire montou para provar sua eficácia. Aos olhos de alguém versado nas regras atuais da epidemiologia, seu método revela graves insuficiências, mas se for examinado à luz das regras vigentes naquele contexto se verificará, como fez Margaret Warner, que representou ‘abordagem sofisticada para o problema em questão’³³.

Nesta disputa científica podemos notar a força do discurso quantificador neste período, e também a força de sua reação, a partir dos debates na Academia Imperial de Medicina. Segundo Afonso Pinheiro, “para o Dr. Freire a questão é de quantidade e não de qualidade”, de forma que esta análise seria “viciosa” e “contraproducente” como forma

³¹ FERREIRA, Luiz O. “Introdução” In.: SIGAUD, 2009, pp. 18-26.

³² BENCHIMOL, 1999, pp. 98-113

³³ Idem, p. BENCHIMOL, 1999, p. 98.

de firmar doutrina³⁴. Não obstante, esse já seria um período de maior afirmação da produção das estatísticas médicas enquanto comprovação.

A análise das décadas de 1840, 1850 e 1860, que será objeto desta tese, torna-se assim importante para a compreensão de como a partir de uma década de 1830 sem grandes quantificações da realidade sanitária do Brasil, chegamos à década de 1870 com uma grande disputa e afirmação de dados quantificados. Tomando em particular a década de 1840, podemos perceber como a atuação de Luiz Vicente de Simoni na Academia Imperial de Medicina, de Marinho Americano no Hospital Militar e de Haddock Lobo na produção dos necrológios da cidade do Rio de Janeiro fizeram com que as estatísticas passassem a ser discutidas enquanto aritmetização. Mas também, pela análise dos periódicos do período, será possível compreender as críticas feitas às estatísticas enquanto quantificação no período.

Estudar os contextos sociais e epistemológicos deste objeto será, portanto, estudar a História das Ciências no século XIX, a formação do Estado nacional brasileiro no período e contribuir para o entendimento de sua repercussão na atualidade.

A tese será dividida em seis capítulos, a saber:

1. O nacional-estatal internacionalizado, ou as estatísticas de objeto nacional à ciência internacional.

Neste primeiro capítulo, analisarei o surgimento das estatísticas como objetos nacionais na França, na Grã-Bretanha e na Alemanha, como tradicionalmente a historiografia das estatísticas propõe. Em seguida, enunciarei a proposição de uma quarta tradição formadora de estatística: a tradição portuguesa. Ao analisar o Império Português ao longo de sua constituição na Europa, na América, na África e na Ásia, defenderei que existia uma tradição³⁵ de conhecimentos referentes a Portugal e suas colônias baseada em

³⁴ Idem, p. 109.

³⁵ Ao tratar aqui do conceito de tradição, utilizo este a partir da ideia de “tradição inventada” que, de acordo com Hobsbawm, “entende-se [por] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9. Dessa forma, longe de ser uma forma estática de organização das tradições e das relações, as tradições podem sofrer mudanças, mas visam sobretudo manter e inculcar normas de comportamento, por

três pilares: o sigilismo, a descentralização da coleta e organização dos dados e a organização de uma monarquia corporativa – com falta de homogeneidade, de centralidade e de hierarquias rígidas.

Tomamos aqui o conceito de monarquia corporativa tal qual construído por António Manuel Hespanha, em *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político – Portugal – séc. XVII*. Esta formulação está na base da hipótese de existência de uma centralização monárquica com descentralização e forte autonomia em assuntos políticos e administrativos locais³⁶. Este livro é uma versão reelaborada da tese de doutorado de Hespanha, que discute o tema da centralização/descentralização e a forma como foi tratada na historiografia dos sistemas políticos modernos. Ao iluminar os documentos de uma fina malha político-administrativa do Império Português, o autor consegue analisar as instituições e o poder para além da ordem legal fixada nas leis e ordenanças monárquicas. Isso permite a percepção das redes de poder presentes na administração e a compreensão dos meios, dos acordos e dos desacordos entre o desejo de centralização monárquica e o corpo complexo de homens de vinculados ao Estado.

Deste modo, os conhecimentos sobre o Império que chegavam às mãos do Rei, de seus ministros e de seus conselheiros eram produzidos e organizados localmente e enviados para a o centro do poder de forma descentralizada. Olhando a formação desse regime monárquico em longa duração, podemos dizer que o regime brasileiro se inspirou fortemente na organização monárquica portuguesa. Assim, enquanto no século XIX, as estatísticas se organizavam como ciência internacionalizada, buscando padronização e organização centralizada, o Estado imperial brasileiro, seguindo a tradição portuguesa, produzia e organizava seus dados em cada repartição e em cada localidade. Não obstante, a questão do sigilismo presente na tradição dos Estados modernos, e do Estado Português mais especificamente, será descartada nessa fase, por uma nova abordagem das estatísticas e do conhecimento como objeto científico internacional. Essa hipótese será defendida ao longo da tese, como prova de que existiam dados estatísticos nas quatro primeiras décadas do segundo reinado, contudo estes dados não eram produzidos e organizados de forma centralizada, como preconizava as teorias francesas sobre o assunto.

exemplo, a organização dos poderes locais e das informações locais de forma autônoma em relação ao poder centralizado.

³⁶ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político – Portugal – séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

2. Da ausência de quantificação à discussão sobre sua importância (c. 1840-1849)

Neste segundo capítulo, demonstrei como a partir das ações dos médicos Luiz Vicente De Simoni, de Marinho Americano e de Haddock Lobo as estatísticas médicas passaram a ser divulgadas e discutidas nos periódicos médicos do Rio de Janeiro. Vale notar que a entrada dos princípios da estatística enquanto aritmetização se dá através do dr. De Simoni – imigrante italiano – e de Haddock Lobo, que se baseava em autores franceses para sustentar sua prática. Nesse momento, as instituições médicas da capital do Império começam a construir séries estatísticas de enfermarias, clínicas e hospitais, iniciando a produção de dados quantificados. Era uma forma de construir conhecimento sobre a utilização de novos métodos e de buscar a comprovação da eficácia da prática científica. O Brasil passava por um período de centralização política e de busca de modernização através de novas práticas de ordenamento estatal. Os debates sobre como produzir estatísticas, sobre que informações coletar, sobre como apresentar as estatísticas ganham relevo. Não obstante, médicos de prestígio como Noronha Feital e Cruz Jobim criticam frontalmente o uso de dados quantificados para a comprovação de eficácia científica. Contudo, este não era o principal problema da elite médica. Os médicos alopatas da Academia Imperial de Medicina desejava sobremaneira combater e eliminar os médicos homeopatas. Só que estes conseguiam produzir suas próprias estatísticas, conquistar seu público e até mesmo a atenção de importantes políticos da elite imperial. Assim, a disputa entre homeopatas e alopatas será vista como a disputa de estatísticas contra estatísticas, num embate para a comprovação entre os dois sistemas médicos de cura.

3. A recepção de *Do Clima e das Doenças do Brasil*, ou estatística médica deste império, de J-F Xavier Sigaud

Este capítulo pretende analisar a trajetória do dr. Sigaud – imigrante francês – sua proposta de construção de estatísticas gerais do Império, a obra estatística do autor e sua recepção nos periódicos médicos da época. Nota-se, primeiramente, a não adesão dos médicos brasileiros, de tradição luso-brasileira, à proposta de Sigaud. Em seguida, apresento a obra estatística do autor, baseando-me na leitura da mesma e na bibliografia secundária sobre o tema. Observo ser este livro uma seleção e divulgação de diversas

estatísticas localizadas que já existiam sobre a medicina brasileira. Deste modo, afirmo, como hipótese, que existiam estatísticas em nível localizado e descentralizado, embora não houvesse uma centralização dos dados. Corroboro, assim, a tese principal defendida neste trabalho: havia a produção de dados estatísticos em nível local, embora sem uma tradição centralizadora de coleta e análise. Ao analisar a repercussão, as traduções, as críticas, as resenhas e os anúncios da obra de Sigaud, contribuo para a análise da circulação desta obra importante para as ciências médicas do século XIX, até o momento sem uma análise mais detida de sua recepção.

4. Entre vitórias e derrotas: estatísticas do Rio de Janeiro, epidemia de febre amarela e censo de 1852 (1849-1852)

Nesse capítulo, analiso a passagem da década de 1840 para a década de 1850, como uma vitória inicial dos debates médicos sobre as estatísticas. A vitória, neste caso, foi a nomeação do médico Haddock Lobo para produzir as estatísticas populacionais do Rio de Janeiro e a ideia de que as estatísticas, e em especial as estatísticas médicas, estavam ganhando espaço na cena pública. Esta aparente vitória se mostrava na busca de um médico com experiência na produção de estatísticas médicas para produzir estatísticas populacionais da corte e no planejamento de estatísticas populacionais brasileiras pelo Estado centralizado. Haddock Lobo, ao produzir as estatísticas do Rio, se baseia nas teorias de produção estatística centralizada da França, criticando a desorganização da produção de dados nas repartições da capital. Não obstante, a epidemia de febre amarela de 1850 acabou com o otimismo de que a classe médica estava controlando as doenças e conseguindo construir princípios quantificados para comprovar a eficácia de seus métodos. Se, antes da epidemia, louvavam o crescimento da medicina brasileira e a produção de estatísticas, depois da epidemia o discurso era pessimista, tanto em relação ao estado da arte da medicina quanto das estatísticas médicas. No caso das estatísticas populacionais gerais do Brasil, houve outra decepção: o censo de 1851 foi frustrado por revoltas contra a contagem da população. O otimismo da virada da década se transformava em desolação e crítica ao atraso do país.

5. O crescimento da institucionalidade das estatísticas médicas

Se por um lado, havia certo pessimismo com o atraso do Brasil, por outro cresciam os discursos em prol das estatísticas, enquanto modernidade necessária. As décadas de 1840 e 1850 viram crescer o uso de dados quantificados na comprovação das terapêuticas alopáticas e homeopáticas, na análise das práticas médicas do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pós-reforma e do Hospício de Pedro II – que acabava de ser inaugurado – e em outros estabelecimentos particulares. Neste período, tanto nas grandes epidemias, quanto em outros momentos, se utilizavam matematizações para comprovação e análises médicas. Não obstante, continuavam sendo estas estatísticas produzidas e organizadas de forma localizada e descentralizada nas instituições e repartições. A tradição luso-brasileira, dessa forma, se mantinha, sem uma produção centralizada e unificada de dados.

Ao tomar a complexidade da política imperial, utilizo como sustentação as hipóteses de trabalho de Gislene Neder e de Miriam Dolhnikoff (e outros). Segundo Neder, mesmo as mudanças políticas propostas pelos homens novos do Partido Conservador na década de 1850 não modificaram a realidade da prática política baseada nas mudanças pequenas e desarticuladas entre si³⁷. As mudanças se deram, sobretudo, a partir dos contatos entre redes de sociabilidade, e não pela filiação partidária ou pela imposição estatal. No tocante a tese de trabalho do grupo de pesquisa de Dolhnikoff, é importante destacar que apesar do Poder Moderador e da tentativa formal de centralização política, o processo de formação do Estado imperial brasileiro não impediu as instâncias de representação política e de produção e disputa de poderes em nível local³⁸. Essas disputas colocavam como possibilidade a organização administrativa negociada, descentralizada e com pouca rigidez na hierarquização.

Apesar do crescimento da produção de estatísticas e da diminuição das críticas contra sua utilização, mantém-se a tradição de produção localizada e descentralizada. Os membros da Sociedade Estatística do Brasil chegam à conclusão de que as propostas de

³⁷ Para Neder, as reformas políticas propostas pelos homens novos do partido conservador na década de 1850 só conseguiriam ser implementadas a partir da década de 1870, a partir de pressões para a mudança promovidas em redes de sociabilidade construídas e não tanto pelas filiações partidárias desses homens de Estado. NEDER, Gislene. As reformas políticas dos homens novos (Brasil Império: 1830-1889). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 59-60.

³⁸ DOLHNIKOFF, Miriam; et al. Representação política no Império: crítica à ideia de falseamento institucional. In.: LAVALLE, Adrian (org.). O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: Ed. UNESP: CEBPRAP: CEM, 2012, pp. 97-141.

divisões centralizadas de estatísticas, proposta pelo francês Moreau de Jonnés não se aplicavam ao Brasil. Seria melhor fazer estatísticas por ministérios ou órgãos, respeitando a dispersão administrativa já existente no Estado imperial brasileiro. Contudo, nos discursos políticos, se amplificam as vozes que defendem a produção de estatísticas centralizadas, tomando por base modelos europeus. Nesse bojo, mais uma vez, será uma ação de médicos estrangeiros que produzirá a centralização das estatísticas médicas brasileiras. Uma embarcação da marinha francesa coletará entre 1868 e 1870 estatísticas localizadas em diversas partes do Brasil e produzirá uma coletânea de estatística médica do Império brasileiro.

Havia nesse intento um interesse mercantil: conhecer as doenças do Brasil e suas incidências para tomar decisões comerciais. Somente no início da década de 1870, mais precisamente em 1872, que o Brasil realizou sua primeira estatística populacional de forma centralizada. Vemos aqui, mais uma vez, a confirmação da hipótese central deste trabalho. Os médicos navais franceses recolheram dados aritméticos sobre medicina que existiam em diversas instituições brasileiras, em diversas localidades. Assim, dentro de uma tradição francesa de produção de estatísticas existia um interesse claro na centralização de dados. No ambiente burocrático brasileiro, a tradição da monarquia corporativa e de descentralização administrativa falava mais forte, mesmo com discursos políticos no parlamento e nos periódicos em prol da centralização das estatísticas.

Ao final, concluirei enunciando a seguinte tese.

Podemos afirmar que não havia a produção de estatísticas centralizadas no Império brasileiro até 1872. Contudo, isto não significa que não havia estatísticas. A produção localizada e descentralizada de estatísticas no Segundo reinado brasileiro em suas quatro primeiras décadas se justificava a partir de uma tradição luso-brasileira de coleta e produção de dados. Desta forma, aqueles que estavam trabalhando sob essa lógica, não viam como importante a produção de dados centralizados. As redes de sociabilidade, o controle sobre as informações produzidas e sobre os poderes que advinham de sua produção e as disputas em torno das necessidades do conhecimento sobre a natureza e a sociedade nas diversas partes do Brasil recriavam e inculcavam nas relações de poder vigentes uma noção de monarquia corporativa, na qual os donos do poder tinham o controle sobre as possibilidades do conhecer.

Não obstante, os médicos imigrantes europeus que passaram a trabalhar no Brasil, os médicos brasileiros que baseavam seu repertório em produções de estatísticos europeus e os médicos estrangeiros interessados no Brasil procuravam produzir coletâneas de dados, a partir de produções localizadas de hospitais militares, das Santas Casas, de hospitais de beneficência, de hospícios e de clínicas particulares. A disputa entre centralização e descentralização, constante na formação do Estado Brasileiro se mostraria, mais uma vez, presente na conformação das ações práticas do poder público e de instituições vinculadas ao poder Estatal.

Diante destas duas tradições, se formariam duas possibilidades de coleta e produção de dados – uma de forma descentralizada e outra de forma centralizada. Assim, se davam os embates sobre a organização do Estado brasileiro e dos conhecimentos sobre o país. Além dessa contraposição, existiam outras duas contraposições médicas fundamentais. A primeira estava entre a medicina baseada em dados ambientais e clínicos individuais contra a medicina baseada em organização de dados sobre as doenças como forma de comprovação de eficácia. A outra era a contraposição entre as próprias estatísticas de homeopatas e de alopatas, que procuravam justificar com dados aritméticos sua terapêutica em detrimento de seus opositores.

Respondendo à questão se havia ou não estatísticas nas quatro primeiras décadas do Segundo Reinado temos duas respostas. Se considerarmos estatísticas a partir da tradição centralizada, nos moldes franceses, não tínhamos estatísticas produzidas de forma centralizada. Se considerarmos que havia uma tradição de Estado imperial brasileiro, com raízes em Portugal – baseadas na monarquia corporativa e na produção descentralizada de dados –, tínhamos estatísticas. Estas eram diferentes do modelo centralizado francês da mesma época³⁹. Estas estatísticas serviam para o controle local e para serem enviadas aos superiores, aos ministros do Império e ao rei. Ao rei e aos ministros do Império interessava ter os dados para administrar. Contudo, a proposta de organizar os dados de forma centralizada apareceria no debate muito mais como uma

³⁹ Na França, a centralização política e a administrativa se iniciou ainda no período monárquico, pela ação de Richelieu e Mazarino, no século XVII. No século XIX, já no período pós-napoleônico, essa organização se solidificou com a criação do Bureau de Statistique Générale (1833-1840), mais tarde Statistique Générale de la France (1840-1841). MARTIN, Olivier. “Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 21, n. 41, 2001, p. 16-23. Esses órgãos, juntamente com a ação de homens de ciências como Jean Baptiste Say e Alexandre Moreau de Jonnés, constituíram uma perspectiva de produção de estatísticas centralizada e organizada a partir do Estado. PORTER, T. “Statistics as Social Science”. In.: _____. *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*. N. Jersey: Princeton U. P., 1986.

proposta de adoção de novas práticas modernas da Europa do que como a forma tradicional de organização do Estado português que se transplantou para o Brasil.

CAPÍTULO I

O nacional-estatal internacionalizado, ou as estatísticas de
objeto nacional à ciência internacional

As estatísticas eram em sua origem objetos locais e nacionais. Conhecer os Choros (as províncias), conhecer os Estados, esse era seu objetivo. Saber sobre a localidade governada para melhor administrá-la, para que se reconhecessem os recursos naturais e humanos disponíveis aos reis e aos demais governantes. Contudo, de busca pela realidade local, as estatísticas se tornaram uma ciência internacionalizada. Os homens e os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais do século XIX foram responsáveis por esta transformação. As ciências e os conhecimentos humanos para os intelectuais que buscavam a internacionalização no século XIX só teriam força de verdade a partir de sua aplicação a todas as realidades, de todos os países. Mesmo que para isso fosse necessário forçar a realidade a se adequar às suas normas científicas⁴⁰.

O desenvolvimento das estatísticas enquanto ciência de Estado, nos séculos XVIII e XIX, será aqui analisado numa tentativa de alargar o espaço de experiência⁴¹ acerca da divulgação e da apropriação das ideias de estatísticas no presente vivido. Perceber como as estatísticas se construíram será uma forma de compreender sua solidificação no nosso meio social contemporâneo, mas também suas indecisões, suas querelas, seus limites. Entender a internacionalização de um objeto declaradamente nacional ou local no seu nascedouro permitirá investigar a tentativa de homogeneização das características sociais a serem analisadas nos contextos específicos de cada país.

Neste primeiro capítulo, analisarei o surgimento das estatísticas como objetos nacionais na França, na Grã-Bretanha e na Alemanha, como tradicionalmente a historiografia das estatísticas propõe. Em seguida, enunciarei a proposição de uma quarta tradição formadora de estatística: luso-brasileira. Ao analisar o Império Português ao longo de sua constituição na Europa, na América, na África e na Ásia, defenderei que existia uma tradição de conhecimentos referentes a Portugal e suas colônias baseada em três pilares: o sigilismo, a descentralização da coleta e organização dos dados e a monarquia corporativa. Buscava-se mais aspectos qualitativos do que quantitativos. Deste modo, os conhecimentos sobre o Império que chegavam às mãos do Rei, de seus ministros e de seus conselheiros eram produzidos e organizados localmente e enviados para a o

⁴⁰ De acordo com Geyer e Paulmann, existiria um primeiro tipo de internacionalismo no século XIX, construído a partir da internacionalização de aspectos ou conhecimentos locais e/ou regionais. Cf. GEYER, Martin; PAULMANN, Johannes. GEYER, M.; PAULMANN, J. "Introduction: the mechanics of internationalism". In: _____. The Mechanics of Internationalism. Oxford, EUA: Oxford University Press, 2001.

⁴¹ KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006, p. 305-327.

centro do poder de forma descentralizada. Assim, enquanto no século XIX, as estatísticas se organizavam como ciência internacionalizada, buscando padronização e organização centralizada, o Estado imperial brasileiro, seguindo a tradição portuguesa, produzia e organizava seus dados em cada repartição e em cada localidade. Não obstante, essa tradição perderá seu aspecto sigilista, pela necessidade de enquadramento na ideia de uma ciência internacionalizada e pelo interesse brasileiro em se manter ligado às outras nações europeias, consideradas mais avançadas. Essa hipótese será defendida ao longo da tese, como prova de que existiam dados estatísticos nas quatro primeiras décadas do segundo reinado, contudo estes dados não eram produzidos e organizados de forma centralizada, como preconizava as teorias francesas sobre o assunto.

~~~~~

### **As estatísticas nascem como conhecimento local**

A noção de estatística surgiu nos séculos XVII e XVIII. Através dos avanços das artes mecânicas e contábeis ligadas ao comércio e aos negócios, das renovações intelectuais e das academias de ciências que eram criadas pelas monarquias nacionais, filósofos naturais e políticos formulavam novas formas de conhecer, organizar e administrar o território, os homens e a natureza. Estes conhecimentos que circulavam na Europa Ocidental tinham grande relação com a aproximação comercial e as trocas intelectuais com o mundo islâmico e turco-otomano e com o mundo do extremo oriente (Índia e China). Contudo, se os saberes técnico-científicos destes povos foram apropriados pelos europeus, os mesmos não se importaram tanto em fazer memória desta importação de conhecimentos e em entender a história destes povos orientais. Assim, a história das ciências passou a ser contada de um ponto de vista eurocêntrico, como se os conhecimentos científicos fossem uma “grande inovação do ocidente” e não estivessem ligadas aos conhecimentos destes outros mundos<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> O'BRIEN, P. “Historiographical tradition and modern imperatives for the restoration of global history”. *Journal of Global History*, vol. 1, n. 1, Março de 2006, p. 8. ELSHAKRY, M. “When Science Became Western: historiographical reflections”. *Isis*, vol. 101, n. 1, Março de 2010.

Segundo Mary Poovey, este processo de renovação intelectual criou um efeito de precisão que transformaria o discurso retórico qualitativo, holístico e conjectural em uma análise de fatos únicos, isolados, contáveis, precisos e que podem ser colocados em séries estatísticas<sup>43</sup>. Esses desenvolvimentos do conhecimento humano e natural eram comunicados a outros filósofos por cartas, envio de livros e pela circulação dos homens de ciência por diversas localidades. Na continuação do processo, surgiram os periódicos científicos que alargariam a divulgação dos conhecimentos da *república das letras* e a interpenetração das realidades locais<sup>44</sup>. Neste contexto, o conhecimento transforma-se cada vez mais de um saber descritivo e qualitativo em uma ciência racionalizada e quantificada. Tomando emprestada a expressão de Koyré, a humanidade ocidental estava passando de um “mundo do “mais-ou-menos” ao universo da precisão”<sup>45</sup>.

O século XVII viu nascer academias ligadas ao Estado, para conhecer e governar, na França e na Inglaterra. Estas academias possibilitaram o desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza e a sociedade e a construção de uma ciência do Estado tanto quantitativa quanto qualitativa<sup>46</sup>. Contudo, se na França este espaço e os acadêmicos eram financiados diretamente pelo Estado, na Inglaterra não existiria financiamento Estatal, sendo os custos divididos entre os próprios membros através de contribuições pessoais<sup>47</sup>.

Na França, o nascimento de um lugar para os intelectuais ligados ao Estado se deu a partir da criação da Académie Française, em 1634, da Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres, em 1663 e da Académie Royale des Sciences, em 1666. A princípio, Richelieu (1585-1642) desejava criar uma associação para redigir o *Dicionário da Língua Francesa*. Mais tarde, Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) incumbiu os intelectuais franceses e estrangeiros de produzir trabalhos históricos e arqueológicos sobre a França e de desenvolver e assessorar o poder real sobre problemas técnicos. Aos poucos, este espaço e as pensões que eram concedidas tornavam-se objetos de disputa e cobiça. Apesar da busca de controle estatal por parte da realeza francesa deste momento, as academias

---

<sup>43</sup> POOVEY, M. *A History of the modern fact: problems of knowledge in the sciences of Wealth and Society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

<sup>44</sup> BURKE, P. *Uma História social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. RJ: Zahar, 2003.

<sup>45</sup> KOYRÉ, A. “Do mundo do “mais-ou-menos” ao universo da precisão.” In.: \_\_\_\_\_. *Estudos de História do Pensamento Filosófico*. RJ: Forense Universitária, 1991, p. 271-288.

<sup>46</sup> Sobre a questão das academias e dos intelectuais eruditos, vale destacar que esta organização do espaço intelectual europeu estava baseada em formação semelhante vista na sociedade chinesa, a qual os filósofos franceses copiaram como um modelo para a Europa. ROBERTS, J. A. G. *História da China*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011, p. 14.

<sup>47</sup> ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 371-381.

funcionavam como uma república das letras, com certa liberdade de pesquisa e pensamento<sup>48</sup>.

A academia se iniciou com 16 membros, aumentando sucessivamente até chegar a 70 acadêmicos no final do século XVII. Colbert, ministro da economia e das finanças de Luis XIV (1638-1715), pretendia incentivar e incrementar os estudos sobre a manufatura, o comércio, a navegação e a técnica militar no país, de forma planejada e eficiente<sup>49</sup>. Em 1661, no início efetivo do reinado de Luis XIV, Colbert determinou a contagem das árvores nas florestas reais que poderiam servir às necessidades da Marinha Francesa. No ano de 1667, ordenou que fossem feitos os registros dos indivíduos nas paróquias. Três anos depois, decretou a “publicação mensal de batismos, casamentos e enterros em Paris”<sup>50</sup>.

Inspirados nos estudos de aritmética política e sanitária da Inglaterra, os franceses no século XVIII fariam crescer, com o esclarecimento, a visão de que os aspectos humanos, morais, naturais e filosóficos da sociedade poderiam se traduzir em notações matemáticas e análises das quantidades. Não obstante, as ideias de liberdade e igualdade dos iluministas franceses fariam com que vários intelectuais daquele país fossem perseguidos e até presos pelo governo de Luis XV, gerando a saída temporária de nomes como Voltaire, Diderot, Helvétius para outras monarquias europeias<sup>51</sup>. Mesmo assim, o incremento dos estudos sobre as probabilidades e sobre os cálculos dos jogos de azar possibilitou a melhoria das análises quantitativas dos seguros, um melhor conhecimento da população e até mesmo uma tentativa de probabilidade das ações humanas, com Jacob Bernoulli, Condorcet, Pierre-Simon Laplace no século XVIII e início do século XIX, já sob o governo napoleônico<sup>52</sup>.

~~~~~

⁴⁸ BADINTER, E. *As paixões intelectuais: desejo de glória (1735-1751)*. RJ: Civilização Brasileira, 2007, p. 12.

⁴⁹ ROSSI, Op. Cit, p. 378.

⁵⁰ BURKE, Op. Cit., p 126.

⁵¹ BADINTER, E. *As paixões intelectuais: vontade de poder (1762-1778)*. RJ: Civilização Brasileira, 2009, p. 61 et. seq.

⁵² GIGERENZER, G. et. al. *The Empire of Chance: how probability changed science and everyday life*. Cambridge, EUA: Cambridge University Press, 1989, p. 1-36. As reflexões de Laplace foram inicialmente desenvolvidas em um curso na Escola Normal, em 1795. Seus estudos foram o ápice do desenvolvimento francês de uma ciência moral. Laplace seria nomeado ministro do Interior, por Napoleão Bonaparte, em 1799, contudo, sua incompatibilidade com o cargo fez com que se retirasse para o Senado no mesmo ano, tornando-se vice-presidente e chanceler em 1803. SANTANA, P. “Introdução” In.: LAPLACE, P.-S. *Ensaio filosófico sobre as probabilidades* [1814 e 1825]. RJ: Cotraponto: Puc-Rio, 2010.

Na Inglaterra, a formação de um espaço intelectual para as ciências se deu a partir da criação da Royal society of London for improving natural knowledge, em 1662⁵³. Nesta, se destacaria a figura de Willian Petty (1623-1687), com a criação a aritmética política. Petty estudou medicina nos países baixos e anatomia na França, entre 1638 e 1646 e foi secretário do monarquista Thomas Hobbes (1588-1679), conhecendo Marin Mersenne, René Descartes e Pierre Gassendi durante sua estadia em Paris⁵⁴. Depois voltou à Inglaterra, sendo apresentado a Robert Boyle (1627-1691) e outros filósofos naturais da época. Além disso, serviu à República Puritana (1649-1660) como médico do tenente-general da New Model Army na Irlanda, entre 1652 e 1659. No período que ficou na Irlanda, conseguiu riquezas e terras naquela região e, também, um contrato para construir um mapa topográfico e populacional da Irlanda. Os seus primeiros estudos de população e território datam desta época, principalmente no que tange à descrição quantitativa das terras como “lucrativas” ou “não-lucrativas”. Como o fim da República Puritana, em 1660, Willian Petty precisou devolver à realeza alguns acres de terra que estavam sob sua propriedade, mas não foi perseguido e continuou tendo influência intelectual e política na Inglaterra, sendo um dos fundadores da Royal Society⁵⁵.

Com esta trajetória pelos círculos monarquistas, pelos republicanos e pelos ambientes da Restauração Monárquica Stuart, conheceu os principais nomes da filosofia natural da época e formulou sua teoria acerca do método numérico para a investigação e comparação de fatos sociais e especialmente econômicos. Segundo as palavras do próprio Willian Petty, no prefácio de *Verbum Sapienti*, de 1665,

O método que eu segui não é ainda muito usual; pois, em vez de usar somente palavras comparativas, e argumentos intelectuais, persegui o objetivo (como um espécime da Aritmética Política que sempre busquei) de expressar-me em termos de número, de

⁵³ POOVEY, Op. Cit., p. 110.

⁵⁴ POOVEY, Op. Cit., p. 121. Entre 1619 e 1648, os filósofos naturais René Descartes, Blaise Pascal, Pierre Gassendi e muitos outros ligados aos avanços matemáticos da época se encontravam no Convento da Ordem dos Mínimos (da regra de São Francisco de Paula), sob a orientação e a organização de Marin Mersenne, frade da ordem dedicada à oração e ao estudo. Estudavam filosofia natural, matemática, música e teologia, sob a ótica de um ceticismo moderado que admitia o conhecimento das aparências baseado na descrição dos fatos. Provavelmente, as reuniões deste círculo despertariam em Petty o interesse pelas quantidades e pela música, disciplina lecionada no Gresham College entre 1650 e 1660. No College, as palestras eram abertas ao público em geral e ministradas em inglês, ao invés do latim. Dois anos mais tarde, a Royal Society seria formada a partir das reuniões dos filósofos naturais neste colégio inglês. BURKE, Op. Cit., p. 46, 65, 126 e 178. POOVEY, Op. Cit., p. 94 e 121. ACZEL, A. *O Caderno secreto de Descartes*. RJ: Jorge Zahar, 2007, p. 83-85.

⁵⁵ POOVEY, Op Cit. 120-125.

peso e medida; usando sempre apenas os argumentos do sentido, e considerando apenas aquelas causas que tenham fundamentos visíveis na Natureza; e deixando à consideração de outrem as que dependam de cambiantes mentes, opiniões, apetites e paixões de pessoas singulares.⁵⁶

Segundo Mary Poovey, Willian Petty conseguiu fundir a prática e o experimentalismo de Boyle e da Royal Society com as deduções teóricas de Thomas Hobbes e do círculo de Mersenne⁵⁷. Com esta conexão, conseguiu convencer os Stuarts sobre a necessidade da filosofia natural aliada a aritmética política. Juntamente com o iniciador da aritmética política estava seu amigo John Graunt (1620-1674), que produziu as primeiras tábuas e boletins de nascimentos e mortes da Inglaterra. Graunt analisou os dados médicos-sanitários de Londres de forma quantitativa, produzindo suas *Observações naturais e políticas (...) por meio dos boletins de mortalidade*, em 1662, o que lhe valeu a entrada na Royal Society no mesmo ano⁵⁸. No século XVIII inglês, os levantamentos deste tipo estavam cada vez mais elaborados, eram exportados para outras partes da Europa e muito bem aceitos no Parlamento, que segundo o Deputado da Câmara dos Comuns Robert Walpole, preferia “figuras de aritmética” a “figuras de retórica”⁵⁹. Contudo, o aperfeiçoamento dos métodos racionais não levou ao abandono do providencialismo conservador inglês, mas, ao contrário, ao seu aprimoramento. Os estudos de população de Thomas Malthus e as ideias de leis naturais da sociedade levariam a formação de uma visão de “corpo social”, no início do século XIX, que deveria ser investigado, analisado e controlado segundo regras quantitativas⁶⁰.

~~~~~

Na região central e no leste europeu, de cultura germânica e neerlandesa, a divisão em vários reinos, a influência intelectual da Reforma Protestante e a renovação dos estudiosos de alguns universitários criaram condições para o surgimento de obras que descreveram as localidades e a população, para melhorar a administração territorial. Ao

---

<sup>56</sup> Apud CAMPOS, R. “Apresentação”. In.: PETTY, Willian. *Obras Econômicas: tratado dos impostos e contribuições; verbum sapienti; Aritmética Política*. Coleção Os Economistas. SP: Círculo do Livro, 1996, p.8. Este mesmo texto foi utilizado no prefácio da obra “Aritmética Política”, escrita por Willian Petty e publicada depois de sua morte pela Royal Society em 1690.

<sup>57</sup> POOVEY, Op. Cit, p. 93-94.

<sup>58</sup> ROSEN, G. *Uma História da saúde pública*. SP: Hucitec: Ed.UNESP, 1994, p.96.

<sup>59</sup> BURKE, Op. Cit, p. 127.

<sup>60</sup> POOVEY, Op. Cit. 264-316. POOVEY, M. *Making a social body: british cultural formation, 1830-1864*. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 1995.

longo do século XVII, este caminho foi trilhado lentamente, principalmente nas universidades locais, como Helmstedt, Leiden, Leipzig, Jena, Altdorf. Nessa época, as câmaras locais dos Estados germânicos ganhavam maior força política. O Cameralismo cultivado pelos reinos germânicos após a guerra dos trinta anos (1618-1648)<sup>61</sup> foi a construção de uma ideia de que as câmaras locais precisavam investir na melhoria de sua administração local e da sua própria produção e no crescimento populacional, motivando o incremento dos estudos sobre o território, a população e a economia destes reinos<sup>62</sup>.

Com a destruição dos Estados germânicos na guerra dos trinta anos, estadistas das Câmaras locais passaram a investir mais em melhorias na administração dos territórios, no conhecimento da população e nos estudos voltados para a organização dos negócios e do comércio, para superar a crise política e econômica. Estes estudos estatais, aliados aos estudos universitários sobre a natureza e a sociedade, contribuíram para a formação de uma nova ciência de Estado nestas localidades<sup>63</sup>.

Os estudos qualitativos sobre o Estado e sua população tiveram seu início na cultura germânica com Hermann Conring (1606-1681). De uma família de protestantes, Conring ficou conhecido como o iniciador da história jurídica alemã. Contudo, o espírito polímata da época lhe fez escrever estudos sobre medicina, teologia, filosofia natural, política, história, comércio, administração, finanças e direito. Estudou filologia, filosofia e história em Helmstedt, entre 1620 e 1625, e medicina em Leiden, entre 1626 e 1631. Em 1632, se tornou professor de filosofia natural, filosofia e medicina em Helmstedt, ficando no cargo até sua morte em 1681. Defendia posições aristotélicas, divulgando e avalizando os estudos do inglês William Harvey (1578-1657) sobre a circulação sanguínea e construindo uma teoria do direito germânico<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> A Guerra dos Trinta anos foi um conflito iniciado pela disputa entre católicos e protestantes, principalmente pelas tentativas contra reformistas jesuítas. A luta continuou principalmente pelas disputas entre os Reis europeus por territórios e comércio marítimo. O território do Sacro Império Germânico foi o mais atingido pela guerra dos trinta anos, com as mortes na guerra e por doenças atingindo um terço da população. GOLDSTONE, J. *História global da ascensão do ocidente. 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 38-39, 82 e 240.

<sup>62</sup> MARTIN, Op. Cit., p 20-21. WILKE, J. "Streiflichter und persönlichkeiten zur Geschichte der statistk in Berlin vom ende des 17. Jahrhunderts bis zum anfang". *Zeitschrift für amtliche Statistik. Berlin Brandenburg*, 1 + 2, 2012, p. 96-97. Disponível em: [https://www.statistik-berlin-brandenburg.de/Publikationen/Aufsaeetze/2012/HZ\\_201201-08.pdf](https://www.statistik-berlin-brandenburg.de/Publikationen/Aufsaeetze/2012/HZ_201201-08.pdf).

<sup>63</sup> MEYERS Grosses Konversations-Lexicon, Band 10, Leipzig, 1907, p. 509. Disponível em: <http://www.zeno.org/Meyers-1905/A/Kamer%C4%811wissenschaft>.

<sup>64</sup> Segundo Constantin Fasolt, a biografia de Conring deve ser revista, para a percepção deste não somente como o iniciador da história legal germânica, mas como um intelectual erudito que procurou compreender os fenômenos mais complexos na História Europeia. FASOLT, C. "Hermann Conring and the european

Segundo Conring, o direito romano-germânico não tinha validade universal, como se alegava na época, mas sua entrada nos reinos germânicos era fruto da aplicação deste por um grupo específico de pessoas que tinham estudado em universidades da península itálica. Assim, a organização dos Estados e das leis estava condicionada às razões e aos interesses próprios dos legisladores. Os seus textos sobre os Estados europeus tem sido considerados pelo historiador Constantin Fasolt como formadores dos estudos sistemáticos das estatísticas qualitativas germânicas<sup>65</sup>.

Segundo Constantin Fasolt, Conring estava preocupado em construir uma teoria do direito e do Estado, enquanto formado localmente, para minimizar a força do Sacro Império Romano Germânico sobre a região que alegava comandar. Assim, a partir da reforma protestante e, principalmente, da Paz de Vestfália – que colocou fim à guerra dos trinta anos, dando autonomia aos reinos germânicos – as câmaras e os príncipes locais necessitaram de estudos sobre sua região, seu estado e sua população. Para Conring, o Império Romano não existia mais e, se existisse, teria como remanescente a Igreja Católica Romana e seu papado. Esta interpretação da época justificaria a construção de um direito, de um governo e de políticas locais, embora o próprio autor tenha precisado desmentir algumas de suas premissas em favor de sua vida em alguns momentos<sup>66</sup>.

Neste período, se tornou médico e conselheiro de várias monarquias germânicas e de regiões vizinhas, como Frísia Oriental, Suécia, Dinamarca, Bremen, Colônia, Renânia-Palatinado, entre outras e até mesmo da França de Luiz XIV. A partir destes aconselhamentos e dos seus estudos sobre o direito, a política e a história formaria uma concepção da ciência dos Estados<sup>67</sup>. Contudo, foi Gottfried Achenwall (1719-1772) que solidificou o termo *statistik* para significar “ciência do Estado”, enquanto uma coleção de fatos notáveis sobre o Estado e seus recursos naturais e humanos disponíveis<sup>68</sup>.

Para o estudo destas tradições intelectuais, torna-se fundamental a percepção das histórias intelectuais nacionais como histórias cruzadas. Através dos estudos nacionais é possível perceber as necessidades, os parâmetros e as limitações locais dos estudos

---

History of law”. In.: OCKER, C. et al. *Politics and Reformations: Histories and Reformations*. Leiden & Boston: Brill, 2007, p. 128-130.

<sup>65</sup> FASOLT, Op. Cit, p. 129.

<sup>66</sup> FASOLT, C. “A question of right: Hermann Conring’s New discours on the Roman-German Emperor [1642]”. *Sixteenth Century Journal*, XXVIII/3, 1997.

<sup>67</sup> DÖHRING, E. “Conring, Hermann”. In.: *Neue Deutsche Biographie* 3 (1957), p. 342-343.

BRESSLAU, H. “Conring, Hermann”. In.: *Allgemeine Deutsche Biographie* (1876). Disponível em: <http://www.deutsche-biographie.de/pnd11852190X.html>.

<sup>68</sup> HACKING, I. *The Taming of Chance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990, p.23-24

formadores da ideia de ciência do Estado. Sem embargo, somente com um estudo das ligações, das conexões, dos cruzamentos e do trânsito de ideias científicas e filósofos naturais e políticos será possível compreender como em diversas partes da Europa surgiram ao longo dos séculos XVII e XVIII iniciativas que foram sendo comparadas, somadas, opostas, disseminadas ou esquecidas em diversas localidades diferentes<sup>69</sup>.

Nesta fusão entre histórias localizadas, torna-se condição *sine qua non* o estudo da História comparada. Sobre a relação entre as Histórias nacionais comparadas e a História cruzada, é salutar o comentário de Kocka e Haupt. Para estes, mesmo sendo o objetivo de um estudo cruzado fazer interseções, conexões e buscar os trânsitos de ideias, isto não será possível sem um entendimento claro dos ambientes nacionais e locais em suas semelhanças e particularidades. Sem isso, qualquer estudo cruzado estaria fadado ao superficialismo e ao fracasso. Assim, sem entender a origem dos intelectuais, as questões locais, os termos da linguagem utilizada em cada localidade e as interpretações dos fenômenos dentro de sua cultura não se pode compreender a complexidade dos personagens, dos objetos e dos ambientes. Por outro lado, a história comparada não seria danificada com a união com a história cruzada, mas ganharia novas possibilidades e percepções mais complexas e apuradas das realidades sociais<sup>70</sup>.

Deste modo, de acordo com Oliver Martin, três tradições locais se cruzaram na formação da ciência do Estado: (1) as pesquisas para a administração monárquica francesa nos séculos XVII e XVIII, solicitadas por Richelieu, Colbert e Luiz XIV e continuadas posteriormente com a teoria das probabilidades e das ciências morais de Blaise Pascal à Pierre-Simon Laplace; (2) a aritmética política inglesa, com William Petty e John Graunt, da mesma época, iniciada no ambiente da Restauração Monárquica Stuart e aprofundadas no século seguinte; (3) a statistik universitárias e cameralistas germânicas, nos séculos XVII e XVIII, principalmente com Hermann Conring e Gottfried Achenwall<sup>71</sup>. Nesta construção, eram levados em conta tanto aspectos qualitativos, literários, quanto aspectos quantitativos, numéricos. Se no século XVII manifestava-se uma vontade e uma prática de entendimento do território e da população, será no século

---

<sup>69</sup> WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. "Histoire Croisée and the challenge of reflexivity". *History and Theory*, vol. 45, n. 1, Fevereiro de 2006, p. 31-33.

<sup>70</sup> KOCKA, J.; HAUPT, H. "Comparison and Beyond: tradition, scopes and perspectives of comparative history". In: \_\_\_\_\_ (eds.) *Comparative and Transnational History: central european approaches and new perspectives*. Nova York, Oxford: Berghahn Books, 2009, p. 20-21.

<sup>71</sup> MARTIN, O. "Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 21, n. 41, 2001, p. 14-21. POOVEY, op. Cit., 1998, p. 132 e 308.

XVIII que esta prática será cada vez mais teorizada e divulgada. Estas iniciativas de conhecimento do Estado, da população e do território foram se cruzando para formar o que os homens do século XIX passaram a vulgarizar com o nome de “Estatística”<sup>72</sup>.

A interpretação destas três tradições como formadoras das estatísticas da época contemporânea se baseia no artigo de Martin. Contudo, uma variação desse cruzamento pode ser encontrada no artigo de Juan Piovani. De acordo com este autor, a importância do Estado francês nesta construção deveria ser minimizada. Sua análise credita a tradição francesa somente a teoria matemática das probabilidades<sup>73</sup>. Contudo, não se pode entender a formação das estatísticas sem a compreensão de que caminhavam lado a lado e se cruzavam as perspectivas da ciência do Estado e do conhecimento científico racionalizado e matematizado. Assim, não podemos dizer que as estatísticas passaram de objeto à método, mas que desde sua fundação conceitual moderna se estabeleceu como objeto e como método, com aproximações e separações sob contextos e personalidades idiossincráticas.

~~~~~

⁷² MARTIN, Op. Cit.

⁷³ PIOVANI, J. “De objeto à método: notas históricas sobre estatística e pesquisa social”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, junho de 20013, p. 245-270.

A tradição portuguesa e as estatísticas no Império Português

A tradição portuguesa acerca da produção de conhecimento sobre o território e a população é anterior às três tradições cruzadas descritas acima. Enquanto os primeiros estudos franceses, ingleses e germânicos datam do século XVII, os escritos da península ibérica e da península itálica datam do século XVI⁷⁴. Isso se deveu principalmente às relações comerciais e culturais estabelecidas entre a Itália e a Ibéria com os árabes, os turcos, os chineses e os indianos. Além disso, existiam nestas relações pontes linguísticas, homens políglotas que se colocaram na função de auxiliares destas monarquias ocidentais, de comerciantes, de banqueiros, de estudiosos da natureza e de tradutores publicistas: o povo judeu ibérico⁷⁵.

No século XV, os judeus portugueses trabalhavam como auxiliares do Estado centralizado que havia se formado no período que chamamos baixa idade média nas terras da Lusitânia. Até o terceiro quartel do século XV, judeus, cristãos e muçulmanos conviviam em clima de tolerância na Ibéria. As trocas comerciais e as trocas intelectuais eram constantes e crescentes, numa relação entre Europa, África e Ásia. Isto fez com que os conhecimentos sobre natureza e a sociedade fossem traduzidos e divulgados na região⁷⁶. No início do século XVI, a aritmética passa a fazer cada vez mais parte do cotidiano de mercadores e mesmo da vida cotidiana das principais cidades de Portugal. Este conhecimento geraria aos poucos uma ideia de descrição do real baseada em números⁷⁷.

Ao tratar da aritmética como descrição do real, torna-se importante distinguir matematização do real, arimetização do real e quantificação do real para análise social⁷⁸. Segundo Marques de Almeida, o conceito de matematização se refere à utilização de

⁷⁴ MAGALHÃES, J. R. “O enquadramento do espaço nacional”. In.: MATTOSO, J. (dir.); MAGALHÃES, J. R. (coord.) *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 13-59.

⁷⁵ WILKE, C. *História dos judeus portugueses*. Lisboa: edições 70, 2009, p. 19-111. RASHED, R. “Modernidade Clássica e Ciência Árabe” In.: ALFONSO-GOLDFARD, A. M.; MAIA, C. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Coleção América 500 Anos, vol. 2. RJ: Expressão e Cultura; SP: EdUSP, 1995. GLICK, Thomas. “O Mundo Científico na Espanha”. In.: Novinsky, A.; Kuperman, D. (orgs.) *Iberia Judaica: roteiros da memória*. Coleção América 500 anos, vol. 6. SP: EdUSP, 1996. LANGERMANN, Y. T. “A Ciência Judaica na Ibéria Medieval.” In.: Novinsky, A.; Kuperman, D. (orgs.). Op. Cit.

⁷⁶ MENOCA, M. R. O ornamento do mundo: como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. RJ: Record, 2004. WILKE, Op. Cit., p. 19-56.

⁷⁷ ALMEIDA, A. A. M. de. *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. Lisboa: IN-CM, 1994.

⁷⁸ ALMEIDA, 1994, pp. 167-173.

notação matemática indo-arábica para cálculos diversos. Nesse sentido, pode-se dizer que a descrição da realidade, a contagem moderna existe desde o século XV em Portugal. O conceito de aritmetização do real diz respeito à aplicação dessa matemática indo-arábica à uma dada realidade. Nesse segundo sentido, “define-se como aplicação de um processo descritivo a certos tipos de inter-relações e interações levadas a cabo por indivíduos ou grupos sociais em si, em momentos concretos da vida social e com a utilização de uma linguagem semântica”⁷⁹.

A aritmetização do real, por sua vez, se diferencia da quantificação do real, pois a última pressupõe “interações de tipo indutivo e inferencial da matemática”⁸⁰. Assim, a diferença básica entre matematização, aritmetização e quantificação seria que a primeira é a utilização de números para a contagem, a segunda sua aplicação num processo descritivo concreto e a terceira seria a produção de análises e inferências baseadas na matemática. No século XVI e XVII, Portugal passava por um processo de aritmetização do real, portanto, da descrição da vida e das coisas a partir dos números, de acordo com Marques de Almeida⁸¹.

Não obstante, o Estado português, assim como o espanhol, tinha uma tradição de sigilismo, de deixar em segredo os conhecimentos que eram de posse do Estado. O que não impedia a circulação de conhecimentos. Não obstante, a corte portuguesa procurava restringir o acesso às informações sobre o Estado, sobre as rotas comerciais, sobre o território e a sua população, pois considerava estes saberes de valor estratégico, defensivo e monetário⁸². Em 1416, aproximadamente, foi escrito o *Livro dos Arautos*. Estes indivíduos, chamados “arautos”, eram funcionários reais ocupados dos serviços públicos e secretos do rei e de sua aristocracia mais próxima. Com este livro, um arauto anônimo procurou ensinar a futuros arautos como exercer os seus serviços da melhor forma possível. Neste momento, já havia a ideia e o interesse de conhecimento dos domínios por parte do Estado português⁸³.

⁷⁹ ALMEIDA, 1994, p. 170.

⁸⁰ Idem, p. 171.

⁸¹ Idem. Essa diferenciação conceitual é fundamental para a tese, principalmente para a compreensão das diferenças entre a contagem de doenças e das circunstâncias climáticas e as análises a partir dos números. São aqui, dois objetos diferentes: um objeto, a aritmetização das doenças, outro objeto a quantificação das doenças. Mesmo que a aritmetização pressuponha um conceito prévio das doenças, ela em si, não pode ser considerada quantificação no sentido analítico.

⁸² PORTUONDO, M. *Secret Science: spanish cosmography and the new world*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

⁸³ MAGALHÃES, Op. Cit, p. 14. O Livro dos Arautos pode ser encontrado, online, no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal, numa edição de 1977. Disponível em : < purl.pt/702>

Nas décadas seguintes deste século XV e nos próximos 100 anos, diversos tratados foram feitos sobre regiões de Portugal, sobre Entre Douro e Minho, Lamego, Lisboa, Évora, Trás-os-montes, Ilhas da Madeira, Ilhas dos Açores, Algarve, entre outras ilhas. Entre 1531 e 1539, foi elaborado o mapa de Portugal, por Fernando Álvares Seco, o primeiro mapa geográfico de um país em uma única folha, que foi impresso em Veneza no ano de 1561. Em 1597, seria publicado o primeiro esforço de descrição em conjunto dos montes, dos rios e da população de Portugal. O estudo *Monarquia Lusitana*, de frei Bernardo de Brito, procurava, assim, marcar a diferença entre as terras portuguesas e as terras espanholas, em um momento de unificação das coroas por Filipe I⁸⁴.

Em 1599, o cristão-novo (judeu) Duarte Nunes do Leão produziu *Descrição do reino de Portugal*, obra mais bem acabada, contando com relatos históricos, geográficos, corográficos, econômicos, da administração pública, genealógicos e hagiográficos. Contudo, esta só seria publicada em 1610. As referências de descrição da monarquia portuguesa e de sua população, nesse momento, estavam ligadas à palavra *choros*, que significava “província ou cidade”. Assim, Chorografia tinha o sentido de contagens e descrições de uma localidade⁸⁵. Assim, é possível perceber a descrição do território primeiramente como uma atividade localizada e descentralizada. No século XVII, enquanto os portugueses continuavam publicando outras descrições de seu reino, germânicos, franceses e ingleses iniciavam a formação de estudos semelhantes⁸⁶. Como demonstrou Wilke, a participação dos judeus portugueses, depois da perseguição espanhola de 1492 denominados cristãos-novos, foi fundamental não somente para a circulação de conhecimentos na Ibéria, como também em outras praças dominadas por estes – como a Antuérpia, Amsterdã, Nice e Pisa⁸⁷.

Percebendo esta tradição anterior – Ibérica e Itálica –, falar de uma construção das estatísticas modernas a partir de três tradições – alemã, inglesa e francesa –, como o fazem

⁸⁴ Sobre a efervescência da cultura política portuguesa no período da União Ibérica ver CURTO, D. R. *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011. Diogo Ramada Curto analisou o período, a partir de fontes da época, mostrando os comportamentos populares, os rituais e cerimônias, as disputas políticas e a identificação da nação portuguesa como marcas do período. Buscou assim desconstruir a versão histórica do declínio português na época da União Ibérica. Esta visão pessimista seria um constructo histórico do momento da restauração monárquica portuguesa e do período pombalino.

⁸⁵ PEREIRA, P. D. B. *Prosodia in Vocabularium Bilingue, Latinum et Lusitanum digesta, in qua dictionum significatio, e Syllabarum . quantitas expenditur. Decima Editio*. Eborae: Cum facultate Superiorum, ex Typographia Academiae, 1750. BACELLAR, Bernardo de L. e M. *Diccionario da Lingua Portuguesa em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais dicionaristas*. Lisboa: Offic. Jose de A. Bulhões, 1783.

⁸⁶ MAGALHÃES, Op. Cit, p. 18-24.

⁸⁷ WILKE, Op. Cit.

Oliver Martin e Juan Piovani, é no mínimo ignorar a formação dos conhecimentos na Europa Moderna a partir das relações entre comerciantes cristãos, judeus e árabes nas penínsulas itálica e ibérica. Contudo, percebe-se mais do que isso. Esta compreensão é fruto de uma visão eurocêntrica da história. Não somente eurocêntrica, mas de um determinado eurocentrismo que tornou França, Inglaterra e Alemanha modelos de sociedade europeia. Se olharmos para os estudos sociais da ciência e para as Histórias nacionais de forma mais global, poderemos ver que existiu uma grande conexão entre as relações comerciais e intelectuais feitas na península itálica e na península ibérica e o desenvolvimento posterior das ciências nestes países, ditos modelares⁸⁸.

A partir da expansão de Portugal para o oceano atlântico e para o oceano Índico, podemos falar em um Império português transoceânico e pluricontinental, que conseguia estar presente em diversas partes do mundo. Porém, como tem ressaltado Hespanha, esta centralidade portuguesa não pode ser entendida enquanto controle rígido de vastos territórios, mas como uma monarquia corporativa que transmitiu grande influência cultural, política e administrativa, e que também se recriou no processo social local constantemente⁸⁹.

A tradição portuguesa de Estado, de poder real e de conhecimento sobre o território baseada na concepção de monarquia portuguesa corporativa pressupõe quatro princípios básicos. Em primeiro lugar, temos um “poder real que partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia”. Além disso, o direito e as ordenanças da Coroa eram limitados e enquadrados pela “doutrina jurídica (...) e pelos usos e práticas jurídicas locais”. Em terceiro lugar, “os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de relações de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes”. Por último, mas não menos importante, “os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada

⁸⁸ A presença do eurocentrismo na História ainda está fortemente marcada, contudo, a partir dos estudos de História Global, esta marca da historiografia ocidental tem sido suavizada, com novos estudos que levam em conta as conexões entre tradições e civilizações em diversas partes do mundo. CHAKRABARTY, D. “Postcoloniality and the Artifice of History”. In.: _____. *Provincializing Europe*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2007. O’BRIEN, Op. Cit, p. 7 et. Seq. Para uma visão mais complexa da ciência, praticada em diversas partes do mundo, inclusive na Ibéria, com trânsitos locais, regionais e transnacionais ver PYENSON, L. An end to national science: the meaning and the extension of the local knowledge, *History of Science*, 40, 2002, p. 270-271.

⁸⁹ HESPANHA, A. M. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. SP: Alameda, 2012.

dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real”⁹⁰.

Assim, os homens de Estado com maior ou menor hierarquia tinham muito mais poder e obrigações do que se poderia supor num ideal de monarquia centralizada e rígida. Apesar da centralidade dos ordenamentos reais, a constituição da sociedade, de poder e de direitos e obrigações possibilitavam e mesmo determinavam a descentralização e a localidade das práticas de Estado. Embora em diversos momentos da História portuguesa e da História brasileira houvesse o interesse e o grande desejo de centralização do poder, essa lógica corporativa, localizada, descentralizada e de favores e afetos em uma economia moral permaneceu como tradição nas relações estatais e na sociedade civil. Segundo Russell-Wood, falar em um Atlântico português hoje traz mais a ideia

do que estava ocorrendo nos territórios ultramarinos da África e do Brasil. (...) Diásporas comerciais complexas, emaranhadas e intercoloniais sem um componente metropolitano; populações multinacionais, multiétnicas e políglotas; predominância de indivíduos de raça mestiça; ambiguidade e ambivalência em relação à cor, raça, status social e identidade individual e coletiva; e uma vida religiosa em que se podia ser devoto tanto do catolicismo quanto de outros sistemas e práticas de crença. Essa abordagem dá mais ênfase aos indivíduos do que à Coroa, examinando como eles criaram seus próprios espaços e conduziram vidas produtivas e proeminentes sem uma fidelidade obstinada à Coroa ou à Igreja e sem se submeter a governantes, magistrados ou bispos. (...) Transição, porosidade, permeabilidade e elasticidade caracterizavam esse outro atlântico português. As características esboçadas até aqui são elas próprias inconstantes e transitórias, variando de acordo com a região e o período em questão⁹¹.

O início do século XVIII português, ficou marcado como a era de ouro, não somente pela descoberta do ouro nas minas gerais da América portuguesa, mas também pelo crescimento da intelectualidade em Portugal, em consonância com o desenvolvimento cultural e científico de outras partes da Europa. Conforme demonstrou Junia Furtado, a percepção da primeira metade do século XVIII luso-brasileiro foi

⁹⁰ HESPANHA, A. M. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In.: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. ; GOUVÊA, M. de F. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). RJ: Civilização Brasileira, 2001. p. 166-167.

⁹¹ RUSSELL-WOOD, J. “O Atlântico Português, 1415-1808”. In.: _____. *História do Atlântico português*. SP: Ed. Unesp, 2014, p. 90-91.

construída para demonstrar a imagem das luzes pombalinas contra as trevas do governo de D. João V. Desse modo, a reforma pombalina seria construída numa alusão ao Iluminismo francês e inglês. Não obstante, como já vimos neste texto, a tradição de conhecimento português é bem anterior. Furtado procurou demonstrar que, ao contrário do que tem propalado a Historiografia brasileira, nem tudo nasceu com o “despotismo esclarecido” do Marquês de Pombal⁹².

Contudo, da mesma maneira que ouro, diamantes e turmalinas entravam no Erário régio, saíam em luxos, esbanjamento, frivolidades, equívocos diplomáticos, contrabandos e sonegações⁹³. Sebastião José de Carvalho e Melo era um destes intelectuais portugueses que, na primeira metade deste século, se formaram e ocuparam cargos públicos em Portugal e no Exterior⁹⁴. Em 1733, Carvalho e Melo passou a ser sócio da Academia Real de História. Em 1738, partiu para Londres, se tornando ministro plenipotenciário nas terras inglesas. Em 1746, foi transferido para Viena d’Áustria, ocupando a mesma função⁹⁵.

Assim, não podemos afirmar uma ruptura radical entre os reinados de d. João V e de d. José I, com a subida ao poder do ministro Marquês de Pombal e a chamada “reforma pombalina”. Carvalho e Melo fazia parte da elite política e intelectual que governava o país na primeira metade do século XVIII. O próprio Carvalho e Melo revelou ao Cardeal da Mota que seu “mais interessante dever em Londres” era observar cuidadosamente a Inglaterra e seu crescimento, acreditando que “todas as nações da Europa se aumentaram, e aumentam ainda hoje [na sua própria época], pela recíproca imitação. Cada um vigia cuidadosamente sobre as ações que obram as outras”⁹⁶. Neste sentido colocado por Carvalho e Melo, é possível afirmar uma história intelectual cruzada entre os diversos países europeus nesta época. Muitas vezes estes cruzamentos não aconteceram por um sentimento mútuo de uma *república das letras*, mas pela competição intelectual, comercial, econômica e política entre os membros de diferentes países.

⁹² FURTADO, J. F. Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas. In.: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. O Brasil Colonial, volume 3 (c. 1720-c.1821). RJ: Civilização Brasileira, 2014.

⁹³ SOARES, A. Teixeira. Marquês de Pombal: a lição do passado e a lição do presente. RJ: Alba, 1961, p. 41-69. CAVALCANTE, P. Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos da América Portuguesa (1700-1750). SP: Hucitec: Fapesp, 2006.

⁹⁴ FURTADO, Op. Cit., p. 64-66.

⁹⁵ Assim como na Academia Francesa, os filósofos portugueses recebiam pensões dos monarcas. SOARES, Op. Cit., p. 73-99.

⁹⁶ MAXWELL, K. A devassa da devassa: a inconfidência mineira. Brasil e Portugal, 1750-1808. SP: Paz & Terra, 2009, p. 22.

Contudo, se não podemos afirmar uma mudança de rumos, é possível perceber uma tentativa de melhorar a organização do Estado, um enrijecimento das políticas de contenção ao contrabando e de centralização governamental e uma atitude reformista em relação às instituições. Este caminho aprofundava algumas políticas da primeira metade do século XVIII e modificava outras. Contentava a alguns, descontentava a outros⁹⁷.

Segundo Maxwell, o governo de d. José I (1750-1777) e do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, buscou aplicar em Portugal as “grandes disposições novas”, que circulavam pela Europa e que faziam o crescimento de nações como Inglaterra e França, ou seja, as ideias iluministas. Naquele momento histórico, havia em Portugal a ideia de que o país tinha ficado para trás na corrida mercantilista dos países, mesmo tendo sob sua posse a maior mina de ouro conhecida até o momento. Para corrigir isto, Carvalho e Melo

dedicou-se a investigar as causas, as técnicas e o mecanismo da superioridade naval e comercial britânica – e durante sua estadia em Londres – conseguiu chegar à minuciosa avaliação da posição inglesa. Sua notável biblioteca londrina refletia seu interesse: com os livros de Thomas Mun, de Willian Petty, de Charles Davenant, de Charles King, Joshua Gee e Joshua Child, havia relatórios selecionados sobre colônias, comércio, minas, lanifícios, cursos especializados sobre açúcar e pesca, leis parlamentares sobre *tonnage* e *poundage* [impostos sobre a pesagem dos barcos e das cargas transportadas], frota mercante e navegação, fraudes alfandegárias, livros de tarifas, regulamentos da marinha inglesa e, principalmente, sua coleção era um verdadeiro tesouro de clássicos mercantilistas – com grande concentração em livros sobre companhias de comércio⁹⁸.

Sendo ou não um caminho iniciado por Carvalho e Melo, a administração portuguesa procurou reformar Portugal, sua corte, sua economia e sua agenda político-econômica. No período pombalino, reformulou-se o ensino universitário e militar, a organização das instituições e a formação do homem público português⁹⁹. Isto trouxe mudanças importantes na produção das estatísticas portuguesas e de seu império

⁹⁷ MAXWELL, K. Op. Cit. MONTEIRO, N. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In.: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. Op. Cit.

⁹⁸ MAXWELL, Op. Cit., p. 24.

⁹⁹ SILVA, A. R. Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). SP: Hucitec: Fapesp, 2006. GOMES, J. E. As milícias d'el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista: RJ: FGV, 2010. IZECKSOHN, V. “Ordenanças, tropas militares e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros”. In.: FRAGOSO, J.; GOUVÊA., M. de F. Op. Cit.

ultramarino. Se nos primeiros tempos, este encargo foi dado aos frades e aos cristãos-novos, que tinham conhecimentos técnico-científicos naquele momento, em meados do século XVIII, estes conhecimentos faziam parte da formação do militar e do homem público português. Na comparação que Beatriz Bueno fez entre a vinda de engenheiros militares ao Brasil de 1521 a 1822, é possível perceber uma diferença enorme entre os 4 engenheiros militares enviados nos reinados de D. João III e D. Sebastião(1521-1578), os 32 enviados por d. João V (1706-1750) e os 79 engenheiros militares enviados por d. José I (1750-1777)¹⁰⁰.

As modificações nas forças armadas portuguesas se deram, sobretudo, a partir do regulamento do Conde de Lippe, que normatizava o exercício profissional e a disciplina dos regimentos do exército. Segundo Vitor Izecksohn,

Em 1767, o conde Wilhelm de Schaumborg-Lippe, um dos generais de Frederico da Prússia, foi comissionado para reorganizar o Exército português. Sua influência nas forças militares convencionais foi sentida principalmente pela ação de João Henrique Böhm, um dos coronéis de Lippe, nomeado pelo marquês de Pombal inspetor-geral do Exército em todo o Brasil. Sob a orientação de Böhm foram construídos e reformados alguns fortes e reorganizados os regimentos, seguindo-se o padrão processado na Europa pela revolução militar. Böhm também proveu o Exército português do primeiro código militar, o famoso código de Lippe, que era constituído por 29 leis, 11 das quais prescreviam a pena de morte em caso de deserção ou motim. Mas a escassez de soldados e a relevância das milícias como suporte ao sistema de defesa da colônia minimizaram os efeitos dessa reforma sobre a disciplina e a hierarquia¹⁰¹.

Estas reformas militares previam a ampliação das funções e a melhor preparação para os serviços na hierarquia militar, como no caso dos engenheiros militares. A busca de um melhor conhecimento do território de Portugal e das conquistas ultramarinas estava na origem das reformas pretendidas por d. José I, visando um aprimoramento da administração e da demarcação de fronteiras coloniais. A definição de limites e a

¹⁰⁰ BUENO, B. “Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)”. Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, maio de 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/_BUENO_BEATRIZ_P.pdf>

¹⁰¹ IZECKSOHN, Op. Cit., p. 507.

exploração de plantas, animais e minérios brasileiros estavam entre os objetivos da reforma da Universidade de Coimbra e da formação do homem público ilustrado. Procurava-se formar homens de saber e de fazer, que colocassem em prática seus conhecimentos para levar Portugal novamente a ser uma grande potência mundial¹⁰². Assim, com esta nova organização das forças armadas e um aprofundamento do movimento ilustrado português foi possível enviar ao Brasil diversos engenheiros militares com conhecimento para organizar mapas topográficos e populacionais, além de relatórios descritivos das capitanias brasileiras¹⁰³.

Sob essa tradição, os homens de ciência luso-brasileiros se configuravam em uma rede de informações sobre clima e populações de diversas partes do globo terrestre¹⁰⁴. Estas observações estavam voltadas tanto para questões quantitativas, quanto qualitativas e classificatórias, para uma explicação de fatores ambientais e localizados¹⁰⁵. Como ressaltou Flávio Edler, “ao longo de todo o século XVIII, inúmeras iniciativas foram realizadas, em vários países europeus e em algumas colônias, visando à produção de séries diárias de observações meteorológicas correlacionadas com a estatística de certas doenças”, embora não houvesse registros sistemáticos de morbidade expressos em termos quantitativos¹⁰⁶.

A geração de intelectuais luso-brasileiros, que viria ao Brasil com a rainha d. Maria I e o regente d. João, seria formada sob o signo destas reformas portuguesas, mesmo que algumas de suas medidas tenham sido freadas pela Viradeira e pela impossibilidade material de sua execução¹⁰⁷. A chegada da corte portuguesa ao Brasil

¹⁰² BUENO, Op. Cit., p. 7. SILVA, Op. Cit., p. 36-99.

¹⁰³ GOMES, Op. Cit., p. 180-181.

¹⁰⁴ KURY, L. Homens de Ciências no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 11, suplemento 1, p. 109-129, 2004, p.110-111. Segundo Sacramento Blake, um dos poucos estudos de que se tem notícia era “Estatística da Capitania do Ceará”, de Antonio Borges da Fonseca, em 1768. BLAKE, A. S. Dicionário Bibliográfico Brasileiro [entre 1883 e 1902]. Volume 1. RJ: Conselho Federal de Cultura, 1970, p. 233. Para Ângela Domingues, o roteiro de viagem pela Amazônia de José M. de Noronha (1768) teria “a preocupação com a quantificação (...) sempre presente”, no entanto, o que vemos nesta obra é uma preocupação com a medida das distâncias e localizações percorridas no roteiro de viagem. Cf. NORONHA, J. M. de. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província [1768]. Rev do IHGB, v. 150, n. 364, jul.-set. 1989; DOMINGUES, A. Reedição de fontes para quê? Algumas reflexões em torno de um roteiro de viagem pela Amazônia luso-brasileira. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., v. 4, n. 1, 2009

¹⁰⁵ Segundo Paolo Rossi, à classificação era atribuída a função de diagnóstico, de captação do essencial e também de memorização da realidade. Impor nomes equivaleria a conhecer, ignorando o mero acidente. ROSSI, Op. Cit., p. 337-349.

¹⁰⁶ EDLER, F. A Medicina no Brasil Imperial. RJ: Fiocruz, 2011, p. 36-37.

¹⁰⁷ SILVA, Op. Cit., p. 101 et. Seq. A Viradeira foi um movimento político no contexto do início do governo de d. Maria I. Com a morte de d. José I e a saída do Marquês de Pombal do ministério, algumas de suas medidas foram revertidas.

(1808), mesmo que não seja um evento inaugural, foi marcante na história luso-brasileira e para a produção científica sobre o Brasil. Com a criação da Imprensa Régia e a liberação da imprensa no Brasil, vários livros foram publicados visando o conhecimento e a melhoria das terras e das condições sanitárias da nova capital. Neste momento, era necessário conhecer o território nos mais diversos aspectos e a forma de conhecimento própria do momento era ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa¹⁰⁸.

O ano de 1812 ficou marcado na história portuguesa pela confirmação da retirada das tropas francesas de seu território, feita no ano anterior. Este era um momento propício para repensar a organização e a administração portuguesa. Para fazer isso, era necessário conhecer o território e a população, em Portugal e nas colônias. Na sessão de 25 de Janeiro de 1812, o discurso de Manuel de Carvalho e Vasconcellos, da Academia Real de Ciências de Lisboa, tinha como título “Memória sobre o modo de formar um plano de Estatística de Portugal”. No mesmo ano de 1812 foi impresso na Bahia o primeiro *Almanach* destinado a fazer uma descrição histórica, geográfica, estatística e topográfica, por Diogo da Silva e Bivar¹⁰⁹. Dois anos depois, em Portugal, Marino Franzini escreveu suas Instruções estatísticas, focando questões climáticas e ambientais¹¹⁰.

No ano da independência do Brasil foram pelo menos três publicações do gênero: uma estatística da província do Maranhão, impressa em Lisboa e dedicada ao Congresso das Cortes de Lisboa¹¹¹; uma estatística da população do Brasil produzida pela Igreja Católica com base em seus bispados¹¹²; e as memórias economo-políticas e estatística de um português que decidiu ficar no Brasil, em São Pedro do Rio Grande do Sul, oferecida aos membros da Assembleia Geral e Constitucional do Brasil¹¹³. A repetição do ano de 1822 não é ocasional, sendo que as três estatísticas citadas guardam a tensão do momento. Uma dedicada às Cortes de Lisboa, outra afirmando o poder da Igreja sobre a população

¹⁰⁸ NEVES, L. B. P. das; GARCIA, L. M. C. “Imprensa Régia”. In.: VAINFAS, R.; NEVES, L. B. P. das. Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821. RJ: Objetiva, 2008, p.218-222.

¹⁰⁹ NEVES, L. M. Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal, c. 1808-1810. SP: Alameda, 2008, p. 111. BLAKE, Op. Cit.

¹¹⁰ FRANZINI, M. Instruções Estatísticas, compiladas em 1814. Lisboa: Imp. Régia, 1815. BLAKE, Op. Cit.

¹¹¹ O Maranhão vinha se tornando uma província importante, ensejando a criação de um tribunal da relação em 1812. NEVES, L. Estado e Política na Independência. In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. O Brasil Imperial, vol. 1 – 1808-1831. RJ: Civilização Brasileira, 2009, p. 105.

¹¹² OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. A Igreja no Brasil, ou informação para servir de base à divisão dos bispados, projectada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil. Rio de Janeiro, 1847. [1ª edição de 1822. Existe uma edição na Rev. IHGB, t. 29, v. 32, p. 159-199, 1866]

¹¹³ SILVA, I. F. Dicionário Bibliographico Portuguez. 22 Volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. BLAKE, Op. Cit.

no território e uma terceira dedicada aos deputados do Brasil recém-independente. Neste momento, a Igreja Católica, como religião oficial do Império Português e do Império do Brasil que nascia, tinha um papel fundamental na coleta de informações sobre a população, sendo muitas vezes a única instituição presente nos territórios habitados com algum registro populacional através das certidões de batismo, matrimônio e enterramentos.

~~~~~

## **Estatísticas brasileiras como construções localizadas e descentralizadas**

No Primeiro Reinado e nas Regências, outras estatísticas, num sentido muitas vezes mais qualitativo do que quantitativo, foram produzidas ou propostas, quase sempre com aspecto localizado, provincial, mesmo que timidamente. As estatísticas enquanto relatos territoriais também avançavam no Primeiro Reinado e no período regencial. Além das várias estatísticas produzidas, deve-se ressaltar os manuais para matematização de Pedro Alcantara Bellegarde, em 1835 e 1839, e as estatísticas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No caso destas últimas, como bem observou Senra, mostram uma preocupação com a região da Farroupilha (1835-1845)<sup>114</sup>.

Não podemos, por isso, colocar estas primeiras estatísticas brasileiras como inferiores. No velho mundo, as estatísticas e quantificações deste momento também tinham caráter localizado, e em certo sentido precário, se compararmos com as posteriores, anacronicamente. Na análise de James Hanley, sobre as estatísticas de Edwin Chadwick para Inglaterra, é possível perceber como o foco das pesquisas quantitativas estava nas grandes cidades como Manchester e Londres, nos problemas da industrialização e da urbanização. Chadwick utilizava a categoria “área rural” muito mais como elemento discursivo para afirmar um padrão sanitário ideal do que para quantificá-la, concentrando suas estatísticas na área urbana<sup>115</sup>.

Para compreender as estatísticas do Segundo Reinado, sua intensificação e o incremento de seu aspecto quantitativo localizado, devemos lembrar o contexto em que o Segundo Reinado se inicia. Desde 1838, com a eleição de Araújo Lima, o crescimento da produção de café no Vale do Paraíba, a criação do Colégio Imperial de Pedro II, do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um movimento conservador conhecido como Regresso tomava corpo e propunha a recentralização do poder. Esta proposta se articulava por um lado com a necessidade de centralização do poder como uma tentativa de acabar com as rebeliões do período regencial e por outro com a necessidade de construção intelectual e material do Estado e da nação brasileira<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> SENRA, N. *História das Estatísticas Brasileiras. Volume 1. Estatísticas Desejadas (1822 - c. 1889)*. RJ: IBGE, 2006, p. 105-117. SILVA, Op. Cit.. O Período Regencial tem uma reavaliação baseada na concepção de luta política e não simplesmente de “revoltas” contra o poder centralizado-estatal em DANTAS, M. (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções*. SP: Alameda, 2011.

<sup>115</sup> HANLEY, J. Edwin Chadwick and the Poverty of Statistics. *Medical History*, 46, 2002, p. 37-38.

<sup>116</sup> BASILE, M. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. RJ: Civilização Brasileira, 2009, p 90-97; CARVALHO, J. M.

Neste sentido, as estatísticas serviriam à construção de uma ideia de Brasil e a formação das estruturas estatais.

Não obstante, desde 1834, os assuntos estatísticos estavam a cargo da Assembleias Legislativas Provinciais, cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral<sup>117</sup>. Assim, no início da década de 1840, encontramos os assuntos de estatística em comissões de estatística provinciais e em comissões de estatística da Câmara dos Deputados e do Senado. Estas comissões, muitas vezes, estavam reunidas aos assuntos eclesiásticos e aos da colonização, mostrando uma profunda ligação entre temas<sup>118</sup>. Tomando em conta que o Brasil não tinha registros civis e que, para efeitos de contagem, se utilizavam os registros de batismo e casamento produzidos pela religião oficial do Império, ligar assuntos estatísticos e eclesiásticos era próprio para o período. A Igreja se ligava ao Estado não somente na produção de dados, mas também na conformação de um corpo social e de sua organização<sup>119</sup>.

Neste mesmo período, a Europa passava por uma modificação na perspectiva da organização dos conhecimentos, das sociedades e na própria visão sobre as estatísticas. Segundo Geyer e Paulmann, a partir da década de 1840, aumentaram as ligações transnacionais entre as sociedades e os continentes. Isto teria sido provocado pelo capitalismo comercial expansionista, pela melhoria nos meios de transporte – facilitando as viagens e migrações –, pelo crescimento dos intercâmbios culturais e econômicos próprios da revolução industrial que começava a chegar à Europa continental e nos Estados Unidos e pela multiplicação de atores e posições políticas que se assumem internacionais. Com este crescimento nos elos entre as sociedades, surgiria um novo processo de internacionalização, diferente das conexões vistas até este momento. Se até

---

“Vida Política”. In.: \_\_\_\_\_ (coord.) *A Construção Nacional: 1830-1889*. História do Brasil Nação, 1808-2010, volume 2. RJ: Objetiva, 2012, p.95-97.

<sup>117</sup> Parágrafo 5, Art. 11 da Lei 16 de 12 de Agosto de 1834, chamada pela historiografia concernente de Ato Adicional de 1834.

<sup>118</sup> Cabe lembrar que a partir do Ato adicional de 1834, estaria sob a incumbência das Assembleias Legislativas Provinciais “promover, cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral, a organização da estatística da Província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias”, de acordo com o artigo 11, parágrafo 5º.

<sup>119</sup> Deve-se lembrar que a Religião Católica Apostólica Romana era considerada pela constituição a religião oficial do Império, tendo o Rei poderes religiosos, enquanto mandatário sagrado. Isso fazia da Igreja uma instituição quase estatal, com os membros ordenados da mesma sendo pagos e recebendo ordens do monarca. Cf. Art. 5 e 99 da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

a década de 1840 um tráfego informacional poderia durar meses entre emissor e receptor, com os navios e locomotivas a vapor este tempo foi bastante reduzido<sup>120</sup>.

Este processo de internacionalização se faz sentir no Brasil, com o incremento de informações sobre diversas partes do mundo, publicadas em diversos periódicos da época<sup>121</sup>. No Diário do Rio de Janeiro, existiam dois tipos principais de referências a um conceito de estatística. Ambas tomando a ideia de uma “ciência do estado”, mas por concepções e, principalmente, práticas diferentes. Quando se tratavam de notícias de estatísticas internacionais, o termo era utilizado como sinônimo de aritmetização de informações relativas à diferentes conjuntos de elementos. Existem diversas quantificações acerca da produção, das ferrovias, da população e do comércio dos países europeus e dos EUA<sup>122</sup>. Quando se trata de “estatística” para o Brasil, o termo é muito mais utilizado na prática de definição de limites de províncias, cidades ou vilas, e algumas vezes a partir das estatísticas criminais (enquanto necessidade legal de contagem)<sup>123</sup>.

Quando a “estatística” aparece como sinônimo de contagem da população, em geral, surgia como um ressentimento de uma falta ou como uma proposta vaga e que não tinha consequências práticas verificáveis na documentação. Não obstante, alguns membros do Imperial corpo de engenheiros militares e de corpos militares da seção de obras públicas faziam estatísticas de localidades. No *Archivo Médico Brasileiro* e nos *Annaes de Medicina Brasiliense*, o termo “estatística” aparece como sinônimo de aritmetização científica, para comprovar a eficácia de determinado remédio ou terapia. Assim, produzir estatísticas seria uma forma de mostrar como determinado remédio ou determinada cirurgia seria benéfica ao doente. Esta concepção se reproduz, seja através de exemplos europeus, ou em exemplos nacionais. Contudo, os médicos se ressentem do fato de que as estatísticas produzidas não eram feitas por médicos e tinham erros em sua produção<sup>124</sup>. Nestes periódicos, além de afirmações de eficácia terapêutica e científica através das estatísticas é possível encontrar controvérsias sobre os usos de

---

<sup>120</sup> GEYER, M.; PAULMANN, J. “Introduction: the mechanics of internationalism”. In.: \_\_\_\_\_ . *The Mechanics of Internationalism*. Oxford, EUA: Oxford University Press, 2001.

<sup>121</sup> Os exemplares dos Diários do Rio de Janeiro, o *Archivo Médico Brasileiro*, os *Annaes de Medicina Brasiliense* e *O Auxiliador da Indústria Nacional* da década de 1840 foram analisados a partir de uma seleção prévia feita pelo instrumento de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, procurando pelo termo “estatística”.

<sup>122</sup> Alguns exemplos estão nos *Diário do Rio de Janeiro (DRJ)*, 1840, números 46, 50, 55, 128, 131, 165, 186, 196, 211 e 226; *DRJ*, 1841, números 79, 83, 169, 263, 287 e 290.

<sup>123</sup> *DRJ*, 1840, números 55, 103, 104, 106, 113, 117, 129 e 168.

<sup>124</sup> *AIM*. Relatório dos trabalhos da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, lido na sessão pública anual em 30 de julho de 1844, [por Luiz Vicente de Simoni]. *ArMB*, t.1, n. 4, dez/1844, p. 115.

matematizações e até mesmo posições contrárias ao seu uso para comprovação terapêutica, como na perspectiva de Noronha Feital<sup>125</sup>.

No caso de O Auxiliador da Indústria Nacional (OAIN), a “estatística” aparece com um conteúdo moral embutido na sua análise. Tem uma concepção, portanto, de análise social baseada numa ideia de moralidade, onde dados numéricos são utilizados para afirmar uma determinada concepção de sociedade e de vida. Estas formulações estavam baseadas na ideia do trabalho, da produção eficiente e do melhoramento da vida nacional pela adoção de bons princípios europeus. Pela estatística, estes princípios morais e éticos poderiam ser medidos e confirmados “estatisticamente”, ou seja, através de aritmetizações da realidade em produção crescente. Eram citadas apenas a existência destas estatísticas, sem os dados necessários à sua comprovação<sup>126</sup>.

Um exemplo desta abordagem estava num artigo de 1840, constante no número 8 de OAIN, no qual se afirmava

O trabalho é uma escola de sobriedade, de temperança, de virtude, e livra o homem dos funestos perigos da ociosidade. Os vícios não encontram de ordinário, ou não entram com facilidade, na casa do homem laborioso, que não tem tempo para acolher, afagar e animar. (...) A estatística dos crimes mostra que as classes laboriosas são proporcionalmente as que menos figura fazem no odioso, e abominoso quadro das maldades humanas.

O trabalho é também uma escola de resignação; porque nos ensina e lembra a nossa dependência; corrige e castiga o nosso orgulho e vaidade (...) <sup>127</sup>

E segue-se uma infundável lista de benefícios do trabalho, que seria comprovada, à contrapelo, pelas estatísticas dos crimes. Mas qual estatística? De que números se está falando? Em momento algum o artigo cita qualquer cifra. Num outro artigo, intitulado “Estatística – observações sobre a duração da vida humana”, no mesmo OAIN, o autor ressalta “a maior atenção à limpeza das habitações, à ventilação, à melhor qualidade de fato, e à melhor qualidade dos alimentos, junta com os benéficos efeitos da vacina, e um tratamento médico mais bem entendido em muitas doenças destruidoras, o melhor regime dos hospitais e prisões” como fatores para a diminuição da mortalidade nos “países cultos

<sup>125</sup> FEITAL, J. M. de Noronha. “Aritmética aplicada à medicina”. *Annaes de Medicina Brasiliense*, n. 11, v. 1, abr/1846, p. 429 et. Seq.

<sup>126</sup> O Auxiliador da Indústria Nacional, 1840, número 8, p. 77 et. Seq.; 1841, número 9, p. 186 et. Seq.; 1842, número 10, p. 57 et. Seq.; 1843, números 1, p. 62 et. Seq.; entre outros.

<sup>127</sup> O Auxiliador da Indústria Nacional, 1840, número 8, p. 79. Grifo meu.

da Europa, e nos Estados Unidos da América”<sup>128</sup>. Em seguida, apresenta números de duração média dos indivíduos, sem citar fontes, garantindo que essas quantidades seriam influenciadas por questões climáticas, pelo “estado social”, por quantidades de casamentos ou celibatos, pelas estações do ano, pelos hábitos, religião e educação dos povos. Ao final, o artigo concluiria

Estes resultados mostram quanto é útil, para a saúde e a conservação da vida, ter hábitos pacíficos regulares, como os dos quakers, inimigos da intemperança, de todos os excessos, de prazeres fúteis e agitados, e mais que tudo procurando por todos os meios de união fraterna evitar mil desgostos, procedentes da ambição<sup>129</sup>.

Dessa forma, em mais um artigo, O Auxiliador da Indústria Nacional procurava comprovar “estatisticamente” que determinados hábitos como o trabalho, a vida regrada, o casamento, a prática religiosa e bons hábitos sociais levariam a longevidade e ao crescimento do país. Em 1843, OAIN voltaria à comparação estatística entre os países no artigo “Estatística – produtos comparados do solo em França e em Inglaterra, nas suas relações com a população”. Anunciando ser um artigo traduzido do francês, e publicado originalmente em 1833, o texto buscava comparar a agricultura dos dois países europeus, procurando o motivo das vantagens da Inglaterra sobre a França<sup>130</sup>. A publicação pretendia trazer ao público brasileiro informações sobre a influência da agricultura sobre a população, de modo a incentivar a atividade produtiva.

Em artigo de Braz da Costa Rubim, de 1850, intitulado “Curiosidade Estatística”, foram listadas 127 perguntas dirigidas à “agricultores e industriais” sobre suas localidades, sobre a agricultura e a pecuária e sobre os problemas da produção. Segundo o autor,

é a estatística uma ciência de fatos, e de resultados comparados: sem ela impossível se torna formular um trabalho qualquer relativo ao estado de prosperidade ou decadência de um povo, conhecer as causas de seu progresso ou atraso<sup>131</sup>.

Nesses exemplos, podemos ressaltar o interesse dos editores de O Auxiliador da Indústria Nacional de buscar o progresso do país através de uma perspectiva da moral do trabalho e família, sem excessos e cultivando as técnicas agrícolas consideradas melhores no mundo civilizado. No tocante às estatísticas, aparece uma dimensão comparativa e um

---

<sup>128</sup> OAIN, 1842, número 10, p. 57 et. Seq.

<sup>129</sup> OAIN, Idem, p. 61.

<sup>130</sup> OAIN, 1843, n. 1, p. 62 et. Seq.

<sup>131</sup> OAIN, 1850, n. 6, p. 213 et. seq.

interesse pela produção de números através de pesquisas feitas diretamente com o agricultor, sem uma organização institucional ou estatal.

Assim, diversas concepções de estatísticas estavam sendo divulgadas em periódicos. Estas várias visões sobre o que seria fazer uma “estatística”, esbarravam, muitas vezes, na tentativa de pensar o conceito sob a lógica de uma tradição específica, considerada universal. A França era considerada, pela visão de país do iluminismo construída após a Revolução Francesa, como o local de onde vinham as luzes do conhecimento universal.

O vereador Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao produzir suas estatísticas sobre os estabelecimentos comerciais da cidade no ano de 1844, fez um tratado sobre o estado da arte da estatística<sup>132</sup>. Ao fazer observações sobre a ciência produzida até aquele momento em outros Estados, afirmou categoricamente que

A França, por exemplo, não tem uma boa estatística geral, conquanto possua excelentes estatísticas parciais, isto é, de certos departamentos. É notável que em Portugal, país havido por um dos menos adiantados nas ciências sociais, se houvessem feito, antes da introdução do sistema liberal, trabalhos apreciáveis sobre muitas partes do reino e seus domínios. O fato é que existem e que dão uma ideia mais que favorável da habilidade dos homens de estado que os empreenderam. Alguns sábios portugueses se distinguiram por seus talentos e aplicação às ciências econômicas<sup>133</sup>.

Diante da percepção do autor de que as ciências estatísticas teriam nascido com o governo representativo e liberal, o mesmo se surpreende com a falta de estatísticas gerais na França, enquanto em Portugal, antes do liberalismo, já existiriam “trabalhos apreciáveis sobre muitas partes do reino e seus domínios”. O relatório seguia com considerações sobre a iniciativa do visconde de São Lourenço que teria enviado, em 1819, à d. João VI um mapa geral da população, com o recenseamento da população. Para o autor, este tipo de documento tinha valor inestimável, mas devia ser consultado com a cautela conveniente e com o intuito de comparação com trabalhos posteriores<sup>134</sup>.

---

<sup>132</sup> MENDONÇA, G. G. “Estatística”. *Minerva Brasiliense*, n. 9, v. 1, 01/03/1844, p. 256-259.

<sup>133</sup> MENDONÇA, Op. Cit, p. 256.

<sup>134</sup> MENDONÇA, Op. Cit, p. 256.

No final da década, Haddock Lobo, ao produzir sua *Estatística do Rio de Janeiro em 1849*, criticava os equívocos da administração no Brasil, que não centralizava os dados para a formulação de estatísticas. Não obstante, sua inspiração intelectual era o modelo centralizado francês pós-napoleônico, enquanto o Estado Brasileiro tinha sido criado sob a tradição lusitana de administração, através de uma monarquia corporativa, utilizando o conceito de Hespanha. Ao tomar o modelo francês como universal/internacional, via a realidade brasileira como incompleta, como imperfeita, como equivocada<sup>135</sup>.

Assim, a internacionalização das estatísticas tentava organizar e homogeneizar universalmente características que eram locais, nacionais. Com a tentativa de padronizar as administrações estatais e os conceitos estatísticos de comparação, proporcionava ao mesmo tempo uma visão de imperfeição e propostas de mudança na organização do Estado Brasileiro. Segundo Geyer e Paulmann, de objeto nacional as estatísticas se internacionalizaram, e no momento seguinte voltaram a se nacionalizar, a partir do discurso de elites intelectuais locais que utilizavam o “discurso de internacionalização” para justificar suas escolhas políticas e culturais. Se assemelhar ao europeu significava ser moderno, ser civilizado, ser atento às melhores práticas daquele tempo. Contudo, nenhum processo de apropriação é neutro e a ideia do reformismo internacional baseado em “conceitos esclarecidos europeus” estava sempre presente, afirmando a posição central da Europa, entendida como França-Inglaterra-Alemanha, no mundo<sup>136</sup>.

Não obstante, cabe ainda destacar que as próprias fronteiras nacionais, como demonstrou Jörn Rüsen são constructos humanos. A rigor, as próprias ideias de nação, de território e de sociedade nacional só podem ser entendidas enquanto recortes formais e informais produzidos pelo ser humano. Com isto, quer se mostrar que os homens e mulheres, com suas conexões em maior ou menor grau, com suas experiências locais, com seus contextos e compreensões particulares, fazem parte de uma mesma humanidade que habita um mesmo globo terrestre. Assim, para Rüsen, compreender as diferenças, as semelhanças e as conexões entre várias formas de habitação no planeta colabora para a

---

<sup>135</sup> HADDOCK LOBO, R. J. Texto Introdutório do recenseamento do Rio de Janeiro de 1849. Boletim de História Demográfica, ano XV, n. 50, julho de 2008. Online em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm)>. Uma boa análise do trabalho de Haddock Lobo pode ser encontrada no prefácio desta edição online feita por Thomas Holloway “Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849”.

<sup>136</sup> GEYER e PAULMANN, Op. Cit., p. 13-16.

percepção dos processos de identidade e alteridade e para a plena consciência da dependência de contextos<sup>137</sup>.

A influência da enunciada tradição portuguesa de Estado, com sua monarquia corporativa e sua descentralização na coleta e organização de informações construiria uma tensão entre as práticas e usos das informações sobre o Estado no ambiente do Brasil império contra as teorias e práticas das estatísticas de médicos e intelectuais estrangeiros ou de médicos brasileiros com influências nas ciências estatísticas internacionalizadas. Essa contradição entre práticas e desejos conformaria uma situação de inexistência de estatísticas gerais do Brasil por longo período.

Não obstante, estamos falando de duas concepções diferentes de estatística. De um lado de uma ciência de Estado nacional, que se internacionalizou, e depois voltou a se nacionalizar como exigência científica. De outro, de uma ciência conformada na própria tradição monárquica luso-brasileira, com suas características particulares. Compreender essa tensão colaborará para a percepção das disputas em torno das estatísticas no Segundo Reinado e para a análise das práticas e ações estatais e não-estatais no Brasil.

~~~~~

¹³⁷ RÜSEN, J. "Historizing Humanity – Some theoretical considerations on contextualization and understanding regarding the idea of humanity". *Taiwan Journal of East Asian Studies*, vol. 7, n. 1, junho de 2010, p. 21-39.

Estatísticas como ciência internacional no século XIX

O século XIX ficou marcado pela intensificação e pela organização de conhecimentos científicos particulares e formas internacionais de fazer ciências. Se, até o século XVIII, as comunicações e meios de transporte limitavam em alguma medida a circulação de informações, no século seguinte, com as estradas de ferro, os navios a vapor e o avanço das ligações postais e mais tarde telefônicas tornou-se muito mais fácil ter informações sobre outras partes do mundo. Para as ciências e a internacionalização do conhecimento, isto foi um fator relevante, que levou a possibilidade de praticar ciência em nível internacional. No século XVIII, os filósofos iluministas tinham pensado em formulações científicas que pudessem ser universais. No século XIX, os homens de ciências podiam praticar ou, pelo menos, tentar praticar as ciências em nível internacional¹³⁸.

De acordo com Geyer e Paulmann, entre 1840 e 1914, haveria uma tentativa de internacionalização das práticas culturais, econômicas e políticas, e um esforço para reformar a sociedade pelo caminho da cooperação transnacional. Nesse processo, homens de ciências que pensavam em problemas locais, buscando respostas para questões humanas e de organização política da sociedade, passaram a construir relações internacionais e congressos científicos internacionais¹³⁹. As matrizes científicas de diversos países cada vez mais se cruzavam, buscando semelhanças e diferenças entre elas. Buscava-se burilar o diferente e estabelecer padrões de análise internacional. Para isso, era necessária uma ciência social de cálculos, uma linguagem matematizada que pudesse ser comum a todas as partes do mundo. As tradições inglesa, francesa e germânica puderam, nesse contexto, se juntar, na busca de uma política aritmética e de números para analisar dinâmicas sociais. Surgia uma “‘era do entusiasmo’ em estatísticas”¹⁴⁰.

Essa busca por explicar as dinâmicas sociais tinha relação direta com a Revolução Francesa, o subsequente Império Napoleônico e demais turbulências políticas do final do século XVIII e início do século XIX. Tornava-se fundamental entender a sociedade, para governá-la. De acordo com Theodore Porter, não se tratava de um fatalismo sociológico

¹³⁸ GEYER, M.; PAULMANN, J. *The Mechanics of Internationalism*. Oxford, EUA: Oxford University Press, 2001.

¹³⁹ GEYER e PAULMANN, 2001, p. 1-25.

¹⁴⁰ PORTER, T. “Statistics as Social Science”. In.: _____. *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*. N. Jersey: Princeton U. P., 1986.

ou de uma reforma repressiva e controladora pós Congresso de Viena. As iniciativas estatísticas provinham de um temperamento liberal, na esperança de melhoria da sociedade. Os estudos estatísticos, especialmente depois das ondas liberais de 1820 e 1830, tinham como horizonte de expectativa a busca de informações empíricas para dar conta de problemas de natureza política, sanitária e do comportamento moral e criminal¹⁴¹.

Nesse intuito, informações sobre a produção de estatísticas eram trocadas entre sociedades científicas europeias e entre homens de ciências dedicados às estatísticas. As reformas políticas e sociais empreendidas em países como França, Inglaterra e Bélgica se cruzavam, no momento em que homens como Quetelet sugeriam projetos e indicava formas de construção de questionários para a sociedade de estatística de Londres, entre 1833 e 1835¹⁴². Contudo, para o conselho da sociedade londrina, essa produção estaria isenta de especulações de caráter político ou social. Seria apenas a dedução de certos princípios gerais sobre questões importantes da humanidade. Dessa forma, marcava que

A Ciência da Estatística difere da Economia Política, porque embora tenha o mesmo fim em vista, não discute causas nem razão sobre efeitos prováveis; Procura coletar, ordenar e comparar apenas aquela classe de fatos que só podem partir da base de conclusões corretas com respeito ao governo social e político.

Como outras ciências, a da Estatística procura deduzir de fatos bem estabelecidos certos princípios gerais que interessam e afetam a humanidade; Usa os mesmos instrumentos de comparação, de cálculo e de dedução; mas sua peculiaridade é que ela procede inteiramente pela acumulação e comparação de fatos e não admite qualquer tipo de especulação¹⁴³.

Para a Sociedade de Estatísticas, o que eles faziam era tão somente coletar dados e compará-los, sem fazer qualquer especulação a respeito dos mesmos. Atualmente, a

¹⁴¹ PORTER, 1986, p. 27.

¹⁴² Idem, p. 33-34.

¹⁴³ Apud PORTER, 1986, p. 35-36. Tradução minha para “The Science of Statistics differs from Political Economy, because although it has same end in view, it does not discuss causes nor reason upon probable effects; it seeks only to collect, arrange, and compare, that class of facts which alone can from the basis of correct conclusions with respect to social and political government.

Like other sciences, that of Statistics seeks to deduce from well-established facts certain general principles which interest and affect mankind; it uses the same instruments of comparison, calculation and deduction: but its peculiarity is that it proceeds wholly by the accumulation and comparison of facts, and does not admit of any kind of speculation”.

própria organização das séries estatísticas é vista como reprodutora de padrões sócio-políticos hipotéticos. Nesse sentido, a própria relação entre características do corpo humano, do tamanho de partes do corpo e de doenças com raças ou tipos humanos deve ser compreendida como produzidas socialmente e produtoras de relações sociais. Ao mesmo tempo em que a ciência estatística era produto das visões de mundo e dos padrões sócio-políticos estabelecidos, a coleta, o ordenamento, a comparação e a publicação de dados estatísticos produziam nas sociedades efeitos de sentido e visões da sociedade¹⁴⁴.

A historiografia mundial sobre internacionalismo tem dado grande importância ao estudo das exposições universais e dos congressos internacionais durante o século XIX para explicar as conexões científicas mundiais. Contudo, a internacionalização nesta época esbarrava em diversos problemas, sobretudo nos nacionalismos da época, nas grandes diferenças entre os países e sua estrutura burocrática. Além disso, internacionalismo era entendido, principalmente, como reunião dos representantes dos Estados Nacionais independentes¹⁴⁵.

Os congressos internacionais de estatísticas foram reuniões que aconteceram entre 1853 e 1876, em diversos países da Europa¹⁴⁶. Eram organizados por Adolphe Quetelet, especialista em meteorologia, matemática, astronomia e estatística do Observatório de Bruxelas (Bélgica). Quetelet ficou mundialmente conhecido por sua teoria do “homem médio”, segundo a qual todos os processos obtidos para a sociedade correspondem aos resultados da média aritmética. O estatístico buscava uma regularidade numérica na sociedade, para estabelecer leis que governassem o caos social¹⁴⁷.

O período de criação destes congressos foi caracterizado por Geyer e Paulmann como um período de “internacionalismo voluntário”, pois a maioria das iniciativas partia de grupos particulares e idiossincráticos. Para os autores,

¹⁴⁴ ZIEMANN, B.; WETZELL, R. Etal. Introduction: The Scientization of the Social in Comparative Perspective. In.: ZIEMANN, B.; WETZELL, R. Etal. *Engineering Society: the role of the human and social sciences in modern societies, 1880-1980*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

¹⁴⁵ GEYER e PAULMANN, 2001.

¹⁴⁶ Os Congressos Internacionais de Estatísticas aconteceram mais especificamente nos anos de 1853 (Bruxelas), 1855 (Paris), 1857 (Viena), 1860 (Londres com participação brasileira), 1863 (Berlim), 1867 (Florença), 1869 (Haia), 1872 (São Petersburgo, com participação brasileira) e 1876 (Budapeste, com participação brasileira). SENRA, 2006, p. 339.

¹⁴⁷ CAJORI, Florian. *Uma História da Matemática*. RJ: Ciência Moderna, 2007, pp. 489-492. PORTER, 1986, p. 40-70.

o internacionalismo voluntário foi levado para além das fronteiras nacionais, porque os problemas que grupos ou Estados tentaram resolver transcenderam o Estado-Nação, ou porque seus defensores tentaram construir alianças estratégicas com outros grupos no exterior, a fim de fortalecer a sua posição interna (GEYER e PAULMANN, 2001: 22).

No caso de Quetelet, este participava de um círculo científico internacional que desejava divulgar sua ciência como a melhor forma de analisar e tomar decisões em questões sociais e políticas. Os objetivos principais dos congressos de estatística eram reunir representantes dos Estados Nacionais para debater o método estatístico e criar uma uniformidade de temas e métodos, aspirando uma comparação transnacional. Randerraad demonstrou como esta perspectiva tinha diversos impedimentos. Para este historiador, grande parte do fracasso em fazer rápidas mudanças neste campo estava na dificuldade da realização de transferência de conhecimentos eficazes, nos entraves da comunicação à época, na fé implícita na possibilidade de uma ciência estatística neutra e na dificuldade de comparações entre realidades e fatos tão diversos entre os países¹⁴⁸.

O congresso normalmente era dividido em cinco seções: 1ª Recenseamentos, Metodologia da Estatística, Estatística Somatória e Sanitária; 2ª Registros da população e seu movimento; 3ª Estatística da indústria e das minas; 4ª Estatística do Comércio e das Relações Postais; 5ª Estatística Criminal¹⁴⁹. A partir do congresso de 1872, foi criada uma comissão permanente, que existiu até 1878. Esta foi a última reunião do século XIX¹⁵⁰.

Esses congressos tiveram participações do Brasil em 1860, 1872, 1873, 1874 e 1876, com Francisco Ignácio de Carvalho Moreira e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Apesar da primeira participação brasileira datar de 1860, nos congressos anteriores já havia a referência ao Brasil. Contudo, essa referência se dava pela falta de estatística. Na reunião de 1855, em Paris, o chefe da seção do comércio, Mr. Fleury, daria a notícia de que 18 países publicavam anualmente estatísticas comerciais. Destes, 13 seriam europeus e 5 americanos. Como exemplo de países que ainda não tinham

¹⁴⁸ RANDERRAAD, Nico. The International Statistical Congress (1853-1876): knowledge transfers and their limits. *European History Quarterly* 41(1), 2011

¹⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Relatório acerca dos trabalhos do Congresso Estatístico de S. Peterburgo em agosto de 1872, apresentado ao governo imperial. Anexo D. In.: BRASIL. Relatório do Ministro dos Negócios do Império. Dezembro de 1872. p. 3. SENRA, Nelson. História das estatísticas brasileiras. Volume 1. Estatísticas desejadas (1822-c. 1889). RJ: IBGE, 2006, p. 343.

¹⁵⁰ RANDERRAAD, 2011, p. 58.

publicadas suas estatísticas comerciais na América, colocaria o Brasil, o México, os Estados do Prata (Argentina e Uruguai) e Nova Granada. A chegada desta notícia ao Brasil indignaria Joaquim Antonio de Azevedo, que escreveu para o *Jornal dos Economistas* retrucando a informação. Azevedo era empregado da seção de estatística do tesouro nacional e secretário da Sociedade Estatística do Brasil, criada em 1854¹⁵¹.

Segundo sua carta, republicada no *Correio Mercantil*, a impressão passada por Mr. Fleury no seu relatório no Congresso Internacional de Estatística de Paris tinha sido desfavorável e descabido. Por tal declaração, considerava que os trabalhos brasileiros ainda não seriam conhecidos pelos estatísticos europeus. Não obstante, eles existiam, pois, segundo Joaquim Azevedo, ele próprio havia publicado. A publicação teria sido feita a partir da comissão estatística criada no tesouro nacional em 26 de agosto de 1845, para “organizar as coleções de mapas estatísticos do comércio de importação, exportação e navegação do Império”¹⁵².

O primeiro volume teria sido publicado com os exercícios de 1839 a 1840, ao qual teria se seguido outros volumes, continuamente. Assim, confirmava que o último volume a ser impresso seria do exercício de 1849 a 1850, enquanto o volume de 1853 a 1854 estaria na imprensa. O mesmo estava trabalhando nos volumes de 1850 a 1851 e de 1852 a 1853. Além disso, em 1848 teria sido publicado um resumo analítico quinquenal, com 29 mapas e todos os documentos relativos à criação da comissão e regulamentos do seu trabalho. E seguia, dando pormenores das suas publicações, assegurando que a informação divulgada no Congresso Internacional não era verdadeira.

Lamentava, portanto, que o país não tivesse um representante no Congresso, sem entender o motivo de tal ausência do governo brasileiro. Se perguntando sobre o porquê da ausência, afirmava mais uma vez que não seria por falta de estatísticas oficiais a apresentar e nem por falta de representante. Ainda segundo Azevedo, Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguay, estaria em Paris na época do Congresso e poderia ter representado o Brasil “com glória para si e para o país”¹⁵³.

O primeiro representante brasileiro nos Congressos Internacionais de Estatísticas foi Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, que recebeu o título de barão de Penedo, e era diplomata brasileiro em Londres na época do congresso de 1860. Teve sua vida

¹⁵¹ CORREIO MERCANTIL, a. XIII, n. 257, 18/09/1856, p. 1.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

política e diplomática ligada às questões fundamentais das relações internacionais no Brasil, como a questão da pressão inglesa pelo fim da escravidão no Brasil e a tensão entre o papado ultramontano pós-1870 e o império brasileiro. Além disso, foi um dos principais articuladores dos empréstimos do império brasileiro no exterior. Mas nunca teve nenhuma articulação com temas relacionados à produção de estatísticas, tendo citado isto em seu relatório sobre o congresso¹⁵⁴.

Houve alguma dificuldade dos representantes do país apresentarem seus relatórios estatísticos e os métodos utilizados no país. Representante do Brasil no congresso estatístico de 1860, Francisco de Ignácio Moreira apresentou os relatórios ministeriais do império e dos presidentes de províncias como sendo “as estatísticas do império do Brasil”, mesmo se desculpando pelas dificuldades de um império novo em produzir estatísticas¹⁵⁵. No seu relatório ao ministro dos negócios estrangeiros, reforçou, contudo, a importância da participação do país nos próximos congressos sobre o tema¹⁵⁶. Não obstante, até onde se tem conhecimento, o Brasil não enviou representantes nos congressos seguintes. A próxima vez que o país tomou parte no Congresso Internacional de Estatística foi em 1872, com Francisco Adolfo de Varnhagen.

Varnhagen, barão e depois visconde de Porto Seguro, ficou reconhecido na historiografia brasileira do século XIX como o produtor da principal obra de História da época: História Geral do Brasil. Atuou em diversas embaixadas brasileiras, quase sempre aproveitando de sua localização geográfica para colher documentos sobre a História do Brasil e publicar textos sobre o tema. Este era seu objetivo pessoal e profissional. Nesse sentido, o historiador-diplomata não via nenhum problema em solicitar transferências entre embaixadas para estar melhor posicionado, logo, perto de arquivos de interesse. Além disso, como homem ilustrado, o barão de Porto Seguro tinha interesse na cultura científica da época, nas descobertas arqueológicas e arquivísticas europeias e nas análises sociais científicas da época. Possivelmente por esse motivo, não somente aceitou participar do congresso, como passou a integrar a comissão permanente do congresso

¹⁵⁴ MENDONÇA, Renato. Um diplomata na corte da Inglaterra: o barão de Penedo e sua época. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

¹⁵⁵ MOREIRA, Francisco Ignácio de Carvalho. Discurso no Quarto Congresso Internacional de Estatística, Londres, 18 de Julho de 1860. In.: Report of the proceedings of the fourth session of the international. London: Majesty's Stationery Office, 1861, p. 37-39.

¹⁵⁶ MOREIRA, Francisco Ignácio de Carvalho. Correspondência da Sessão Central de Londres da Legação do Brasil na Grã-Bretanha, para o ministro dos negócios estrangeiros João Cansansão de Sinimbu, tratando do Congresso Internacional de Estatística no mês de Julho. Ofício número 13 de Londres, 30 de Julho de 1860.

internacional de estatísticas a partir de 1873. Não obstante, não contribuiu de forma nenhuma para a produção brasileira de obras estatísticas¹⁵⁷.

Varnhagen participou de reuniões relacionadas ao Congresso Internacional de Estatística nos anos de 1872, 1873, 1874 e 1876. Nestas oportunidades, o barão de Porto Seguro produziu relatórios, enviou cartas aos seus superiores hierárquicos, à José Carlos Rodrigues, publicou dois textos apresentados em reuniões. Além disso, recebeu cartas de ministros de Estado, de Adolphe Quetelet, de Sociedades de Estatística de várias partes do mundo e da comissão permanente de estatística.

Assim como o barão de Penedo, Varnhagen teve dificuldades para apresentar as “estatísticas nacionais”. Após o congresso de 1872, o diplomata ainda solicitava documentos para apresentar ao órgão estatístico internacional, declarando ao ministro do Império que necessitava enviar documentos e relatórios brasileiros,

não só para explicar, pela sua falta, o porque eu [Varnhagen] não apresentava nenhum relatório, como para não deixar aparecer o Brasil ante o Congresso como muito menos cuidadoso da Estatística, do que todos os outros países que aí mandaram seus trabalhos: havendo sido tal o vexame em que a este respeito me vi, que para não deixar de fazer também alguma oferta, me privei do meu Atlas de Candido Mendes, e de um exemplar do relatório de V. Ex^a do ano passado, os quais ambos ofereci¹⁵⁸.

Quanto ao relatório às autoridades imperiais, Varnhagen procurou apresentar a organização do congresso e suas principais decisões. O diplomata deu mais ênfase à sua participação, à descrição de material enviado ao Brasil, às discussões da criação da comissão permanente (na qual tomou parte) e aos debates sobre o projeto de recenseamento, estatísticas industriais, das minas, comerciais e postais. No caso do recenseamento, o barão de Porto Seguro ressaltou sua participação, modificando a recomendação inicial do programa do evento. Inicialmente, se previa um período único para a produção de recenseamentos em todo o planeta. Varnhagen justificou a necessidade de que cada Estado deveria escolher o momento mais propício para suas ações públicas.

¹⁵⁷ CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. História (São Paulo), v. 24, n. 2, 2005. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. Topoi, v. 8, n.15, jul-dez. 2007.

¹⁵⁸ VANHAGEN, 3/12/1872. In.: LESSA, Clado (org.). Francisco Adolfo de Varnhagen. Correspondência Ativa. RJ: INL-MEC, 1961.

A razão era a de que, para os europeus, o melhor momento para a produção das estatísticas populacionais era o verão, no meio do calendário gregoriano para o hemisfério norte. Mas esse padrão climático não se dá em todas as partes do globo. Não obstante, o historiador-diplomata apresentou de forma menor as discussões sobre estatística sanitárias e criminológicas¹⁵⁹.

Sobre a história diplomática brasileira e sua relação com a ciência, foi publicado um Catálogo de Fontes do Ministério das Relações Exteriores. Na introdução do catálogo, Sabrina Parracho Sant'anna e Rafael Daltro Bosisio enunciam a participação do Brasil em uma rede de transferências tecnocientíficas, inclusive no campo das estatísticas¹⁶⁰. Contudo, esta afirmação carece de comprovação, pois ao conferir a listagem documental, entre 162 documentos sobre recebimento de estatísticas de diversas partes do mundo e vários pedidos de reciprocidade, o Brasil enviou apenas duas para à legação francesa: um estatística sobre os caminhos de ferro brasileiros (20/08/1861) e uma coleção de relatórios da Diretoria-Geral de Estatística (08/02/1876)¹⁶¹. Aqui, aparece mais uma contradição da administração imperial brasileira. Se de um lado os relatórios e informações sobre a produção e a administração brasileira eram públicos nessa época, por outro elas não eram enviadas aos países que a solicitavam, com raríssimas exceções.

A escolha dos enviados aos congressos internacionais de estatísticas pelo governo imperial brasileiro corrobora a tese de que os homens de estado tinham muito mais interesse em suas funções, nas suas ações e práticas pessoais como agente do que na produção de estatísticas do Estado Nacional. A força das particularidades, numa monarquia corporativa de tradição portuguesa, falava muito mais alto do que uma aplicabilidade técnica e do que a escolha de representantes que produzissem estatísticas nacionais quando voltassem ao país. Tanto o barão de Penedo, quanto o barão de Porto Seguro, ao serem enviados para os congressos internacionais de estatísticas fizeram relatórios aos seus superiores, aproveitaram o congresso para fins próprios e pessoais e não tocaram para frente o projeto da produção de estatísticas brasileiras.

Nesse bojo, as estatísticas brasileiras, e as estatísticas médicas em específico, continuaram a produzidas de forma localizada na sua coleta, produção e análise, mesmo depois da participação de um representante do Estado Brasileiro em 1860. Quando

¹⁵⁹ VARNHAGEN, 1872.

¹⁶⁰ SANT'ANNA, Sabrina; BOSISIO, Rafael. Inovações tecnológicas e transferências tecnocientíficas: a experiência do Império brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, vol. 1, p. 54-56.

¹⁶¹ Idem, vol. 2, p. 273 e 302.

Varnhagen participou dos congressos de estatísticas, entre 1872 e 1878, o Brasil já tinha seu primeiro censo nacional, mas mesmo assim, o diplomata não toma parte na colaboração para que o país consolide a produção de dados quantitativos. Temos, portanto, participações nos congressos, mas que não se tornam práticas de construção das estatísticas no Brasil. Aqueles que procuravam produzir estatísticas padronizadas estavam em outros ambientes que não os dos congressos internacionais: eram homens de estado vinculados diretamente às políticas públicas do império.

CAPÍTULO II

Da ausência de quantificação à discussão sobre sua
importância (c.1840 – 1849)

O discurso estatístico se reconfigurou e se solidificou ao longo do século XIX. Enquanto diversos países europeus organizavam sociedades estatísticas e comissões para a produção de dados quantificados, os médicos, engenheiros e políticos brasileiros se ressentiam por não ter órgãos congêneres e produção semelhante à europeia. Não obstante, as ideias de estatística, e a visão da importância desta para o Estado e para a sociedade como um todo, circulavam. Além disso, surgiam iniciativas de quantificar as províncias através de corografias e outras obras que se denominavam de estatísticas. Surgiam também comissões de estatísticas nas províncias. Eram publicadas e noticiadas estatísticas de países europeus de diversos tipos, em vários periódicos, numa tentativa de inspirar empreendimentos análogos no Brasil.

O presente capítulo pretende analisar a circulação das ideias de Estatística no Segundo Reinado brasileiro durante a década de 1840, procurando identificar os conceitos de estatística utilizados à época, seus usos e o processo histórico pelo qual passava este conceito e esta forma de conhecimento no Brasil. Examinando as citações sobre estatísticas em periódicos diversos do período procurarei analisar sua utilização e as diversas formas de apropriação do conceito. Desta forma, busco alargar o espaço de experiência referente ao uso das estatísticas e das quantificações como forma de análise da sociedade.

O estudo da História das estatísticas no Brasil tem crescido ao longo dos últimos anos, principalmente a partir dos esforços de pesquisadores do IBGE que colocaram na ordem do dia a urgência das reflexões sobre este tema no país. Trabalhos como os de Nelson Senra, em *História das Estatísticas Brasileiras*¹⁶², em *O Saber e o Poder das Estatísticas*¹⁶³ e em *Estatísticas das Américas*¹⁶⁴ tem demonstrado a importância do incremento destas pesquisas no Brasil. Se por um lado esta vertente historiográfica começa seu processo de organização, por outro necessita ainda de muitos debates e críticas para seu apuro e complexificação.

No primeiro volume da *História das Estatísticas Brasileiras*, Senra caracteriza o período entre as décadas de 1840 e 1860 como um tempo de “expectativas frustradas”¹⁶⁵. Focado na revolta contra o Censo Geral de 1851-52, na efêmera Sociedade de Estatística do Brasil, sob a imediata proteção do Imperador, e na carência ou ausência de estatísticas,

¹⁶² SENRA, 2006.

¹⁶³ SENRA, 2005.

¹⁶⁴ SENRA & CAMARGO, 2010.

¹⁶⁵ SENRA, 2006, volume 2, parte 2.

deu pouca importância à circulação das ideias de estatística neste período. Estudar a circulação das ideias de estatística neste período será, portanto, uma forma de demonstrar que, para além destas frustradas iniciativas, existiam construções de formulações a respeito do que era esta ciência e este fazer. Além disso, demonstrarei que existiam cálculos aritméticos, chamados pelos próprios atores sócio-políticos da época de estatísticas.

Neste caminho, compreender os significados do conceito de estatística no século XIX torna-se importante para evitar os anacronismos próprios de uma ideia evolutiva de ciência. Assim, esta análise está focada na percepção das possibilidades de usos e críticas das estatísticas nas suas variadas concepções da época. Tomando o passado das estatísticas como um importante espaço de experiência para o pensamento do presente, pretendo, assim, iluminar os diversos sentidos e enfoques do objeto.

~~~~~

### **Os Periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional como fontes primárias: fontes oficiais e não-oficiais no século XIX**

Esta tese toma como fontes primárias primordiais os periódicos nacionais do século XIX encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A busca em acervos digitais é uma possibilidade atual do estudo da História, a partir da digitalização de acervos com Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR). Como ressaltou Michel de Certeau, a operação historiográfica se articula com um lugar, como uma prática de seleção de realidades heterogêneas e como construção de uma escrita. Neste sentido,

Em História, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documento” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (...) Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora

das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (...) É necessário aí uma operação técnica<sup>166</sup>.

Esta operação técnica se modifica, constantemente, com os novos recursos técnicos disponíveis, como é o caso dos recursos informáticos. Assim, os recursos de pesquisa em arquivos de periódicos e de impressos digitalizados com OCR possibilitam a busca pelo termo “estatística” e possibilitam uma nova construção da história conceitual do termo. Até o momento, as pesquisas sobre a história das estatísticas tinham se concentrado, pela força das técnicas e dos materiais disponíveis, e das organizações produzidas, no enfoque estritamente estatal e oficial. Eram tomados como fontes históricas os relatórios oficiais, as legislações publicadas e os censos produzidos pelo Estado centralizado. Com este novo recurso técnico e esta nova organização das informações disponíveis é possível ir além do estritamente estatal e analisar as diversas possibilidades de usos do conceito ao longo do século XIX, em diversos impressos digitalizados e disponíveis online.

Ao afirmar a possibilidade de outras histórias das estatísticas, com outros recortes, para além do empreendimento do IBGE, Alexandre Camargo aponta para uma possível análise da utilização social das estatísticas, fora do âmbito do Estado e suas instituições. Segundo Camargo,

Trata-se aqui de uma disputa pela interpretação legítima das estatísticas, que pode ser analisada através das tomadas de posição dos agentes sociais envolvidos nas controvérsias sobre as informações estatísticas. Imprensa, corporações profissionais e associações de classe são alguns atores mais importantes na construção do sentido das estatísticas, ora alinhando-se, ora confrontando-se com as políticas encampadas pelo Estado (...) A imprensa periódica constitui-se aqui em relevante chave para acessar as representações coletivas sobre as estatísticas<sup>167</sup>.

Neste caminho, busco na imprensa periódica do Segundo Reinado a chave para acessar os debates acerca das estatísticas e seus usos e práticas. Fazendo pesquisas de

---

<sup>166</sup> CERTEAU, 2008, p. 81.

<sup>167</sup> CAMARGO, 2010, p. 172-173.

dupla entrada pelo termo “estatística” e por cada uma das cinco décadas do Segundo Reinado brasileiro, encontrei as seguintes ocorrências:

| <b>Décadas</b> | <b>Ocorrências do termo “estatística”</b> | <b>Nº Total de Periódicos</b> | <b>Nº de periódicos que citam o termo “estatística”</b> | <b>Nº de periódicos que não citam o termo “estatística”</b> |
|----------------|-------------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| 1840-1849      | 1567                                      | 348                           | 107 (30,75%)                                            | 241 (69,25%)                                                |
| 1850-1859      | 6000                                      | 401                           | 164 (40,90%)                                            | 237 (59,10%)                                                |
| 1860-1869      | 9143                                      | 553                           | 191 (34,54%)                                            | 362 (65,46%)                                                |
| 1870-1879      | 12261                                     | 873                           | 292 (33,45%)                                            | 581 (66,55%)                                                |
| 1880-1889      | 14395                                     | 1294                          | 363 (28,05%)                                            | 931 (71,95%)                                                |

Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br/>).  
Acesso em 23/07/2014.

A primeira vista, mostra-se um crescimento no uso do termo, embora possamos questionar a quantidade de periódicos digitalizados por período. Outro fator que ainda deve ser levado em consideração na análise destes números é o fato de que em cada pesquisa aparecem todos os periódicos que tem algum ano da década referida entre suas datas-limite, embora o número de ocorrências se refira especificamente aos registros das décadas especificadas. Assim, não podemos estabelecer uma relação mais clara entre o número de periódicos que citam o termo “estatística” em cada período e o número total de periódicos do mesmo período. Logo, não podemos tomá-los como números absolutos, mas como uma amostra do crescimento da utilização da terminologia. Temos, contudo, um padrão de cerca 1/3 dos periódicos citando o termo “estatísticas” e 2/3 não fazendo menção à palavra. Lendo os periódicos e verificando o uso do conceito encontramos uma grande diversidade de utilizações.

Outro problema encontrado na ferramenta de busca utilizada foi o fato de que o sistema não busca a sequência de letras indicada, mas por palavras completas. Assim, o termo “estatística” não devolve todos os documentos que contenha a palavra “estatística”

e seu plural “estatísticas”, mas somente as ocorrências no singular. Do ponto de vista metodológico isto prejudica um pouco a pesquisa, tornando-a mais demorada, e diminuindo as potencialidades da aliança entre a pesquisa histórica e a informática. Uma ferramenta de busca que preze por sua usabilidade proporcionaria ao usuário a possibilidade da busca por letras em sequência, tornando possível buscar simplesmente o radical “estati” e ter como retorno todos os termos próximos como “estatística”, “estatístico”, “estatísticas”, “estatísticos”, “estatisticamente”, etc. O que não foi o caso<sup>168</sup>.

Por outro enfoque, podemos perceber o aumento do quantitativo de termos “estatística” nos periódicos como um aumento do debate sobre esta ciência e este objeto de estudo. Seria possível ou não ter estatísticas nas três primeiras décadas do segundo Reinado brasileiro? Para que estas estatísticas poderiam ser utilizadas? Elas provavam alguma coisa, alguma norma moral, ou eram apenas demonstrações daquilo que existia? As estatísticas eram inexistentes? Imprecisas? Aquelas que se poderia obter? Ou estatísticas sempre coabitam com a imprecisão em algum nível? Estas e muitas outras perguntas, foram colocadas pelos atores sociais em disputa. Tanto membros da elite política, quanto indivíduos à margem do poder político discutiram o assunto, propuseram soluções, se colocaram em oposição à ideias vindas da Europa, ou utilizaram essas mesmas ideias como argumento de autoridade para justificar e sustentar suas escolhas políticas. Neste sentido, com o crescimento da utilização do termo, crescia o debate sobre as estatísticas. Crescia a divulgação das estatísticas e a circulação deste conceito, sob diversos aspectos e olhares, sob diversas concepções.

Saindo da digressão técnico-metodológica para a análise dos periódicos brasileiros no século XIX, vale a pena ressaltar o papel da imprensa deste período no cenário político e social.

As análises de Marco Morel demonstram que é possível compreender a circulação de palavras e ideias no século XIX através desses periódicos. Neles, os debates sociais, políticos, científicos e econômicos eram explicitados, criando um ambiente de discussões sobre o espaço público e sua organização. Contudo, deve-se ressaltar, de acordo com Morel que a circulação de ideias não se fechava no círculo de letrados que tinham acesso aos periódicos. Assim, é fundamental perceber que, para além da palavra impressa, manuscritos e a palavra falada alargavam os espaços de experiências possíveis nos

---

<sup>168</sup> As pesquisas na base gallica, da Biblioteca Nacional da França utilizam a pesquisa por sequência de caracteres, possibilitando uma pesquisa por radicais de palavras. Ver <gallica.bnf.fr>

debates públicos. Mesmo com esta limitação, compreender a complexidade de marcação e ordenamento presente nos periódicos é uma forma essencial de análise do período do Segundo Reinado<sup>169</sup>.

Para analisar a década de 1840, utilizarei uma amostra dos periódicos do período, para verificar como o conceito aparece nos impressos desta época. Utilizarei especialmente o Diário do Rio de Janeiro (267 ocorrências ao termo “estatística”), o *Archivo Medico Brasileiro* (69 referências ao mesmo termo), o *Annaes de Medicina Brasiliense* (58 ocorrências) e o *Auxiliador da Industrial Nacional* (21 referências). Estes periódicos são respectivamente o 1º, 6º, 7º e 17º com mais referências ao termo “estatística”.

Entre o primeiro e o décimo sétimo existem vários outros periódicos que não serão citados, em sua maior parte, e que tem uma relação em comum com o primeiro, por isso foram deixados de lado nesta análise: são todos periódicos que, assim como o Diário do Rio de Janeiro, publicavam anais e atas do legislativo, notícias estatísticas e políticas internacionais e nacionais, anúncios, textos e novelas e outros. Ou seja, tem perfil e citações semelhantes ou mesmo iguais ao primeiro da lista. Se por um lado, esse recorte pode deixar de verificar alguma documentação relevante nos periódicos não vistos, por outro possibilita um maior alcance temporal da pesquisa.

A percepção dos usos do conceito e de suas práticas relacionadas, através desses periódicos, será uma forma metodológica preponderante nesta tese, para a verificação e compreensão dessa história do conceito. A história dos conceitos possibilita a análise da sociedade onde os conceitos circulam, como uma forma de entender as dinâmicas sociais e os fundamentos presentes nas visões de mundo e de ciências presentes em cada época. Assim, as relações entre os avanços tecnológicos e as novas possibilidades de arranjo documental contribuem para novas análises sociais e científicas do passado.

~~~~~

¹⁶⁹ MOREL, 2012, p. 25. Ver também MOREL & BARROS, 2003, pp. 103-106.

A vitória do movimento do Regresso, a organização do Segundo Reinado e a circulação das ideias de estatística

Para compreender estas concepções de estatística devemos lembrar o contexto em que o Segundo Reinado se inicia. Desde 1838, com a eleição de Araújo Lima, o crescimento da produção de café no Vale do Paraíba, a criação do Colégio Imperial de Pedro II, do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um movimento conservador conhecido como Regresso tomava corpo e propunha a recentralização do poder. Esta proposta se articulava por um lado com a necessidade de centralização do poder como uma tentativa de acabar com as rebeliões do período regencial e por outro com a necessidade de construção intelectual e material do Estado e da nação brasileira¹⁷⁰. Neste sentido, as estatísticas serviriam à construção de uma ideia de Brasil e a formação das estruturas estatais.

Não obstante, desde 1834, os assuntos estatísticos estavam a cargo da Assembleia Legislativa Provincial, cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral¹⁷¹. Assim, no início da década de 1840, encontramos os assuntos de estatística em comissões de estatística provinciais e em comissões de estatística da Câmara dos Deputados e do Senado. Estas comissões, muitas vezes, estavam reunidas aos assuntos eclesiásticos e aos da colonização, mostrando uma profunda ligação entre temas. A partir do Ato adicional de 1834, estaria sob a incumbência das Assembleias Legislativas Provinciais “promover, cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral, a organização da estatística da Província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias”, de acordo com o artigo 11 do referido Ato.

Tomando em conta que o Brasil não tinha registros civis e que, para efeitos de contagem, se utilizavam os registros de batismo e casamento produzidos pela religião oficial do Império, ligar assuntos estatísticos e eclesiásticos era próprio para o período. A Igreja se ligava ao Estado não somente na produção de dados, mas também na conformação de um corpo social e de sua organização. Assim, as relações entre Estado e Igreja Católica eram extremamente próximas, sendo o catolicismo a religião oficial do Império e estando os membros da Igreja sob as ordens de um imperador considerado

¹⁷⁰ BASILE, 2009, p 90-97; CARVALHO, 2012, p.95-97.

¹⁷¹ Parágrafo 7, Art. 11 da Lei 16 de 12 de Agosto de 1834, chamada pela historiografia concernente de Ato Adicional de 1834.

sagrado pela constituição de 1824. No ano da emancipação política do Brasil, a Igreja tinha organizado uma contagem da população a partir de seus registros¹⁷².

Na sessão de 6 de março de 1840 da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro (ALPRJ), foram feitas as eleições para as comissões. Nesta oportunidade existiam os seguintes comitês: “comissão de fazenda e orçamento”, “comissão provincial e municipal”, “comissão de eclesiásticos”, “comissão de estatística”, “comissão de saúde pública e catequese” e a “comissão de redação de leis”. Para a comissão de estatística foram nomeados [Frederico] Carneiro de Campos (com 16 votos), [Thomaz] Gomes dos Santos (15 votos) e [João Manuel] Pereira da Silva (12 votos)¹⁷³. Na sessão de 6 de maio de 1840 da Câmara dos Deputados (CD) foram eleitas as comissões, entre elas a “de estatística e catequese”. Nesta foram eleitos Veiga Pessoa (44 votos), Pedreira (33 votos) e Rego Monteiro (32 votos)¹⁷⁴.

As comissões vinculadas às “estatísticas” tinham a função de debater limites entre os municípios, reconhecer o tamanho de sua população, os recursos naturais disponíveis para cada instância político-administrativa autônoma, ou seja, definir qual era a jurisdição de cada governo – fosse de uma vila ou cidade. Para isso, como veremos a seguir, se levavam em conta requerimentos, informações de personagens importantes e/ou reconhecidos na região como conhecedores da localidade, de sua história, sua geografia e sua população. Muitas vezes, sem meios objetivos de definir tais demarcações, os pareceres das comissões se tornavam objeto de debate, onde os interesses políticos e as redes de sociabilidade e confiabilidade falavam mais alto.

Definir uma localidade como uma “freguesia”, “vila” ou “cidade”, dependia do número de habitantes e da importância da localidade (se era capital ou não). Além disso, os recursos naturais existentes e a renda que seus habitantes geravam poderia aumentar a importância de uma região geográfica. Não obstante, também havia um debate que saía do campo meramente de observação e aritmetização das coisas. Segundo o artigo 167 da Constituição Política do Império, “em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criar, haverá uma câmara, às quais compete o governo econômico e

¹⁷² OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. A Igreja no Brasil, ou informação para servir de base à divisão dos bispados, projectada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil. Rio de Janeiro, 1847. [1ª edição de 1822. Existe uma edição na Rev. IHGB, t. 29, v. 32, p. 159-199, 1866]

¹⁷³ DRJ, ano XIX, n. 55, 07/03/1840, p. 1. Curiosamente, aqui tínhamos uma “comissão de saúde pública e catequese”.

¹⁷⁴ DRJ, ano XIX, n. 103, 07/05/1840, p. 2.

municipal das cidades e vilas”. Dessa forma, conseguir a elevação à Vila significava ter direito à um governo autônomo¹⁷⁵. Nessas câmaras, de acordo com a lei, uma cidade tinha direito à nove membros, enquanto uma vila tinha direito à sete membros¹⁷⁶. Assim, a classe política local, ao tentar elevar sua localidade de Vila para Cidade, poderia aumentar a quantidade de membros, e mesmo sua importância política na região. Na eleição desses membros da Câmara, mais uma vez, a Igreja e os párocos poderiam ter um papel fundamental. As listas de votantes eram fixadas nas portas das igrejas; muitas assembleias paroquiais ainda eram organizadas nas próprias igrejas; nas localidades onde não existisse um juiz de paz para organizar as eleições, as listas de votantes eram organizadas pelos párocos, com auxílio dos capelães locais¹⁷⁷.

Ter uma Câmara Municipal, ou aumentar o número de vereadores, significava controlar – ou aumentar o número de pessoas a controlar – os bens municipais, o policiamento, limpeza, iluminação, conservação e reparos na localidade, cemitérios, saneamento de pântanos, a organização dos currais e matadouros, a divagação dos loucos, dos embriagados e dos animais ferozes, as ações dos indivíduos em locais públicos, a construção de estradas e caminhos, a organização das feiras e mercados, a fabricação e venda de pólvora, e a autorização para espetáculos públicos¹⁷⁸. Assim, conseguir aumentar seu território e sua população nas contagens e nas definições de quantitativos das Assembleias Provinciais poderia render grande aumento de poder político e administrativo local.

A escolha dos membros das comissões na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, de acordo com Maria de Fátima Gouvêa, tinha relações com as carreiras profissionais e os arranjos políticos locais. Nesse sentido, vemos nas escolhas para a comissão de estatísticas dessa assembleia, bacharel em letras e matemática pertencente ao imperial corpo de engenheiros, um médico neo-hipocrático¹⁷⁹ formado em Montpellier

¹⁷⁵ TAPAJÓS, Vicente. História administrativa do Brasil. Organização política e administrativa do Império. Brasília: FUNCEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984, p. 272.

¹⁷⁶ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição e dos Juizes de Paz. Artigo 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm

¹⁷⁷ BRASIL, Idem. Artigo 2º e 5º.

¹⁷⁸ BRASIL. Idem. Títulos II e III.

¹⁷⁹ A medicina neo-hipocrática tinha raízes no pensamento do filósofo grego Hipócrates (séc. IV a. C.) e via a doença como fruto do ambiente que cercava o humano, e não como um ente em si. Dessa forma, as relações entre observações da natureza, os seres humanos doentes e as circunstâncias sociais eram acentuadas, na análise das enfermidades. A doença seria causada pelo desequilíbrio de fatores de ordem moral, dos sentimentos humanos, e de fatores externos naturais, como mudanças no clima, umidade, ventos, estações, ingestão de alimentos e bebidas ou até mesmo por causas sobrenaturais em alguns casos. Para

e um literato e historiador conservador, dando uma dimensão de ligação entre a engenharia militar, a medicina e os estudos históricos e literários sobre a população para a produção e análise das estatísticas.

Frederico Carneiro de Campos era bacharel em letras e matemática pela Universidade da França e major do Imperial corpo de engenheiros. Atuou nas comissões de obras públicas e de estatísticas, sendo o chefe de primeira seção de obras públicas da província do Rio de Janeiro no início dos anos 1840, tendo publicado livros sobre obras públicas no Rio de Janeiro¹⁸⁰. Thomaz Gomes dos Santos, por sua vez, era formado em medicina pela Academia de Montpellier, na França em 1833, tendo sido lente de higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e assumindo posições neo-hipocráticas que influenciaram João Vicente Torres Homem e José Pereira Rego mais tarde¹⁸¹. Já João Manuel Pereira da Silva era formado em Direito, em Paris no ano de 1838, tendo posições políticas conservadoras em sua longa passagem pelo legislativo imperial entre 1840 e 1888. Ficou reconhecido como um grande literato e historiador do Império¹⁸².

Dois dias antes da eleição da comissão da Câmara dos Deputados, o deputado provincial do Rio de Janeiro João Pereira Darrigue Faro¹⁸³ peticionou a Câmara dos Deputados, solicitando que documentos a respeito da divisão entre Rio de Janeiro e São Paulo fossem enviados à comissão de estatística provincial do Rio de Janeiro. Sua intenção era dirimir dúvida criada pela possível tomada de território de Paraty, no Rio de Janeiro, por parte de São Paulo, para anexação ao município de Cunha. Segundo Faro, uma grande parte do território de Paraty teria sido tomada por São Paulo, sem os devidos estudos e informações¹⁸⁴.

uma análise da medicina desta época, ver KURY, Lorelai. O império dos miasmas: a academia imperial de medicina (1830-1850). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1990.

¹⁸⁰ CAMPOS, F. C. Alguns apontamentos estatísticos sobre a 1ª seção das obras públicas na província do Rio de Janeiro no ano de 1842. Tip. Do Diário, de N. I Vianna, 1842. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242366>>

¹⁸¹ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. SP: Cia. das Letras, 1996, pp. 81-85. MAIO, Marcos. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In.: MAIO, M.; VENTURA, R. (orgs.) Raça como questão: História, Ciência e identidades no Brasil. RJ: Fiocruz, 2010, pp. 59-60;

¹⁸² ACADEMIA Brasileira de Letras. Acadêmicos: J. M. Pereira da Silva. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>>

¹⁸³ Darrigue Faro era filho de proprietários de terra do interior do Rio de Janeiro, tendo ocupado os cargos de Deputado da Câmara, Presidente da província do Rio de Janeiro, em 1854, e presidente do banco do Brasil, em 1855. Chegou a ser Camarista da Rainha Teresa Cristina e guarda-roupa do Imperador, tendo livre acesso à casa imperial, e recebendo mais tarde o título de Visconde, e Barão, de Rio Bonito. Era o presidente da província em exercício no Rio de Janeiro, no momento da criação do Arquivo Estatístico em 1850. SENRA, 2006, p. 117.

¹⁸⁴ DRJ, ano XIX, n. 113, 19/05/1840, p. 2.

Em 5 de maio de 1840, na ALPRJ, a comissão de estatística tinha sido chamada a explicitar seu parecer em relação aos limites de Pirai e São João do Príncipe. Nesta sessão, F. Carneiro de Campos e Thomaz Gomes dos Santos assinam um parecer “julgando a comissão mui habilitada para devidamente informar à Assembleia acerca da justiça das afirmações feitas”, inclinando-se a favor do município de São João do Príncipe, que solicitava a demarcação pelas antigas divisas das freguesias de São João Marcos e Pirai.

Em contraposição a este parecer, João Manuel Pereira da Silva apresentou voto em separado, afirmando não ser competência da Assembleia, mas do Presidente da Província a alteração de limites¹⁸⁵, postura que demonstrava seu centralismo conservador. Além disto, Pereira da Silva fez várias ressalvas aos abaixo-assinados de Pirai e de S. João do Príncipe, entre elas o fato de que havia várias assinaturas com a mesma letra no documento de S. J. do Príncipe, de que existiam 9 indivíduos que haviam assinado os pedidos dos dois municípios e de que 13 pessoas da petição de Pirai não moravam na localidade. Por fim, afirma que no ano anterior as comissões reunidas de estatística e eclesiástica haviam dado parecer recomendando o cumprimento da lei de 8 de maio de 1839, que em seu número 23 declarava ser prerrogativa do Presidente da Província a alteração dos limites das freguesias¹⁸⁶. Vemos aqui a estatística ligada principalmente à definição de limites e num declarado conflito de competências. No parecer, Pereira da Silva lembrava que a demarcação das freguesias tinha sido fixada pelo presidente da província, em 1838, sobre informações do engenheiro chefe da 1ª seção, coronel Conrado.

Aqui se apresenta outra questão importante para o estudo das estatísticas neste período. Os peritos para questões estatísticas, desde os tempos coloniais, eram os militares, especialmente os engenheiros dos corpos militares. Isto estava definido no regulamento do Real Corpo de Engenheiros de d. João VI e, posteriormente, para o Imperial Corpo de Engenheiros após a emancipação política do Brasil¹⁸⁷. Cinco anos

¹⁸⁵ DRJ, ano XIX, n. 104, 08/05/1840, p. 1-2.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ Segundo Gustavo Barroso, o regimento do exército do Conde de Lippe foi posto em vigor em Portugal no ano de 1763 e regulou as operações militares no Brasil até 1907 (“O Regulamento do Conde de Lippe. O Cruzeiro, 27/11/1954, p 29. Revista da Escola Militar, Abril/1942). Em 1812, foi criado um regulamento específico para o Real Corpo de Engenheiros, inspirado no Regulamento do Conde de Lippe para o Exército. REAL CORPO DE ENGENHEIROS, 1812. Em 1825, o major do Corpo de Engenheiros Luiz de Alincourt foi enviado para o Mato Grosso para fazer as estatísticas da região, voltando com relatórios três anos depois. Este enviava relatórios que por sua vez eram entregues diretamente ao Imperador. Império do Brasil: diário Fluminense, vol. II, n. 70, 26/03/1828. Os resumos das observações estatísticas e o resultado dos trabalhos e indagações estatísticas estão publicados na Revista do IHGB, vol. XX, 1857, vol. III, 1877-1878, e vol. VIII, 1880-1881.

antes, no dia 11 de junho de 1833, o Ministro de Estado dos Negócios da Guerra Antero José Ferreira de Brito tinha apresentado um projeto de regulamento do Imperial Corpo de Engenheiros que considerava “diligencias de campo” dos oficiais do corpo de engenheiros “todos os trabalhos de estatística feitos dentro de uma vila, cidade, ou município, que seja residência do oficial, mesmo por destacamento”(art. 67, 8º)¹⁸⁸. Não obstante, nenhuma lei ou decisão a este respeito foi aprovada¹⁸⁹. Mas continuavam valendo os regulamentos militares dos tempos coloniais. Além disso, como vimos acima, um dos membros da comissão de estatísticas era major do corpo de engenheiros militares do Império, não restando dúvidas sobre essa ligação entre estatísticas e engenharia militar.

O parecer da comissão de estatística da ALPRJ sobre a questão de limites entre Rio de Janeiro e São Paulo veio pela pena de João Manuel Pereira da Silva e Thomaz Gomez dos Santos, em 6 de maio de 1840. Neste parecer, a comissão concordava com Faro sobre a justiça e a legalidade do pedido de devolução do território ao Rio de Janeiro, solicitando à Câmara dos Deputados que restituísse ao menos parte do território à província de origem¹⁹⁰.

Na sessão de 8 de maio de 1840 se voltaria a questão dos limites de Pirai e S. J. do Príncipe, votando entre o parecer da comissão e o voto em separado de Pereira da Silva. Mas antes da votação, Pereira da Silva, como relator da comissão de estatística leu parecer sobre a elevação de Capivari, em Cabo Frio, da condição de freguesia à vila e fez um requerimento, prontamente aprovado, que exigia da “Câmara de Paraty os documentos antigos, que lá existissem acerca dos velhos limites das províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo, remetendo-se tudo à Assembleia Geral”¹⁹¹. Voltando ao debate dos limites de Pirai e São João do Príncipe, os deputados Souza Franco e Faro questionaram fortemente no parecer da comissão, solicitando que os documentos fossem novamente enviados à mesma comissão para que emitisse novo parecer. Os deputados Faro, Euzebio

¹⁸⁸ Correio Oficial, tomo I, n. 68, 19/09/1833, p. 271.

¹⁸⁹ Faço esta afirmação pela inexistência de um regulamento do Imperial Corpo de Engenheiros na Coleção de Leis do Império.

¹⁹⁰ DRJ, ano XIX, n. 113, 19/05/1840, p. 2.

¹⁹¹ DRJ, ano XIX, n. 106, 11/05/1840, p. 1.

de Queiroz¹⁹² e [Bernardo Augusto Nascentes de] Azambuja¹⁹³ assinaram o requerimento, sendo aprovado pelo plenário da ALPRJ.

Em 17 de março de 1841, foi feita a terceira discussão do projeto n. 34 (C), que versava sobre estatística. Azambuja propôs que esse projeto fosse enviado a comissão de estatística para que se fosse fundido a outros dois projetos de autoria de Pereira da Silva e de Aureliano [de Sousa e Oliveira Coutinho]. Não obstante, segundo a ata do dia, depois de larga discussão, caíram a proposta de Azambuja, as 3 emendas que foram feitas por Loureiro e o projeto foi rejeitado pelo plenário¹⁹⁴. Aqui apesar da afirmação do responsável pela ata de que foi feita “larga discussão” sobre o assunto não existe uma única linha desta discussão publicada na referida ata da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro publicada no periódico *Diário do Rio de Janeiro*. Não encontrei nem mesmo o referido projeto.

Na sessão de 5 de maio de 1841 da Câmara dos Senadores, foram nomeados os membros da “comissão de estatística, catequese e colonização”. Eram eles: o marquês de São João da Palma (18 votos), Brito Guerra (11) e Ferreira de Mello (9 votos). Enquanto, no dia seguinte, seriam eleitos os membros da “comissão de estatística e catequese” da Câmara dos Deputados, os deputados Joaquim Vieira (20 votos), Pedreira (20 votos) e Ribeiro Duarte (18 votos)¹⁹⁵. À semelhança do ano anterior, as comissões de estatística de 1841 e dos anos seguintes recebiam as reclamações de moradores e de autoridades públicas quanto à definição de limites, fronteiras, criação e pertencimento de freguesias ou vilas, elevações de status de localidades, criação de leis sobre colonização e aumento da deputação. Para além dos nomes dos membros das comissões, a união entre estatísticas e assuntos eclesiásticos denota a ligação entre a Igreja e a ciência de Estado em apreciação.

¹⁹² Eusébio de Queiroz era filho de uma família que prestava serviço para o Império Português em Angola. Se formou em Direito e foi um dos membros do primeiro corpo de ministros do Supremo Tribunal de Justiça, após a independência. Ocupou diversos cargos na administração, se notabilizando com o chefe de polícia e ministro do Império. De acordo com Chalhoub, foi o responsável ao mesmo tempo pela não aplicação da lei que proibiu o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, em 1831, e pela assinatura e aplicação da lei de proibição do tráfico entre África e Brasil, em 1850. Com posições conservadoras, se tornou um dos principais líderes do grupo ao longo do século XIX. Cf. CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁹³ O *Dicionário Bibliográfico de Sacramento Blake* afirma que os estatutos da Sociedade Estatística do Brasil, de 1855, seriam produzidos por Azambuja e pelo Marquês de Monte Alegre. BLAKE, 1970, vol. 1.

¹⁹⁴ DRJ, ano XX, n. 63, 20/03/1841, p. 1.

¹⁹⁵ DRJ, ano XX, n. 101, 07/05/1841, p. 1.

Ainda em 1841, em 27 de Outubro, o senador Marquês de Barbacena e o ministro da guerra Clemente Pereira discutiam no Senado acerca do orçamento para o próximo ano, principalmente a respeito dos gastos da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. No debate, fica clara a disposição do ministro em formar melhor os oficiais engenheiros para o trabalho, inclusive de estatísticas. Em certo momento da discussão Pereira e Barbacena debatem:

O Sr. Clemente Pereira (ministro da guerra): - Devo informar ao nobre senador que estão preparados os trabalhos necessários para que os nossos oficiais engenheiros menos instruídos na prática entrem o quanto antes nos exercícios práticos a que me referi no meu relatório, e que julgo indispensáveis: mas a necessidade de dar atenção aos muitos negócios que atualmente pesam sobre o ministro da guerra, e a que é necessário dar preferência, tem sido a causa de não ter-se já dado princípio a tão importantes exercícios: mas brevemente o terão, devendo principiar por levantar a planta topográfica e o nivelamento desta capital, e outra comissão se ocupará de levantar a planta do município da corte e de formar a sua estatística: e logo que estes exercícios derem oficiais habilitados se irão enviando para as províncias para nelas serem empregados como melhor convier; e estou certo que dentro em pouco tempo teremos oficiais engenheiros hábeis para tirar plantas e estatísticas.

O Sr. Marquês de Barbacena: - A da capital já a temos com bastante exatidão.

O Sr. Clemente Pereira (ministro da guerra): - Temos a planta topográfica, mas não temos o nivelamento, que é da mais urgente necessidade.¹⁹⁶

Na sessão do Senado de 13 de novembro de 1841, continuou a discussão do orçamento, desta vez discutindo-se a construção de um farol no Maranhão. Diante da acusação de [Bernardo Pereira de] Vasconcelos, de que as obras feitas não tinham um plano, Costa Ferreira respondeu:

Não é tanto assim: já ali foram engenheiros, e o primeiro foi do tempo do general Silveira; e eles se erraram, são como os outros que às vezes se enganam (...) A estatística do Maranhão, e que é talvez a primeira que tenha aparecido no Brasil, foi tirada pelo engenheiro F. [sic] (...) Sim, não poucos a têm consultado, e seguido muitas vezes. O mapa da barra é dele. Quando fui daqui para o Maranhão na fragata

¹⁹⁶ DRJ, ano XX, n. 244, 29/10/1841, p. 1.

Imperatriz, demos em um baixo, que o mapa de um grande engenheiro francês não mencionava e que o daquele marcava. Nesse tempo consultou-se a todos os marítimos, e o engenheiro que foi daqui (que era mineiro) chamado André de tal, julgou que as águas não comeriam o terreno com tanta facilidade; e eu, indo daqui em 1835, já elas tinham comido perto de 300 braças (...)¹⁹⁷

Nestas citações fica clara primeiramente a visão de que as estatísticas eram obras dos engenheiros. Contudo, ainda fica nebuloso o que eram exatamente estas estatísticas. Pelo discurso de Costa Ferreira, as estatísticas parecem descrições geográficas de território e do litoral. Estamos discutindo um momento de transitoriedade do conceito, portanto, diversas apropriações do mesmo podem ser vistas circulando nos periódicos do período.

Voltando à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, na sessão de 5 de março de 1842, foi apresentado o ofício do secretário de governo da província remetendo uma memória estatística da 1ª seção das obras públicas da província, organizada pelo respectivo chefe, o major Frederico Carneiro de Campos. Após a apresentação, tomou a palavra o deputado Cardoso, solicitando que a estatística seja impressa nos seguintes termos:

O Sr. Cardoso: - A honrosa menção que desta memória faz em seu relatório o digno presidente da província, obriga-me a pedir a sua impressão. Persuadindo-me que sendo ela impressa e distribuída pelas câmaras municipais talvez se apresentem imitadores do seu nobre autor. Destarte poderemos colher dados para lançarmos as bases de uma estatística da nossa província, de que tanto necessitamos. E permita-me, pois, V. Ex. que submeta à consideração da assembleia um requerimento neste sentido.¹⁹⁸

Tendo seu requerimento negado pelo presidente da sessão, pois o mesmo prefere consultar diretamente a casa que aprova a impressão imediatamente, o mesmo deputado mantém sua intenção, como segue no diálogo abaixo:

¹⁹⁷ DRJ, ano XX, n. 263, 22/11/1841, p.5-6. Não consegui identificar quem seria o “engenheiro F.” mencionado na ata.

¹⁹⁸ DRJ, ano XXI, n. 52, 07/03/1842, p. 1.

O Sr. Cardoso: - Mas o meu requerimento, Sr. Presidente, continha outra ideia. Desejara que a memória, depois de impressa em grande número de exemplares, fosse distribuída pelas câmaras municipais da província.

O Sr. Presidente: - Depois de feita a impressão o nobre deputado mandará o seu requerimento.¹⁹⁹

O referido relatório foi impresso com o nome de “Alguns apontamentos estatísticos sobre a primeira secção das obras publicas da província do Rio de Janeiro”, no Rio de Janeiro, em 1842, contendo 58 páginas, com cinco mapas e duas cartas²⁰⁰. A obra iniciava com considerações filosóficas sobre a acumulação e o desaparecimento de população em determinado território, citando as funções dos censores romanos, e os censos ingleses e estadunidenses. Para o autor, conhecer a população seria fundamental para o engrandecimento da província, contudo existia uma grande dificuldade na obtenção de dados seguros. Segundo Campos, a desconfiança em responder as indagações do censo derivavam de um medo de acréscimo de impostos ou recrutamento²⁰¹.

Não obstante, o major Campos dizia apresentar a população da jurisdição de sua secção de obras públicas, “segundo os exames locais, o mais aproximado que pude obter”²⁰². Geograficamente, correspondia aos municípios de Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe, Piraí, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, com população excedendo 116000 pessoas. Analisando as divisas com a província de São Paulo, o engenheiro militar consideraria esses inconvenientes, pois moradores de Resende teriam que passar por terrenos de São Paulo e enviar suas produções aos portos de outra província, pagando impostos que seriam desnecessários. A essa análise, segue uma série de outras sobre as cartas topográficas utilizadas para a divisão, que seriam antigas e inexatas. A inexatidão dos mapas topográficos utilizados provocaria problemas para os moradores do Rio de Janeiro²⁰³.

A obra do major Frederico Campos divide a região descrita entre os municípios de serra-acima (Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe, Piraí) e os municípios de

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ BLAKE, 1970 [1895], p. 153-155.

²⁰¹ CAMPOS, Frederico Carneiro de. Alguns apontamentos estatísticos sobre a primeira seção das obras públicas do Rio de Janeiro no ano de 1842. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário, 1842, p. 6. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242366>

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem, p. 7-9.

serra-abaixo (Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty). Para cada um desses municípios descreve: os limites geográficos e políticos; a superfície em léguas quadradas; as freguesias existentes; os traços gerais da topografia; um histórico da criação da Vila e/ou Cidade; a descrição da igreja matriz e da Casa de Câmara e Cadeia; as pontes existentes com características de construção, tamanho e, em alguns casos, valor; os rios que cortam o município; sua população; suas atividades econômicas de comércio, extração mineral, atividades portuárias e agricultura; e a existência de instrução pública, aulas particulares e escolas públicas e particulares da localidade²⁰⁴.

Quando existem quantidades reconhecíveis, o major Campos as cita, quando não existem faz apenas um relato descritivo das características. Ao final, apresentava algumas tabelas sobre os dados referidos e um quadro da população dos oito municípios, divididos por freguesias, com população livre subdividida em homens e mulheres de cada etnia (branco, indígena, pardos e pretos) e com população cativa subdividida em homens e mulheres e mestiços e pretos. Segundo a tabela produzida por Campos, apenas dois municípios de Pirai não teriam sido contados²⁰⁵. Demonstra-se aqui a existência de dados, organizados por um engenheiro militar. Contudo, na obra não existem referências sobre como estes dados teriam sido obtidos.

Na sessão de 14 de março de 1842, mais uma vez um engenheiro aparece como o formulador de demarcação de limites, no litígio entre Cantagalo e Paraíba do Sul. Nesta discussão, novamente, a comissão de estatística utilizou como argumento para sua decisão a demarcação dos limites traçada pelo engenheiro chefe da segunda seção das obras públicas da província, sem citá-lo nominalmente²⁰⁶. Na seção de 8 de abril de 1842, os limites de Cantagalo e Paraíba do Sul voltariam a ser discutidos, mas uma vez dando-se importância a fixação de limites feita pelo chefe da respectiva seção²⁰⁷. Embora estas citações não possibilitem, ainda, a percepção de como estas estatísticas eram feitas, nem mesmo das suas características ou formatos, é possível verificar sua existência através de registros feitos por militares ligados ao Imperial Corpo de Engenheiros e à seção de obras públicas da província.

Além das estatísticas produzidas por oficiais engenheiros militares, existiam ainda militares que desejavam produzir estatísticas, por considerarem esta uma parte de seu

²⁰⁴ Idem, pp. 9-55.

²⁰⁵ Idem, p. 59.

²⁰⁶ DRJ, ano XXI, n. 61, 17/03/1842, p. 2.

²⁰⁷ DRJ, ano XXI, n. 78, 11/04/1842, p. 2.

ofício. Foi o caso de Cypriano José Pires Fortuna, no ano de 1842, quando este ofereceu modelos de listas de famílias à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e solicitou autorização para proceder à estatística do município “de bom grado e gratuitamente”. Na sessão de 8 de novembro de 1842 foram discutidos os modelos enviados por Pires Fortuna, através de parecer do vereador Paulo Fernandes Vianna²⁰⁸. O parlamentar, depois de elogiar a intenção, a boa vontade e a gratuidade do oferecimento faz algumas ressalvas à proposta. Entre os exemplos de ressalva do parecer estavam:

A designação dos filhos, não porque não seja justa, mas porque, sendo coisa nova entre nós, o que intenta fazer, pode ferir o melindre das famílias a minuciosa declaração que se acha no modelo, que vem a ser – filhos legítimos, bastardo, adulterino, sacrígulo, ulterino, legitimado, enjeitado – bastará que o suplicante declare – filho legítimo – deixando de escrever a palavra – legítimo – quando se dê algum dos casos que aponta. Também sou de parecer que as inovações nas listas de família devem ser introduzidas mui lentamente, porque muitas vezes o público as toma por um ônus de mais que se lhe quer impor. Para que o suplicante leve a efeito seu plano deve esta Ill[ustríssim]a Câmara prestar-lhe todo auxílio, exceto pecuniário, não só porque o suplicante o não pede, como porque não se acha para isso habilitado o seu cofre, reservando-se, contudo, a gratificá-lo, a final, se conseguir o que intenta, precedendo a necessária aprovação do governo imperial²⁰⁹.

Aqui outra variável relacionada aos usos das estatísticas pode ser analisada: as relações entre informações privadas e o interesse público nas estatísticas. O vereador Vianna em seu parecer, ao destacar os problemas da aplicação do questionário produzido por Pires Fortuna, ressalta os embaraços de declarações muito minuciosas sobre a legitimidade ou não dos filhos dos declarantes. Para o vereador, “inovações nas listas de família” deveriam ser feitas muito lentamente, pois os indivíduos poderiam se considerar invadidos, com ônus além do adequado. Percebe-se aqui uma contraposição entre interesse público e privado, recorrente em outros momentos na história das estatísticas, como veremos mais adiante nos próximos capítulos. A visão do vereador sobre as intenções de Cypriano Fortuna demonstravam as tensões entre a administração de

²⁰⁸ Não confundir com o intendente geral da polícia no período Joanino, que faleceu em 1821. Cf. LEMOS, N. Um império nos trópicos: A atuação do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana, no Império Luso-Brasileiro (1808-1821). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

²⁰⁹ DRJ, ano XXI, n. 257, 18/11/1842, p. 1.

interesses públicos e o lugar particular das famílias, as desconfianças em relação à cobranças de impostos e o discurso da falta de recursos para os empreendimentos públicos, naquele momento.

Embora não tenha encontrado informações sobre Cypriano José Pires Fortuna naquele ano de 1842, é possível saber, através do Almanques Laemmert de 1853, 1858 e 1859 que Pires Fortuna era militar e estava envolvido com questões relacionadas à cultura letrada da época. No almanaque do ano de 1853, este personagem aparece como alferes do 2º batalhão de infantaria de Pernambuco. No almanaque de 1858, o mesmo estava, ainda como alferes, servindo ao 1º batalhão de infantaria dos fuzileiros (da praça da Aclamação) no morro do Castelo. Enquanto no ano seguinte, em 1859, Pires Fortuna apareceu como suplente de conselheiro sem comissão da Sociedade Propagadora das Belas Artes, que instituiu e sustentou o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e a Revista Brasil Artístico²¹⁰.

Na sessão da Câmara Municipal de 10 de Dezembro de 1842, o presidente da casa acusou o recebimento de mais um ofício de Cypriano Fortuna, dando conta do recebimento do parecer da câmara, afirmando a necessidade da contagem dos enjeitados, “pelos muitos expostos que tem a Santa Casa por fora, pondo-se o número que lhe competir” e solicitando instruções sobre qual seria o melhor lugar para começar os trabalhos e pedindo que a câmara ordene que as listas de família sejam todas pelo modelo que aprovar. Diante deste pedido, a Câmara resolveu que o assunto não pertencia àquela casa legislativa, ao que parece encerrando a questão²¹¹. Mais uma vez a Câmara Municipal, ao que parece ficava sem a produção de estatística, mesmo diante de um oferecimento gratuito.

Em 9 de fevereiro de 1844, tomou a tribuna da Câmara Municipal do Rio de Janeiro o vereador Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça. O dito parlamentar era o encarregado da contabilidade municipal. Este apresentou o seu relatório sobre o número de casas de negócio e oficinas existentes no município à Câmara Municipal. No comentário dos editores da Minerva Brasiliense, o relatório estava sendo publicado “pelo

²¹⁰ LAEMMERT, Eduardo von. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Edições de 1853, 1858 e 1859. Rio de Janeiro: Laemmert, 1853, 1858 e 1859. Respectivamente nas páginas 229, 296 e 377. Além disso, no ano de 1846, Cypriano José Pires Fortuna foi multado por seis vezes por não comparecimento ao Tribunal do Juri. Gazeta dos Tribunaes. 4º ano, n. 329, 330, 334, 335 e 337, respectivamente nas páginas 4, 3, 4, 3 e 4.

²¹¹ DRJ, ano XXI, n. 286, 23/12/1842, p. 2.

valor intrínseco deste importante mapa, (...) porque é um bom exemplo dado a outros ilustres funcionários públicos, (...) finalmente porque vem confirmar o honroso conceito em que é tida a ilustríssima câmara atual”²¹².

Monteiro de Mendonça iniciou seu relatório com palavras definidoras das estatísticas, de suas fronteiras, de sua diferença em relação à economia política, de sua ligação com outras ciências, do seu estado da arte na França e em Portugal, das iniciativas no Brasil, da instabilidade dos elementos da estatística, da colheita de dados, da sua utilidade pública e importância, da sua falta em muitos casos e, finalmente, do seu empenho em produzi-la para a Câmara Municipal. Depois de todo esse relato se seguem, em caráter minucioso, as informações sobre as 4734 casas de negócios e oficinas encontradas. O autor informa detalhadamente a quantidade por freguesias, a nacionalidade dos proprietários, o negócio empreendido, a quantidade de venda de vários produtos e o orçamento de despesas e receitas para o ano de 1844 divididas por tipologia²¹³. O vereador inicia seu discurso, do seguinte modo, definindo a estatística:

Existe uma ciência sumamente útil ao legislador e ao governante, e geralmente a todos quantos quiserem ter noções exatas do estado político, civil e financeiro de um povo. Esta ciência é a estatística. Nascida há poucos anos, filha do governo representativo, não tem tido o tempo indispensável para se constituir e fazer progressos equivalentes aos que outras ciências tem feito ultimamente.

A estatística é a estimativa científica da população, da extensão territorial e força militar (de mar e terra), da indústria, comércio e posse [sic] produtiva de um estado: é a ciência das forças reais e dos recursos efetivos, e como tal, longe de ser uma simples nomenclatura, um registro, ou série de apontamentos descosidos, é um sistema de conhecimentos positivos, uma análise de meios de conservação e engrandecimento de uma ou mais associações políticas, análise que ministra dados importantes com que a diplomacia e a administração podem resolver gravíssimas questões.²¹⁴

Com esta definição inicial, Mendonça afirmou a estatística enquanto uma ciência do Estado e também de todo aquele que desejar “ter noções exatas” do “estado político, civil e financeiro” do povo. O autor relacionou diretamente o nascimento da estatística ao

²¹² MB, n.9, v.1, 01/03/1844, p.257.

²¹³ Idem, p. 256-259.

²¹⁴ Idem, p. 256.

governo representativo, apesar da relação existente e já conhecida na época entre as estatísticas e o poder dos Reis europeus²¹⁵. Compreendia a estatística como um sistema dos conhecimentos positivos, úteis ao engrandecimento de associações políticas, à diplomacia e à administração.

Logo após a definição, o vereador procurou estabelecer as relações entre a estatística e as outras ciências da época, como a economia política, a geografia física e política e a história natural. Na sua definição, procurou definir as diferenças entre elas e as possibilidades de assessoramento da estatística por estes conhecimentos. Para o parlamentar, a estatística, a primeira vista, podia se confundir com a economia política, contudo, isto não aconteceria, pois

esta última ciência [a economia política] considera a riqueza na sua origem, distribuição e mecanismo, e na ação do governo sobre a propriedade, ao passo que a primeira [a estatística] se limita a oferecer os resultados positivos da enumeração e apreciação dos recursos e poderes produtivos.²¹⁶

Para o autor do relatório, a geografia física e política e a história natural seriam ciências assessoriais às estatísticas, contribuindo para a ilustração das estatísticas com informações e dados. A primeira ofereceria informações a respeito das divisões territoriais e dos mananciais de renda e poder de cada localidade. A segunda, com “seus grandes ramos de ciências geológicas e agrônômicas, as belas artes e a tecnologia”, proporcionaria a possibilidade de enumeração de fatores naturais, do meio de conservação e prosperidade dos Estados²¹⁷. Vemos aqui uma definição de estatística que se aproxima muito mais de uma abordagem quanti-qualitativa da geografia física, do ambiente natural e das divisões políticas do território, baseada em critérios naturais.

Logo após as definições da estatística, o autor citava os problemas e limites do empreendimento. Eles estavam no fato de que os elementos enumeráveis das estatísticas tinham constante instabilidade e mudança e na dispersão dos dados a serem colhidos, espalhados pelas várias repartições, arquivos, tribunais e protocolos. As divisões territoriais desapareceriam e se modificariam, o comércio criaria novas organizações para

²¹⁵ MARTIN, 2001.

²¹⁶ MENDONÇA, 1844. MB, n.9, v.1, 01/03/1844, p.256.

²¹⁷ Idem, p. 256.

as cidades e aldeias, “numa palavra as revoluções políticas e industriais transfiguram a sociedade”, segundo Mendonça²¹⁸. Na outra ponta, na colheita dos registros, a sistematização das estatísticas brasileiras, em suas características política, civil, criminal, literária e outras demandariam esforço de busca nestes diversos órgãos. Além disso, os dados poderiam simplesmente não existir.

Ainda assim, para o vereador, seriam necessários homens especialmente incumbidos de sistematizar os dados através de um método, fazendo novas indagações para descobrir dados inexistentes. Somente com esta realização seria possível conhecer “os recursos do país, encarados por seus diversos aspectos, comparados entre si. (...) [Seria] achada a superioridade relativa, isto é, sabida qual indústria que mais promete, qual a que mais convém acoroçar”. Deste modo, a administração daria melhores providências e questões importantes seriam resolvidas satisfatoriamente. Naquela época, dizia Mendonça, tal exame não podia ser instituído, “porque só descansaria sobre dados hipotéticos”²¹⁹. Por fim conclui,

Se tal pois é a importância da estatística, se a complexidade dos fatos que ela estuda e a multiplicidade de objetos que tem em vista tornam difícil a aquisição e cultivo desta ciência, claro está que redobrado empenho deve empregar-se em promovê-la. Todos os documentos tendentes a instruir-nos sobre o estado da riqueza, população, trabalho, etc. devem ser considerados como preciosos materiais de uma boa estatística²²⁰.

A esta conclusão, pedindo redobrado empenho para com as estatísticas, se seguia um exemplo de como fazê-la de modo pormenorizado através das estatísticas comerciais²²¹. A dispersão dos dados a serem coletados e sistematizados era vista por Mendonça como um problema para a construção de estatísticas no Brasil. Demonstra-se aqui, mais uma vez o referido ponto destacado nesta tese: a estrutura da monarquia corporativa de tradição portuguesa estava baseada na localidade da produção de dados e se chocava com a ideia de ciência de Estado que surgia na Europa como produção de dados pelo Estado Nacional de forma centralizada. A realidade da produção de dados era

²¹⁸ Idem, p. 257.

²¹⁹ Idem, p. 257.

²²⁰ Idem, p. 257.

²²¹ Idem, p. 258-259.

de dispersão, contudo, aqueles que conheciam as formulações das ciências estatísticas de países como a França, desejavam a centralização desses dados.

No ano de 1843, um trâmite fora do padrão aconteceu, possibilitando, mais uma vez a afirmação da unidade entre as questões eclesiásticas e de estatística. Trata-se da criação da freguesia de Cordeiro, em discussão na sessão de 25 de abril de 1843 da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ao ser posto em discussão o projeto da comissão eclesiástica, neste ano separada da comissão de estatística, criando uma freguesia em Cordeiro, com limites no 2º distrito da freguesia de São Gonçalo, do termo de Niterói, o deputado Gomes dos Santos fez o seguinte questionamento que se seguiu em um diálogo:

O Sr. Gomes dos Santos: - De que comissão é este projeto?

O Sr. Presidente: - Da eclesiástica.

O Senhor Gomes dos Santos: - Só! Não foi ouvida a de estatística?

O Sr. Presidente: - Não, Sr.

O Sr. Gomes dos Santos: - É o 1º exemplo desta natureza que aqui aparece! É a primeira divisão e criação de freguesia que se faz sem ser ouvida a comissão de estatística. Não sei se é ainda tempo de pedir que isto se faça?

O Sr. Presidente: - O nobre deputado pode requerê-lo.

O Sr. Gomes dos Santos: - Bem; mandarei requerimento neste sentido, pois não desejo que se falte a este precedente da casa: é só este o meu fim.

É apoiado e sem debate aprovado o seguinte requerimento:

“Requeiro que seja ouvida a comissão de estatística. – Gomes dos Santos”²²².

Vemos aqui um ponto já ressaltado que merece a devida atenção. As questões de estatística estavam estreitamente vinculadas às questões de organizações eclesiásticas, assim como o contrário também acontecia. Era padrão para os debates parlamentares da época que um projeto que passasse por uma comissão, passasse também pela outra, principalmente se tratando de divisas, fronteiras, limites e criações de jurisdições, quando os temas eram separados em duas comissões. Novamente, o conceito de estatística aqui aparece como “definição de fronteiras, limites e organização”.

²²² DRJ, ano XXII, n. 97, 01/05/1843, p. 2.

A estatística se vinculava à organização eclesiástica na medida em que ambas estavam imbricadas na delimitação de território administrativo ou numa subdivisão de jurisdição do território. Além disso, na maioria das vezes, era através dos registros eclesiásticos que se poderia ter informações sobre os indivíduos e seu registro de nascimento e óbito. Como a maioria da população estava vinculada à religiosidade católica e a instituição católica fazia parte do corpo do Estado imperial, as paróquias e capelas passavam a ser um importante ponto de definição dos territórios. Como vimos anteriormente, era nas paróquias que se davam inclusive práticas das eleições municipais ou mesmo gerais.

O Diário do Rio de Janeiro, juntamente com essas percepções de estatísticas, publicava as mais diversas estatísticas da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos da América, em um sentido um pouco diferente: eram sempre dados numéricos sobre estas localidades. Podemos ver estatísticas dos mais diversos temas: instrução, comércio, reinados, imprensa periódica, mendigos, agricultura, mineração, exército, população livre e escrava, navegação, portos, etc.²²³ Desta forma, podemos perceber que o conceito de estatística se vinculava ao mesmo tempo à matematização de aspectos da sociedade e à definição da organização do Estado e do Governo em um mesmo jornal.

Na questão das informações vindas da Europa, a criação das primeiras linhas de barcos a vapor no Brasil, em 1837, tinha facilitado o transporte, o comércio e a comunicação entre as províncias, entre o poder central e as províncias e entre os países do norte e as províncias brasileiras. Isto facilitava o conhecimento da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos da América. Assim, de acordo com Almir Chaiban El-Kareh:

A introdução da máquina a vapor vinha revolucionar toda a sociedade. Transportes mais rápidos e eficientes de mercadorias e passageiros diminuía os tempos de percurso e as distâncias, e afetavam não só a vida econômica e social, estimulando o comércio, o turismo e as migrações; mas, também, os valores e costumes dos povos e suas ideologias, além de possibilitar ações políticas e militares de maior alcance, mais

²²³ Em 1840, 12 números do Diário do Rio de Janeiro se incumbiram de publicar estatísticas do estrangeiro, com o sentido de quantificações acerca de diversos aspectos da vida social e política de outros países. DRJ, ano XIX[1840], ns. 46, 50, 55, 128, 131, 165, 186, 196, 210, 211, 226 e 278.

rápidas e mais eficazes. Logo, ela não só beneficiava a burguesia, mas as classes dominantes em geral e seus Estados.²²⁴

Para El-kareh, portanto, a criação da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, que tinha duas linhas – a primeira entre a Corte e o Norte do Brasil e a segunda entre a Corte e Montevidéu – modificaria completamente as relações entre as províncias e o poder central. Deste modo, facilitou, principalmente, a atuação do Governo Monárquico brasileiro na fiscalização, na contenção de revoltas, na unificação da elite política – facilitando as viagens para a Corte –, e possibilitando o transporte de malotes de correspondências e impressos públicos e privados, como decretos, leis e o envio de dinheiro entre as províncias e a Capital do Império do Brasil²²⁵. Da mesma forma que o mercado externo foi beneficiado pelos barcos a vapor, a circulação de ideias ficou facilitada, aumentando a possibilidade para que os letrados tivessem contato com informações dos modos de vida e da cultura europeia, inclusive na questão da estatística.

Dessa forma, criava-se uma tensão entre a tradição portuguesa de produção de estatísticas – ligadas aos corpos de engenheiros e à Igreja, em nível corporativo e localizado, e de caráter mais qualitativo do que quantitativo – e as percepções de estatísticas que chegavam pelas notícias e pelas apropriações vindas do estrangeiro – vistas como quantitativas e baseadas numa perspectiva de produção nacional.

~~~~~

---

<sup>224</sup> EL-KAREH, 2002, p. 10.

<sup>225</sup> EL-KAREH, 2002, 12-13.

## O conceito de estatísticas nas ciências biomédicas: comprovação científica, eficácia terapêutica e legitimação científica

Se por um lado o conceito de estatística era utilizado por cidadãos ligados aos poderes executivo e legislativo do Estado Brasileiro, também o era pelos médicos do período em diversos periódicos. Na década de 1840, seis periódicos médicos encontrados na Hemeroteca Digital citam o termo “estatística”. Os periódicos, com as respectivas quantidades de citações, são: *Archivo Medico Brasileiro* (69), *Annaes de Medicina Brasiliense* (58), *Minerva Brasiliense* (19) *Revista Medica Brasileira* (7), *A Sciencia* (6), *Annaes da Medicina Pernambucana* (4) e *Revista Medica Fluminense* (1). A análise destes periódicos e das formulações dos médicos sobre as estatísticas será o objetivo desta parte do texto.

Um dos personagens mais importantes no debate sobre estatísticas na Santa Casa de Misericórdia será Luiz Vicente de Simoni. Esse médico italiano, formado nas universidades de Gênova e de Pavia, chegou no Brasil em 1817, assumindo função de ajudante médico na Santa Casa de Misericórdia. Após viagem a Moçambique, entre 1819 e 1821, voltou para a Santa Casa em 1826 como médico interino e no ano seguinte como efetivo. Em 1829, juntamente com José Xavier Sigaud, José Cruz Jobim, João Maurício Faivre, Joaquim Soares de Meirelles fundou a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, como forma de aglutinar médicos nos debates e intervenções públicas sobre higiene e políticas de saúde pública. Em 1839, publicou “Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados”, onde se defendia de críticas sobre sua atuação no tratamento de alienados da Santa Casa e propunha a criação de uma instituição apropriada para os alienados<sup>226</sup>.

Na edição de maio de 1840 da *Revista Medica Fluminense*<sup>227</sup>, o dr. Luiz Vicente de Simoni publicaria uma matéria com observações sobre o novo estabelecimento para

---

<sup>226</sup> FONSECA, Maria R. F. SIMONI, Luis Vicente de. Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/simonil.htm> >

<sup>227</sup> A **Revista Médica Fluminense** (RMF) foi a segunda publicação da Sociedade Médica do Rio de Janeiro, entre 1835 e 1841. Foram publicados seis volumes, reunindo atas das sessões da entidade, artigos sobre a saúde humana e sobre as condições da medicina brasileira. A partir de 1841, o periódico passou a se chamar **Revista Médica Brasileira**: (RMB) jornal da Academia Imperial de Medicina (AIM), circulando por dois anos, de 1841 a 1843 dividindo seu espaço entre artigos sobre doenças, pesquisas médicas dos membros da Academia, transcrições de textos estrangeiros, matérias de médicos de todo o país, atas da AIM e textos sobre novas vacinas e febres que atacavam a população do Rio de Janeiro. MUSEU DA VIDA. Brasileira:

os tísicos [tuberculosos] da Santa Casa de Misericórdia e as estatísticas entre 19 de março de 1839 e 19 de março de 1840. Neste artigo, Simoni afirmava:

Sentimos não termos dados estatísticos suficientes para estabelecermos uma comparação exata entre a mortandade dos tísicos tratados no Hospital da Santa Casa, e a dos tratados no novo estabelecimento; mas estamos persuadido[s] de que se houvesse uma estatística, a vantagem seria a favor do novo estabelecimento. Não deixaremos porém de apresentar em resumo a estatística do tratamento, cura e mortandade dos tísicos no novo estabelecimento durante o primeiro ano que decorreu da sua criação, a qual foi em 19 de março de 1839; isto com o fito de mostrar a falsidade da opinião, e asserção dos que acreditam e espalham que a nova condição dos tísicos na Santa Casa de Misericórdia é muito pior que a antiga, e que nenhum deles escapa à morte, depois de entrado. Deixaremos que os fatos falem de per si, e que os leitores façam a este respeito o juízo que sua perspicácia lhes sugerir<sup>228</sup>.

No texto do dr. De Simoni o conceito de estatística era afirmado como contagem dos doentes, da mortandade, dos que entraram, dos que saíram, dos que faleceram, dos que ficaram existindo, de homens e mulheres em cada situação e do tempo em que permaneceram no estabelecimento os falecidos<sup>229</sup>. Os que continuaram existindo – curados – seriam em maior quantidade do que antes da inauguração dos novos estabelecimentos para tísicos, garantia o médico, apesar de não ter as estatísticas do período anterior para comparar<sup>230</sup>. As estatísticas aparecem como fonte de informação para tomada de decisões administrativas relacionadas às doenças e avaliação das mesmas.

Dr. De Simoni faz esta inferência baseado na subtração entre a quantidade de tísicos falecidos no Hospital em 1838, que seria de 321 tísicos falecidos, e a quantidade de doentes falecidos do mesmo mal em 1839, numa quantidade de 314. Seriam salvos, pelos cálculos do doutor, 1/6 de todos os doentes tísicos no novo estabelecimento, número

---

a divulgação científica no Brasil, s/d. <<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=43&sid=21>>

<sup>228</sup> DE SIMONI, 1840. RMF, vol. 6, n. 2, mai./1840, p. 71-72.

<sup>229</sup> A duração estava dividida de 5 em 5 dias até completar 1 mês e depois do primeiro mês dividida por número de meses até completar 8 meses. Provavelmente, depois do 8º mês ou o tísico morria ou era considerado curado. Idem, p. 72-74.

<sup>230</sup> Quanto à falta de estatísticas no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, o fato também tinha sido afirmado pelo doutor José Martins da Cruz Jobim, no “Discurso sobre as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro”, proferido em 30 de Junho de 1835 e publicado na Revista Médica Brasileira. RMB, vol. 1, n. 6, out/1841, p. 294.

“certamente considerável tratando-se de uma moléstia que (...) é de tão difícil cura e geralmente considerada quase como incurável”<sup>231</sup>.

As estatísticas eram enunciadas, portanto, como afirmação do acerto das novas práticas médicas e das novas arquiteturas médicas no trato da doença. Para o médico, seria possível deixar os fatos falarem por si, e estes fatos falavam pelas estatísticas. Além disso, fica patente a necessidade de Simoni em comprovar através de números a maior eficácia terapêutica da reforma hospitalar na cura dos doentes, em oposição aos que afirmavam que no novo estabelecimento as condições eram piores do que quando todos os doentes estavam juntos na Santa Casa de Misericórdia. Na sessão de 18 de novembro de 1841, De Simoni seria nomeado relator da apresentação de várias obras sobre estatísticas médicas do dr. Ferrario de Milão<sup>232</sup>.

Em março deste mesmo ano, seria criada a Sociedade de Medicina de Pernambuco, com os seguintes objetivos: “promover, nesta Província, os progressos da Medicina, e de todos os ramos das ciências médicas” e “dar à Classe Médica a posição que lhe é assinada pela nobreza de sua profissão”<sup>233</sup>. Nos seus estatutos, os médicos pernambucanos previam uma comissão de “Vacina, Epidemias, Moléstias Reinantes e Estatística Médica”<sup>234</sup>, mostrando uma preocupação típica desta época com a contagem das doenças endêmicas e epidêmicas. Contudo, no mesmo número do periódico, ao ser examinada a Boubá<sup>235</sup>, “moléstia esta que tanto incomoda e aflige a população desta província”, afirma-se a inexistência de estatísticas que comprovem de onde vem a doença. A inexistência de estatísticas aqui se torna um dos argumentos para sustentar a tese de que não existem provas de que a Boubá teria vindo da África, como afirmavam alguns “eruditos escritores”<sup>236</sup>. Surgia um novo critério para a produção de argumentos científicos verídicos: a existência de estatísticas comprobatórias.

Em 1842, as estatísticas e sua importância voltariam a ser discutidas no periódico da Academia Imperial de Medicina. Nas sessões de 20 e 23 de junho de 1842 continuavam as discussões do parecer acerca da memória enviada para o concurso aos prêmios da AIM. O tema do concurso era a revacinação e a única memória enviada naquele ano seria

---

<sup>231</sup> Idem, p. 73.

<sup>232</sup> AIM. Ata da Sessão Geral em 18 de Novembro de 1841. RMB, n. 12, v. 1, abr/1842, p. 648.

<sup>233</sup> AMP, a. 1, n. 1, 1842, p. 18-32. O Estatuto é datado na cidade de Recife, no dia 9 de março de 1841.

<sup>234</sup> Idem, p. 25.

<sup>235</sup> Doença infecciosa e contagiosa da pele que causa pápulas, bolhas e nódulos.

<sup>236</sup> Idem, p. 33-37.

intitulada “De Revaccinatione”. As opiniões ficaram divididas, entre dar o prêmio, dá-lo com objeções ou não dar o prêmio naquele ano. Criticava-se a qualidade da obra e também a organização do concurso, que não havia fechado os temas e fatos a serem tratados.

Nesta oportunidade, dr. Tavares declarou ter examinado a memória e considerou-a “assaz boa e bem deduzida, e merecedora de ser atendida pelo sufrágio da Academia”. Para este médico, a obra fazia “uma exposição resumida do que nela deparou de mais notável”. Sobre as críticas contra a obra, afirmava:

e quanto ao que foi objetado contra a mesma, relativamente ao atraso notado nos fatos citados e discutidos pelo autor, faz observar que não se podendo saber de que distância tem vindo a dita memória, e a época em que foi remetida, e podendo ser que ela tenha vindo de país mui distante, e tenha sido mandada há muito tempo sem desposar os princípios neles sustentados; mas parece-lhe que isto é em matérias mui nova e transcendente (...)<sup>237</sup>

Em oposição à Tavares estavam muitos acadêmicos. Entre estes, dr. Cruz Jobim consideraria, depois de diversos acadêmicos terem criticado a obra, que não se deveria dar o prêmio aquela obra, por ser ela uma “simples estatística”, sem que a metodologia fosse comprovada. Segundo o relator da ata:

O Sr. Dr. Jobim diz (...) que depois destes esclarecimentos se não pode dizer que a memória é realmente boa; que apesar disto o relator é de opinião que seja premiada, e outros querem que seja dado com declarações; mas ele pensa que melhor é não dar prêmio algum do que concedê-lo desta maneira, depois de se reconhecer defeitos tais. Acrescenta que o trabalho do autor não passa de uma simples estatística, e não é a uma simples estatística que se devem dar prêmios. E demais, diz ele, não se tratou ainda de provar se os fatos dessa estatística relativos à revacinação foram de pessoas que tinham tido a verdadeira vacina.<sup>238</sup>

Em defesa do relatório que havia aprovado a obra para recebimento do prêmio estava o dr. Gomes dos Santos, que garantiu que a memória deveria ser premiada, não

<sup>237</sup> ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA (AIM). Ata da Sessão de 20 de Junho de 1842. RMB, v. 2, n. 6, set/1842, p. 248-249.

<sup>238</sup> AIM. Ata da Sessão de 23 de junho de 1842. RMB, v. 2, n. 6, set/1842, p. 253-254.

por ser a única, mas porque havia nela alguma coisa de bom, principalmente no aspecto intelectual, no raciocínio do autor, que daria uma ideia geral e uma convicção sobre o tema. Além disso, corroborava o parecer do relator que havia elogiado a obra, especialmente pois “viu nela alguma coisa de louvável, e principalmente esse corpo de ciência e doutrina que resulta da combinação e discussão de fatos e princípios, e leva a uma conclusão, utilizando os para um fim científico”<sup>239</sup>. Segundo o autor da ata, Gomes dos Santos teria dito que

Nem deve obstar a falta de fatos originais do mesmo autor, porque não é só a originalidade o que se deve premiar. Se assim fosse passariam séculos sem se premiar os esforços dos sábios e dos estudiosos, porque raras vezes podem aparecer ideias e fatos originais. Em uma questão de fatos só por estatísticas se podem julgar com algum acerto: as estatísticas são úteis e apreciáveis, embora compiladas com fatos alheios, com tanto que estes fatos sejam verdadeiros, e bem aproveitados. Elas podem ser imperfeitas, parcialmente, mas os seus fatos podem ser examinados, e discutidos, circunstância que mesmo sendo elas imperfeitas as torna úteis às ciências. Não quero que se aceitem todos os fatos de uma estatística, mas que sejam examinados e discutidos os mais gerais, aqueles que não podem ser contestados, e que mais frequentemente aparecem nos quadros estatísticos, porque a respeito deste, menos é a dúvida que se pode ser alegada para enfraquecer a sua validade. Se a memória do autor apresenta uma estatística com alguns desses predicados, nenhuma razão há para desprezá-la, e negar-lhe aquela atenção que ela merece, e o prêmio que prometido ao zelo estudioso e trabalhador é justamente esperado<sup>240</sup>.

Assim, Thomás Gomes dos Santos, já referido como membro da comissão de estatística do Rio de Janeiro entre 1840 e 1843, defendia a necessidade de produções estatísticas sobre a medicina e as vacinações. Para o médico, eram úteis para discutir fatos “mais gerais (...) que não podem ser contestados” nas frequências dos quadros estatísticos. Vemos no exemplo deste médico, a percepção de que os agentes sociais que atuavam em prol da aplicação do discurso das estatísticas faziam isto tanto nos limites da ação estatal quanto nas associações médicas. A defesa das estatísticas como um método de discriminação e avaliação de políticas e de terapias se fazia sentir como uma forma de conhecer e comparar dados, desde que esses fatos pudessem ser examinados e discutidos.

---

<sup>239</sup> RMB, Idem, p. 254.

<sup>240</sup> RMB, Idem, 254-255.

Por fim, depois de longa discussão, a memória foi posta em votação. O relatório sobre “De revaccinatione” seria aprovado com uma modificação: ao invés de receber o grande prêmio da Academia Imperial de Medicina daquele ano, receberia um prêmio imediato, uma “menção honrosa”, e a aprovação para a impressão depois da tradução da obra. Ao final da discussão, os presentes resolvem manter a questão da revacinação para o concurso do próximo ano, aumentando o número de temas possíveis para a escolha dos candidatos em cada ano. Os temas escolhidos para o ano de 1843 – além da revacinação e da elefantíase dos gregos assuntos dos dois últimos anos – foram:

1º Determinar as causas, natureza e caracteres químicos e patológicos da moléstia conhecida pelo nome de ourinas leitosas ou chylosas, bem como o tratamento mais profícuo para combatê-la.

2º Mostrar e ilustrar a necessidade dos socorros públicos aos asfixiados por submersão, no Rio de Janeiro, e a maneira por que esses socorros devem ser administrados<sup>241</sup>.

Enquanto para o ano de 1844 e 1845 seria, o concurso teria tema ligado às estatísticas médicas, tal qual era pensada naquele momento:

3º Mostrar e ilustrar a influência que exercem nas moléstias endêmicas de qualquer província do Brasil, as condições topográficas do solo, do clima, os alimentos, e costumes dos habitantes<sup>242</sup>.

No início da década de 1840, alguns membros da Academia Imperial de Medicina, como se pôde ver, estavam começando a dar importância às estatísticas como meio de análise e como forma de comprovação de doenças. Não obstante, outros membros continuavam minimizando as estatísticas como forma de conhecimento da realidade, especialmente como discurso médico.

Na edição de dezembro de 1842 da Revista Médica Brasileira, o dr. Bento José Martins usaria o recurso estatístico para afirmar a eficácia de suas operações contra o estrabismo. Na sessão de artigos originais da revista, o médico publicou um tratado sobre

---

<sup>241</sup> RMB, Idem, p. 255-256.

<sup>242</sup> RMB, Idem.

o estrabismo, suas causas, diferenças, espécies, tratamentos, cuidados com os doentes e resultados da operação, para ao final apresentar suas estatísticas de operações da moléstia<sup>243</sup>. Nestas estatísticas, o dr. Martins quantifica as operações de estrabismo por tipologia, os resultados da operação de “simples divisão do músculo grande oblíquo”. Segundo o médico:

Em todos os efeitos patológicos desapareceram depois da operação; apresentando-se as funções do olho no estado físico; em dois somente que sofriam de estrabismo convergente do olho direito, foi preciso operar-se uma segunda vez, por se terem reunido as duas partes do músculo dividido<sup>244</sup>.

Mostra-se aqui, mais uma vez a quantificação como a comprovação de eficácia de determinada operação, embora o mesmo não apresente dados dos tratamentos antigos para afirmar sua ineficácia.

Este era um momento histórico de início do reinado de d. Pedro II e afirmação da necessidade do progresso brasileiro em todas as áreas. Neste bojo, foram fundados em 1843 e 1844, dois periódicos científicos que louvavam o progresso dos conhecimentos do século XIX e pretendiam alçar o Brasil à condição igualdade nos avanços científicos mundiais. Assim, Francisco de Salles Torres Homem e Santiago Nunes Ribeiro fundaram a *Minerva Brasiliense*, em 1843<sup>245</sup>, e Ludgero da Rocha Ferreira Lapa fundou o *Archivo Médico Brasileiro*, em 1844.

Ambas tinham como objetivo expresso colaborar para que o Brasil se tornasse uma nação civilizada e de acordo com os progressos de sua própria época. Nestes periódicos, eram publicadas notícias científicas diversas e estatísticas de vários países do mundo, incluindo estatísticas médicas. Era, portanto, um veículo de disseminação do discurso do progresso científico no Brasil. Não obstante, enquanto a *Minerva Brasiliense* tinha uma preocupação muito mais generalista de focalizar as artes, as ciências e a literatura, o *Archivo Médico Brasileiro* se focava nas ciências médicas.

---

<sup>243</sup> RMB, vol. 2, n. 8, dez/1842, p.343-356.

<sup>244</sup> RMB, Idem, p. 356.

<sup>245</sup> MAGALHÃES JUNIOR, 2009, p. 8-9. Torres Homem havia sofrido a pena de desterro, causada pela participação de Torres Homem nas Revoltas Liberais de Minas Gerais e São Paulo em 1842, e estava voltando ao Brasil, após breve passagem pela Europa.

O médico Theóphilo de Sá, em *Chronica do Archivo Medico Brasileiro*, de dezembro de 1845, criticaria duramente o periódico *Annaes de Medicina Brasiliense*, da Academia Imperial de Medicina. Sá elogiava muito a leitura de Marinho de Azevedo Americano sobre os periódicos e universidades de medicina da Europa<sup>246</sup>, para depois atacar os *Annaes*, dizendo:

Outro tanto pena-me não poder dizer dos últimos números dos *Annaes* da nossa Imperial Academia de Medicina, de cuja leitura nada pude colher de bom. Estes pobres *Annaes*, a quem nada valeu a crisma, vão caindo (e isto não admira, segundo o destino que os tem sempre perseguido em todas as fases de sua precária existência) em tal estado de inanição e pauperidade, que faz dá a sua extrema magreza literária, por maneira que já muitos se arreceiam, e desesperam de sua futura saúde, em que pesa azafama e celeuma, com que os eminentíssimos, e lidíssimos auxiliares, que lhes sustentam o grande peso, procuram de dar-lhes substância com seus cansados, inexauríveis, e mais cediços, e panegiricados comentários aórticos, embora se afaquem por tonaliza-los com sobejas preparações de ferro! Tempo perdido! A anemia do coitado concorrente nosso não tem cura!... Seja-lhe a terra leve!<sup>247</sup>

O jornal de Ludgero Ferreira Lapa, assim, através de Theóphilo de Sá, abriu disputa com o periódico da AIM, afirmando a precariedade do periódico dos médicos eminentes e reconhecidos. Procurava diminuir a importância de seu concorrente e abrir espaço para se afirmar junto aos homens de ciências do Rio de Janeiro. Será no *Archivo Médico Brasileiro* que Haddock Lobo começará a publicar suas estatísticas mortuárias do Rio de Janeiro. E, como veremos mais a frente, Ludgero Lapa também entrará em contenda com Haddock Lobo, sobre a produção de estatísticas, retirando Lobo da redação do *Archivo* e passando ele próprio a publicar o necrológio do Rio de Janeiro.

Nestes periódicos, foram discutidos e repercutidos assuntos de fundamental importância para a temática em questão, como a recepção do livro de Sigaud, a formação e a consolidação das estatísticas médicas, e o debate acirrado entre a alopatia e a

---

<sup>246</sup> Marinho Americano tinha sido enviado pela Faculdade Medicina do Rio de Janeiro para a Europa, em viagem científica, no intuito de produzir uma memória relativa à história do ensino e das sociedades médicas, numa perspectiva comparativa. Esse estudo seria muito elogiado e serviria de base para as reformas do ensino médico no Brasil, nos anos posteriores. EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina da Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992, p. 33-34.

<sup>247</sup> *Archivo Médico Brasileiro*, t. 2, n. 4, dez/1845, p. 78.

homeopatia. Nas próximas páginas tratarei dos debates sobre a formação e a consolidação das estatísticas médicas, evidenciando como diversos atores se posicionaram frente a estas questões e dos debates sobre alopatia e homeopatia. A estatística médica de Sigaud será tratada no capítulo seguinte.

~~~~~

O debate acerca do discurso das estatísticas médicas

Com a publicação das primeiras séries estatísticas da Santa Casa de Misericórdia, das Estatísticas do Hospital Militar e de estatísticas de médicos particulares e da obra de Sigaud, o discurso das estatísticas médicas se multiplicava. Cada vez mais, nos periódicos médicos, as questões de saúde eram colocadas em termos quantitativos, com explicações de casos particulares em termos qualitativos. Para esta virada discursiva da década de 1840, foram fundamentais as intervenções de Roberto Haddock Lobo, de Luiz Vicente de Simoni, de Noronha Feital, de Marinho Americano e de Ludgero Ferreira Lapa. Os debates sobre a possibilidade ou não de uma aritmética aplicada à medicina e a publicação de estatísticas médicas de doenças e mortalidade contribuíram para divulgar a importância das estatísticas e para abrir espaço a novas publicações deste tipo nos mesmos periódicos. A partir de 1843-44, as primeiras notícias estatísticas do início da década se complexificam e, principalmente, pela intervenção de Haddock Lobo ganham sintonia fina.

Roberto Jorge Haddock Lobo nasceu em Portugal no ano de 1817 e emigrou para o Brasil, matriculando-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1842, terminou seu curso com uma tese sobre operações de tumor e quatro anos mais tarde entrou para a Academia Imperial de Medicina, com a apresentação de um trabalho sobre a cura do tétano traumático. Nessa época, trabalhou como relator na AIM e redator no *Archivo Médico Brasileiro* e nos *Annaes de Medicina Brasiliense*. Como veremos adiante, iniciou a construção de séries estatísticas sobre mortalidade no Rio de Janeiro, recolhendo números de falecidos e suas causas nos hospitais e destacamentos de polícia da capital do Império. Estas estatísticas de mortalidade, juntamente com as relações políticas com políticos conservadores como Euzébio de Queiroz, colaborariam para que em 1849 Haddock Lobo fosse escolhido para produzir as estatísticas populacionais do Rio de Janeiro, como veremos²⁴⁸.

²⁴⁸ HOLLOWAY, Thomas. Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849. Prefácio ao escrito de Haddock Lobo intitulado “Texto introdutório do recenseamento do Rio de Janeiro de 1849”, (...) reproduzido, juntamente com os dados estatísticos pertinentes, logo após o prefácio elaborado por Holloway. *Boletim de História Demográfica*, ano XV, n. 50, julho de 2008. Online em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm. ACADEMIA Nacional de Medicina. Roberto Jorge Haddock Lobo. Membro Titular. Disponível em: < http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=665&descricao=Roberto+Jorge+Haddock+Lobo >

Em agosto de 1844, Haddock Lobo esclareceu algumas de suas visões sobre as estatísticas e sobre o estado da arte na corte, com a publicação de uma estatística da clínica cirúrgica da Escola de Medicina. Publicado no *Archivo Médico Brasileiro*, o artigo *Resumo estatístico da Clínica Cirúrgica da Escola de Medicina, dirigida pelo il[ustrássi]mo sr. Dr. Candido Borges Monteiro, no ano letivo, que decorreu de maio a outubro de 1843, na 1ª enfermaria de cirurgia do H. da S. Casa da Misericórdia, seguido de algumas reflexões acerca dos meios terapêuticos empregados, pelo dr. Roberto Jorge Haddock Lobo* buscava conceituar as estatísticas, comparando o caso brasileiro com países europeus como Inglaterra, Itália, Alemanha e França. Nessa comparação, Haddock Lobo via uma grande deficiência nas estatísticas médicas brasileiras, ressaltando a necessidade de uma apreciação menos vaga e com mais cifras exatas sobre os fatos.

No campo da medicina, neste período, o conceito de estatística foi utilizado por Haddock Lobo como sinônimo de quantificação para a comprovação de eficácia e para dirimir conflitos de ideias médico-científicas. Isto aparece claramente no texto, no qual se afirmava, logo no seu início:

Em todos os hospitais, mais ou menos bem constituídos, se recorre hoje às estatísticas como o meio mais certo, rigoroso, e exato de se apreciar com justeza a eficácia dos meios, que a arte de corar põe a disposição daqueles, que se encarregam de aliviar os males de seus semelhantes. – Na Inglaterra, na Itália, na Alemanha, e principalmente na França, onde não só se procede d’esta arte nos hospitais fixos, mas ainda nos ambulantes, como por exemplo nas últimas campanhas d’esta nação em Argel, são ainda as estatísticas que lavram a sentença, pela qual tal medicamento, ou tal método operatório tem de se ver adotado ou completamente condenado na prática. – Com efeito, nada mais racional, nada mais convincente do que a experiência; - severo juiz ela julga sem apelação entre as ideias contemporâneas e as de nossos antepassados, embora esta ou aquela tenham por si os nomes prestigiosos de seus autores, embora brilhantes teorias, desenvolvida de pelo gênio fecundo de seus partidários, falem em seu abono, embora a imprensa gema sob o peso de pomposos anúncios ataviados com as maiores galas da eloquência, tudo será em vão, tudo será perdido, se a experiência não sancionar todos esses esforços reunidos, por mais que se eles multipliquem; em sua notícia na ciência será de tão pouca dura como a do meteoro no espaço. – É partindo e apoiando-se n’esta verdade incontestável, que as estatísticas vão tendo hoje

voga, substituindo-se d'est'arte a apreciação vaga dos fatos por cifras exatas, e dando-se o cunho de veracidade a noções muitas vezes incertas e confusas²⁴⁹.

Podemos perceber nesta citação, a afirmação da estatística como veracidade, como experiência, como comprovação racional, como a lavradora das sentenças sobre a verdade e a falsidade. Citando nominalmente países europeus, o autor pretende afirmar que este princípio era plenamente aceito na Europa, e que o Brasil necessitava se construir as suas estatísticas, muito mais do que já teria feito naquele momento. Segundo Haddock Lobo, na França, todos os anos se publicavam o resumo das estatísticas dos hospitais, o que não aconteceria no Brasil, apesar da existência de um vasto e grande estabelecimento como a Santa Casa de Misericórdia. Para o autor, tais informações seriam sepultadas pelo profundo esquecimento e

repreensível indiferença de tantos jovens, que cheios de talento e habilidade, testemunhas oculares dos esforços de seu digno mestre, nele [no hospital] terminaram seus estudos, nele se imbuíram de suficientes conhecimentos cirúrgicos, e por consequência a ele devem a tal ou qual reputação de que hoje gozam²⁵⁰.

Segundo dr. Haddock Lobo, ele seria movido pelo desejo de construir um empreendimento estatístico semelhante ao dos franceses e estaria se ocupando da tarefa de fazer tais estatísticas, desde os tempos em que estudava cirurgia naquele hospital. Depois de se lamentar pelas dificuldades da produção de dados e pelo desânimo do trabalho solitário e árduo, Lobo passa a fazer considerações sobre a quantidade de leitos observados, de doentes que entraram, que saíram curados, que não completaram a cura, que morreram, que operaram. Ao final, produz uma tabela de operações, onde marcou os tipos de operações, sua quantidade, o número de curados, de mortos e de doentes que não completaram a cura, com observações na coluna final. Este seria um dos primeiros esforços de Haddock Lobo no sentido de publicar seus esforços estatísticos²⁵¹. Nos dois

²⁴⁹ ArMB, t. 1, n. 1, ago/1844, p.5-6.

²⁵⁰ Idem, p. 6.

²⁵¹ ArMB, t. 1, n. 1, ago/1844, p. 5-15.

meses seguintes o mesmo médico publicaria continuações do artigo, tratando de casos e doenças específicas²⁵².

Na edição de dezembro de 1844, em um relatório dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, na sessão de 30 de Julho de 1844, conclui-se com pesar que os dados estatísticos da corporação médica fluminense eram incompletos, e poderiam até mesmo desacreditar a corporação. Para Luiz Vicente de Simoni, secretário geral e autor da ata,

a publicação de óbitos, e molestias que os causas, se por um lado já foi útil na ocasião da epidemia escarlatínica, e ainda até certo ponto o pode ser para a estatística médica; com tudo a forma defeituosíssima e incompleta por que está se fazendo, não só de pouca e nenhuma utilidade pode ser, mas até pode desacreditar a corporação médica fluminense, e ao país em que erros tão grosseiros, que patenteam a mais supina ignorância na ciência e tecnologia médica, diariamente aparecem, sem que possam ser atribuídos a erros tipográficos. Quaisquer leitores estranhos que não estão informados do modo porque esta publicação se faz, e as mãos pelas quais é feita, hão naturalmente supor, que tudo isso é obra de médicos, e que os médicos da capital do Império do Brasil são muito estúpidos e ignorantíssimos. Entretanto tudo isso tudo isso é obra de pessoas leigas estranhas à profissão médica, que tomando auto das certidões de óbito, alteram e desfiguram o que é atestado pelas pessoas da arte, ou o assentam de um modo incompleto, escrevendo assim despropósitos e absurdos de provocar riso no homem mais sério²⁵³.

Segundo Simoni, a incompletude e os defeitos das estatísticas médicas se deviam principalmente ao fato de que eram feitas por pessoas leigas e não por médicos. Contudo, a precariedade das estatísticas poderia desacreditar a corporação médica, causando imensos malefícios à classe.

Em fevereiro de 1845, Roberto Jorge Haddock Lobo iniciaria sua série de publicações com o *Necrológio da Cidade do Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1845*. A publicação de necrológio marcou a atuação deste médico na década de 1840,

²⁵² ArMB, t. 1, ns. 2 e 3.set. e out/1844. Na edição n. 4, em dezembro de 1844, Haddock Lobo voltaria a publicar a continuação do mesmo artigo, mais uma vez com análises e reflexões sobre casos específicos.

²⁵³ AIM. Relatório dos trabalhos da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, lido na sessão pública anual em 30 de julho de 1844, [por Luiz Vicente de Simoni. ArMB, t.1, n. 4, dez/1844, p. 115.

culminando com a publicação do recenseamento do Rio de Janeiro de 1849. Iniciando seu empreendimento, Lobo afirmava a importância das estatísticas:

Em uma cidade populosa como o é a nossa; onde em perfeito antagonismo com a salubridade do clima, que nos outorgou a natureza, existem toleradas pela incúria e desleixo dos homens, e ainda pela fraca ou nenhuma polícia médica tantas causas mortíferas, não deixará de ser bem acolhida por todos os que reconhecerem sua utilidade a estatística mortuária a que vamos proceder. – Uma estatística, qualquer que seja o objeto sobre que ela verse, não é um vão entretenimento com que se queira recriar o espírito; é sim laboriosa fornecedora de dados os mais completos, e de uma importância real e incontestável. – Estabelecendo pois este princípio inegável de sua natureza ocioso seria apontar ou desenvolver suas vantagens no presente caso, uma vez que a tantos respeitos por todos deve ser sabida a utilidade de um semelhante trabalho, como este a que solicito nos vamos entregar²⁵⁴.

Assim, Haddock Lobo afirmava serem as estatísticas fundamentais e tratava de aspectos das epidemias do período, do clima do Rio de Janeiro, da repercussão nos jornais acerca das doenças e das medidas da polícia médica na questão. Contudo o mesmo adverte: “Sabemos mui bem que não pode por ora esta estatística ter o cunho de exatíssima, para que possa corresponder ao que levamos em visa, se não de uma maneira aproximada”²⁵⁵. Segundo Lobo, a inexatidão se devia a aceitação por alguns inspetores de atestados sem classificação da enfermidade e produzidos por pessoas não habilitadas. Ao fim do texto, agradece o envio dos dados do Hospital da Misericórdia, pelo sr. Antonio Bento de Vassimon e publica a tabela necrológica.

A primeira tabela, dividida por classificação das enfermidades, contava as mortes por sexo masculino e feminino, e entre livres e escravos. A segunda dividia os falecimentos pelas oito freguesias do Rio de Janeiro. A terceira apontava a quantidade de doentes na Santa Casa de Misericórdia no período anterior, aqueles que entraram, que saíram curados e que faleceram, além do número de pacientes naquele momento no hospital. Por fim, a quarta e última tabela apontava a mortalidade no mesmo hospital, dividindo as mortes pela classificação das enfermidades, entre os sexos masculino e feminino e entre livres e escravos. Este padrão seria utilizado mensalmente, com algumas

²⁵⁴ ArMB, t. 1, n. 7, fev/1845, p. 167.

²⁵⁵ Idem, 168.

modificações e inclusões nos próximos dois anos em que o médico Haddock Lobo empreendeu o Necrológio do Rio de Janeiro.

A questão da classificação das enfermidades aparece aqui como fundamental para pensar na possibilidade da produção de estatísticas de enfermidades e causas de mortes. Seria impossível contar caso essas doenças não tivessem definições de categorias comparáveis. Uma série estatística só poderia ser produzida se existisse pacificada uma classificação de doenças para quantificar, se os inspetores e os funcionários do hospital conhecessem essas classificações e se estas categorias servissem como unidades analíticas comparáveis. Contudo, na realidade encontrada por Haddock Lobo, as categorias das doenças eram muitas vezes fluidas e controversas, aqueles que registravam as mortes não conheciam as classificações clínicas das doenças e o médico não recebia os dados completos para a elaboração dos quadros estatísticos.

Não obstante, se em fevereiro e março de 1845 a publicação se dava no *Archivo Médico Brasileiro*, pela pena de Lobo, a edição de abril do periódico iniciava com a seguinte

Declaração

A Direção despediu o sr. Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo da parte cirurgica desta Gazeta, de que o incumbira; e porém folga de apresentar em seu lugar o muito digno sr. Dr. José da Silva Guimarães, recém vindo de sua viagem médica à Europa, pessoa de reconhecido mérito e talento, cuja aquisição é mais uma forte garantia em prol da estabilidade do *Archivo Médico Brasileiro*²⁵⁶.

A partir de então, o Necrológio do Rio de Janeiro do *Archivo Médico Brasileiro* seria publicado com a assinatura do próprio Ludgero Ferreira Lapa, diretor e primeiro redator do jornal. Nesta mesma edição de abril de 1845, foi publicado o quadro estatístico dos resultados dos trabalhos do ano letivo da Faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1844, assinado por Luis Carlos da Fonseca, bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No quadro, quantificavam-se os estudantes por província, por ano de curso e por estado no curso²⁵⁷. Ainda neste número, publicavam-se as estatísticas do Instituto Vacinico do Rio de Janeiro no ano de 1844, assinado pelo inspetor Jacinto

²⁵⁶ ArMB, t. 1, n. 9, abr/1845, p. 197.

²⁵⁷ Idem, p. 219.

Rodrigues Pereira Reis, com a quantidade de vacinados mensalmente por sexo, condição (livre ou escravo), resultado da vacinação, a remessa de pus vacínico e o número de lâminas²⁵⁸. Aqui, talvez, Ludgero Ferreira Lapa quisesse afirmar que as estatísticas não parariam pela demissão de Haddock Lobo.

No mês seguinte, sob a pena do próprio Ludgero Ferreira Lapa, o Necrológio da Cidade do Rio de Janeiro teria sua continuidade. Mas, já no início de seu artigo, o diretor do periódico critica veladamente o antigo produtor dos dados:

Folgamos de continuar a publicação do Necrológio desta cidade, que forçadamente havíamos interrompido por nos falecerem no tempo oportuno as bases, com que devíamos entender na confecção dele. Aqui damos por tanto não somente o de Abril, senão também o de Março, que por aquele motivo não pudemos estampar no número antecedente. Pelos mapas, que apresentamos, claro vê-se que eles, comparativamente à sua cifra, e ainda pelo que concerne à natureza das moléstias, diferem consideravelmente de uns, que saíram no Mercantil. Foi a causa disto termos examinado com nímio cuidado e paciência todos os certificados de óbito, que tivemos em nossas mãos. Resultou de nossa diligência a eliminação de muitos deles pertencentes aos meses de Fevereiro e Abril, os quais estavam confundidos com os de Março, e enganadamente foram naquela folha incluídos no necrológio deste último; a mesma coisa aconteceu, quando procedemos ao do mês de abril, sendo ainda que procuramos na Secretaria de Polícia um atestado, que sabíamos certo dever lá existir, não o achamos, e porém tivemos aqui casual fortuna de encontrar mesclados com os certificados de Maio muitos pertencentes ao mês de abril, que logo arrecadamos, cuja existência ignoraríamos a não nos favorecer tão oportunamente o acaso; donde vem o excesso da cifra que apresentamos. Por estas razões temos que o nosso trabalho há de, e deve, quanto é possível, ser havido por autêntico, fiel, exatíssimo, e mui conforme à verdade, por quão minuciosa, acurada, e pacientemente nele empregamos o nosso cuidado²⁵⁹.

Apesar das críticas ao trabalho que vinha sendo executado por Haddock Lobo, Ludgero Ferreira Lapa produziu mapas estatísticos com os mesmos modelos do produtor inicial, se esmerando em procurar, ou destacar, defeitos nas pesquisas de Lobo. Lapa continuaria publicando o Necrológio até maio de 1847. Embora a trajetória de Haddock

²⁵⁸ Idem, p. 220.

²⁵⁹ ArMB, t. 1, n. 10, mai/1845, p. 237.

Lobo tenha se esgotado no *Archivo Médico Brasileiro*, o médico encontrou seu espaço nos *Annaes de Medicina Brasiliense*, onde passou a não somente publicar suas estatísticas, mas também a fomentar um debate acerca da utilização da aritmética nas artes médicas.

Na edição de novembro de 1845, Roberto Jorge Haddock Lobo publicaria *A estatística do Hospital Militar pelo dr. Marinho, publicada mensalmente no Mercantil*. Neste seu primeiro artigo sobre o tema fazia uma apreciação crítica das estatísticas do Hospital Militar publicadas por Marinho Americano. Esta crítica geraria um debate com o próprio dr. Marinho Americano e com outros médicos da época e também a modificação de padrões de apresentação das estatísticas dos hospitais. Já na epígrafe do artigo, Haddock Lobo deixava clara sua posição sobre a relação entre aritmética e terapêutica:

A aritmética aplicada à terapêutica é a única tábua de salvação que se nos antolha [nos põe diante dos olhos], capaz de nos salvar da ameaçadora e subversiva anarquia dos sistemas médicos²⁶⁰.

Haddock Lobo afirmava inicialmente – se referindo a Marinho Americano – que já não seria o único a sentir a necessidade de estatísticas. Este desejo viria da necessidade de por ordem e método ao caos em que, na visão Lobo, encontrava-se a medicina do século XIX. Para o mesmo, a voz do médico do Hospital Militar seria mais sonora do que a sua própria e a publicação a partir de um hospital seria fundamental para o esclarecimento das experiências e para se estabelecer os verdadeiros paralelos entre os diversos tratamentos, sem a intromissão prejudicial das famílias e do “oficioso e sempre fatal interesse dos enfermeiros, pela mor parte dispostos a alterarem as prescrições dos médicos”²⁶¹. Para Lobo,

A aritmética aplicada à terapêutica é o desideratum geral, que em todos os países curam de estabelecer mais ou menos todas as publicações concernentes à medicina: compulsem-se as páginas dessas folhas, e ver-se-á que pelo método numérico, e somente por ele, é que se pretende conhecer hoje, no meio de tantas opiniões opostas e disparatadas, os caracteres e valor real dos sinais das enfermidades

²⁶⁰ *Annaes de Medicina Brasiliense*, n. 6, v. 1, nov/1845, p. 241.

²⁶¹ *Idem*.

– bem como avaliar os efeitos, virtudes, e ação dos agentes terapêuticos. – Ainda mais; ao mesmo tempo que assim se podem resolver graves questões, um outro fim, e por ventura mais nobre, se pode alcançar, qual o de hastear um novo estandarte sobre as ruínas e destroços desses sistemas, que com todos os seus defeitos nos tem sido importados da Europa; para que em seu torno e à sua sombra se possam reunir os amigos da humanidade. – Será então também que afoitamente poderemos dizer – temos uma medicina nacional. (...) E pois receba o Sr. Dr. Marinho nossa sincera homenagem por tão assinalado serviço feito à ciência e à humanidade²⁶².

Assim, Haddock Lobo colocava, sob o método numérico, as possibilidades de decisão sobre opiniões opostas, a partir dos critérios estatísticos dos “caracteres e valor real dos sinais das enfermidades”. Além disso, as pesquisas estatísticas nacionais tornariam possível a ciência efetivamente nacional e não submissa aos sistemas e padrões europeus. Na visão do autor, por seu trabalho estatístico Marinho Americano mereceria homenagens. Continuando seus comentários, se pergunta se o trabalho mensal de dr. Marinho mereceria as mesmas críticas que seus trabalhos, por “tranqueira e de covardes” que “tudo sabem, mas nada fazem”²⁶³. Fazendo votos de que dr. Marinho não desista do empreendimento, Lobo passa a citar os números do Hospital Militar. Citaria o número de doentes, aqueles que se curaram, os que faleceram, os que ficaram existindo. Citava a quantidade das principais enfermidades, os tratamentos e posicionamentos de Marinho acerca de alguns medicamentos. Neste momento, faz a única crítica do artigo. Segundo Lobo, nada se poderia dizer acerca dos tratamentos adotado para cada uma das doenças especificamente, pois estes não teriam sido declarados, “o que conviria muito, ao menos de uma maneira geral”²⁶⁴. Por fim, lamenta que a despeito dos conhecimentos científicos daquele momento, vigorasse o “império da ignorância”²⁶⁵.

Na edição seguinte do mesmo periódico, o dr. Marinho faz uma réplica do artigo de Haddock Lobo. Agradecendo muito e não se considerando digno de tantos elogios pelo jovem médico, diz-se lisonjeado pelas homenagens. Contudo, responde à crítica de Lobo, no que tange aos princípios gerais da seguinte forma:

²⁶² Idem, p. 241-242.

²⁶³ AMB, n. 6, v. 1, nov/1845, p. 242.

²⁶⁴ Idem, p. 243.

²⁶⁵ Idem, p. 244.

A advertência, que o colega nos dirige de que a estatística ficaria muito mais interessante, sendo acompanhada dos princípios gerais, ao menos, em que fundamos o tratamento, já nos tinha vindo à lembrança há muito tempo. Em consequência de ordens do ministro da guerra, os facultativos do hospital são obrigados a dar uma estatística trimestral, contendo o número total dos entrados, curados, mortos, e suas respectivas enfermidades. Nesta relação que se manda ao governo não se pode entrar no detalhe especial da maneira de tratar as diferentes moléstias, por não ser aí o lugar próprio. De nada importa ao governo o saber se uma bronquite, uma pneumonia, etc. etc., foi tratada por este ou aquele ingrediente, por este ou aquele sistema; ainda mesmo que se mandassem todas estas especialidades, e ele se desse ao trabalho de as ler, nenhum benefício colheria, por isso que não possui conhecimentos profissionais, e quando os possuísse não estava em posição de os utilizar, aplicando-os²⁶⁶.

Desta forma, o médico do Hospital Militar afirmava que não tinha publicado suas reflexões a respeito de questões específicas e terapêuticas pelo fato de que os relatórios eram feitos para o ministério da guerra, que não se interessaria por estes assuntos. Marinho Americano, logo após esta explicação, complementando-a, descreveria sua posição a respeito do interesse governamental sobre as estatísticas:

O que mais importa a um governo conhecer é o movimento anual do hospital, seu número proporcional de curas e óbitos, com a respectiva indicação das moléstias, a fim de se poder fazer um juízo apreciativo do estabelecimento, sua administração, a capacidade dos facultativos, o gênero de enfermidade que mais prevalece, suas causas prováveis, e os meios de as remediar e diminuir, etc. Tudo isso se pode obter comparando somente os resultados, sem entrar na análise dos tratamentos especiais; e eis o que é mais essencial a um governo de saber. Ora, como até agora eu me tenho servido das estatísticas assim organizadas, eis a razão porque elas têm sido publicadas sem reflexões terapêuticas, estatísticas que consideramos como oficiais que muito diferem das que se escrevem para a classe médica²⁶⁷.

Com esta explicação afirma que, para os governos, o mais fundamental seria o movimento do hospital, enquanto para a classe médica,

²⁶⁶ AMB, n. 7, v. 1, dez/1845, p. 293-294.

²⁶⁷ AMB, n. 7, v. 1, dez/1845, p. 294-295.

Estatística alguma pode ser interessante se não mencionar os tratamentos empregados. Nenhuma utilidade se tira de saber que a mortandade foi pouca ou nula, se não se especializa o modo porque tais e tais medicamentos foram empregados e com que resultados; este é o ponto capital, é o punctum saliens da medicina, é o que de mais perto toca e interessa a profissão. Na arte de curar não há remédios infalíveis; os mais heroicos e afamados são aqueles que em circunstâncias idênticas salvam maior número de doentes, e, como nesta eficácia entra por muito a maneira de os empregar, a análise dos tratamentos tem uma importância imensa²⁶⁸.

Fazendo esta diferenciação entre os públicos-alvo das estatísticas – inclusive do mesmo tema, produzidas pelo mesmo autor –, Marinho Americano procurava demonstrar que o discurso estatístico não era feito somente do autor, mas também da recepção esperada pelos leitores. Escrever uma estatística para o Governo era diferente de escrever uma estatística para a classe médica. A produção de acordo com os critérios de validade e importância governamental era diversa da escrita que tomava como base os interesses médicos. A estatística era, portanto, uma ciência objetiva como pressupunha Haddock Lobo, mas, para Marinho Americano estava sujeita à lógica de um produto com público específico. No caso, os interesses da governança dos assuntos militares, aos quais seria necessário saber o número de atendidos, quanto financeiramente isso custaria, como estava a saúde de seus soldados, quais doenças atingiriam a tropa e quais cuidados deveria-se ter com ela.

Desta forma, dr. Marinho procurava convencer Haddock Lobo do seu ponto de vista, mas também afirmava que a partir do próximo mês, publicaria suas estatísticas com análises mais apuradas do ponto de vista médico²⁶⁹. O médico do Hospital Militar concorda com Lobo acerca das vantagens de uma estatística deste tipo para a classe médica, contudo faria mais uma ressalva ao discurso do jovem médico. Para Marinho Americano, a concepção de Haddock Lobo acerca de uma “medicina nacional”, livre dos sistemas europeus estaria equivocada. Segundo o médico,

(...) como as substâncias medicinais e suas virtudes curativas são as mesmas em todos os países, só o que varia de nação à nação, de clima à clima, é o modo e as modificações que elas sofrem nas aplicações: é isto o que se deve entender por

²⁶⁸ Idem, p. 295.

²⁶⁹ AMB, n. 7, v. 1, dez/1845, p. 295.

medicina nacional de cada país; se tudo mais diversifica com os climas, se cada nação tem seus gostos, suas inclinações, acomodados, ou antes filhos da zona geográfica que habita; o mesmo acontece com as enfermidades, e por conseguinte a terapêutica deve sentir das mesmas influências. Assim pois entendemos por medicina brasileira o todo das modificações, o modo, a maneira enfim toda particular com que nossos distintos colegas e práticos do país empregam as substâncias medicamentosas no tratamento das enfermidades que mais prevalecem entre nós. Ora, a eficácia da nossa medicina e terapêutica assim definidas não pode ser bem averiguada senão pelas estatísticas, e estas não podem ser bem formadas senão nos hospitais²⁷⁰.

Deste modo, ao mesmo tempo que os dois médicos discordam sobre o que seria uma ciência efetivamente nacional, concordam no fato de que o melhor local para formar estatísticas seriam os hospitais. Concluindo seu pensamento acerca das estatísticas e da eficácia na medicina, afirmaria:

Quando se tomam dez grupos, contendo cada um dez indivíduos, por exemplo, todos em identidade de circunstâncias fisiológicas e patológicas; e que a cada um deste grupo se aplica um tratamento diferente; que se continue esta série de observações por tempo suficiente; e que em último resultado a observação mostre que dos dez tratamentos empregados, o 1º salva 9 doentes de dez, o 2º, 8; o 3º, 7; o 4º, 6, etc. não é evidentíssimo que o primeiro tratamento é o melhor, pertença ele a que sistema pertencer, por mais absurdo que em teoria nos pareça? Certamente: em tal caso o absurdo é aparente; provém da deficiência de nossas luzes, da impossibilidade em que estamos de explicá-lo pelas ideias que temos.

Eis o que acontece com todos os remédios impíricosos [sic], que não sabemos como eles obram, mas nem por isso deixamos de os aplicar.

É experimentado desta maneira que se pode avançar a ciência: a experiência é a única e despótica legisladora dos séculos modernos. Quem a ela se entregar deve merecer todos os elogios e não vitupérios. Foi firmado nestes princípios que empreendemos escrever as estatísticas do Hospital Militar²⁷¹.

Assim, a afirmação do método estatístico seria a certeza do caminhar pelas luzes do conhecimento de acordo com Marinho Americano, mesmo que não se saiba

²⁷⁰ Idem, p. 296.

²⁷¹ AMB, n. 7, v. 1, dez/1845, p. 297.

exatamente como as substâncias, os medicamentos e as matérias médicas agem. Contudo, para o médico, se poderia garantir que um tratamento que curasse proporcionalmente o maior número de indivíduos seria o mais eficaz. E, mostrando-se humilde, afirma que aceita quaisquer reflexões sobre suas estatísticas, desde que fossem polidas, civilizadas e dignas de médicos.

As estatísticas do Hospital Militar pelos drs. Marinho Americano e Cristóvão alimentariam discussões em diversos periódicos médicos e em periódicos de assuntos gerais do período. Em janeiro de 1846, Ludgero Ferreira Lapa publicaria *Notícias do Hospital Militar da Corte e Estatística Mensal [de outubro de 1845] das enfermarias dos drs. Cristóvão e Marinho*, texto escrito pelo próprio Marinho Americano que, mais uma vez, afirmaria que “esta estatística por si fala bem claro, e mostra as vantagens de um tratamento uniforme e regular, e o zelo que se dispense a bem dos doentes”²⁷². No mês de março de 1846, seria a vez do dr. Fidelis Martins Bastos, também do Hospital Militar, publicar as estatísticas de sua enfermaria no ano de 1845.

Não obstante, na edição de abril de 1846 dos *Annaes de Medicina Brasiliense*, J. M. de Noronha Feital publicaria *A Aritmética aplicada a medicina*, atacando frontalmente as premissas de Haddock Lobo e Marinho Americano, sem citá-los nominalmente²⁷³. Em seu discurso Feital afirmava que

Já em diversos artigos nossos, – a experiência em medicina – a prática e as observações – a teoria e a prática, havemos pretendido demonstrar que alguns fatos bem analisados e estudados em suas diversas partes, valiam mais do que um aluvião de histórias de moléstias e de magnas observações com que se supões muitas vezes abafar o raciocínio.

É sobre este mesmo ponto que insistimos: é sobre as estatísticas médicas que passamos a dizer duas palavras.

A aplicação da aritmética à medicina, o método numérico, ou a contagem das observações e seus resultados terapêuticos, parte do empirismo, tira sua origem da ignorância e conduz à uma cega rotina. Admitida semelhante tese, e dado, como se pretende por axioma, que o remédio que curou mais vezes é o melhor, o prático não tem mais à fazer que uma medicina morta.

²⁷² *Archivo Médico Brasileiro* t. 2, n. 5, jan/1846, p.112.

²⁷³ *AMB*, n. 11, v. 1, abr/1846, p. 429.

Apresenta-se uma moléstia, não tem o médico mais trabalho do que recorrer aos seus canhenhos, e sem se importar com a índole da moléstia, constituição do doente, estado climatológico e mil outras circunstâncias, receita aquele remédio que seu mestre lhe disser ser o de sua prática, ou o que o sr. Fulano certifica ter tirado grande proveito em suas cinquenta mil observações. Deixa-se de parte o raciocínio, despreza-se a ciência, abandona-se a essência, para se ocupar do material: soma-se, e feita a operação tem-se cumprido o dever aritmético, e por consequência demonstrado a utilidade da medicação !!!²⁷⁴

Assim, para o médico, se por um lado era extremamente válida a produção de estatísticas médicas a partir da abordagem realizada por Sigaud²⁷⁵, as estatísticas enquanto aritmética aplicada à medicina e à terapêutica era prejudicial à própria prática médica, além de ser falha. Para Noronha Feital, o que convinha à terapêutica não era saber quantos doentes um remédio curou, mas sim “porque curou, como curou, e em que circunstâncias curou”. Deste ponto partiriam os raciocínios, viriam as deduções e comparações e se verificaria a conveniência de um tratamento²⁷⁶. E, no mesmo intuito, continuava seus ataques à prática estatística:

O que lucra-se em saber quantas vezes tal remédio curou uma pneumonia, disenteria, cólica, etc.? Dispensa a aritmética ao homem científico de estudar minuciosamente o fato, de analisar os sintomas, confrontar as diversas circunstâncias, decidir e indagar das causas e todas as demais condições do sujeito e da moléstia? Não por certo. Aquele que tiver estudos, aquele que possuir uma inteligência pensante, não deixará o momento para emprega-la: fará quantas pesquisas lhe ditar sua razão, examinará com escrúpulo tudo o que se passa ante seus olhos, e depois porá em prática o que possui da ciência; não porque a aritmética mande, não porque o viu um milhão de vezes; mas pelo que julga que deve fazer, pela convicção íntima de sua utilidade, pela consciência de assim melhor acertar.

Se pois tudo depende de nós e da ocasião; se devemos empregar tanto a nossa mente, para que um aluvião de observações? Para que argamassar quantidades, e virnos atordoar com o espantoso progresso das estatísticas e a utilidade da medicina numérica? Ou há de se empregar o medicamento sem exame, e só porque aproveitou em tantos casos, e então cai-se no empirismo e favorece-se a ignorância

²⁷⁴ Annaes de Medicina Brasiliense, n. 11, v. 1, abr/1846, p. 430.

²⁷⁵ Como demonstrei no próximo capítulo, a partir da resenha que Noronha Feital fez sobre *Do clima e das doenças do Brasil*.

²⁷⁶ AMB, n. 11, v. 1, abr/1846, p. 430-431.

acompanhada de uma cega rotina; ou tem de se fazer mil indagações, tratar de sua conveniência, etc., e por consequência desnecessário se torna que ele tivesse aproveitado ou não nos casos que se nos referem²⁷⁷.

Para Noronha Feital, a aritmética aplicada à medicina terapêutica era, portanto, entregar a ciência médica ao empirismo e à ignorância. Não seria possível afirmar que um remédio cura somente pelo número de casos possivelmente curados por aquele remédio. E, para sustentar seu argumento, lançava duas premissas, que considerava fundamentais à atividade médica. De um lado, o médico, como “homem científico”, deveria analisar tanto o paciente quanto o ambiente. De outro, o médico deveria se guiar pelo seu julgamento, sua convicção íntima baseada em seus conhecimentos científicos. Para o crítico das estatísticas terapêuticas, o sistema numérico só apresentaria um lado da moeda e induziria facilmente ao erro. Estes equívocos seriam próprios da aritmética médica, e o dr. Feital afirmava isto por dois argumentos.

Questionando as intenções dos praticantes da “medicina numérica”, sugestionava o leitor questionando ironicamente a possibilidade de um médico, desejoso de aumentar sua estatística, aproveitar “todos os casos para dar maior vitória ao seu remédio predileto”. Quem garantiria que a enfermidade não poderia ser curada pelo remédio, por uma simples dieta, ou o médico não diminuiria certos fatos e engrandeceria outros?

Mas, para Feital, mesmo que acreditassem piamente nos autores e nas quantidades numéricas, a medicina ficaria muitas vezes em indecisão, sem saber em quem acreditar quando dois médicos apresentam estatísticas para provar coisas opostas. Citando os exemplos estatísticos europeus: de Bouillaud²⁷⁸ contra Louis²⁷⁹ no caso das sangrias²⁸⁰;

²⁷⁷ Idem, p. 431.

²⁷⁸ Jean Baptiste Bouillaud foi um médico francês defensor da ideia da localização das funções cerebrais. Obteve seu doutorado em 1823, se tornando professor do Hospital de Caridade de Paris, presidente da Academia de Medicina da França e membro da Academia de Ciências do seu país.

²⁷⁹ Pierre Louis era médico e professor do Hotel Dieu de Paris, primeiro hospital daquela cidade. Estudou sobre tudo a tísica (tuberculose), a febre tifoide e a pneumonia, sendo um dos iniciadores do método numérico. Foi considerado um dos precursores da epidemiologia e do ensaios clínicos, tomando as evidências dos fatos contabilizados como provas ou contraprova da eficácia terapêutica.

²⁸⁰ Segundo Edler, em 1828 Pierre Alexandre Louis tinha publicado um trabalho condenando o uso da sangria como método terapêutico na cura da pneumonia. Segundo esse médico, suas observações estatísticas provavam com rigor e precisão que o uso de sangrias não tinha eficácia terapêutica contra a pneumonia. EDLER, 2011, p. 75. Segundo Valleix, havia uma grande polêmica sobre o uso de sangrias, principalmente entre o método de Jean Bouillaud – de uso de sangrias em grande quantidade e abundante retirada de sangue – e as observações estatísticas de Louis. O método de Bouillaud previa uso de sangrias, com retiradas de quatro xícaras de manhã e de tarde, com aplicação de trinta sanguessugas nos intervalos, para retirada de mais três ou quatro xícaras de sangue, do primeiro ao quarto dia. Persistindo a doença, deveria-se aplicar a terapêutica ainda do quinto ao sétimo dia, retirando-se duas a três xícaras. Segundo o

de Broussais, Piedagnel e Andral²⁸¹ sobre a cura da tifoide pelo antiflogístico²⁸²; de Broussais, Hahnemann, Rasori e outros autores, todos querendo afirmar seus sistemas com estatísticas²⁸³; na querela entre Bouillaud e Rognetta²⁸⁴, com ambos citando estatísticas que comprovariam seus pontos de vista.

Desta forma, Noronha feital se pergunta, concluindo:

Que concluir pois? De duas uma, ou deve-se supor menos boa fé e exatidão nas estatísticas, o que não se deve admitir em homens de tão grande autoridade, ou renunciar ao método numérico o que é mais científico e racional²⁸⁵.

Na página seguinte da mesma edição deste periódico, coincidentemente ou não, seria publicado mais um comentário de Haddock Lobo sobre as estatísticas do Hospital

Guia, as observações de Louis em 1835 chegaram em conclusões muito diferentes: para Louis as sangrias exerciam uma influência muito limitada sobre o curso da pneumonia. VALLEIX, F. L. I. *Guia del medico pratico ó resumen general de patologia interna y de terapêutica aplicadas*. Tomo I. Madrid: Imprenta y libreria de d. Ignacio Boix, 1845, pp. 250-254. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WqvXxXt1sEUC>

²⁸¹ Gabriel Andral era médico e professor de higiene da Universidade de Paris, sucedendo François-Joseph-Victor Broussais na cadeira de patologia geral e terapia, em 1839.

²⁸² Segundo Ferreira, Broussais construiu sua “medicina fisiológica”, vendo a doença como “irritações” locais, como um desarranjo das funções do organismo, que levaria a uma “inflamação” geral. Para combater essas inflamações, deveria-se adotar o método “antiflogístico”, baseado no uso de sangrias, de sanguessugas e em dietas severas. Assim, se poderia curar muitas doenças, pois, segundo seu sistema, esse modelo valeria para toda e qualquer doença. FERREIRA, L. O. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, 1994, p. 61. Enquanto isso, Piedagnel e Andral estavam empregando purgantes para o tratamento da febre tifoide, conseguindo curar, segundo suas contagens um sexto dos doentes. VALLEIX, F. L. I. *Guia del medico pratico ó resumen general de patologia interna y de terapêutica aplicadas*. Tomo XIII. Madrid: Imprenta de la ilustracion, 1846, p. 288. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=6BVC75GIEsUC>

²⁸³ O sistema de Broussais estava baseado em observações estatísticas do método antiflogístico, enquanto o sistema homeopático de Hahnemann, tomava as estatísticas de cura das doses infinitesimais como base para a afirmação da eficácia terapêutica, como veremos ainda neste capítulo. Enquanto isso, o médico italiano Giovanni Rasori, defendia que todas as enfermidades provinham de diminuições ou aumentos da excitação ou da força vital. Desse modo, para a doutrina rasoriana, a cura seria produzida através de agentes e substâncias que atuassem em efeito contrário da doença, como contra estímulos. Estava baseado na doutrina do médico escocês John Brown, segundo a qual doenças eram diminuições da excitação do organismo, para as quais se deveria administrar substâncias naturais como estimulantes. Contudo, para o italiano, existiam doenças que eram produzidas por excesso de estímulos, que deveriam ser tratadas como substâncias para eliminar a excitação mórbida. ANDRAL, Gabriel; JOLLY, P. et al. *Dizionario di medicina, chirurgia e farmácia pratiche*. Vol. IV. Veneza: Girolamo tasso Edit. Tip. Calc. Lit. Lib. E Fonditore, 1841, p. 696.

²⁸⁴ M. F. Rognetta era doutor em medicina e cirurgia, sendo professor de patologia externa e redator chefe dos “Annales de Thérapeutique et de Toxicologie. Publicou *Traité philosophique et clinique d’ophthalmologie: base sur les principes de la thérapeutique dynamique*, Paris: J. Rouvier, 1844. Disponível em: <https://archive.org/details/traitphilosophiq00rogn>. Contudo, não encontrei a referida polêmica com Bouillaud.

²⁸⁵ AMB, n. 11, v. 1, abr/1846, p. 432.

Militar, produzidas pelo doutor Marinho Americano. O médico inicia seu texto agradecendo imensamente a resposta do dr. Martinho Americano aos seus apontamentos, para logo após publicar com suas palavras o relatório do dr. Marinho. Nisto, Haddock Lobo diferia de Ludgero Lapa. Enquanto Lapa publicava as estatísticas e os comentários assinados pelos próprios autores, Haddock Lobo, normalmente, fazia artigos, citando os autores e fazendo seus próprios comentários a respeito da matéria. Após o comentário das estatísticas do Hospital Militar, Lobo resenharia também a obra *Estado Atual das Instituições Médicas da França*, do mesmo Marinho Americano, e publicaria a tabela da *Estatística Mortuária da Cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1845*, com seus comentários a respeito²⁸⁶. Segundo Haddock Lobo, dois motivos o levaram a produzir as estatísticas mortuárias:

Um, o de desmentir ao correspondente da R. U. Lisbonense, que daqui a informara, ser o clima do Rio de Janeiro senão pior ao menos igual ao da Costa d'África – outro, o de organizar um trabalho metódico e regular, por onde à primeira vista e com facilidade pudesse ainda o de mais apoucada inteligência saber: 1º a quanto se elevava a cifra da mortalidade; qual o sexo, a idade e condição dos falecidos; 2º se a mortalidade dos diferentes bairros guardava proporção com as suas populações; 3º quais as enfermidades predominantes. – Acreditamos que uma e outra coisa chegamos a obter; ao menos é esta a opinião dos entendidos, a cuja aprovação submetemos a referida estatística²⁸⁷.

Para Lobo, era fundamental saber isto, pois se desfaria o mito de que a mortalidade do Rio de Janeiro era excessiva. Além disso, afirmava o médico, quase metade da totalidade dos falecidos era formada por escravos – “que por seus trabalhos e vidas desregradas podemos dizer que se suicidam involuntariamente” – e por crianças – “que quase sempre morrem até à idade de 3 anos, antes por causas desconhecidas, e que cumpre investigar, do que por moléstia apreciável, em que possa ter parte o clima”. Logo, não se poderia culpar a salubridade do clima pela grande mortalidade da cidade. E uma prova a mais para isto seria o fato de que nenhuma epidemia tinha grassado naquele ano²⁸⁸.

²⁸⁶ Idem, p. 433–446.

²⁸⁷ Idem, p. 444.

²⁸⁸ AMB, n. 11, v. 1, abr/1846, p. 444.

Neste ano de 1846 e nos anos seguintes desta década se multiplicariam estatísticas no Mercantil, no Diário do Rio de Janeiro, no *Archivo Médico Brasileiro*, nos *Annaes de Medicina Brasiliense* e outros periódicos. Seriam publicadas estatísticas do Hospital Militar, da Santa Casa de Misericórdia, das Escolas de Medicina, das províncias do Maranhão, de Pernambuco, do Ceará, do Rio de Janeiro, ressaltadas principalmente as quantidades mortuárias por doenças. A criação do Conselho Geral de Salubridade Pública de Pernambuco, em 21 de maio de 1845, e a presença da Sociedade Médica de Pernambuco colaborariam para aumentar a quantidade de dados e a divulgação de notícias sobre esta província, apesar das dificuldades²⁸⁹.

Não obstante, a querela entre Ludgero Ferreira Lapa e Haddock Lobo ainda criaria mais atritos sobre a veracidade ou a falsidade das estatísticas. No início de 1848, Ferreira Lapa publicaria no seu periódico, *Archivo Médico Brasileiro* as estatísticas do dr. Marinho, estatísticas mortuárias do Maranhão, do Ceará e de Pernambuco. Contudo, usaria as estatísticas da Ilha de Paquetá, produzidas por dr. Marinho para se contrapor ao necrológio da cidade do Rio de Janeiro, publicado por Haddock Lobo no *Diário do Rio de Janeiro*.

Lapa criticaria Lobo, na edição de maio de 1848, numa nota intitulada *Da mortalidade e da longevidade no Rio de Janeiro*, provocando o médico e apontando suas intenções como “revolucionárias” e cheirando à política. A qualidade das estatísticas produzidas por Lobo também seria atacada, por estar cheia discurso político contra as classes ricas, utilizando-se para isso as estatísticas mortuárias. Depois de citar as cifras positivas que Marinho Americano divulgava sobre Paquetá, Ferreira Lapa afirmava:

De certo não é sobre um rio de longevidade que navega um tal turiferário²⁹⁰, *redactor in partibus*, que entre nós está exercendo a tarefa oficial de Caronte²⁹¹, passando os defuntos da catacumba, em que descançam, para a lista mensal de todos os jornais da Capital. Esta exibição necrológica aterra tanto pelas cifras, como pelas deduções do seu autor. De nossa parte não podemos crer no que afirma o amável periodista, isto é, que a proporção da mortalidade das crianças iguala no Rio de Janeiro a de outras cidades de Europa; ao revés nós a reputamos muito maior, mormente no derradeiro verão, como é fácil de provar com os fatos, se é que em estatísticas nos

²⁸⁹ GUIMARÃES, 2010. p. 92.

²⁹⁰ Termo que significa aquele que carrega o turíbulo com incenso nas cerimônias religiosas, em missas, procissões e sepultamento por exemplo, e é usado aqui para se referir a Haddock Lobo.

²⁹¹ Barqueiro que na tradição grega levaria os falecidos para o Hades, o mundo dos mortos.

podemos fiar. Quanto à provocação que o ilustrado colega dirige cheio de exaltação aos ricos e opulentos da cidade, mandando-lhes verificar nos hospitais a mortalidade da classe indigente, parece-nos esta tirada de sua estatística bem prenhe de empolamento escolástico sem o alcance, e resultado, a que arma esse doutor, por quanto os felizes do dia nem se quer se lembraram de ir fazer a tal visita aos hospitais a um simples convite injurioso, e nós além disto repelimos com toda a energia essa acusação contra as classes abastadas formulada nos seguintes termos: << Vereis ali as consequências de vossa criminosa incúria>>. Certo, não é lançando o brandão revolucionário *Oh é tempo de acordar!* Que nesse mesmo parágrafo profere, que se conciliam os ânimos, e que estes poderão ser encaminhados a ideias de beneficência para com os indigentes. Estas ameaças cheiram seu tanto ou quanto à política, e nos inspiram justos temores, temores que recrescem com a leitura do artigo desse Sr. inserido no Diário do Rio de Janeiro de 27 de Abril, em época coincidente das saturnais que se preparam em outro hemisfério²⁹².

Ferreira Lapa tinha lido e criticado o artigo de Haddock Lobo publicado na edição 7783, de 27 de abril de 1848, do Diário do Rio de Janeiro. O artigo, intitulado *Necrológio da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*, trazia reflexões do médico, datadas de 10 de abril e impressas na seção “Publicações a pedido”. O artigo começava fazendo uma reflexão sobre os três anos consecutivos de publicações do “necrológio da cidade do Rio de Janeiro”, para logo após fazer uma série de questionamentos. O médico se vangloriava de ser o primeiro e único a ter a iniciativa de publicar os necrológios da cidade do Rio de Janeiro, apesar de Ludgero Lapa também publicar um necrológio da cidade do Rio de Janeiro no *Archivo Médico Brasileiro*.

O artigo se desenvolve através de respostas às perguntas formuladas pelo próprio escritor. Através da análise deste artigo, será possível entender as reflexões de Haddock Lobo sobre o seu fazer e compreender o desenvolvimento que levou a escrita das Estatísticas do Rio de Janeiro em 1849. O autor inicia seu discurso afirmando que não existiria nenhum governo bem constituído que deixasse de auxiliar e proteger todo e qualquer trabalho estatístico de seu tipo. Neste sentido, procurava dar importância a seu produto, e o justificava

²⁹² *Archivo Médico Brasileiro*, t.4, n. 8, mai/1848, p. 175–176.

Porque a ninguém mais que aos governos importa saber que número de homens lhes estão submetidos, quantos nascem e morrem anualmente, quantos ganham ou perdem pela emigração. A população de um país, permita-se-nos que o digamos, é a maior fonte de sua riqueza; e por tal, seu aumento proporcional é também o aumento proporcional de suas rendas, como a sua diminuição é igualmente a de suas despesas²⁹³.

A relação entre estatísticas, governos, política e economia estava clara no pensamento de Haddock Lobo. Isto se demonstrava nos próprios questionamentos que este fazia sobre a população. No entanto, podemos verificar nos argumentos de Lobo uma inadequação entre a própria estrutura institucional brasileira e seus desejos e reflexões sobre a institucionalização da estatística. Ao tomar o exemplo francês como o ideal, Lobo exalta as iniciativas de Lavoisier, o auxílio que as estatísticas deram à assembleia constituinte francesa e a criação de comissões especiais para estatística. Num segundo momento, critica a falta desta estrutura no Brasil, afirmando que se não fosse pelo chefe de polícia e pelos administradores de estabelecimentos públicos e particulares não teria conseguido produzir suas estatísticas. Não obstante, não está no seu horizonte uma questão fundamental: a tradição de organização portuguesa do Estado, da qual o Brasil é tributário colocava exatamente para os militares, para a polícia e para os administradores as funções estatísticas. Assim, enquanto Lobo questionava o processo buscando um ideal francês, minimizava sua produção, que estava de acordo com a tradição portuguesa.

Ao examinar suas próprias estatísticas, Haddock Lobo procura responder às seguintes questões:

A mortalidade da cidade do Rio de Janeiro estará em relação com a população?

(...)

Quais são as enfermidades que maior número de vítimas ocasionam nesta cidade? Serão conhecidas suas causas? E quando sejam conhecidas poderão ser removidas ou melhoradas?

(...)

Qual é em geral a duração de vida no Rio de Janeiro? (...) ²⁹⁴

²⁹³ Diário do Rio de Janeiro, a. XXVII, n. 7783, 27/abr/1848, p. 2.

²⁹⁴ DRJ, a. XXVII, n. 7783, 27/abr/1848, p. 2-3.

Sobre a primeira questão, o médico afirmava que ainda não tinha números precisos e que a própria quantidade da população ainda era discutida – estava calculada entre 235.000 e 250.000 pessoas. Isto provocaria variação na razão da mortalidade. Segundo Lobo, a mortalidade no Rio de Janeiro estava na proporção de 1 para 40, enquanto na Europa e nos Estados Unidos variava entre 1 para 50 e 1 para 30. Com estes números, o Brasil estaria na média dos países europeu como Suécia, Áustria, Portugal e Espanha, mesmo faltando-lhe instituições médicas adequadas. Desta forma, o autor critica a ideia de que o clima europeu seria superior em salubridade ao clima brasileiro. No entanto, o mesmo viu um aumento nos óbitos ao longo dos anos. Este aumento era justificado pela “emigração avultadíssima” e mais ainda pelo maior número de nascimentos²⁹⁵.

Quanto ao segundo problema – a respeito das enfermidades, suas causas e possibilidades de cura –, Haddock Lobo descreve como enfermidade de maior ocorrência a “lesão tanto aguda como crônica do tubo digestivo e seus anexos”, tendo em segundo lugar “as enfermidades dos órgãos da respiração, e nomeadamente a tísica pulmonar”. Na análise das tabelas, estas apareceriam como uma constante em todos os meses do ano, em todos os lugares da cidade. O médico via uma leve variação para mais das enfermidades do tubo digestivo no princípio e no fim do verão e uma mesma variação da tísica no começo e no fim do inverno, que considera pequena. Não obstante, exortava: “Demais, apelamos para os nossos colegas de numerosa clínica – apeamos para os que tem a seu cargo os hospitais; eles que nos contestem o que avançamos”²⁹⁶.

Concluindo com isto que, tanto quanto as doenças observadas, as causas que lhes dão origem eram constantes, considera que estas eram de dois tipos: (1) Variações do clima; e presença de terrenos alagadiços próprios da posição topográfica e má construção, que poderiam ser melhoradas pelas políticas de saúde pública, principalmente nos subúrbios da cidade; (2) A falta de asseio das ruas, praças e praias; a tolerância com a prostituição disseminada por toda a parte; a excessiva e continuada importação de africanos por contrabando; e a falsificação de alimentos de primeira necessidade, que seria a feita em larga escala e causava o grande número de falecimentos por lesões do

²⁹⁵ DRJ, a. XXVII, n. 7783, 27/abr/1848, p. 2.

²⁹⁶ Idem.

tubo digestivo²⁹⁷. A respeito dos escravos importados da África pelo contrabando, Haddock Lobo garantia que,

além de nos inocularem física e moralmente toda a sorte de malefícios os próprios dessa raça desgraçada, são aglomerados em pequenos e mal arejados depósitos; onde por falta de medidas higiênicas e de tratamento conveniente, enfermam de moléstias graves, que depois vão disseminar pelo centro da população²⁹⁸.

Apontando para uma análise social das estatísticas, Haddock Lobo asseverava que o maior número de vítimas destas enfermidades pertencia, quase exclusivamente, à classe indigente da sociedade, por falta de meios adequados de sobrevivência. As condições dos negros sob a escravidão seria uma causa importante de doenças, que atingiriam não somente os negros, mas se disseminariam por toda a população. Desafiando as camadas ricas e opulentas da sociedade a verificar a situação das classes pobres, questionava:

Duvidais de nossa crença? – Ide, como nós, a habitações do pobre – vós outros ricos e opulentos, a quem o povo confia a vigilância do seu bem estar – e vereis os efeitos do veneno lento e continuado, que ele serve no alimento de cada dia. Ide ao hospital da Misericórdia, para onde se recolhe uma grande parte desses desgraçados, e vereis ali as consequências da vossa criminosa e incúria comprovada pela realidade da nossa crença. Oh! É tempo de acordar. Este povo, que mansa e pacificamente presta seus ombros para vos elevar ao pináculo do poder – que suporta calado e resignado os vexames de tanto imposto, que lhe haveis lançado, exige que vós, legisladores da nação, confeccioneis quanto antes, uma lei de saúde pública, ou outra qualquer medida, que lhe preserve a saúde, que lhe prolongue a existência. Calai por um momento vossas mesquinhas questões de utilidade individual – congraçai-vos todos para este fim magnânimo. Vede que se o não fizerdes, estas ideias que por ora pertencem a poucos, podem comunicar-se à turbas, e então... tirai vós mesmos as consequências²⁹⁹.

²⁹⁷ Idem, p. 2-3.

²⁹⁸ DRJ, a. XXVII, n. 7783, 27/abr/1848, p. 2-3.

²⁹⁹ Idem, p. 3. Três anos antes, Friedrich Engels tinha publicado *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1845)*, relacionando a situação precária da população proletária às relações entre as classes abastadas e as classes pobres. Longe de ser uma obra isolada, era parte de uma série de texto sobre o tema, como *A miséria das classes trabalhadoras em França e Inglaterra (1840)*, de Buret, e *Das condições física e moral dos jovens operários e dos meios para as melhorar (1843)*, de Ducpétiaux. ENGELS, F. A situação

Tomando uma posição contrária à Haddock Lobo, Ludgero Lapa afirmava que este tipo de discurso proferido pelo médico seria injurioso e não motivaria nenhuma ideia de beneficência entre os ricos. Para Lapa, a exortação de Lobo não pretendia conciliar os ânimos e era cheia de “empolamento escolástico sem o alcance, e o resultado” previsto. Para o diretor do *Archivo Médico Brasileiro*, o artigo procurava acusar com energia a classe abastada e cheirava “seu tanto ou quanto à política”, inspirando seus temores de que o acirramento de ânimos da Europa chegasse ao Brasil³⁰⁰.

Neste momento, acontecia na França uma grande convulsão social, fruto das manifestações sociais e formação de barricadas em Fevereiro de 1848, que provocaram a queda do rei Luis Felipe e do gabinete Guizot. Formou-se em Paris um governo provisório e Março foi um mês de forte pressão popular sobre o governo. As eleições para uma Assembleia Constituinte, marcadas para 9 de abril, foram realizadas somente no dia 23, com um resultado que dava ampla maioria para os liberais e pouco espaço para os socialistas. Assim, no início de maio, os socialistas, fossem mais moderados ou radicais, prometiam continuar a pressionar por mudanças efetivas na sociedade francesa³⁰¹. Estes acontecimentos na França motivavam tanto Haddock Lobo a afirmar que caso a classe rica não olhasse para as necessidades dos mais pobres poderia acontecer no Brasil algo semelhante, quanto Ludgero Lapa a sentir temores de que Haddock Lobo quisesse incentivar a população brasileira a fazer modificações sociais semelhantes aos intentos populares parisienses.

Não obstante as críticas de Ludgero Lapa, Roberto Jorge Haddock Lobo passou a ser reconhecido como um homem interessado e relacionado a produção de estatísticas. Como vimos, entre 1845 e 1848, Haddock Lobo tinha publicado uma série de necrológios estatísticos do Rio de Janeiro. Nesta época, o médico havia sido delegado da Inspetoria da Instrução Pública da Corte na freguesia do Engenho Velho, subdelegado de polícia, juiz de paz na mesma freguesia, além de ser sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Academia Imperial de Medicina. Em dezembro de 1848, seria o primeiro colocado nas eleições paroquiais da freguesia do Engenho Velho, garantindo o controle

da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 30. Provavelmente, Haddock Lobo tinha entrado em contato com alguma dessas obras, ressoando uma questão do seu tempo e colocando isto em sua análise estatística.

³⁰⁰ *Archivo Médico Brasileiro*, t. 4, n. 8, mai/1848, p. 176.

³⁰¹ SAMIS, 2011, p. 46-65.

daquela mesa paroquial³⁰². Portanto, tinha trabalhado em funções de policiamento e inspetoria – em órgãos que segundo a legislação da época tinham a obrigação de produzir estatísticas – e era membro de instituições acadêmico-científicas que participavam do debate sobre a produção de estatísticas no Brasil³⁰³.

Em abril de 1849, dr. Marinho de Azevedo Americano voltaria aos jornais, com mais um relatório anual dos doentes tratados no Hospital Militar. No primeiro parágrafo do texto, o médico assegurava que

Publicar anualmente a estatística médica das minhas enfermarias do hospital militar, analisar as moléstias que mais prevaleceram, expor o sistema de tratamento que melhor aproveitaram, calcular as relações de mortos para os curados a fim de se conhecer se a mortalidade foi diminuta, ou considerável, mencionar as tentativas feitas ou para aclarar o diagnóstico e natureza obscura de certas enfermidades ou para ensaiar medicamentos novos que, tendam a diminuir os sofrimentos humanos, e expor finalmente os progressos e melhorias que tem tido o estabelecimento, e outras de que ainda precisa, é por sem duvida um dos objetos, cuja importância por si mesma se faz sentir³⁰⁴.

Nestes termos, concordava com a importância da produção de estatísticas médicas, tanto para conhecer a mortalidade quanto para consideração de sistemas de tratamento, clareamento de diagnósticos e exposição de progressos e melhorias em estabelecimentos. Para Marinho Americano, “as observações diretas do médico” deveriam “ser ajudadas com as luzes da História”. Neste sentido histórico da formulação de estatísticas,

Se as gerações passadas sepultassem suas experiências de sorte que as gerações subsequentes nada tivessem que herdar, o mundo viveria eternamente na infância; não seria nunca possível sair do estado primitivo³⁰⁵.

³⁰² O BRASIL, vol. X, n. 1296, 20/12/1848, p. 2.

³⁰³ SANTOS, 1913. Rev. IHGB, t 76, parte 1, 1913, p. 277..

³⁰⁴ O BRASIL, vol. XI, n. 1386, 25/04/1849, p. 4.

³⁰⁵ Idem.

Segundo seus argumentos, a Civilização era a acumulação das descobertas passadas e presentes e todo o progresso posterior exigiria indispensavelmente a investigação de pontos obscuros nas ciências e a escrituração das observações e descobertas feitas. Para isso, seria importante fazer periodicamente “uma espécie de inventário, e confrontação dos fatos passados e presentes, isto é, uma estatística”³⁰⁶. Desta forma, as estatísticas médicas, produzidas por médicos como Marinho Americano e Haddock Lobo, seriam fundamentais para o avanço da medicina, nesta perspectiva de progresso.

O médico Marinho Americano observava que seria necessário combinar elementos variáveis para uma boa estatística: idade, sexo, temperamento, clima, natureza da enfermidade, seu estado de avançamento e gravidade, os medicamentos bem ou mal preparados, suas doses, a regularidade ou irregularidade nas aplicações e várias outras condições que não seriam passíveis de cálculo. Aqui, estava subentendida uma concepção sobre as causas das doenças, baseada no clima, nos sentimentos morais dos indivíduos, no seu gênero e em seu período no ciclo vital. Além disso, tomava a variável da preparação e aplicação dos medicamentos, em sua medição e na posologia, como fundamentais para análise dos dados.

Para o médico do Hospital Militar, não se poderia obter uma exatidão nas estatísticas, mas “ao menos alcançar uma aproximação tal que lhe seja equivalente”. Afirma que estava no campo dos “quocientes aproximados, onde o calculista leva a sua divisão a um ponto tal que a fração desprezada seja quase nula, e o quociente achado se possa tomar pelo verdadeiro”³⁰⁷, ou seja, procurava afirmar uma regra de probabilidade para as estatísticas médicas.

Não obstante, Marinho Americano fazia uma ressalva metodológica. Para o médico, havia um equívoco na forma como os doentes eram contados nas estatísticas. No método de contagem habitual dos médicos – por entradas no hospital, saídas como curados ou como mortos – se podia contar uma mesma pessoa diversas vezes, caso este paciente entrasse e saísse do hospital diversas vezes. As estatísticas eram assim produzidas “tomando por base número das enfermidades tratadas e não o número de

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Idem

individualidades diferentes”, resultando em grande diferença quantitativa na quantidade de enfermos³⁰⁸. Para Americano,

Uma estatística médica, para ser completa, deve indicar não somente o número total das moléstias tratadas como também o número de vezes que um mesmo indivíduo entra para o hospital no decurso do ano com a mesma ou com moléstias diferentes³⁰⁹.

Havia, portanto, uma disputa ou pelo menos uma divergência entre unidades analíticas de contagem. Enquanto, os hospitais contavam o número de doenças que acometeram os indivíduos, Marinho Americano desejava contar o número de doentes que tinham sido atingidos por doenças. Contudo, concluía que “em quanto o hospital não tiver um plano de estatística baseado nestes princípios, iremo-nos servindo de sistema atual”, pois “o não se possuir o ótimo não é uma razão para se excluir o bom”³¹⁰. Para Marinho Americano, assim como para outros médicos e homens públicos do Segundo Reinado, era clara a imperfeição das estatísticas produzidas, mas também a necessidade de sua formulação e da utilização dos cálculos existentes.

~~~~~

---

<sup>308</sup> O BRASIL, vol. XI, n. 1391,01/05/1849, p. 4.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Idem.

## **Estatísticas contra estatísticas, Alopátia e Homeopatia: contraposição e convivência de terapêuticas**

As estatísticas de tratamentos alopáticos e as estatísticas de tratamentos homeopáticos podiam ser encontradas nos periódicos médicos brasileiros, desde a década de 1840. Havia uma grande disputa entre os médicos alopatas – vinculados sobretudo a Academia Imperial de Medicina – e os médicos homeopatas. Pode-se afirmar que existia até mesmo um ataque formal dos médicos alopatas aos homeopatas. Embora o contrário fosse menos comum, também pode ser verificado na imprensa médica e na imprensa leiga do Segundo Reinado. O objetivo desta parte do capítulo é analisar estas disputas, através das estatísticas, e a convivência destas terapêuticas, em períodos epidêmicos e não epidêmicos.

Essa análise trará a percepção de que num determinado momento, os médicos do Rio de Janeiro, fossem alopatas ou homeopatas, procuravam utilizar estatísticas para construir uma percepção de importância para determinadas doenças e para buscar a comprovação das terapêuticas utilizadas. Além disso, seria possível perceber que, com o passar dos anos e, principalmente, depois da epidemia de febre amarela de 1850 pouco se discutia sobre a necessidade de ter ou não ter estatística. O debate seria de estatísticas contra estatísticas. Nesta parte do capítulo serão apresentadas sobretudo as críticas às estatísticas homeopáticas e as propostas de criação de comissões para provar estatisticamente o erro da homeopatia, além da produção de estatísticas e da divulgação de estatísticas homeopáticas internacionais. A contraposição dos alopatas, através de suas estatísticas, será apresentada, principalmente, no próximo capítulo sobre a virada da década de 1850 e a epidemia de febre amarela.

Apesar da criação envolvendo o mito introdutor de Benoit Mure, as primeiras evidências de introdução do debate sobre homeopatia no Brasil datam de 1836, quando o médico suíço Emílio Frederico Jahn defendeu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese intitulada *Exposição da doutrina homeopática*. Nesta tese, o suíço defendia a teoria e a prática homeopática, sendo aprovado pela Faculdade. Sua perspectiva teve partidários no Brasil, como o médico Domingos Coutinho de Duque Estrada, que teria conhecido a homeopatia através de Jahn. Duque Estrada afirmava que utilizava a

homeopatia desde 1840, “nos casos nos quais a alopatia falhava”. A partir de 1842-1843, passou a se utilizar dessa terapêutica como prática médica preferencial<sup>311</sup>.

A homeopatia começou a ser divulgada pelo mundo após sua criação por Samuel Hahnemann, um médico germânico da Saxônia, em 1796. Propunha a cura pelo semelhante, a experimentação em indivíduos sadios, e o medicamento único, diluído e dinamizado. Utilizava-se das fórmulas terapêuticas de Hipócrates de Cós, mítico “pai da medicina”, como a *similia similibus curentur* (a lei dos cuidados através de semelhantes), com a utilização de preparados de diversos elementos da natureza – fórmula *natura medicatrix* (cura pela natureza) – e doses infinitesimais, diluídas em escalas decimais, centesimais e cinquenta milésimal. Assim, os médicos homeopatas consideravam que quantidades pequenas de substâncias seriam suficientes para a cura, desde que aplicadas de forma continuada e exata para a moléstia tratada<sup>312</sup>.

Em 1840-41, o *Jornal do Commercio* publicaria uma série de artigos de Benoit Mure, sobre Colonização e o uso da homeopatia, inicialmente do Rio de Janeiro e depois enviados do Falanstério ou Colônia do Saí, em Santa Catarina<sup>313</sup>. O início da colonização na península do Saí se deu ao final de 1841, com crescimento até 1844, quando o falanstério se desfez. Em 17 de dezembro de 1840, o médico francês Benoit Mure publicaria uma carta no *Jornal do Commercio*, comunicando sua intenção de organizar uma colônia industrial em Santa Catarina, e buscando atrair pessoas interessadas. Anunciava a crise e o estado de sofrimento europeu, colocando como necessária a emigração para a América. Tinha, sobretudo, uma influência dos socialistas, na crítica à organização do trabalho, às relações entre produtores e empregados, à indústria capitalista. Propunha assim, um “princípio de associação”, como solução para as dificuldades da conjuntura mundial naquela época<sup>314</sup>. Citava, sobretudo, as bases teóricas do socialista Fourier, em carta ao Imperador, afirmando que

---

<sup>311</sup> TARCITANO FILHO, C.; WAISSE, S. Novas evidências documentais para a história da homeopatia na América Latina: um estudo de caso sobre o vínculo entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, jul-set.2016, p. 784.

<sup>312</sup> SANTOS, Rosilene; SÁ, Fábila. Homeopatia: histórico e fundamentos. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, v. 5, n. 1, jan-jun/2014, p. 60-78.

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> LINS, Hoyêdo. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841-1844). *História econômica & história de empresas*, v. XIII, n. 1, 2010, p. 33-34

o Brasil não estará, portanto atrás das nações mais esclarecidas do globo, as quais, nesse momento, tomando Fourier por guia, buscam resolver o grande problema da organização do trabalho e da pacificação dos interesses<sup>315</sup>.

Nesse sentido, buscava construir um mundo novo no Brasil. Embora a iniciativa do Saí não tivesse dado certo, por desentendimentos entre os próprios colonos, entre as lideranças do falanstério e com o governo imperial e provincial – além da dificuldade de vender seus produtos numa área de pouca densidade – Benoit Mure continuou no Brasil. Vindo para o Rio de Janeiro em 1843, Mure divulgou suas ideias e, principalmente, sua prática terapêutica homeopática, até 1848<sup>316</sup>. Nesse intuito, divulgou diversas estatísticas dos cuidados e das curas homeopáticas no Brasil e no mundo, procurando argumentar estatisticamente pela eficácia de sua terapêutica.

Em oposição a esta visão, José de Andrade, defensor da medicina de alopática de François Brossais, defendeu uma segunda tese sobre homeopatia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1842. Desta vez, fazendo duras críticas ao método e à prática terapêutica. Andrade criticava Jahn, José da Gama e Castro e Emílio Germon – os dois últimos, redatores do *Jornal do Commercio* –, além da “inexplicável [e] rápida conversão dos nossos homeopatas”<sup>317</sup>.

No *Jornal do Commercio*, de 30 de janeiro de 1844, na coluna de Anúncios, seria feito um comercial de consultas de um médico homeopático, na cidade de Niterói, direcionada “aos pobres”, todos os dias úteis, de manhã. Nesta mesma edição, dar-se-ia notícia de que o dr. Mure atendia todos os dias úteis de manhã no Instituto Homeopático, para partos e preservativos para as doenças epidêmicas que atingiam a cidade. Para aqueles que morassem longe, ou grávidas, se oferecia o serviço em casa, desde que fosse enviado um relatório circunstanciado dos sofrimentos do paciente. No caso das moléstias dos olhos, estas seriam tratadas pelo dr. João Vicente Martins, que se dedicava ao tratamento de doenças nos olhos e operações, auxiliando também em trabalhos de parto com “meios homeopáticos”. Crescia, assim, a prática homeopática no Rio de Janeiro e em Niterói, com consultas gratuitas aos pobres e atendimentos a domicílio<sup>318</sup>.

---

<sup>315</sup> Apud LINS, 2010, p. 34.

<sup>316</sup> LINS, 2010; TARCITANO FILHO e WAISSE, 2016.

<sup>317</sup> TARCITANO FILHO e WAISSE, 2016, p. 784.

<sup>318</sup> JORNAL do Commercio (JC), a. XIX, n. 28, 30/01/1844, p.

Em 10 de março de 1844, seria fundado oficialmente o Instituto Homeopático do Brasil, tendo sua primeira reunião. Com o intuito de “tornar efetiva a instituição à benefício das classes pobres”, dr. Mure convidava a todos através dos jornais, como a *Gazeta dos Tribunaes* e *O Brasil*, sem enviar convites particulares e específicos. Seria um instituto aberto a todos, no qual se convidava a quem quisesse para inscrever-se como sócio<sup>319</sup>. Assinariam como sócios fundadores, dr. Mure, João Vicente Martins, Duque Estrada, inclusive José Pereira Rego e José Maria de Noronha Feital, duas importantes figuras da elite médica imperial<sup>320</sup>.

O Instituto era organizado através de uma seção central e de filiais, a primeira sediada na capital e as demais em diversas províncias. Realizava duas reuniões gerais por ano, e visava o registro dos progressos da homeopatia no Brasil e no mundo. De acordo com os estatutos da instituição, foi criada a Escola Homeopática do Brasil, sob a direção de Benoit Mure, como forma de divulgar os conhecimentos homeopáticos. Desta forma, o Instituto e a Escola seriam divulgadores dos números dos médicos homeopatas brasileiros ou estrangeiros radicados no Brasil, garantindo sua eficácia como prática terapêutica<sup>321</sup>.

Em dezembro de 1845, a coluna de Chonicas do *Archivo Médico Brasileiro*, Théophilo de Sá atacaria a homeopatia, Fourier e o dr. Mure. Segundo Sá,

Incurável é também o atrevido proselitismo do dr. Mure que até do Governo zomba, socorrendo-se de um abaixo assinado dos moradores da ilha do Governador para contravir as providências dadas pelo ministro do Império. (...) incurável é o partidário da doutrina de Fourier em uma época, em que ela está arrancando, segundo se colige do último número da *Revista dos Dous Mundos*. Incurável é o zelador homeopata, que se não peja, antes se atreve a escrever no *Socialista*, assacando atroz calúnia ao mais ilustrado dos nossos médicos, o nobre e honrado Barão de Iguarassú, conselheiro Peixoto, criador e reformador da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Incurável é o degenerado discípulo de Hahnemann, que ultraja e menoscaba a memória de seu mestre, arrebanhando, e aliciando para praticar a homeopatia o rebotalho, as fezes das nossas escolas, e, o que mais é, alistando sob as

---

<sup>319</sup> GAZETA dos Tribunaes, a. 2, n. 117, 08/03/1844, p. 4. O BRASIL, v. V, n. 514, 09/03/1844, p. 4.

<sup>320</sup> CORREIO MERCANTIL, n. 312, 13/11/1863, p. 2.

<sup>321</sup> VELLOSO, Verônica P. Instituto Homeopático do Brasil. Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), s/d. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/insthomb.html>.

suas bandeiras homens inteiramente leigos, iletrados, e até caixeiros, e artistas de ínfima classe<sup>322</sup>.

O “incurável dr. Mure” na visão de Sá tinha três defeitos fundamentais: defendia o socialismo de Fourier, enganava o Governo Imperial com uma proposta de colonização e arrebanhava tanto alunos considerados “as fezes das nossas escolas”, quanto leigos e iletrados nas ciências médicas. Continuando suas acusações eloquentes, acusaria as estatísticas apresentadas por Mure:

Incurável é quem engana o público com sonhada e falsíssimas estatísticas, e quadros de fantástica mortandade, sendo que lhe não é possível estimar, ainda pelo maior, a quantidade dos tratados na clínica dos médicos da Corte. Mais que incurável é quem anuncia folhinhas, chocolate, machinas, parteiras, boticas, casas de saúde sem doentes, consultórios (...)

Assim, se colocava a disputa sobre a falsidade das estatísticas da homeopatia, que se tornaria uma constante nos discursos dos médicos alopatas do Rio de Janeiro. Sá continuava, considerando criminosos os homeopatas:

Sim, sim! Incurável é, e demais disto altamente criminoso, quem outorga diplomas de médico homeopata, e se abalança a estatuir uma faculdade de medicina homeopática, torcendo a seu jeito o sentido literal e genuíno da mui providente lei da criação das escolas médicas, que quando muito lhe consente abrir cursos particulares<sup>323</sup>.

Dessa forma, exigia rigor na punição dos homeopatas, pois o país não deveria manter duas escolas de medicina, a alto custo, para deixar que charlatães fizessem o papel dos médicos profissionais. Assim, atacava Mure, exigindo que o médico fosse expulso do Império e os homeopatas que tivessem diplomas por ele assinado fossem impedidos de atuar. Considerava que, se o governo não atuasse nesse sentido, todos os esforços de estudantes e praticantes da medicina alopática oficial e registrada seriam em vão. Nesse

---

<sup>322</sup> ArMB, t. 2, n. 4, dez/1845, p. 78-79.

<sup>323</sup> ArMB, t. 2, n. 4, dez/1845, p. 79.

sentido, asseverava que, caso os homeopatas continuassem a agir, dever-se-ia fechar as escolas de medicina, poupando o dinheiro público. Por fim, citava diversas regiões do Rio de Janeiro onde a homeopatia já tinha feito muitas conquistas: Corte, Vassouras, Magé, Iguassú, Maricá, Jacarepaguá, Porto das Caixas e Sant'Anna. Era preciso fazer, portanto, um combate sério aos charlatães<sup>324</sup>.

Não obstante aos ataques dos médicos alopatas brasileiros, em 10 de janeiro de 1846, políticos importantes do Império como Pedro de Araújo Lima – político conservador e ex-regente Marques de Olinda – e Bernardo José da Gama (Visconde de Goiana) assumiriam a função de diretores do Instituto Homeopático do Brasil<sup>325</sup>. Neste momento, um membro da elite com título nobiliárquico assumir a função de direção numa instituição não significava exatamente dirigir, mas dar importância e crédito ao estabelecimento. No ano seguinte, em setembro de 1847, Bernardo Pereira de Vasconcelos, outro importante político conservador, afirmava no Senado do Império que desejava “acabar com a medicina oficial governativa”. Nesse intuito, propôs uma lei segundo a qual os estudantes de cursos particulares sobre os mais variados ramos da medicina pudessem exercer suas funções, mediante uma aprovação de uma comissão nomeada diretamente pelo governo imperial. Apesar da não aprovação do projeto, ficava clara a adesão de importantes figuras políticas do Império à homeopatia, impedindo que esta fosse amplamente combatida e eliminada<sup>326</sup>.

Em outra crônica, de março de 1846, o articulista do *Archivo Médico Brasileiro* voltaria a fazer duras críticas à homeopatia e a sua disseminação pela Corte. Dessa vez, afirmava que a tolerância com a homeopatia na corte do Rio de Janeiro tinha causado imensos males, como o

aumento da mortandade comprovada pelos mapas transcritos nos relatórios dos Ministros do Império, o acréscimo dos loucos, verificada pelos assentos da Santa Casa de Misericórdia, a desunião, o menoscabo e o descrédito da profissão médica, o ensino

---

<sup>324</sup> ArMB, t. 2, n. 4, dez/1845, p. 80.

<sup>325</sup> VELLOSO, Instituto Homeopático do Brasil. *Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*, s/d.

<sup>326</sup> VELLOSO, Escola Homeopática do Brasil, *Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*, s/d. Sobre o discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Benoit Mure, na revista *Sciencia*, dos professores da Escola Homeopática do Brasil, diria que iria “brilhar uma nova era para a doutrina de Hahnemann” a partir daquela proposta de lei. Para ele, a liberdade religiosa brasileira seria completada pela liberdade de ensino e pela liberdade da prática médica no Brasil, se a lei fosse aprovada. *SCIENCIA*, v. I, n. 3, set/1847, p. 67.

posto em almoeda, a traficância pomposamente colocada a par do púlpito no Mosteiro de S. Bento, e a impassibilidade da polícia, verdadeira letra morta, à vista da flagrante e clamorosa violação da lei, e de um assassinato, que debalde está pedindo vingança e punição!<sup>327</sup>

Assim, o redator das crônicas do *Arquivo Médico Brasileiro* afirmava que o aumento da mortalidade e da loucura, verificado nas estatísticas do Ministério do Império e da Santa Casa de Misericórdia, tinham como causa a prática da homeopatia na Corte. Considerava-se, assim, uma relação direta entre o uso da terapêutica médica homeopática e os aumentos nos números de mortalidade, considerando a prática homeopática um crime de assassinato. Continuando, seu discurso criticava a imensa lista de apoiadores da homeopatia que incluía senadores do Império e reclamava dos cartazes que eram colados pelas ruas propagandeando a terapia homeopática e divulgando índices homeopáticos. Além disso, espantava-se com a forma como a Igreja católica assumia a terapêutica homeopática como forma de tratamento, inclusive divulgando-a em uma importante instituição como o Mosteiro de São Bento<sup>328</sup>

Na edição do mês seguinte dos *Annaes de Medicina Brasiliense*, Roberto Haddock Lobo denunciava a qualidade das estatísticas dos homeopatas. Segundo o médico, os apóstolos da homeopatia afirmavam no *Jornal do Commercio*, que suas mortes seriam iguais a zero, ou quando muito a um. Mas, ao mesmo tempo, os homeopatas declaravam que pacientes haviam sido vítimas *globulizadas* nas algibeiras e no estômago. Assim, Lobo acusava os homeopatas de criarem subterfúgios estatísticos para afirmarem suas curas. Enquanto isso, garantia ser possível verificar nos atestados da secretaria de polícia e nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e do Carmo que os homeopatas carregavam muitas mortes nas suas estatísticas<sup>329</sup>.

Na sessão de 02 de abril de 1846 da AIM, mais uma vez os médicos alopatas afirmariam seu discurso contra a homeopatia. Em apresentação de carta do dr. Nunes Garcia<sup>330</sup>, vários casos de cura segundo os princípios alopáticos seriam demonstrados, o

<sup>327</sup> ArMB, t. 2, n. 7, mar/1846, p. 145.

<sup>328</sup> Idem. Estas crônicas contra as estatísticas continuaram no mês seguinte no *Arquivo Médico Brasileiro*, acusando os homeopatas de mortes e charlatanismo. ArMB, t. 2, n. 8., abr/1846, p. 169 et. Seq.

<sup>329</sup> *Annaes de Medicina Brasiliense* (AMB), n. 11, v. 1., abr/1846, p. 446. O artigo de Haddock Lobo datava de 15 de abril de 1846.

<sup>330</sup> Nunes Garcia era médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Academia Imperial de Medicina.

que tenderia a “mostrar a incapacidade da medicina homeopática” nos mesmos casos. Naquela sessão, duas questões sobre a homeopatia seriam levantadas e discutidas em discurso do dr. Paula Menezes:

A homeopatia no estado atual das ciências médias do mundo civilizado deve ocupar atenção da Academia?

Deve a Academia interpor sua autoridade para com os poderes do Estado, mostrando que é pernicioso e doloso o exercício deste sistema por pessoas ilegítimas e ignorantes?<sup>331</sup>

Para Paula Menezes, a homeopatia deveria merecer a atenção da AIM, mas não como ciência e sim “como seita ou como quiserem considerar”. Este afirmava que a academia deveria atacar frontalmente a homeopatia, que só estava crescendo por que até então os médicos alopáticos profissionais não tinham feito nada para combatê-la de fato. Contudo, percebia que a população buscava recorrer a homeopatia pela indiferença e “posição invulnerável” nas quais os médicos tinham se colocado. Desta forma, os homeopatas, na visão do médico, tinham repetido mentiras tantas vezes em jornais, em igrejas, em propagandas, que a população passou a acreditar, sob da corporação médica. Concluindo, apontava que, ao silêncio dos médicos, seria bem possível que os homeopatas alcançassem o lugar de “perfeita e verdadeira ciência”, conseguindo ter a liberdade de dar diplomas garantidos pelo governo<sup>332</sup>.

Como solução para a questão, Paula Menezes propunha que se formasse uma comissão para examinar a prática e a utilidade da homeopatia em todos os casos médicos. De acordo com o médico, se fossem verificados e anotados os fatos pelos médicos da Academia, se poderia fazer um relatório sobre as curas e mortes da alopatia e sobre as curas e mortes da homeopatia. Ficar-se-ia, na visão do mesmo, comprovado para a população os erros da terapêutica homeopática. Assim, o governo, à vista dos fatos, poderia passar do exame de especulações para o exame das práticas dos métodos curativos. E, de acordo com Menezes, ficaria comprovado que os homeopatas são charlatães e seus números seriam embustes<sup>333</sup>. Novamente, as estatísticas apareceriam

---

<sup>331</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 451-452.

<sup>332</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 454-455.

<sup>333</sup> Idem, p. 455.

como critério para dirimir a verdade da falsidade, no tocante ao exame dos processos terapêuticos.

Esta argumentação, sobre a forma de vencer a homeopatia, estava totalmente coberta pela ideia de que se as observações fossem feitas por um profissional experimentado conduziriam a verdade, pois este era o único e melhor meio científico. Para isso, o governo deveria colocar à disposição da Academia um hospital, doentes para serem examinados e tratados sob a ótica da homeopatia, além de boticários hábeis para examinar os remédios homeopáticos. No entender de Paula Menezes, se a Academia procurasse combater a homeopatia através dos jornais, de campanhas anti-homeopatia e de pressão junto ao governo, sairia com uma grande derrota. A academia não poderia colocar “sua autoridade para com os poderes do Estado”, pois era “constituída para responder a consultas” do Estado, para responder “a tudo aquilo em que o governo quiser consultar”, inclusive sobre a homeopatia. Destarte, a Academia, por si só, na visão dele não poderia dizer nada a autoridade governamental sem ser consultada<sup>334</sup>.

Em seguida, dr. Bonjean tomou a palavra para fazer seu discurso sobre as duas questões. Afirmou categoricamente que “todas as curas alcançadas pelos meios unicamente homeopáticos devem atribuir-se à esforços da natureza”. Ou seja, o remédio homeopático não teria feito nenhuma alteração no organismo e o doente chegaria àquela cura com ou sem o remédio. Para o médico, a Academia deveria agir por todos os meios contra a homeopatia e contra os homeopatas, nos jornais, com campanhas e pressionando o governo. Desta forma, o doutor explicava as curas homeopáticas pelo fato de que “a mór parte das moléstias, ainda as mais graves, curam-se pelos únicos esforços da natureza”<sup>335</sup>. Desta forma, Bonjean propunha o seguinte método.

Escolher-se-á um certo número de indivíduos atacados de moléstias sífilíticas (as constitucionais principalmente), de moléstias da pele (bouba, dartros, impigens por ex.), de afecções ocasionadas por supressão d’evacuação habitual, de moléstias de olhos, e entre elas a oftalmia purulenta, a dos recém-nascidos, todas as afecções do aparelho lacrimal, assim como todos os tumores exteriores.

A metade destes doentes seria tratada homeopaticamente e outra metade pela medicina antiga. O resultado mostrará a justeza e verdade do segundo ponto da nossa proposição, e escolhendo outro número de doentes que pertençam ao primeiro ponto,

---

<sup>334</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 456.

<sup>335</sup> Idem, p. 457-458.

isto é, dos que devem reestabelecer-se só pelos esforços da natureza, entregar-se-ia a metade aos homeopatas que se haveriam à sua vontade, e outra aos médicos alopatas, que, pela simples expectativa, isto é, sem empregar algum remédio, restituíriam também a saúde de todos estes enfermos. Julgo por, que a ser ainda hoje necessário, semelhante resultado seria mais que suficiente para provar a nulidade e falsidade da homeopatia – Eis o que tenho a dizer.<sup>336</sup>

Assim, pelo método de observação proposto, se compararia o tratamento homeopático não com o tratamento alopático, mas com a própria ação da natureza. Segundo Bonjean, uma comparação estatística entre as curas e mortes da medicina homeopática e as curas e mortes feitas pela natureza comprovariam a falsidade da terapêutica. Na sua visão, os números seriam semelhantes, posto que os remédios homeopáticos seriam engodos. A sessão continua com o discurso de José Bento Rosa, que atacou mais uma vez a homeopatia, principalmente a ideia de que a diluição ou a atenuação da matéria medicamentosa desenvolveria ou aumentaria as virtudes dos medicamentos. José Rosa considerava este princípio contra a física, pois afirmaria que “as forças” estariam assim “na razão inversa das massas”, o que seria um absurdo. Continuava, afirmando o charlatanismo da homeopatia e os crimes dos homeopatas<sup>337</sup>.

Na sequência da mesma sessão de 02 de abril, dr. Maia desmentiria Menezes em alguns fatos, mas continuaria a atacar a homeopatia. Inicialmente, Maia afirmaria que Menezes havia colocado dois fatos “um pouco alterados”. Segundo o médico, dr. Mure não tinha dado “lições” no Mosteiro de São Bento. De acordo com ele, Mure tinha pedido ao Abade do Mosteiro para ministrar seus cursos na instituição. Como resposta, o Abade teria dito não sê-lo possível sem o consentimento geral da Igreja, já que se tratava de um novo sistema de medicina não sancionado pelas leis do país. No entanto, confirmava que Mure tinha feito dois discursos no Mosteiro de São Bento e apresentado algumas preparações de Azouf, um remédio homeopático<sup>338</sup>.

Em seguida, Maia negava a afirmação de Menezes de que nenhum jornal médico e nem mesmo a Academia tinham tocado no assunto homeopático. Para isso, recordava que o próprio periódico da Academia, *Revista médica fluminense*, no seu número 2, tomo 2, de 1836, tinha publicado um artigo sobre o tema. Este seria, segundo o seu

---

<sup>336</sup> Idem, p. 458.

<sup>337</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 459-460.

<sup>338</sup> Idem, p. 461.

conhecimento, o primeiro texto sobre homeopatia publicado no Rio de Janeiro. Além disso, essa mesma revista teria publicado mais dois ou três artigos sobre o assunto. Contudo, considera que estas publicações seria fruto de um momento em que “nosso público médico” tinha “fracos conhecimentos (...) da teoria dos semelhantes”, não conseguindo fazer bom julgamento sobre a homeopatia. Continuava afirmando ser “não” para a primeira pergunta, e “sim” para a segunda. A Academia não deveria se ocupar da homeopatia, e interpor sua autoridade para com o Estado, no intuito de combater-la<sup>339</sup>. Segundo Maia,

Milhares de fatos já são conhecidos por onde claramente se vê, não só que os intitulados homeopatas dão em doses alopáticas venenos da primeira ordem, mas também que dão licenças para curar (com escândalo das leis do país) a pessoas inteiramente leigas no estudo do homem. Quantas desgraças não devem daí provir! Até que ponto a malvadez pode chegar a sede do ganho!<sup>340</sup>

No entanto, assim como os outros médicos alopatas da Academia, Maia não demonstrava os números, os “milhares de fatos” que demonstrariam os crimes e falhas da ação dos homeopatas. Essa abordagem das estatísticas, da solicitação de cálculos de observação era muito mais retórica do que quantificação estatística de fato. Somente duas observações seriam apresentadas por Maia: um paciente falecido após quatro meses de tratamento pela forma homeopática contra a disenteria crônica e outro com febre intermitente de Macacú que teria morrido 24 hs depois da segunda aplicação de um remédio homeopático. No primeiro caso, o paciente teria sido levado a José Pereira Rego, em estado terminal, no outro o doente teria parado de se tratar com o alopatas para utilizar o tratamento homeopático. Assim, esses dois únicos fatos comprovariam que a homeopatia matava pessoas aos milhares<sup>341</sup>. Nas palavras de Maia,

estes dois fatos provam a toda a evidência os infames abusos a que a homeopatia tem dado lugar entre nós. Quem será o responsável da morte destes infelizes, meus colegas? Não será, quem, não cumprindo com o seu dever, deixa a vida dos brasileiros entregues às mãos de qualquer atrevido especulador, que nas

---

<sup>339</sup> Idem, p. 462.

<sup>340</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 463.

<sup>341</sup> Idem, p. 463-465.

nossas barbas mercadeja com a vida dos nossos concidadãos. É preciso por limites a tanta insolência, é conveniente acordar a quem compete, do letargo, em que tem estado sobre os que praticam a divina arte de curar sem as convenientes habilitações<sup>342</sup>.

Para o médico, não era necessário que a Academia se debruçasse sobre a homeopatia, pois todas as academias do mundo civilizado já tinham dado parecer desfavorável a esse sistema curativo. Assim, se homens de ciência de todo o mundo já tinham se colocado contrários a teoria de Hahnemann, por considerarem em oposição aos princípios mais elementares da matemática e da física, como os médicos brasileiros poderia considerar diferente? Maia confirmava sua posição de combate radical aos homeopatas e garantia que, por não terem explicações para a ação curativa, os adeptos das curas infinitesimais gritavam com toda força que os fatos estavam inteiramente a seu favor. Por fim, concluía com a afirmação de que “aqui e na Europa os fatos falam contra a homeopatia”, citando diversos países onde essa prática médica havia sido refutada<sup>343</sup>.

Em seguida, continuaram os discursos contra a homeopatia, de Ezequiel Correa dos Santos, acusando a homeopatia de “especulação rejeitada na Europa ilustrada” e que “tem por fim haver dinheiro seja porque meios for” e os homeopatas de terem um chefe que “deixou sua pátria entregue à ignorância dos médicos”. Também sugeria que fossem colhidas provas, através de uma comissão de médicos nomeados para assistir ao “peso, preparação, divisão e aplicação dos milionésimos prescritos pelos autores”, em uma sala fechada onde só pudessem entrar os médicos e homeopatas em horas determinadas e em companhia da autoridade policial. Para confirmar sua recusa a homeopatia, utilizava-se do argumento de autoridade médica, afirmando que, se a homeopatia fosse método curativo, “já teria sido adotada pelo sr. Barão de Iguarussú, pelos srs. Drs. Sigaud, Meirelles, e todos os outros médicos de reputação científica e moralidade. Dessa forma, para Ezequiel Santos, que não era médico, o fato de que os médicos da academia não tinham adotado a homeopatia provaria que ela não seria eficaz<sup>344</sup>.

---

<sup>342</sup> Idem p. 465.

<sup>343</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 465-466.

<sup>344</sup> Idem, p. 467-469. No discurso de Correa dos Santos, fica ressaltada outra faceta da AIM. Todas as vezes que o orador falava no nome de homeopatas específicos, ou criticava-os pessoalmente, este era repreendido pelo presidente da sessão, dr. Meirelles, dizendo que “não é bom falar em nomes” ou que “não é esta a nossa questão”. Apesar da Academia Imperial de Medicina combater “os homeopatas” e “a homeopatia”, recusava o ataque pessoal, se mantendo no ataque genérico às práticas e aos praticantes, pelo menos nas sessões oficiais.

Nesses discursos, havia uma grande oposição dos médicos da Academia Imperial de Medicina à homeopatia e essa contrariedade se demonstrava no ataque à qualidade e a veracidade das estatísticas dos médicos homeopatas. As críticas se vinculavam à uma ideia de explicação científica baseada na ação terapêutica dos médicos alopatas. Contudo, ao mesmo tempo, a cientificidade da “matemática e da física” e a recusa da “Europa ilustrada” ao método hahnemanniano seriam argumentos discursivos contra homeopatas. Através de estatísticas, os médicos alopatas desejavam fazer avaliações de procedimentos de fabricação de remédios, de sua aplicação e de sua eficácia. E garantiam que, se esses exames fossem feitos, ficaria provado o equívoco da homeopatia.

No mesmo volume do *Annaes* em que foi publicada a ata, seria publicado um artigo de Noronha Feital, intitulado “Duas palavras sobre a homeopatia”, em que procurava explicar a teoria de Hahnemann, acusando-a mais uma vez de “extravagâncias” e “uma bela descoberta de certos especuladores”<sup>345</sup>. No artigo, descrevia a teoria homeopática, buscando suas origens na antiguidade, enunciando os princípios de Samuel Hahnemann e fazendo um histórico da entrada da homeopatia no Brasil. Ao longo de seu texto, procura demonstrar o que considerava falsidades do discurso hahnemanniano. Continuava acusando Gama e Castro, do *Jornal do Commercio*, de ser inimigo dos médicos, para em seguida rememorar os que se converteram a homeopatia e os que a combateram. Segundo a história contada por Noronha Feital, a permissão para o ensino da homeopatia e para a permissão de sua prática teria vindo de ministros interinos e em momentos de ausência do Imperador<sup>346</sup>. Desta forma, mais uma vez demonstrava-se o tom não confrontador dos acadêmicos com o governo, embora Noronha Feital não poupasse os médicos que tivessem aderido à homeopatia e os editores que aceitaram publicar seus trabalhos.

A discussão do artigo de Noronha Feital e sobre a homeopatia na AIM, nos *Annaes de Medicina Brasiliense* e no *Archivo Médico Brasileiro* continuaria por todo o ano de 1846 até 1849, com os acadêmicos praticamente em uníssono rejeitando a homeopatia e buscando combatê-la. Não obstante, a decisão dos acadêmicos foi para que a homeopatia tivesse atenção e discussão, de modo a refutá-la<sup>347</sup>. No relatório anual da AIM de 30 de

---

<sup>345</sup> AMB, n. 12, v. 1, mai/1846, p. 470.

<sup>346</sup> Idem, p. 479-480.

<sup>347</sup> Na sessão de 30 de abril de 1846, Luiz Vicente De Simoni afirmava que votou contra o debate sobre a homeopatia, mas que de acordo com a decisão da Academia, passaria a discursar sobre o tema, demonstrando seus equívocos e abusos. AMB, n. 3, v. 2, a. 2, ago/1846, p. 51.

junho de 1846, as acusações de que a homeopatia colocaria a razão em um “labirinto dos fatos inventados e dos cálculos fantásticos de uma estatística improvisada, para a seu turno segurar o triunfo da verdadeira crença médica” continuariam, num ataque constante as estatísticas homeopáticas<sup>348</sup>.

Em julho de 1847 seria fundada a revista *A Sciencia: revista synthetica dos conhecimentos humanos*, pelos professores da Escola de Homeopatia do Rio de Janeiro. Com o objetivo de defender e divulgar cientificamente a homeopatia, o periódico publicaria artigos sobre os benefícios da homeopatia, sobre os tratamentos homeopáticos, além de estatísticas homeopáticas do Brasil e do mundo.

No artigo de estreia da revista, intitulado “Sciencia”, Benoit Mure já começava atacando os médicos tradicionais afirmando:

A medicina ficou estacionária no meio dos incessantes progressos da humanidade; e em quanto que tudo se tem coordenado em torno de luminosos faróis, ela tão somente ficou mergulhada nas trevas do caos, às quais debalde tem tentado evadir-se á três mil anos. O homem, que pondera os mundos ambulados no espaço, ignora as leis da vida, a razão da saúde e da enfermidade. Todos os sábios tem métodos apropriados aos seus diferentes gêneros de estudos; o médico unicamente, impotente no descobrir as ações curativas, pede à ciências acessórias o que elas lhe não podem dar. O astrônomo na imensidade dos espaços, o químico e o físico no mundo dos imponderáveis, deparam com o infinito na meta de todos os cálculos; o médico tão somente ignora a ação dos agentes infinitesimais, e maravilha-se quando um homem de gênio vem em fim pô-la ao nível das ideias as mais vulgares.

Em uma palavra, as ciências existem já, e todas convergirão para um centro comum, se a vergonhosa imperfeição da medicina não tivesse por tanto tempo posto um obstáculo insuperável a este derradeiro progresso que se não pode operar senão de uma maneira unitária.

Hoje este passo vai ser franqueado. Hahnemann surgiu; a homeopatia foi descoberta! E o Brasil adota esta última recém-chegada, privilegiada entre todas as ciências, e o dom mais precioso que a Providência pode fazer ao mundo<sup>349</sup>.

---

<sup>348</sup> AMB, n. 3, v. 2. a. 2. ago/1846, p. 66. As Crônicas contra a homeopatia do Archivo Médico Brasileiro seguiriam pelos anos de 1846, 1847 e 1848.

<sup>349</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 1., jul/1847, p. 1.

Desta forma, já de início condenava a medicina tradicional por se dividir em muitos ramos e muitas alterações, sem perceber que “as ciências convergirão para um centro comum”. Nessa visão de Mure, todas as terapias poderiam ser aplicadas e estudadas, principalmente se levassem em contra a “ação dos agentes infinitesimais”. Segundo o médico todas as ciências avançadas faziam isso. Em seguida, continuava louvando a homeopatia, a inteligência humana, a Escola homeopática do Brasil (EHB) e todas as iniciativas dos homeopatas brasileiros<sup>350</sup>.

Citava, nominalmente, Luiz Antonio de Castro, professor de filosofia da medicina da EHB, que teria se incumbido da “tarefa de demonstrar que a alopatia está em desacordo completo com a filosofia moderna, e que a homeopatia só pode, em medicina (...) preencher esse vácuo que vista fragmentárias tinham deixado na ciência”. Deste modo, considerava que a especialização e a fragmentação do olhar na medicina e seria um dos grandes problemas da tradição médica. Mais a frente, homenageava o doutor Major José Victorino dos Santos, antigo professor de matemática da Escola Militar e professor de física da EHB, que estudava as “substâncias imponderáveis e a teoria do universo”. Segundo Mure, a maior parte das teorias estudadas por Vitorino dos Santos abalavam as teorias newtonianas, que se encontravam em dúvida no mundo, e estavam a par com obras escritas em diversas sociedades científicas da Europa. Do dr. Ildefonso Gomes, professor de botânica da Escola, dizia ser uma “glória da corporação médica brasileira”, que poderia ajudar a homeopatia a vencer as barreiras e os “último escrúpulos” dos homens de ciência do país. Por fim, elogiava João Vicente Martins, um “tipo inimitável” e grande propagador da homeopatia<sup>351</sup>.

O texto seguinte, de Luiz Antonio de Castro, com o mesmo título procurava fazer um grande panorama da filosofia mundial, dos filósofos antigos, passando pelos medievais, modernos, pelos diversos países europeus, iluministas, até chegar na homeopatia, que seria a ciência do título do periódico: “tudo o que for relativo à redenção física e moral do homem”<sup>352</sup>. Outros artigos de professores se seguiriam sobre *astronomia e geologia e homeopatia*, ambos de Luiz Antonio de Castro. Em *Instituto Homeopático do Brasil*, em *Doutrinas Homeopáticas*, em *Um homeopata da América do Sul* e em *Patogenesis brasileira* se louvava a homeopatia no mundo e as iniciativas de Benoit Mure

---

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 1., jul/1847, p. 1-2.

<sup>352</sup> Idem, p. 2-5.

e Duque Estrada no Brasil<sup>353</sup>. Nas edições seguintes, continuariam os louvores à Hahnemann e aos homeopatas brasileiros, entre explicações sobre o a terapêutica e os princípios da homeopatia.

Na edição de outubro de 1847 do *Sciencia*, seria apresentado um *Relatório dos trabalhos do consultório homeopático gratuito para os pobres, pelo sr. Lamperiere*. Naquele mês de outubro tinha sido instalada por João Vicente Martins a Sociedade Homeopatica Baiana, uma filial do Instituto Homeopático do Brasil<sup>354</sup>. O médico homeopata Lamperiere oferecia suas estatísticas, do consultório estabelecido na Bahia, desde maio de 1847, para demonstrar os “progressos feitos pela nova medicina”. Para este médico, a homeopatia no Brasil estava “numa posição que anuncia para ela um progresso imenso e próximo”. Afirmava que ela tinha sido colocada a prova por “exame mais severo, e a crítica achou bons todos os meios que lhe podiam fornecer para combater a nova ciência. [Mas] Sempre vitoriosa a homeopatia superou todos os ataques”. Para Lamperiere, a crítica às ideias novas da homeopatia eram injustas e imorais, pois a terapêutica era a “origem de uma reforma integral da arte de curar”<sup>355</sup>.

Para Lamperiere, “como toda a doutrina que não quer ficar parada por ociosas discussões, ela principiou pela demonstração dos fatos”. Estes fatos seriam comprovados pelos números, somente através do estabelecimento de um consultório e da prática médica. No consultório, eram produzidos relatórios, até aquele momento em dois volumes, com o número dos enfermos tratados e o resultado dos tratamentos. De acordo com o médico,

Pela soma das duas relações ver-se-á que 736 pessoas se apresentaram à consultas.

Deste número 59 não prosseguiram o tratamento – 351 ficarão curados, e 308 estavam em uso de remédios a 1º de Setembro p. p. –

Tinhamos perdido 18.

Vemos, portanto, que a forma do cálculo estatístico dos homeopatas era idêntica a forma dos médicos alopatas. Anotava-se o número de pessoas que entraram no

<sup>353</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 1., jul/1847. SCIENCIA, v. 1, n. 2, ago/1847.

<sup>354</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 4, out/1847, p. 74.

<sup>355</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 4, out/1847, p. 76.

consultório, hospital ou enfermaria, o número de curados, o número de pacientes que permaneciam em tratamento, o número de falecidos. Calculava-se a diferença, procurando demonstrar o sucesso da terapêutica demonstrada. Para justificar seus mortos, em número de 18, Lamperiere afirmava que

Em alguns casos a cura era desesperada, pois muitos vêm para nós já desenganados pelos médicos alopatas, alguns até são mandados por eles, como para último recurso, às vezes com intenções de descrédito. Ainda que saibamos quantas vezes tais armas se empregam contra nós, a regra estabelecida no consultório não permite que se neguem remédios aos doentes, seja qual for o seu estado<sup>356</sup>.

Com esta fala, novamente vemos muita semelhança entre os discursos dos homeopatas e alopatas. Ambos afirmavam que os falecidos chegavam ao consultório em estado terminal, pois não tinham sido curados pela terapêutica concorrente. Porém, no caso dos homeopatas, esse lugar comum era acrescido da ideia de que os alopatas enviavam doentes terminais para os homeopatas, como forma de desacreditar a homeopatia. Assim como os alopatas, os homeopatas buscavam médias para afirmar sua eficácia. No caso, Lamperiere dava um algarismo de menos de 2,5 % de óbitos em 5 meses de clínica, o que considerava um bom número<sup>357</sup>. Continuava, concluindo pelo acerto do tratamento homeopático:

Este resultado inutiliza tudo quanto poderíamos acrescentar.

A medida que se fizeram conhecidas as publicações feitas pelo consultório, os chamados aos doentes pobres produziram o seu efeito.

Ainda que a publicidade tarde chegue ao conhecimento das classes inferiores, nem por isso pouco a pouco deixou de se espalhar esta notícia, mais ainda de vizinho já tratado a vizinho doente, do que pela via das gazetas, que nunca chegam em casas pobres.

Por isso diariamente vemos aumentar a clínica gratuita, que nos dois meses de Agosto e Setembro não constou de menos de 368 pobres<sup>358</sup>.

---

<sup>356</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 4, out/1847, p. 76.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 4, out/1847, p. 76.

Assim, a relação face a face entre os pacientes tratados, falando sobre suas curas, e o convencimento pela demonstração empírica da homeopatia seriam fundamentais para que essa terapêutica chegasse à população mais pobre. Se lembrarmos que no Segundo reinado a população analfabeta era muito grande, principalmente entre os mais pobres, poderemos perceber a força a divulgação boca a boca das curas homeopáticas. As conclusões tiradas a partir das estatísticas nos dão novos elementos para compreender a dinâmica social da medicina naquele momento. Para além da conhecida máxima de que os resultados numéricos diriam tudo, o médico demonstrava que a publicitação do seu número de curas em doentes pobres, seria uma propaganda que atingiria as classes pobres muito mais do que os periódicos médicos e mesmo os periódicos leigos. Assim, se o espaço primordial de disputa da classe médica eram os periódicos médicos, a Academia Imperial de Medicina e o parlamento, o campo de disputa, divulgação e circulação do conhecimento dos homeopatas e de suas estatísticas era a conversa de vizinho a vizinho, de vizinho curado para vizinho doente. Nesse sentido, o médico procurava explicar o crescimento de sua clínica gratuita e da procura pela homeopatia.

Segundo Tania Pimenta, ao longo da década de 1840, os médicos homeopatas passaram a ser identificados cada vez mais pelo atendimento gratuito aos pobres e a doação de remédios, se contrapondo aos médicos alopatas que cobravam na maioria das vezes por seus tratamentos. Para os alopatas, o atendimento aos pobres se daria prioritariamente na Santa Casa de Misericórdia e na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro<sup>359</sup>. Enquanto isso, os homeopatas, na visão de Lamperiere,

A utilidade, ou melhor a indispensabilidade dos consultórios gratuitos é de tal modo clara a vossos pensamentos, srs., que sem dúvida conosco vos felicitais de ver nossos trabalhos coroados por belos resultados. Essa utilidade sobressai ainda se contemplarmos o triste espetáculo que ofereceu a cidade nestes últimos meses. A moléstia que vulgarmente se denominamos Polka veio acometer a maior parte da população, e, como sempre, a porção mais atacada foi a classe laboriosa, a menos favorecida da fortuna, e que por essa mesma razão, e pela falta de asseio em que é obrigada a viver, torna-se sempre a primeira vítima de todas as epidemias. Pelo grande número de doentes destas febres que recorreram a nosso tratamento, especialmente

---

<sup>359</sup> PIMENTA, O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855) Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003, p. 46.

entre os pobres, podíamos assentar que a homeopatia muito contribuiu para a diminuição de tão grande flagelo<sup>360</sup>.

Ou seja, a percepção desse homeopata era a de que os mais pobres seriam os mais atacados e não poderiam pagar, logo mereceriam cuidados gratuitos, principalmente em períodos epidêmicos. Enquanto isso, muitos médicos alopatas em tempos de epidemias condenavam os estrangeiros e os pobres – como veremos no próximo capítulo –, os primeiros por trazerem as doenças e os últimos por serem inadequados em suas práticas morais e higiênicas. Os homeopatas utilizavam o boca a boca, a comunicação pessoal, a cordialidade. Os alopatas agiam por meio do conhecimento técnico científico acadêmico, na condenação dos mais pobres por ignorância e perdiam pacientes para os homeopatas. Num contexto de tentativa de divulgação de seu método terapêutico, o homeopata Lamperiere buscava condenar os alopatas e enaltecer os homeopatas, criando discursivamente uma oposição clara entre eles.

Na edição de janeiro de 1848, seria a vez de uma publicação sobre o Hospital Homeopático de Londres em 1845, onde se contavam 2753 doentes pobres que recebiam tratamento gratuito, com mortandade de 53 pacientes, numa proporção de 1747/1000 por cento<sup>361</sup>. Na edição de 1º de abril de 1848, um artigo intitulado *Estatística da Medicina Homeopática*, apresentaria os “atos dos governos e autoridades constituídas que tem relação com a medicina homeopática” na Alemanha, compreendendo a Prússia, o Reino da Saxônia, Áustria, Hungria, Rússia, Itália, Espanha, Estados da Igreja, Estados Unidos<sup>362</sup>. Este artigo teria uma abordagem estatística muito próxima das Statistik da germânia, com aspectos qualitativos, coleções de leis, de ordens legais provindas do Estado, numa abordagem de “ciência do Estado”. Contudo, ao final, apresentaria dados estatísticos quantificados, e uma pequena nota comparativa com os hospitais da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e com o Hospital de Caridade da Bahia.

Nesta comparação, entre (1) as estatísticas dos Hospitais homeopáticos, de Guns, Gyongyos, Leipzig, do Hospital das Irmãs de Caridade de Vienna, dos Hospitais Militares de Viena, Tulzyn e São Petersburgo e do Hospital de Munique, (2) as estatísticas alopáticas dos Hospitais europeus citados e (3) as estatísticas dos Hospitais do Rio e da

---

<sup>360</sup> SCIENCIA, v. 1, n. 4, out/1847, p. 76-77.

<sup>361</sup> SCIENCIA, v.1, n. 6, dez/1847-jan/1848, p. 120.

<sup>362</sup> SCIENCIA, 2º semestre, v. II, n. 11, 01/04/1848, p. 152-154. SCIENCIA, 2º Semestre, v. II, n. 12, 08/04/1848, p. 161-165. SCIENCIA, 2º semestre, v. II, n. 22-23, 17 e 24/06/1848, p. 254-256.

Bahia, ficaria, para os homeopatas, demonstrado o acerto do sistema terapêutico. Enquanto no primeiro caso, a proporção média seria de 4,5%, no segundo caso seria de 13,16% e no caso brasileiro de 20% para a Santa Casa do Rio e de 22% para o Hospital da Bahia. Desta forma, os homeopatas consideravam confirmados os seus indícios e hipóteses<sup>363</sup>.

No artigo ao lado, assinado por E. T. Ackermann, o título em letras grandes afirmava “A alopatia é a medicina dos disparates”. No artigo, o autor atacava a Alopatia e as práticas dos médicos alopatas, afirmando que

vê-se portanto que a medicina depois de tantos séculos de experiências, se acha reduzida a um sem número de métodos, todos conjecturais, cheios de dúvidas e de perigos e que os que a vão administrando não o podem fazer sem ansiedade, sem receios de um resultado fatal. E não para por aqui o mal, havendo outra fonte de receios, de perigos. Admitido que a moléstia seja bem conhecida, ficam os meios terapêuticos muitíssimo variados, e conforme as teorias ou sistemas de cada médico, que tantas vezes originam uma substituição de moléstia; todos os meios enérgicos empregados pela alopatia como curativos, pertencem a classe dos venenos; dados em altas doses, acontece, quando são homeopáticos a moléstia, curarem o doente daquilo que padecia, ficando ele às vezes com uma moléstia medicamentosa, que a maior parte do tempo é quase incurável<sup>364</sup>.

Assim, ao divulgar o artigo, ao lado das proporções médias de hospitais homeopáticos estrangeiros, alopáticos estrangeiros e alopáticos nacionais, desejava-se demonstrar o acerto do artigo, a confirmação da crítica à alopatia. Por seus muitos sistemas e teorias baseados em especulações conjecturais e seus remédios em altas doses, os alopatas quando não matavam seus pacientes, curavam uma doença dando outra doença provocada pelo medicamento. Nesse sentido, procuravam confirmar a teoria das doses infinitesimais da homeopatia, com números e com um discurso eloquente.

Voltando ao tema das estatísticas comparadas da alopatia e da homeopatia nos tratamentos dos hospitais europeus, o artigo *São os fatos que desacreditam a alopatia: – vede*, publicado em abril de 1848, apresentava quadros estatísticos de resultados obtidos pelas duas terapêuticas no tratamento da cholera-morbus. Os dados teriam sido retirados

---

<sup>363</sup> SCIENTIA, 2º Semestre, v. II, n. 12, 08/04/1848, p. 165.

<sup>364</sup> Idem.

dos *Annali Homiopatichi per la Sicilia compilati da Antonio de Blasi*. Na página seguinte, se apresentava mais uma tabela, que teria sido retirada da obra de Augusto Guyard, com estatística comparada da mortalidade nos febres tifoides, sob os dois métodos. Do trabalho do sr. Guyard, se retirava que a mortalidade alopática nos casos ordinários seria em termo médio de 20 %, e em casos menos favoráveis de 30 %, enquanto pelo método homeopático, a média seria de 6 %<sup>365</sup>. Assim, o periódico *Scienza* diversas vezes demonstrar por números o acerto da homeopatia e o erro da alopatia, através da comparação entre proporções e médias.

Em 1849, os homeopatas já estavam estendendo suas atividades para outras províncias, como a Bahia e o Maranhão. No caso do Maranhão, o Instituto Homeopático do Brasil tinha enviado a Câmara Municipal da ilha do Maranhão (atualmente São Luiz-MA) um pedido para a admissão de consultórios homeopáticos para os pobres, recebendo resposta positiva em janeiro daquele ano. No dia 1º de fevereiro, Carlos Chidloe abria o consultório, com a missão de receber “os indigentes, administrando-lhes de graça os medicamentos” na casa do sr. Manoel Antonio dos Santos<sup>366</sup>.

Em 19 de agosto de 1849, João Vicente Martins daria notícia da 12ª reunião do Instituto Homeopático do Brasil. Nesta época, os homeopatas já tinham vários consultórios gratuitos na Corte e em Niterói, consultando diariamente no mínimo 30 pessoas. No relato, informava que o Instituto tinha sido ouvido e aplaudido na instalação da irmandade de São Vicente de Paula, na Bahia, com homenagens do arcebispo Romualdo Antonio de Seixas, primaz do Brasil<sup>367</sup>. A essa altura, a homeopatia no Rio de Janeiro já alcançaria notoriedade, a ponto do cura e vigário de Montevideu (Uruguai) Santiago Estrázulas y Lamas visitar o Instituto Homeopático da corte com

Os desejos de aperfeiçoar-se na prática da homeopatia, e de adquirir por esse aperfeiçoamento muito mais fortes convicções com que armasse a sua vontade, já tão enérgica, de propagar a homeopatia por todos os países onde se fale a língua espanhola<sup>368</sup>.

---

<sup>365</sup> SCIENCIA, 2º Semestre, v. II, n. 13, 15/04/1848, p. 172-173.

<sup>366</sup> PUBLICADOR Maranhense, a. VII, n. 763, p. 4.

<sup>367</sup> CORREIO MERCANTIL, a. VI, n. 249, 12/09/1849, p. 2.

<sup>368</sup> CORREIO MERCANTIL, a. VI, n. 249, 12/09/1849, p. 3.

Além disso, o vigário uruguaio teria solicitado aos seus superiores do tribunal eclesiástico que removessem “todos os obstáculos que se podiam opor ao exercício da homeopatia por mãos de sacerdotes”. Sendo atendido pela Santa Sé, passou a ser concedida a permissão expressa para que padres se utilizassem da terapêutica médica da homeopatia. Assim, a homeopatia conquistaria respeitabilidade, com a aceitação de membros da Igreja – importante instituição do Império –, principalmente pelo respeito que os fiéis tinham pela opinião da instituição eclesiástica na época<sup>369</sup>.

As estatísticas dos consultórios de Mure e Vicente Martins demonstravam que, entre 1843 e 1856, tinham sido atendidos mais de 1000 escravos por ano, num total de 14442. Além desses, tinham sido atendidos 67402 pessoas livres, que escolhiam a homeopatia como forma de tratamento. Para Tania Pimenta, referendando o trabalho de Angela Porto, esses números demonstravam que forros e negros pobres escolhiam a homeopatia, por ser um tratamento mais próximo deles e das curas populares as quais estavam acostumados. Os médicos homeopatas assim procuravam ouvir o paciente em seus problemas, criar um diagnóstico baseado em princípios naturais e até mesmo místicos e estabelecer terapêuticas de baixo ou nenhum custo<sup>370</sup>.

Em 1863, muitos anos depois, a prática homeopática ainda despertaria polêmicas, com acusações do dr. Mello Moraes contra a Junta Central de Higiene pública que foi criada na ocasião da grande epidemia de febre amarela de 1850. Para o médico, a Junta Central, para proibir as farmácias homeopáticas, deveria permitir o ensino da homeopatia, da matéria médica homeopática e da sua farmacologia nas escolas de Medicina. Desta forma, os médicos oficiais utilizariam a homeopatia, e os que não tivessem diploma seriam impedidos de atuar. Como isto não era feito, os desatendidos pelo sistema médico oficial alopático procuravam os homeopatas, na falta dos primeiros. Com a tolerância constante com que se aceitou que pessoas curiosas atuassem em meio à calamidade pública, às epidemias por mais de 20 anos, tornava-se impossível coibir e impedir a prática. Já eram tantos praticantes da homeopatia e tantos os que a buscavam que não era possível evitar sua prática<sup>371</sup>.

No ano de 1865, a homeopatia apareceria quase como uma piada, na boca de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, cearense que se notabilizou como político liberal que

---

<sup>369</sup> CORREIO MERCANTIL, a. VI, n. 249, 12/09/1849, p. 2-3.

<sup>370</sup> PIMENTA, 2003, p. 236-237.

<sup>371</sup> CORREIO MERCANTIL, n. 312, 13/11/1863, p. 2.

produziu as estatísticas do Ceará, como se verá mais adiante. No intuito de fazer pilheria, afirmava que o “doutor Severini em Itália”, tinha proposto “novo sistema de vacinar as crianças”, que consistiria em “fazer-lhes tomar pela boca a trigésima dissolução do pus vacínico em vez de ser inoculado”. Segundo a piada seu inventor dizia por este método “se obtém excelentes pústulas disseminadas pelo corpo, as quais são acompanhadas da febre correspondente”. Em seguida, em outra chacota, afirmava um novo jeito de propaganda contra o jogo na Alemanha, que seria a “homeopatia aplicada ao jogo”. Usando a fórmula homeopática – *similia similibus* – garantia que os alemães combatiam o jogo fazendo os viciados jogarem, levando “a glória todas as bancas”<sup>372</sup>. Assim, as doses infinitesimais e estatísticas da homeopatia continuavam sendo motivo de disputas, controvérsias e até mesmo piadas entre estatísticos e homens de letras e ciências do Império.



Como procuramos demonstrar, de um início da década de 1840 onde praticamente não existiam dados estatísticos enquanto quantificados para o contexto brasileiro, chegamos ao final da década com uma intensa discussão sobre estatísticas e quantificação da realidade. Os debates sobre ter ou não ter estatísticas e sobre como produzir estatísticas esquentavam a Academia e os círculos médicos. Embora, desde o início do século, pelo menos, o conceito de estatística já fosse utilizado e praticado enquanto “ciência de estado” e “definição e conhecimento da organização do Estado e da sociedade”, na década de 1840, surgiram várias iniciativas que vinculavam o conceito de estatística à “quantificação de dados da realidade” e à “eficácia terapêutica e científica”. No decorrer da década, foram publicados em diversos periódicos dados estatístico-quantitativos de várias regiões do Brasil, principalmente tratando de assuntos médicos e sanitários. Desta forma, a medicina e a saúde pública tiveram papel importante na discussão e na apropriação das estatísticas nesta década.

---

<sup>372</sup> O CEARENSE, a. XIX, n. 1825, 16/05/1865, p. 3.

A trajetória de Luiz Vicente de Simoni e de Roberto Jorge Haddock Lobo e a produção do recenseamento da cidade do Rio de Janeiro por este último médico evidenciam a ligação entre o fazer estatístico médico e o crescimento da prática estatística no Brasil. Não obstante, este desenvolvimento das estatísticas não se deu sem questionamentos. Nomes de prestígio na Academia Imperial de Medicina, como Noronha Feital e Cruz Jobim, eram críticos da importância que se queria dar para as estatísticas e mesmo das estatísticas enquanto prova da eficácia terapêutica, como vimos. A questão das estatísticas gerais praticamente não era colocada nestes círculos, a não ser em poucos casos – de Haddock Lobo, por exemplo – que tinham uma clara influência de estatísticos franceses. Do mais, cada médico, cada hospital, cada enfermaria, produzia suas próprias estatísticas, sob suas próprias expensas, para seus interesses próprios. O interesse da maioria dos produtores era fundamentalmente comprovar a eficácia da sua nova organização de enfermaria, da sua terapêutica, ou provar a ineficácia de outra terapêutica. Com essa disputa, conviviam a ideia de estatística como “ciência de Estado” no conhecimento da geografia, da população, na delimitação de limites e fronteiras. Ambos os significados estavam em circulação nesta década e não se excluíam.

Mas, esse não parecia ser o principal problema para a elite médica. A acusação de charlatanismo contra os homeopatas ocupava muito mais a AIM do que as disputas internas pelas estatísticas. Se a princípio se negava inclusive a possibilidade de prova, através dos números, com a presença constante das estatísticas homeopáticas nos jornais, muitos acadêmicos inclusive propunham fazer estatísticas comparadas entre homeopatia e alopatia. Ambos homeopatas e alopatas desejavam provar sua eficácia terapêutica. Ambos desejavam o reconhecimento das autoridades públicas imperiais. Os dois, de alguma forma, conseguiram prestígio frente a políticos importantes da elite imperial. Não obstante, esse algum prestígio não significava a garantia do controle sobre a máquina estatal, sobre a legislação e sobre as possibilidades de atuação na medicina. Tal qual criticada por Noronha Feital, a estatística poderia servir a dois lados opostos em uma disputa entre conhecimentos médico-científicos. O debate entre conhecimentos criaria indecisões dentro do próprio campo médico-científico, que seriam resolvidos, naquele momento, mais por posições políticas e status social dos defensores das propostas do que por argumentos científicos e/ou estatísticos.

### CAPÍTULO III

A recepção de *Do clima e das doenças do Brasil, ou estatística médica deste império*, de J-F Xavier Sigaud

Este capítulo pretende apresentar e discutir as repercussões da obra *Du climat et des Maladies du Brésil – ou statistique médicale de cet empire*, de José Francisco Xavier Sigaud, publicada em Paris em 1844 e com grande repercussão na medicina da época. Hoje considerado um clássico e uma obra síntese do pensamento higienista brasileiro da primeira metade do século XIX, a obra tem despertado muita atenção dos estudos sobre História das Ciências e da Saúde no Brasil<sup>373</sup>. Não obstante, as análises sobre a obra de Sigaud tem dado muita atenção aos antecedentes da produção do autor e à obra em si, deixando um pouco de lado a análise da recepção e da repercussão deste livro.

Utilizando a metodologia das pesquisas com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), como explicada no capítulo II, pude entrar em contato com resenhas e traduções da obra de Sigaud, que foram produzidas logo após sua publicação. Essa nova técnica metodológica de pesquisa histórica possibilita a percepção e a análise do como os médicos que publicavam em periódicos durante o Império criticaram a obra do médico francês. Além disso, será possível verificar que partes da obra foram imediatamente traduzidas para o português, donde se poderão perceber quais eram as seções da obra de maior interesse para os editores dos periódicos médicos da época.

Iniciarei o capítulo com uma revisão bibliográfica da biografia de Sigaud e dos antecedentes da produção de *Do clima e das doenças do Brasil*, levando em consideração principalmente os trabalhos de Luiz Otávio Ferreira, Lorelai Kury e Flávio Edler<sup>374</sup>. Esta parte colocará em relevo as tentativas do autor de criar uma estatística médica do Império ainda na década de 1830. Contudo, como já demonstrou a bibliografia secundária sobre o tema – principalmente os estudos de Luiz Otávio Ferreira – o empreendimento do médico francês não foi, naquele momento, bem recebido pelos médicos da capital como um projeto importante a ser executado. Não obstante, Sigaud colaborou com a fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e mais tarde com a Academia Imperial de Medicina, sendo uma das lideranças mais destacadas dessas associações. Analisar a

---

<sup>373</sup> FERREIRA, L. O. “Introdução: José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo”. In.: SIGAUD, J. F. X. *Do clima e das doenças do Brasil, ou estatística médica deste império*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, p. 24.

<sup>374</sup> FERREIRA, Luiz. O. 2009. FERREIRA, L. O. O nascimento de uma instituição científica: o periodismo médico brasileiro da primeira metade do século XIX. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. KURY, Lorelai. O Império dos Miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850). Dissertação de Mestrado- Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1990. EDLER, Flávio. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. RJ: Fiocruz, 2011.

presença de Sigaud nessas instituições será uma forma de compreender seu posicionamento nas relações entre os médicos da capital do Império.

Numa segunda seção do capítulo, apresentarei a obra de Sigaud, a partir dos estudos históricos sobre História das Ciências e da Saúde, demonstrando a visão de Sigaud sobre as ciências médicas e as estatísticas da sua época. Apresentando o debate a partir das visões dos historiadores das ciências do período, destacarei as relações entre *Do Clima e das doenças do Brasil* com a classe médica da capital e com a visão higienista da medicina imperial. Esta apresentação inicial da obra, de seus fundamentos e de suas partes será essencial para a compreensão posterior da seleção produzida pelos resenhistas, críticos e tradutores da obra.

Na terceira seção do capítulo, destacarei as análises, apropriações e traduções que foram feitas sobre Sigaud na sua própria época. Desta forma, contribuirei para uma análise sobre a circulação das ideias científicas no século XIX e especialmente para a construção de uma visão sobre a recepção desta obra. Se, por um lado, os debates historiográficos têm ressaltado a obra de Sigaud como obra síntese do higienismo brasileiro da época, por outro, pouco ou nada analisou acerca da visão dos outros médicos da época sobre a obra. Esse será o desafio enfrentado nesse capítulo. Na análise, veremos como a obra foi louvada como um grande esforço de reunir informações estatísticas sobre a medicina e a matéria médica brasileira, mas ao mesmo tempo criticada por ser muito abrangente e com diversas lacunas.

Ao final, procurarei utilizar o exemplo da publicação de *Do clima e das doenças do Brasil*, de Sigaud, como mais uma importante amostra da tensão essencial desta tese: o Brasil tinha uma estrutura monárquica corporativa, baseada numa visão administrativa localizada, que entrava em choque com visões centralizadoras que estavam baseadas em princípios administrativos franceses. Isto provocava uma visão de falta de estatísticas e de dados para a administração do país. Não obstante, se esses dados não existissem em alguma medida, Sigaud não teria conseguido produzir sua obra, levando-se em consideração que ele não saiu do Rio de Janeiro para produzi-la. Reforço, portanto, a visão de que os dados sobre a população, a medicina e o território existiam e eram vistos como estatísticas, embora não de forma administrativa centralizada. Nestes termos, coube a um estrangeiro radicado no Brasil a tarefa de produzir essa reunião de dados, produzindo uma estatística médica do império. Assim, estamos diante de duas formas administrativas

e de compreensões sobre a forma de administração, que influenciam as percepções de fazer ciências e de colher e agrupar dados estatísticos.

~~~~~

Sigaud e o debate sobre as estatísticas médicas nas décadas de 1830 e 1840

Joseph François Xavier Sigaud nasceu na França no ano de 1796, em plena Revolução Francesa. Iniciou seus estudos em medicina na Faculdade de Montpellier, doutorando-se pela Universidade de Medicina de Strassbourg em 1818. Começou a trabalhar no Hospital de Caridade de Lyon, como cirurgião interino e depois cirurgião-mor. Voltando a sua cidade natal, tornou-se membro titular e secretário da Sociedade Real de Medicina, sediada em Marseille, fundando um periódico médico. Trabalhou nessa instituição entre 1823 e 1825, quando resolveu emigrar para o Brasil, devido ao clima antibonapartista e absolutista pós Congresso de Viena³⁷⁵.

Como demonstrado por Ferreira, Sigaud chegou ao Rio de Janeiro em 1825, com um ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, remetida ao cônsul geral da França no Rio de Janeiro. A missiva apresentava o médico francês como um naturalista interessado em clinicar e desenvolver trabalhos sobre História Natural no interior do Brasil. Chegando à cidade, Xavier Sigaud se aproximou de Pierre Plancher, um livreiro e editor francês que também tinha emigrado para o Brasil. A ligação entre os dois proporcionou, ao público brasileiro, diversos periódicos, como o *Spectador Brasileiro*, o *Jornal do Commercio*, *O Propagador das Ciências Médicas (1827-1828)* e *Diário de Saúde (1835-1836)*. Sua experiência como membro de sociedade de medicina e como editor de periódicos em Marseille colaborou, nesse aspecto, para sua inserção nas redes de sociabilidade médica no Brasil³⁷⁶.

Dois anos após sua chegada ao Brasil, Sigaud fundou com Pierre Plancher o *Propagador das Ciências Médicas*. O médico francês considerava que a missão do

³⁷⁵ FERREIRA, 2009, p. 20-21. FONSECA, Maria Rachel F. “Sigaud, José Francisco Xavier”. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/sigjoxav.htm>>, s/d.

³⁷⁶ FERREIRA, 2009, p.18-19.

periódico seria “a de difusor das ‘luzes científicas estrangeiras’ e a de divulgador das ‘produções literárias’ dos professores e alunos da Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro”. Nesses termos, Sigaud, como editor, seria o árbitro científico, publicando, comentando, expondo sua opinião sobre os fatos científicos apresentados pelos autores dos artigos³⁷⁷. Ao se comprometer com a isenção teórica, o editor científico procurava não se envolver diretamente no embate sobre doutrinas médicas, apresentando a todas de forma semelhante. Não obstante, a pretensão de difundir a civilização e as luzes científicas entre os médicos brasileiros não foi bem vista nas redes de sociabilidade médica, gerando conflitos que chegaram a fechar portas para o médico francês³⁷⁸.

Nesse mesmo ano de 1827, Sigaud se envolveria numa grande polêmica sobre a causa da morte do presidente da Câmara dos Deputados do Império, com José Maria Bomtempo, um político e médico do Rio de Janeiro. Sigaud, participando da mesma comissão de médicos que Bomtempo, chegou a uma conclusão diferente sobre o diagnóstico clínico do brigadeiro Luiz da Nóbrega de Souza Coutinho. Diante do impasse e da morte do deputado Coutinho, a opinião de Sigaud foi confirmada, descontentando um poderoso médico e político da capital. Para piorar as relações políticas de Sigaud, o médico francês publicou em *Propagador das Ciências Médicas* críticas à conduta clínica de Bomtempo, gerando problemas políticos³⁷⁹. Em outubro desse mesmo ano, Sigaud participaria como redator da inauguração do *Jornal do Commercio*.

No *Jornal do Commercio*, no dia 2 de dezembro de 1829 – aniversário de 4 anos do herdeiro da coroa brasileira – o editor publicou um artigo intitulado “Estatística”, extraído da *Gazeta de Lisboa*. Provavelmente por influência direta de Sigaud, o artigo definia a ciência e apontava sua aplicabilidade. Segundo o artigo,

A estatística é a ciência, que se emprega de formar exatas descrições do terreno e produções dos países em uma época designada, ou em distintos espaços de tempo;

³⁷⁷ FERREIRA, L. O. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11, sup. 1, 2004, p. 97.

³⁷⁸ FERREIRA, 2004, p. 97-98. Nesse mesmo ano de 1827, Sigaud se envolveria numa grande polêmica sobre a causa da morte do presidente da Câmara dos Deputados do Império, com José Maria Bomtempo. Sigaud, participando da mesma comissão de médicos que Bomtempo chegou a conclusão diferente sobre o diagnóstico clínico do brigadeiro Luiz da Nóbrega de Souza Coutinho. Diante do impasse, a opinião de Sigaud foi confirmada, descontentando o poderoso médico e político da capital. Para piorar as relações políticas de Sigaud, o médico francês publicou em *Propagador das Ciências Médicas* críticas à conduta clínica de Bomtempo, gerando problemas políticos.

³⁷⁹ FERREIRA, 2004, p. 98.

trata do número e estado respectivo de sua povoação, e das diversas classes que esta compreende; da influência e sistema das respectivas contribuições; dos vários objetos de indústria; dos métodos e objetos de cultura; da qualidade e quantidade de gêneros que cada população troca com outras, ou cada Estado com os estrangeiros; das leis que dirigem ou cortam[sic] esta multidão de operações, e finalmente abrange os cálculos exatos de todas as diversas proporções que em cada província, povoação, ou reino, existem entre seus habitantes, suas riquezas, produções, situação, impostos, comércio, e leis econômicas³⁸⁰.

Nessa definição, a estatística é vista como ciência do Estado, no sentido de produzir descrições numéricas e exatas sobre todo o tipo de objeto útil à administração do território. O artigo continuava com uma citação da autoridade científica Jean Baptiste Say comparando a ciência econômica com a estatística, que segundo o autor referenciado seria equivalente à diferença entre a política e a História. Dessa forma, os conhecimentos da História seriam a base para a política, assim como o conhecimento das estatísticas seria a base para a ciência econômica. Logo, não seria possível observar bem os Estados por suas relações econômicas sem o conhecimento dos fatos gerais dados pelas estatísticas. Para tanto, seria essencial deduzir consequências comuns dos fatos particulares e conhecer os princípios que fundam a economia política³⁸¹.

Contudo, de acordo com o historiador das estatísticas Theodore Porter, Jean Baptiste Say pensava o contrário disto. Ao analisar seu pensamento sobre as estatísticas, Porter é categórico ao afirmar que

Jean Baptiste Say argumentou vigorosamente que nenhuma ciência confiável poderia ser formada a partir deles [dos números exatos]. Seria absurdo, explicou, basear a economia política nos diversos números e descrições em termos de quais as estatísticas foram definidas³⁸².

Assim, é possível perceber, que o autor do texto e o editor do *Jornal do Commercio* desejavam usar o nome de uma autoridade científica francesa para justificar suas próprias posições sobre as estatísticas, que eram, inclusive, diferentes do autor

³⁸⁰ JORNAL DO COMMERCIO (JC), ano XII, n. 635, 2/12/1829, p. 1.

³⁸¹ JC, ano XII, n. 635, 2/12/1829, p. 1.

³⁸² PORTER, 1986, p. 152.

original. De acordo com Porter, para Say as estatísticas seriam descrições geográficas altamente detalhadas, que não poderiam fazer nada além de “revelar o estado de produção e de consumo de uma ou várias nações em um ponto designado no tempo, época, ou por vários pontos sucessivos no tempo”³⁸³. Embora isso pudesse ter algum interesse, a estatística era um conhecimento altamente transitório e fadado à obsolescência. Nessa perspectiva, era absurdo falar em leis de mortalidade ou de população baseadas em estatísticas. A Riqueza das Nações de Adam Smith era vista por Say como uma “mistura confusa de economia política e estatística”, negando que a se pudesse, através da matemática, criar condições de exatidão para a economia política e demais estudos de população³⁸⁴. Não obstante, de forma contrária ao pensamento do autor citado, o editor escreveria,

A estatística reúne os fatos particulares, e sendo os princípios gerais unicamente combinações e consequências destes, sem a dita dedução analítica será impossível tem completo conhecimento dos princípios da economia.

Com o auxílio desta ciência e dos seus princípios, se retificam, segundo Pluchet [sic], os projetos econômicos, e recebem um cunho de solidez, que é impossível adquirir com o espírito de sistema e abstração. A estatística tem íntimas relações com a moral e a justiça. A vista das comparações a que resultam das listas ou mapas de todas as classes, se pode formar ideia do império que a moral e as leis têm sobre os homens. Finalmente a estatística serve de guia em todas as operações, e preside aos Gabinetes quando tratam da sorte das nações cultas³⁸⁵.

Não obstante, para além de ver a traição do tradutor de Jean Baptiste Say num periódico da importância do *Jornal do Commercio* na época, nos interessa a visão de estatística, presente no periódico. A visão divulgada e que se pretendia fazer circular era a de que as estatísticas produziam números exatos que serviriam para a administração do Estado. Para além disso, o editor ao publicar o artigo, colocava em circulação a percepção de que as estatísticas davam às ciências econômicas e administrativas uma solidez maior do que o “espírito de sistema e abstração”. Tratava-se, portanto, da defesa da estatística

³⁸³ PORTER, 1986, p. 153.

³⁸⁴ PORTER, 1986, p. 153-154.

³⁸⁵ JC, ano XII, n. 635, 2/12/1829, p. 1-2.

como forma de guiar a moral e as leis, como forma de demonstrar o caminho correto para os governantes.

No mesmo ano da publicação desse artigo sobre as estatísticas, Sigaud seria um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, juntamente com os médicos De Simoni, Cruz Jobim, Soares de Meirelles e Maurício Faivre. A sociedade tinha um projeto institucional e científico definido, vinculado ao chamado neo-hipocratismo. De acordo com Ferreira, Azevedo e Chor Maio, este projeto científico tinha

uma concepção ambientalista da medicina baseada na hipótese de relação intrínseca entre doença, natureza e sociedade. Do ponto de vista político, a filiação ao higienismo significava a consciência da necessidade de converter a saúde numa questão de interesse público e de competência estatal³⁸⁶.

A organização da sociedade basicamente copiava o modelo da Sociedade de Medicina da França, com 25 membros titulares e um número ilimitado de membros honorários e correspondentes. Apesar do termo “medicina” no nome da sociedade, para ingressar como membro o candidato poderia ser médico, cirurgião, boticário, botânico, químico ou naturalista, com um trabalho sobre ciências médicas ou naturais e indicação por parte de um membro titular da Sociedade. Dessa forma, não havia, nesse momento, o interesse de formar uma sociedade restrita aos médicos, sendo aceitos outros profissionais que se dedicassem às questões da medicina. A sociedade de medicina era formalmente reconhecida pelo governo imperial. Contudo, os recursos financeiros para sua manutenção eram obtidos das contribuições obrigatórias dos membros titulares, seguindo, no aspecto financeiro, o modelo da academia real de ciências da Inglaterra³⁸⁷.

No ano de 1832, Sigaud voltaria a apresentar artigo sobre estatísticas, dessa vez de sua própria lavra e especificamente sobre estatísticas médicas do Brasil. Não obstante, de acordo com Ferreira, o médico francês se envolveria em mais uma querela na sua rede de sociabilidade médica. Ao tentar ocupar a cátedra de Medicina Legal da recém-criada Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que substituiria a Academia Médico-Cirúrgica

³⁸⁶ FERREIRA, L. O.; AZEVEDO, N.; MAIO, M. C. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. IV, n. 3, nov. 1997-fev. 1998, p. 479.

³⁸⁷ FERREIRA; AZEVEDO; MAIO, 1998, p. 479-480.

do Rio de Janeiro, Sigaud foi preterido por José Martins da Cruz Jobim, também fundador da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Para a escolha de Cruz Jobim contava o fato do mesmo ser brasileiro, já que o concurso para a cátedra previa que somente na ausência de brasileiros um estrangeiro poderia ocupar o posto. Depois dessa oportunidade, Sigaud tentaria ocupar a cátedra de Clínica interna, mas seria preterido por Manoel Valadão Pimentel, professor da antiga Academia Médico-Cirúrgica. Segundo Ferreira, após esses dois episódios o nome do médico francês raramente aparece nas atas das reuniões da Sociedade de Medicina³⁸⁸.

Esses dois episódios de insucesso se somam ao *Discurso sobre a Estatística Médica do Brasil*, um terceiro fracasso das redes de sociabilidade de Sigaud, em seu projeto de carreira. Ao se pronunciar na Sociedade de Medicina, Sigaud pretendia encontrar apoio para a produção das estatísticas médicas do país. Porém, não obteve o que desejava mais uma vez. Seu discurso de 30 de junho de 1832 não se traduziu em medidas da Sociedade para efetivar a produção de estatísticas do Brasil. Os médicos da sociedade continuariam vendo a medicina pelas suas particularidades e pelo olhar clínico do bom médico que identifica a doença do paciente e as formas e remédios para a cura. Assim, os argumentos de Sigaud, baseados na ideia de uma ciência estatística centralizada não foram a frente, diante da percepção de ciência e administração particularizada e localizada. Estavam em jogo diferenças de concepções de doença e de suas causas: uma tratava a doença como causada pelas relações físicas e psíquicas do doente com o ambiente a sua volta, outra tomava por base a ideia de que existiam doenças como entes específicos e estas poderiam ser descritas e contadas.

Ao analisar a estatística e sua relação com a medicina, Xavier Sigaud afirmava as estatísticas a partir da definição já defendida no *Jornal do Commercio* em 1829, e propunha que a Medicina teria maior dignidade e poderia colaborar, juntamente com outros conhecimentos para o melhoramento e o progresso da espécie humana. Nesses termos,

Compreender num tratado geral e metódico a exposição das forças físicas, morais e políticas dos diversos países, tal é o sentido natural e o verdadeiro fim da Estatística em geral; ela, assim como a Medicina, vai buscar em todas as ciências os seus materiais, tira-os das artes, e recebe-os dos mananciais, donde podem rebentar

³⁸⁸ FERREIRA, 2009, p. 20-21.

raios de luz sobre o estado da sociedade, a natureza do solo, o clima e os povos da região que se propõe estudar. Por seu turno a Medicina, adornando-se com alheios despojos, e entregando-se a indagações estatísticas, adquire uma nova dignidade; quando ela trabalha diretamente no melhoramento da sorte da espécie humana, ao qual deve acelerar, esforçando-se por lhe verificar os progressos³⁸⁹.

Assim, Xavier Sigaud pretendia convencer os médicos da Sociedade de que o estudo das estatísticas médicas não era a produção de uma árida apresentação de tábuas de números sobre a população, as doenças e a mortalidade. Para Sigaud, tratava-se de uma relação entre diversos conhecimentos como a geografia, a geologia, a física e a climatologia, para compreender a relação entre os seres humanos e seu meio ambiente. Dessa forma,

A estatística médica, ligada com as outras ciências por meio de relações de estudo sobre os mesmos objetos, como o solo primitivo, a latitude, o solo cultivado, a população, o estado bruto ou civilizado de um país, recebe assim um reflexo de luzes de cada uma delas; apertando mais os seus pontos de contato com a economia política, certifica, como ela, o estado físico e moral dos povos; e, segundo o seu exemplo, assinala a riqueza da civilização e a parte de felicidade, com que eles podem contar para o futuro. Esse novo gênero de ilustração, reservado à medicina não tem limites: ele pode um dia fecundar os mais úteis, e mais gloriosos resultados! Agora que a estatística médica ainda é uma ciência que existe no berço, não oferece já per si só uma das mais convincentes provas da eficácia da medicina, demonstrando aos espíritos vulgares, que a natureza não basta unicamente para a cura das moléstias, pois que desde o tempo de Hipócrates até aos nossos dias está provado que morre muito maior número de indivíduos que abandonam a moléstia a si mesma, do que dos que invocam os socorros da arte?³⁹⁰

As relações entre meio ambiente, conhecimentos médicos, cura das doenças e riqueza e melhoramento da civilização serviam como os argumentos de que as estatísticas médicas reuniriam a medicina a diversas outras formas de conhecimento para garantir a felicidade da espécie no futuro. Em seguida, Sigaud passava a demonstrar como diversos

³⁸⁹ SIGAUD, J. F. X. Discurso sobre a estatística médica do Brasil, lido na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro na sessão pública de 30 de junho de 1832, aniversário da fundação da Sociedade. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher, 1832, p. 4-5.

³⁹⁰ SIGAUD, 1832, p. 5-6.

viajantes e estudiosos das terras brasileiras tinham informações sobre o ambiente do país que eram fundamentais para a medicina e para o conhecimento das estatísticas médicas. Essa visão de utilização dos trabalhos dos viajantes e demais estudiosos das terras brasileiras para compor as estatísticas será a base para a produção de *Do clima e das doenças do Brasil*. Por essa característica, Luiz Otávio Ferreira, considerará Sigaud um “viajante estático”, pois sem financiamento para viajar o Brasil e fazer suas observações no local, recorrerá aos relatos de viagem e tratados médicos que existiam nas bibliotecas do Rio de Janeiro³⁹¹.

Contudo, sem o apoio da Sociedade e sem uma cátedra na Faculdade de Medicina, Sigaud continuará a avançar nos seus empreendimentos editoriais. Entre 1831 e 1833, o médico francês editaria o *Seminário de Saúde Pública*, o primeiro periódico da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1835, Sigaud se desentenderia novamente com os médicos da Sociedade, pois não concordava com a relação direta entre a nova Academia Imperial de Medicina e o Estado Imperial brasileiro. Assim, ao mesmo tempo em que participava da nova Academia, criticava a organização da mesma. No momento em que a Academia Imperial de Medicina criou seu novo periódico, a *Revista Médica Fluminense*, Sigaud preferiu ter seu próprio periódico, o *Diário de Saúde*. Não obstante, esses desentendimentos de Sigaud na rede de sociabilidade médica não o impediram de continuar publicando participando da Academia e dos debates sobre medicina na capital do Império. Como veremos nas próximas seções, em 1844, Xavier Sigaud publicaria sua estatística médica do Brasil na França, mas com repercussão nos periódicos médicos brasileiros na década de 1840.

~~~~~

---

<sup>391</sup> FERREIRA, L. O. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844). In.: BARRETO, R.; BASTOS, C. A Circulação do Conhecimento: medicina, redes e impérios. Lisboa: ICS-UL, 2011.

### **A Estatística Médica do Brasil, sob a visão de Sigaud: uma síntese do pensamento higienista brasileiro da época**

Esta parte do capítulo pretende apresentar *Do clima e das doenças do Brasil*, demonstrando suas partes, sua abordagem estatística e os debates historiográficos concernentes. Dividida em quatro partes (Climatologia, Geografia Médica, Patologia Intertropical, Estatística Médica), a obra pretendia produzir um panorama das questões ambientais e das doenças do Brasil, com informações sobre legislação sanitária, ensino e matéria médica que fosse útil aos médicos do país<sup>392</sup>. Para a produção do livro, Sigaud utilizou relatos de viajantes, relatórios e memórias médicas, artigos de periódicos médicos e de periódicos dos homens de letras do período, corografias de regiões do Brasil, além de dicionários e tratados médicos. Apesar de a obra ter como subtítulo “estatística médica deste império”, a quarta parte do livro se chama “estatística médica”, conotando que, nesta parte, Sigaud trataria especificamente do tema segundo sua visão, enquanto as outras partes teriam temas correlatos, mas que comporiam o tema geral do livro. Nota-se que Sigaud não procurou esclarecer precisamente seu entendimento sobre os conceitos chave de cada uma das partes, optando pelo relato enciclopédico dos diversos assuntos, sem uma conceituação explícita.

Segundo Edler, o livro “almejava ser a expressão de uma prática científica coletiva, consolidada em 15 anos de atividades da mais importante instituição de saúde pública nacional: a Academia Imperial de Medicina”<sup>393</sup>. Para Edler, a obra é representativa de uma fase específica da AIM, com determinado perfil epidemiológico, organização institucional e ambiência profissional específica. Esta primeira fase se encerraria na virada para a segunda metade do século XIX<sup>394</sup>, a partir de outros problemas sanitários que analisaremos nos próximos capítulos.

Nesta chave de leitura, a especificidade patológica brasileira seria a prevalência do “elemento palustre”, dos miasmas<sup>395</sup>, sobre todas as enfermidades. Desta forma, Sigaud buscaria descrever detalhadamente, a partir de artigos da academia ou colhidas pelo próprio autor, os fatores ambientais que influenciariam nas doenças, principalmente

---

<sup>392</sup> SIGAUD, 2009 [1844], pp. 32-33.

<sup>393</sup> EDLER, 2011, p.154.

<sup>394</sup> EDLER, Op. Cit., p. 155.

<sup>395</sup> Miasmas seriam emanações vindas “de tecidos de animais ou vegetais em decomposição, dos dejetos, das exalações pulmonares ou sudoríferas de animais sãos ou enfermos”. KURY, L., 1990, p. 74.

levando em consideração o “elemento intermitente” constante<sup>396</sup>. Para Edler, o fundamento científico destas observações seria o contexto da experiência sociocognitiva da anatomoclínica e do paradigma climatológico<sup>397</sup>.

Nesta tradição médica, dores e sintomas não seriam mais concebidos como doenças a serem classificadas, mas indicadores de diagnósticos de doenças em órgãos e tecidos. Desta forma, verificar os dados macroscópicos da anatomia patológica seria a forma de diagnosticar doenças. Para isto, diversos novos procedimentos, instrumentos, exames físicos e instruções clínicas foram criados<sup>398</sup>. Neste contexto, começava a ser criada o que Daston e Galison chamaram de uma objetividade mecânica, isto é, baseada em novos instrumentos mecânicos de observação do corpo humano e da natureza. Nesta nova forma de ver, os instrumentos substituiriam os sentidos humanos como formas de perceber a natureza, construindo um julgamento treinado pelo uso destes equipamentos. Assim, observar a saúde e a doença passava a ser cada vez mais observar através de instrumentos a natureza e o corpo<sup>399</sup>.

Conforme explica Edler, ao observar o corpo e a natureza, segundo a visão anatomoclínica, não existia uma percepção essencialista da doença. Assim, cada fator específico a ser analisado – sintomas e constituição física do indivíduo, dinamismo fisiológico e psicológico, agentes externos como miasmas, calor, pressão atmosférica, umidade, parasitas, temperatura – deveria ser tomado num conjunto complexo a ser analisado pelo médico na produção do diagnóstico e da percepção da doença<sup>400</sup>. Assim é possível compreender melhor os debates acerca do uso das estatísticas quantificadas para o estabelecimento de tratamentos terapêuticos, como vistos no capítulo anterior.

No tocante a institucionalização da medicina no período, de acordo com Edler, a necessidade de verificação dos agentes ambientais locais tornava necessária a criação de Academias Médicas que coletassem registros de observações clínicas e ambientais, possibilitando a descrição dos diagnósticos, etiologias e terapêuticas prováveis. Construir uma corporação médica local, uma jurisdição ambiental própria seria fundamental para a percepção e a cura das doenças locais. Nesse sentido, o livro de Sigaud apresentaria os conhecimentos dessa corporação médica, possibilitando a análise das doenças do Brasil.

---

<sup>396</sup> EDLER, Op. Cit., p. 156.

<sup>397</sup> Idem.

<sup>398</sup> Idem, p. 40.

<sup>399</sup> DASTON, L.; GALISON, P. Objectivity. N. York: Zone Books, 2007, p. 18.

<sup>400</sup> EDLER, 2011, p. 41.

No esforço de criação de um campo exclusivo acerca das moléstias nacionais, a AIM procurou traduzir e atualizar o higienismo, de forma a se tornar legítima enunciadora da patologia brasileira<sup>401</sup>. Tomando-se a epígrafe do livro, retirada de Cabanis, “Cada latitude tem sua marca, cada clima sua cor”, ficava proclamada a máxima de que se deveria descobrir as características daquela localidade chamada Brasil: este era o objetivo de Sigaud.

Para Luiz Otávio Ferreira, a obra de Sigaud revela o uso de tudo aquilo que foi produzido nos periódicos médicos ou de forma particular por ele e por seus colegas da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Academia Imperial de Medicina. Os trabalhos dos médicos nos hospitais seriam vistos através de seus relatórios, memórias, relatos clínicos e debates, proporcionando ao autor a possibilidade de reunir, criticar e sistematizar o conhecimento médico do país naquele período<sup>402</sup>. A obra, na visão de Ferreira, se tornaria um clássico, que colocaria o tema das “doenças tropicais” como “‘questão obrigatória’ independentemente do paradigma científico escolhido para seu tratamento”<sup>403</sup>.

Na análise do livro, Lorelai Kury destacou na primeira parte do livro, dedicado à Climatologia, o fato de que Sigaud considerava o clima do Brasil como o melhor de todo o mundo. Não obstante, mudanças teriam ocorrido sobre tudo por fatores ambientais, como alterações de temperatura provocadas pelo desmatamento progressivo e pelo crescimento da agricultura, levando à diminuição da frequência das tempestades na visão do autor analisado<sup>404</sup>. Ao fazer observações geológicas e sobre as “produções do solo”, demonstrou a economia extrativista e agrícola do país, se perguntando sobre a relação entre os usos da terra para a agricultura e as mudanças de temperatura do ambiente<sup>405</sup>.

Quanto à umidade, esta seria “um agente ativo de destruição, ainda mais nocivo que o calor solar”, efetivando rapidamente a decomposição das substâncias animais, alterando os corpos vivos, abatendo a energia física e moral dos indivíduos<sup>406</sup>. Edler ressalta a visão de Sigaud segundo a qual, apesar da influência da umidade, os principais

---

<sup>401</sup> Idem, pp. 156-157.

<sup>402</sup> FERREIRA, 1996, p. 81.

<sup>403</sup> Idem.

<sup>404</sup> KURY, 1990, p. 131. SIGAUD, 2009, p. 35 e 69.

<sup>405</sup> SIGAUD, 2009, p. 94-95.

<sup>406</sup> KURY, Op. Cit, p. 132. SIGAUD, 2009, p. 78.

agentes da mortalidade brasileira seriam o regime alimentar e o abuso dos atos sexuais. Assim, para atenuar os efeitos das causas excitantes – calor, umidade e miasmas – os indivíduos deveriam moderar sua alimentação e seus atos venéreos<sup>407</sup>.

Nesta parte, Sigaud anotou diversos quadros de observações meteorológicas, sobre diversas localidades do Brasil, comparando-as com outras regiões do país e com outras partes do mundo. Estas comparações tomavam por base, principalmente, relatos de viajantes e de médicos. Cabe ressaltar, fazendo referências às notas das revisoras da edição brasileira da obra – Ângela Porto e Ana Maria Oda –, que várias anotações bibliográficas de Sigaud não guardam correspondência com a realidade. Por exemplo, no caso das medições do astrônomo português Bento Sanchez Dorta, que segundo Sigaud teria ficado no Brasil até 1814 e publicado em *O Patriota Brasileiro*, contudo, sua volta para Portugal data de 1788, não sendo encontrado qualquer artigo em *O Patriota Brasileiro* ou em *O Patriota*<sup>408</sup>. Em outra passagem, Sigaud informava que franceses estariam fazendo observações termométricas no Brasil, contudo as revisoras não encontraram as referências das indicações bibliográficas originais dadas por Sigaud<sup>409</sup>. Assim, apesar dos equívocos de referências, Sigaud consegue mapear o ambiente climatológico do país, em duas diversas províncias. Suas indicações sobre hidrometria, pluviometria, barometria, e termometria e seriam utilizadas por diversos médicos do Brasil e de outras partes do mundo a partir da publicação da obra, favorecendo as pesquisas médicas sobre a natureza brasileira.

Na segunda parte, intitulada Geografia Médica, Sigaud tratou da alimentação, da aclimatação, das doenças específicas de determinadas populações – indígenas, negros, operários das minas, das atividades dos curandeiros e das doenças endêmicas e epidêmicas. A ligação entre os assuntos estava na especificidade do ambiente brasileiro, onde os alimentos que são encontrados nas culinárias locais influenciariam o corpo físico e psicológico. Após relato das comidas típicas a mesa em cada região, Sigaud asseverava que o abuso dos alimentos e das bebidas seria o primeiro agente de mortalidade no país, juntamente com os excessos dos prazeres venéreos e com o clima<sup>410</sup>.

---

<sup>407</sup> EDLER, 2011, p. 157.

<sup>408</sup> SIGAUD, 2009, p. 36, nota 8.

<sup>409</sup> SIGAUD, Op. Cit., p. 69-72, notas 19 e 21. Não obstante, mais a frente, as revisoras indicam a existência das memórias destes médicos sobre o Brasil.

<sup>410</sup> SIGAUD, 2009, p. 100.

Ainda no tocante ao ambiente, a aclimatação dos europeus no Brasil ou mesmo de brasileiros que mudassem de província poderia ser um fator de adoecimento. Para estes viajantes, a prática curativa do receituário passava por fartas doses de limonada, de banhos frios, e de limitação alimentar ao uso de frutas e de leite, ao chegar ao Rio de Janeiro. Os recém-chegados seriam tomados pela insônia, produzida pelo calor e pela abundância de mosquitos, para os quais seriam receitadas depleções sanguíneas através de sangrias. No caso de regiões frias, como Nova Friburgo, a recomendação seria para a utilização de roupas de baixo de flanela, banhos mornos, bebidas aciduladas ou “bebida fortificada com um vinho generoso”<sup>411</sup>. Estas e outras recomendações, por localidade de origem e de destino seriam enunciadas, no intuito de abranger diversas partes e climas do país.

No tocante aos indígenas, Sigaud observava que seus corpos eram mais suscetíveis a certas doenças como a varíola, pois viviam nus, tinham uma vida errante nas florestas, tomavam frequentemente banhos frios, ficavam expostos às mudanças bruscas da atmosfera e tinham modos de alimentação inadequados<sup>412</sup>. Assim, sem conseguir perceber os modos de vida e de conhecimentos dos nativos e sem perceber as relações entre o encontro de povos e doenças, o médico higienista considerava o modo de vida indígena uma influência moral negativamente poderosa na produção de altas taxas de mortalidade. Não apontando números precisos, Sigaud afirmava que não viu “um só índio atingido pela varíola escapar” e que escutou frequentemente ser raro, nos hospitais e navios do Estado, salvar um nativo afetado por alguma doença. Segundo o autor, colaboraria para isto a ideia de que o indígena se persuadiria de sua própria morte, quando gravemente enfermo. Assim as doenças seriam para os ameríndios um flagelo maior ainda do que para os homens das cidades<sup>413</sup>.

Segundo Sigaud, o escorbuto, a sarna, a oftalmia, a varíola, o piã e a disenteria teriam se disseminado pelo Brasil através da introdução dos negros vindos da África. Ao mesmo tempo, estes seriam afetados pela mudança alimentar, pelo clima estranho a seus corpos, pelos descuidos das regras de higiene, pelos excessos e múltiplos trabalhos, levando a alterações em sua constituição física. Isto proporcionaria elementos para doenças que seriam, na visão do autor, específicas da raça negra, como no caso das

---

<sup>411</sup> Idem, pp.101-103

<sup>412</sup> Idem, p. 108.

<sup>413</sup> Idem.

doenças nervosas que atingiram mais negros do que brancos<sup>414</sup>. Não obstante, Sigaud dedicou algumas páginas a morte dos negros por suicídio, devido as condições próprias da escravidão. No que tange especificamente aos escravos da mineração, o autor afirma que estes sofreriam principalmente com pleurisia, doenças dos olhos, edemas e problemas respiratórios, além do risco de serem esmagados em soterramentos. Em todas essas observações não apresenta quantificações, mas apenas impressões retiradas de memórias, relatórios e diários de viagens.

Nas partes sobre as doenças endêmicas e epidêmicas, mais uma vez Sigaud trabalhou com impressões qualitativas e não com relatos de quantidades, o que nos mostra claramente que a natureza das estatísticas no período não estava diretamente relacionada à quantificação, mas ao relato do território e das qualidades destas terras<sup>415</sup>. Para o autor, as doenças endêmicas do Brasil seriam o bócio, as erisipelas, o piã, a hidrocele, a lepra, as hemorroidas e as febres intermitentes.

Não obstante, a frequência e a marca patológica própria das endemias teria relação com a natureza de cada localidade e com o regime das populações de cada parte do país<sup>416</sup>. Dito isto, o autor passaria pelo relato das doenças em diversas partes do país, de acordo com os relatos colhidos, ressaltando a relação entre doença e região. Ao relatar as epidemias, produziria um relato histórico das várias epidemias do país que chegaram ao seu conhecimento nos últimos 15 anos. Para esta história das epidemias, Sigaud considerou como objetos de enunciação as causas, o caráter da doença e o traçado de um esboço histórico dos acontecimentos<sup>417</sup>. Como causas, na maioria das vezes, estavam os fatores climáticos e/ou ambientais. Em alguns poucos casos eram citados números de doentes ou de mortos, mas sem qualquer função analítica, apenas como mais uma informação do esboço histórico.

Na terceira parte da obra – Patologia Intertropical –, Sigaud pela primeira vez em sua obra procurou definir seu objeto mais claramente. Segundo o autor,

---

<sup>414</sup> Idem, pp. 118-119. Nesse caso, Sigaud apresenta uma controvérsia médica com o dr. Thévenot, que em seu tratado sobre as doenças do Senegal considerava como raras as doenças do cérebro, a loucura e a hipocondria entre os negros. Ao contrariar essa visão e considerar que as doenças nervosas eram típicas dos negros, Sigaud ignorava como fato causal a evidência de que na África muitos negros viviam em liberdade, enquanto no Brasil eles sofriam com os males da escravidão.

<sup>415</sup> Idem, pp. 136-1368.

<sup>416</sup> Idem, p. 136.

<sup>417</sup> Idem, p. 143.

A patologia intertropical abrange em primeiro lugar as febres, por causa da sua frequência e da sua gravidade. Longe de reproduzir aqui a história das febres, que, nas obras clássicas, constitui uma ordem nosológica, limito-me a traçar aquela das febres intermitentes e tifoides, doenças especiais dos países quentes, cuja relevância faz distinguir a latitude geográfica na qual nascem<sup>418</sup>.

Assim, Sigaud definia, como já foi ressaltado por Edler e por Ferreira, um campo para as doenças dos trópicos, que se iniciava pela presença de doenças especiais dos países quentes, identificadas pelo médico como as febres intermitentes e tifoides<sup>419</sup>. Ao avaliar a presença de Febre Amarela, conclui como Melo Franco e como alguns médicos brasileiros que essa só apareceria de maneira esporádica, fato que seria contrariado no início da próxima década. A análise destas e de outras doenças pelo autor levaria mais uma vez em conta os relatos de seus colegas médicos que publicaram sobre diversas enfermidades em variadas localidades do país. Especialmente na tísica pulmonar, Sigaud utilizaria os quadros estatísticos de Luiz Vicente de Simoni para o Rio de Janeiro, já analisados no capítulo anterior.

Na última parte do livro, Sigaud dedica-se à “estatística médica”. Mas o que seria estatística médica para o autor? Os capítulos presentes nessa parte dão a entender que se trata de uma grande variação de aspectos ligados a população, as taxas de nascimentos e mortalidade, a legislação sanitária, aos estabelecimentos científicos e relacionados à medicina, às formas de cura, aos remédios e à matéria médica, à vacinação, aos dados sobre cirurgias e até mesmo ao relato biográfico de médicos, cirurgiões e outros homens de ciências. Sendo tantas as questões aglomeradas sob o mesmo título, o autor será criticado exatamente por essa diversidade inespecífica, por seus resenhistas, como veremos na próxima parte.

Ao iniciar com a quantidade de população e falando sobre as dificuldades de recenseamento no interior das províncias, Sigaud dava a entender que sua abordagem seria quantitativa. Não obstante, ao abordar a questão das raças branca, negra, índia e mestiça retorna ao argumento impressionista dos outros capítulos. Baseando-se mais uma

---

<sup>418</sup> SIGAUD, 2009, p. 169.

<sup>419</sup> Idem.

vez em corografias e relatos de viajantes, traça um perfil das três raças, identificando uma quarta, contudo, sem assumir uma postura ou um discurso em relação a ela<sup>420</sup>.

Na sequência, Sigaud, buscou informar sobre o movimento de hospitais, tanto quanto teve informação, a partir dos jornais e periódicos médicos. Dessa forma, demonstrava um interesse em quantificar a população e a movimentação total dos hospitais sem, contudo, estabelecer reflexões sobre estas além das feitas nas outras partes. Ao apresentar a seção sobre mortalidade esclarecia,

Vista a raridade dos documentos publicados sobre a matéria, é difícil estabelecer uma estatística de mortalidade nas cidades, nos hospitais civis e militares. No campo, calcular o montante dos óbitos ainda é impossível. Contudo, pelos dados existentes pode-se chegar a um cálculo aproximativo, visto que é possível proceder a uma apuração regular dos registros das paróquias<sup>421</sup>.

Assim, deixava claro que seus dados eram parciais e que era difícil, naquela conjuntura de coleta de dados do Brasil, estabelecer um cálculo exato para as estatísticas de mortalidade. Além disso, mais uma vez, aparecia claramente o elemento religioso – através dos registros paroquiais – como fator de possibilidade para a averiguação dos dados estatísticos. Por fim, assumia que “Se é difícil recolher dados exatos sobre a mortalidade nos campos, é duvidoso poder obter o número exato da mortalidade dos estrangeiros da capital e das províncias do Império, visto que eles constituem uma população flutuante”, apresentando apenas dados fragmentados sobre os franceses e os ingleses<sup>422</sup>.

No que tange a legislação sanitária, Sigaud fazia um relato histórico de algumas medidas legais desde o início do século XIX, ressaltando o auxílio de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, a criação e extinção de cargos médicos na estrutura estatal e regulamentos de polícia sanitária, quarentena e inspeção de navios<sup>423</sup>. Segue-se com a organização das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia – citação direta de sua lei de criação –, acompanhadas de listas de professores e teses defendidas. Foram incluídas também na lista de instituições museus, bibliotecas,

---

<sup>420</sup> Idem, p. 302.

<sup>421</sup> Idem, p. 305.

<sup>422</sup> Idem, p. 308.

<sup>423</sup> Idem, pp. 308-313.

academias, sociedades, jardins botânicos, sanatórios, hospitais de caridade e confrarias<sup>424</sup>. Sigaud procurou, assim, demonstrar a existência de instituições científicas no Brasil, através de um esboço histórico e de um relato de criação destes estabelecimentos. Nas seções seguintes procurou demonstrar os meios de cura, os remédios disponíveis e a farmacopeia existente nas regiões do Brasil, na tentativa de estabelecer o leque da matéria médica disponível. Recorrendo mais uma vez ao seu leque amplo de fontes, anunciava a diversificada série de vegetais que poderiam ser úteis no tratamento de doenças de cada região<sup>425</sup>. Ao final, lista alguns médicos, cirurgiões e naturalistas brasileiros, fazendo relatos biográficos, alguns muito breves outros mais alongados<sup>426</sup>.

Ao reler *Do Clima e das doenças do Brasil* é possível ver uma obra vasta, enciclopédica, diversificada, que demonstrava os conhecimentos disponíveis para os médicos na década de 1840. Evidentemente, uma obra com tantos temas e de tamanha abrangência como esta não passará sem críticas dos médicos que publicavam nos periódicos científicos da capital. Sobre essas críticas falaremos na próxima parte deste capítulo.

~~~~~

⁴²⁴ Idem, pp. 313-343

⁴²⁵ Idem, pp. 343-370.

⁴²⁶ Idem, pp. 371-394.

A Recepção de *Do Clima e Das Doenças do Brasil, ou estatística médica deste Império*, de J-F Xavier Sigaud

A obra *Do Clima e das Doenças do Brasil, ou Estatística médica deste Império*, de José Francisco Xavier Sigaud, foi publicada na França, em 1844. O autor pretendia produzir um estudo “puramente científico” sobre climatologia e doenças do Brasil. Apesar da recente publicação do texto completo em português, em 2009, dos trabalhos de Luiz Otávio Ferreira sobre o periodismo médico e especialmente sobre Sigaud, e da análise feita por Flávio Edler acerca da presença de Sigaud no campo da Medicina no Brasil Imperial, muito pouco tem sido escrito sobre a recepção desta obra no contexto brasileiro. As afirmações sobre a repercussão da obra chegam a ser contraditórias, ora afirmando a indiferença da Academia Imperial de Medicina em relação ao estudo e à própria pessoa de Sigaud, ora afirmando uma recepção entusiasmada da mesma academia⁴²⁷. No intuito de clarear os debates subsequentes à publicação da obra, procurarei analisar as resenhas, traduções e comentários feitos à obra, como forma de perceber as nuances próprias da recepção do livro no período⁴²⁸.

A publicação do livro de Sigaud foi notícia no Diário do Rio de Janeiro do dia 21 de Outubro de 1844, na seção de Variedades. A recepção da obra teria sido elogiosa, pelo modo da escrita, embora o periódico não cite o autor do elogio. Segundo o jornal,

O Sr. Doutor Sigaud, médico bem conhecido n’esta capital, publicou em Paris uma obra com o seguinte título: Du climat et des Maladies du Brésil. Em um artigo que anunciava esta obra, lemos elogios ao modo porque seu autor a escreveu. O Sr. doutor Sigaud chegou de França na barca Antoinete, que entrou no dia 11 do corrente⁴²⁹.

Esta mesma notícia foi repetida no Diário Novo, do Recife (PE), no dia 26 de Novembro de 1844⁴³⁰. Embora o termo “n’esta capital” fizesse inicialmente referência ao

⁴²⁷ Cf. SIGAUD, 2009. FERREIRA, 1996, 2009, 2011. EDLER, 2011, p. 153-165. FONSECA, s/d Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/sigjoxav.htm>>.

⁴²⁸ Tomo aqui a História Cultural de Chartier, segundo a qual as noções de apropriação e recepção são fundamentais para compreender a circulação das ideias e a práticas de leitura e representação do mundo. CHARTIER, 2002.

⁴²⁹ DRJ, ano XXIII, n. 6748, 21/out/1844, p.1

⁴³⁰ Diário Novo, 26/11/1844, a. 3, n. 259, p. 3 – coluna variedades.

Rio de Janeiro e a passagem “que entrou no dia 11 do corrente” fizesse referência a chegada de Sigaud no mês de outubro, e não em novembro, a notícia não foi modificada. O Diário Novo do Recife, situado na rua da praia, era um periódico dos liberais descontentes com a influência de Holanda Cavalcanti na política de Pernambuco. Quatro anos mais tarde, as lideranças deste grupo político se envolveriam na revolta praieira, como veremos no próximo capítulo⁴³¹. Desta forma, podemos perceber que o interesse pelas estatísticas e pelos problemas sanitários do Brasil estava marcado tanto entre conservadores – como Eusébio de Queiroz e Haddock Lobo –, quanto entre liberais.

No início deste mês de novembro, na edição do dia 8 de Novembro de 1844 do Diário do Rio de Janeiro, o livro de Sigaud já estava sendo anunciado pela livraria Souza, no Rio de Janeiro:

Livros À Venda.

Vende-se na livraria de Souza, rua dos Latoeiros, a seguinte obra - du Climat et des maladies du Brésil, ou statistique medicale de ces empire, par I. T. X. Sigaud, D. M., 1844, preço 8\$ rs.⁴³²

Em 28 de janeiro de 1845, no número 6827 do Diário do Rio de Janeiro seria noticiada a publicação da edição número 5 da Minerva Brasiliense, com o artigo “reflexões sobre obra do doutor Sigaud – Du climat [et] des maladies du Brésil, pelo doutor Emilio Joaquim da Silva Maia⁴³³”.

Na Edição de 15 de Janeiro de 1845 da Minerva Brasiliense, o dr. Emílio J. da S. Maia tinha escrito a resenha “Reflexões acerca da obra ultimamente publicada em Paris pelo Dr. Sigaud intitulada – Du climat e des maladies du Brésil”⁴³⁴. Nesta, o Emilio Maia faz severas críticas à Sigaud, a começar por seu título. Para o crítico, existia uma clara contradição entre o título da obra e a epígrafe inicial, pois ao mesmo tempo em que Sigaud afirmava, com Cabanis, que cada latitude tinha sua marca e seu clima, escrevia no título Clima no singular. Além disso, afirma ainda Maia, já no início de seu texto, que a obra

⁴³¹ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 366.

⁴³² DRJ, ano XXIII, n. 6763, 08/nov/1844, p.2.

⁴³³ DRJ, ano XXIV, n. 6827, 28/jan/1845, p. 2 – seção Obras Publicadas.

⁴³⁴ Minerva Brasiliense, n. 5, v. 3, 15/jan/1845, p. 66-68.

de Sigaud seria mais bem aproveitada e conveniente se estudasse com profundidade uma província, mas o que o autor teria feito seria estudar mal todas as províncias.

Continuando suas críticas à *Du climat e des maladies du Brésil*, Emilio Maia afirma que, naquele momento ainda não era possível “afoitamente afirmar” exatamente os climas do Brasil e as moléstias próprias de cada um, pois existiam províncias inteiras das quais se tinha pouco ou nenhum conhecimento. Neste ponto, questionou de modo irônico:

Quem ignora que a parte central do país está quase despovoada, e que todo ele contém apenas uma escassa população e está acumulada em maior número em vários pontos do seu litoral divididos uns dos outros por grandes distâncias? Sendo isto uma verdade, e sendo não menos certo que os sábios ou curiosos que o tem visitado com o intuito de o estudarem ainda pouco são relativamente a extensão do território a percorrer, aonde se acharam os elementos para a estatística médica de todo o Brasil?⁴³⁵

Para amenizar sua crítica, Maia afirmava que Sigaud não desconhecia os embaraços e dificuldades da publicação da obra e que foi movido por nobres sentimentos, tornando-se “antes digno de elogio que de uma injusta censura”. Citando o próprio autor, indicava que as “breves e ingênuas reflexões [do autor](...) ficaram perfeitamente justificadas com a leitura que da mesma fizemos”. Passado o breve momento de contemporização, volta a atacar Xavier Sigaud criticando a ausência de discussão climatológica e médica a respeito do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Sergipe e de outras províncias, “apesar de serem porções consideráveis do território brasileiro”. Disto isto, o dr. Emilio Maia afirma seu posicionamento:

Todavia novamente repetiremos que apesar do autor não ter podido preencher o fim, a que se dirigia, apesar da incongruência do título, a obra ainda encerra bastante importância. Ela é um verdadeiro repertório de tudo que até agora se tem escrito a respeito dos climas e enfermidades brasileiras. Por isso quando mesmo outro mérito não tivesse, tornar-se-ia sempre digna de ser por todos os brasileiros lida, e por todos os práticos consultada, pela imensa cópia de fatos belos e interessantes que contém; fatos que, pela maior parte extraídos de escritos brasileiros e portugueses, muito devem concorrer para o

⁴³⁵ MB, Idem, p.67.

progresso da ciência e bem da humanidade, achando-se expostos no idioma francês, língua atual do mundo civilizado⁴³⁶.

Depois de agradecer pelas citações de Sigaud a sua própria pessoa, Maia se diz persuadido de que dr. Sigaud “cumpriu fielmente a tarefa do historiador, narrando tudo quanto viu, ouviu e leu”, notando “o bom gosto com que é escrita, a variada instrução, que a enriquecem a imparcialidade que dirige a pena do autor e o torna bem aceito a toda qualidade de pessoa, quer da classe médica, quer de outra classe da sociedade”⁴³⁷. Na sequência, Silva Maia citou a existência de fatos novos relatados por Sigaud. Entre eles, cinco casos de febre amarela, que segundo o crítico não existiria no Brasil. Justificando sua boa impressão da obra e de Sigaud, diz que involuntariamente teria exclamado, ao ler a obra:

Ao menos este honrado francês é grato ao país que lhe tem dado amigos, honras e estima devidas ao seu merecimento. Se acaso não correspondeu plenamente ao seu objeto pelas razões que apontamos, não obstante, deixa ver que muito se esmerou para obrar conscienciosamente, expondo com fidelidade tudo quanto sabia e até agora tem escrito sobre a matéria.⁴³⁸

Depois de anotar alguns erros de grafia de localidades, imprecisões em nomes de médicos e de local de formação de José Lino Coutinho, Maia volta a elogiar a obra de Sigaud, com uma citação de Horácio, o lírico de Augusto: “ubi plura nitent... non ego paucis offendar maculis”⁴³⁹. Terminando suas reflexões, volta a elogiar Sigaud, por suas luzes, sua educação, seu amor à verdade, por se mostrar digno da estima dos Brasileiros. Cita por fim de forma sucinta o sumário da obra e afirma que nos próximos números de *Minerva Brasiliense* publicará alguns trechos mais importantes de *Du climat et des maladies du Brésil*.

⁴³⁶ MB, Idem.

⁴³⁷ MB, Idem.

⁴³⁸ MB, idem, p.68.

⁴³⁹ A frase completa seria “ubi plura nitent in carmine non ego paucis offendar maculis”, que significa “onde muitas coisas brilham em um poema, não estou ofendido com algumas manchas”. Quintus Horatius Flaccus. *Epistula ad Pisones (Ars Poetica)*, 351-352. < [http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/-065_-008,_Horatius_Flaccus,_Quintus,_Epistola_ad_Pisones_\(Ars_Poetica\),_LT.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/-065_-008,_Horatius_Flaccus,_Quintus,_Epistola_ad_Pisones_(Ars_Poetica),_LT.pdf)>

No mês de março de 1845, o diretor e primeiro redator do *Archivo Médico Brasileiro*, o dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa começou a traduzir a parte intitulada “Febres Intermitentes”, da obra de Sigaud⁴⁴⁰. Na mesma edição, o redator traduziu carta em francês do doutor Theodoro Miguel Vilardebo sobre a busca do cowpox em diversos lugares do mundo. Na missiva, Vilardebo citava *Du climat et des maladies du Brésil*, afirmando ser obra excelente e que segundo a mesma, se deveria procurar o cowpox nas províncias de São Paulo e do Rio Grande de São Pedro. No entanto, o mesmo teria garantido que até aquele momento as pesquisas teriam sido em vão⁴⁴¹. Na edição seguinte, Ferreira Lapa continuaria publicando sua tradução das partes sobre Febres intermitentes, Febre Tifoide e Febre Amarela da obra de Sigaud⁴⁴². Vemos aqui, que a obra de Sigaud tinha uma recepção no Brasil, era traduzida, criticada e utilizada.

Em maio de 1845, J. M. de Noronha Feital publicaria outra resenha da obra, na seção Bibliografia do *Archivo Médico Brasileiro*. Intitulada “Notícias sobre a obra do Sr. Dr. J. F. X. Sigaud”, Noronha Feital produz uma apreciação tanto da obra de Sigaud, quanto das reflexões de Silva Maia⁴⁴³.

Inicialmente, Noronha Feital esclarece que a obra de Sigaud tem um vasto plano, abrangendo os mais diversos assuntos ligados à medicina. Cita as partes da obra e confirma afirmação do autor de que a obra seria “nova e ousada”. Passando a avaliar a posição de Silva Maia sobre o livro, faz longa citação da quinta edição da *Minerva Brasiliense*, para logo após demarcar sua opinião frente à percepção do primeiro crítico da obra.

Para Feital, mesmo que a obra seja encarada como um repositório de conhecimentos ela teria mérito. Primeiramente, pois uniria muitos conhecimentos espalhados em escritos nacionais e estrangeiros. Em segundo lugar, pois mostraria à Europa que os brasileiros não são tão ignorantes como estes queriam supor. E que, embora, de algum modo bisonho, sempre se tem produzido no país. Afirma, contudo, que, sendo uma obra feita por um humano, sempre haverá falhas⁴⁴⁴.

⁴⁴⁰ *Archivo Médico Brasileiro*, t. 1, n. 8, mar/1845, p. 173-184.

⁴⁴¹ *Idem*, p. 194.

⁴⁴² *ArMB*, t. 1, n. 9, abr/1845, p. 204-210. Nas próximas edições, Ferreira Lapa publicaria suas traduções para as seções sobre Febres Intermitentes (números 8, 9 e 10), Febre Tifóide e Febre Amarela (números 10 e 12).

⁴⁴³ *ArMB*, t. 1, n. 10, mai/1845, p. 242-244. Esta mesma resenha seria publicada novamente, a pedido, no periódico *O Brasil* (vol. XI, n. 1468), de 09/08/1849, com o título “A obra do sr. Dr. J. F. X. Sigaud, pelo dr. J. M. de N. Feital”, demonstrando a necessidade de manter vivas as críticas ao livro de Sigaud em 1849.

⁴⁴⁴ *ArMB*, *idem*, p. 242.

Discordando de Silva Maia, Feital afirma que Sigaud não tinha feito um “verdadeiro repositório de tudo o que se tem escrito a respeito dos climas e enfermidades brasileiras”, pois, segundo seus próprios conhecimentos tinha se escrito mais sobre Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e outras províncias do que o descrito pelo médico francês. Noronha Feital critica Sigaud por produzir e publicar sua obra em francês, pois já haveria muitos estudos na literatura médica francesa, enquanto, no Brasil, estes seriam escassos⁴⁴⁵. Para este crítico, se era a intenção de Sigaud ser útil ao Brasil e reconhecer o país que o hospedou, deveria publicar em português, “não só porque chegaria às pessoas de pequena instrução, mas ainda porque o nosso povo sendo muito ávido de escritos médicos em breve esgotar-lhe-ia a edição”. Para confirmar sua hipótese, cita a edição em português da obra de Chernoviz⁴⁴⁶.

Passando a análise do texto de Sigaud propriamente dito, Noronha Feital considera a primeira parte – Climatologia – como a melhor produzida. A segunda parte, que trata da Geografia Médica, segundo Feital, seria grande e genérica demais. Considerando que havia um capítulo específico para moléstias, o crítico afirma que não seria necessário o trato de inúmeras doenças naquele ponto do texto. A terceira seção, sobre as epidemias e moléstias, seria obra de um hábil professor da matéria. Contudo, não concorda com a definição dada por Sigaud de que a sífilis, o bicho dos pés, as lombrigas e a tênia fossem enquadradas em “moléstias gerais e especiais”. Feital define “moléstias gerais” como “as que não têm sede determinada e que parecem afetar todo o organismo, ou as que atacam os climas e países”, enquanto “moléstias especiais” seriam “as que têm um caráter particular, ou finalmente as que só vêm em certos e determinados países”⁴⁴⁷.

Para a quarta parte, Noronha Feital não julga conveniente o nome de “Estatística Médica”, pois nesta seção estariam compreendidas matérias que melhor estariam em outras partes ou que poderiam ser tratadas isoladamente “e não de promiscuidade heterogênea sob um título geral”. Sobre o assunto, o crítico define:

Que a estatística médica abrangesse a população e suas raças, longevidade e mortalidade, a legislação e estabelecimentos científicos e de caridade, bem; mas que depois destes venham as águas minerais, a farmácia e a matéria médica, e logo imediata a instituição vacínica, estatística cirúrgica; sendo seu seguimento os cemitérios e

⁴⁴⁵ ArMB, idem, p.242.

⁴⁴⁶ ArMB, idem, p.243.

⁴⁴⁷ Idem.

sepulturas, a biografia e bibliografia médica, é o que não podemos admitir: a transição é terrível; são à maneira de cunhas de diversas madeiras deixando ao claro o embutido; destroem o nexos, e o todo apresenta-se de peças truncadas⁴⁴⁸.

Aqui, Noronha Feital buscou definir o que poderia ser matéria de uma “estatística médica” e o que transformaria o empreendimento em um objeto heterogêneo e equivocado. Os assuntos da população, da mortalidade, da legislação e da listagem dos estabelecimentos se encaixariam bem no conceito para Feital. Enquanto todo o restante sobraria no capítulo, fazendo uma demarcação entre o que poderia ser ou não “estatística médica”.

Após a crítica, Noronha Feital contemporiza, afirmando que não estavam “deslouvando” o autor, nem “desconceituando” a obra, pois não teria nem autoridade, nem força para isto. Ao contrário, passa a elogiar a obra, por abrir o caminho de outros escritores que queiram se dedicar ao assunto. A aprovação também recai sobre os artigos “belos e perfeitamente acabados” sobre as febres intermitentes, o tifo, as moléstias do pulmão, coração e fígado. Segundo Feital,

a obra toda é em geral (...) bem trabalhada; quase todas as nossas moléstias mais ou menos descritas; a maior parte de nossas observações apreciadas; nossos práticos tratados com deferência e citados a cada página: tudo é motivo de estima e reconhecimento⁴⁴⁹.

Contudo, apesar de considerar a obra toda como bem trabalhada, afirma:

Mas não vão estas considerações, nem a autoridade de pessoa tão respeitável acobertar certas falhas; apontemo-las para que se expurgue delas, e outros se livrem: façamos ver alguns defeitos alheios que deixando-os passar deu-lhes uma sanção que não mereciam⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ ArMB, idem, p.243.

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Idem.

Assim, o resenhista passa a enumerar diversos esquecimentos e enganos de Sigaud, como, por exemplo, a epidemia de gripe de 1844, o nome e a obra de dezenas de médicos brasileiros em áreas consideradas importantes por Feital, a opilação tratada como hipoemia intratropical quando na Europa é conhecida como anemia dos mineiros, erros de descrição de doenças, trocas de nome entre outras falhas.

Tratando da parte sobre a “estatística cirúrgica” afirma ser neste ponto onde se nota o maior número de faltas. Dito isto, passa a citar dezenas de trabalhos de médicos brasileiros que tem se dedicado à cirurgia e produzido dados sobre sua prática médica. Quanto à biografia e à bibliografia, cita nomes e obras que mereceriam uma maior extensão ou o reconhecimento, além de mencionar erros de datação⁴⁵¹. Por fim, conclui,

Muitas outras existem ao certo especialmente publicadas nas províncias, que não chegaram ao nosso conhecimento, mas que em uma bibliografia brasileira deveriam ser apontadas. Pena mais hábil que as mencione; tome ela a análise de uma obra tão interessante, que nós extenso de mais tem sido. Ainda uma vez por todas repetimos: não somos autoridade própria, não podemos bem avaliar a obra; mas lemos, e o que vimos e pensamos francamente escrevemos⁴⁵².

Na edição de junho de 1845 do *Archivo Médico Brasileiro* seria publicada outra resenha da obra de Sigaud, desta vez, traduzida da *Gazette Médicale* e escrita por M. F. Lagos⁴⁵³. A publicação original, datada de setembro de 1844, foi a primeira resenha publicada sobre o livro de Sigaud, provavelmente. A marca de uma produção em periódico médico francês é patente, já desde as primeiras linhas, demarcando o Brasil como uma vasta extensão de terras, que se presta aos mais variados estudos climatológicos, científicos e médicos. Segundo Lagos,

De todos os países do Globo, o Brasil é por sem dúvida um dos que mais se prestam aos estudos climatológicos; pela vasta extensão de seu solo circunscrito entre dois grandes rios de uma parte, o oceano e as cordilheiras da outra, por sua situação intertropical, pela riqueza de todos os produtos dos diversos reinos naturais, por sua posição que, relativamente ao clima, o coloca no continente das duas Américas no

⁴⁵¹ ArMB, idem, p.244.

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Gaz. Médicale, t. XII, n. 39, set/1844 Apud. ArMB, t. 1, n. 11, jun/1845, p. 265-268.

mesmo lugar que na Europa ocupa a Itália; tem ele mais que qualquer outra parte do Novo Mundo despertado a atenção dos sábios da Europa que o visitaram em diversas épocas, e o fizeram conhecer sob quase todos os pontos de vista. Não obstante, o grande número de viajantes que o tem percorrido em todos os sentidos, entregando-se a análise das inumeráveis riquezas que ele encerra, restava ainda uma grande questão a esclarecer; restava determinar se um país tão favorecido de todos os dons da natureza era favorável à vida do homem chamado a gozar de tantas vantagens, ou se era tão inospitaleiro para o homem como outros países em condições pouco mais ou menos idênticas; restava conhecer que influência este solo tão fértil, possuindo o mais belo sistema de irrigação natural, gozando de um clima cujo calor constitui o elemento essencial, exerce sobre a saúde e as moléstias do homem, e sobre o desenvolvimento de suas diferentes raças⁴⁵⁴.

Para este resenhista, Sigaud preencheu esta lacuna do modo mais acertado, com acuradas indagações pessoais e crítica judiciosa das observações já colhidas sobre os diversos elementos da questão. Lagos informa que o médico francês tinha passado dezenove anos consecutivos praticando medicina no Brasil e preparando observações acerca do tema em questão. Contudo, o próprio autor reconhecia as inúmeras dificuldades do empreendimento, que não havia sido tentado mesmo em países com História muito mais longa que a brasileira. Comparando ao estudo de Annesley sobre as moléstias da Índia, afirmava ser a obra de Sigaud muito mais completa, pretendendo-se compreender “uma estatística médica completa do Brasil”, abordando os mais diversos assuntos concernentes. Antes de iniciar a análise das quatro seções da obra, o resenhista citava Sigaud, na passagem em que o próprio afirmava sua intenção inicial de recuar da empresa, intento primeiro este que foi deixado de lado, pelo interesse de ser “útil ao país que [lhe] recebeu com tão generosa hospitalidade”.⁴⁵⁵ Segundo Lagos, não era material que faltava a Sigaud, mas a principal dificuldade teria sido a leitura e crítica severa dos mais diversos materiais para conseguir classificá-los em quatro seções, como aparecem na obra.

Passando a análise mais detida de cada parte, Lagos faz uma apresentação sucinta da primeira parte, considerando serem os assuntos do clima muito mais interessantes para o naturalista do que para o médico. Relativizando “algumas relações ainda bem vagas e pouco fundadas entre certas constituições geológicas e diversas fomas mórbidas”, o crítico afirmava a imprecisão e indecisão sobre algumas questões das implicações do

⁴⁵⁴ ArMB, t. 1, n. 11, jun/1845, p. [265].

⁴⁵⁵ ArMB, idem, p. [265].

clima nas doenças. Estes eram debates aconteciam constantemente tanto no ambiente científico de diversos países da Europa quanto no Brasil. Todavia, o resenhista nota a interpretação de Sigaud a respeito da pouca variação climática do Rio de Janeiro e sua justificativa para as variações: a destruição das matas pelo crescimento da agricultura, as mudanças das condições de umidade e do solo (que seriam fruto das modificações atmosféricas daquela metade do século XIX)⁴⁵⁶. A questão do crescimento da agricultura e da mineração e dos impactos destas atividades econômicas no ambiente e no clima são assuntos indicados longamente por este crítico da obra de Sigaud na primeira parte⁴⁵⁷.

Sobre a segunda e a terceira seção, diz tratar-se de assuntos de bastante interesse e importância, citando vários temas nominalmente. Considerando impossível percorrer todas as questões tratadas, expõe, contudo, a posição do autor sobre as febres intermitentes, as febres perniciosas, as diferenças e semelhanças entre doenças dos climas quentes e temperados e a tísica. A resenha de M. F. Lagos sobre Sigaud neste ponto apenas citava e transcrevia alguns trechos selecionados da obra, sem emitir opiniões a respeito da matéria tratada.

Vale destacar, de acordo com a citação feita por Lagos, que Sigaud havia deixado de lado algumas opiniões de Broussais – que teria citado Sigaud como um zelador de sua doutrina –, pois “os fatos falaram mais alto do que a doutrina”⁴⁵⁸. Segundo Lagos, Sigaud adotava com energia uma postura semelhante a dos médicos do exército francês na Moréa e à postura de doutores do exército da Argélia e de médicos ingleses que praticam nas regiões intertropicais. Tratava-se de perceber alguma identidade entre afecções intermitentes dos países temperados e afecções agudas e contínuas dos climas quentes. Lagos ressalta aqui a postura de Sigaud:

Quanto à causa desta diferença entre moléstias idênticas, mas observadas sob influências tão diferentes, eis a que o Snr. Dr. Sigaud julga aplicável pelo menos às moléstias observadas no Brasil: segundo seu juízo existe ela no modo e tempo da incubação. Na Europa, influenciando os miasmas sobre indivíduos em geral robustos, a incubação é longa, e daí resultam febres puramente intermitentes; no Brasil, onde os indivíduos, em consequência dos calores permanentes, se debilitam e conservam uma menos soma de forças físicas, a incubação é mais curta e dá lugar a uma febre remitente

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Idem, p. 266.

⁴⁵⁸ Idem.

ou contínua sempre grave. Existe ainda uma saturação de miasmas sobre cada um dos indivíduos, que se regula segundo o lugar de habitação e hábito higiênico⁴⁵⁹.

Aqui Lagos afirmava uma postura de Sigaud frente à doutrina de um dos mais importantes médicos franceses da época, confirmando semelhanças entre as doenças de diversas partes do mundo e justificando as diferenças encontradas. Outra questão nova, segundo o crítico, que a pareceria na obra do médico francês, seria a presença da tísica no Brasil. Acreditava-se na época que a tuberculose seria uma doença própria dos climas frios e temperados não atingindo o Brasil. Para o resenhista, a contagem dos casos de tísicos no Brasil feita por Sigaud demonstrava o erro da crença médica até aquele momento. A mudança de ambiente para a cura dos tísicos também foi ressaltada como uma forma de tentativa de cura da moléstia, embora nem sempre eficaz.

Quanto à análise da quarta parte, intitulada “estatística médica”, o crítico primeiramente listava os pontos tratados por Sigaud na seção, para logo após se esquivar de comentários, afirmando ser tudo interessante, especialmente os trechos sobre águas minerais, matéria médica do Brasil, medicamentos enérgicos, estatística cirúrgica, biografias dos médicos, cirurgiões e naturalistas e catálogo de obras de medicina cirurgia e história natural. Para ao final concluir:

Não é possível reunir maior número de documentos sobre um país do que conseguiu o Snr. Dr. Sigaud, que destarte se fez credor não só da estima dos brasileiros, aos quais revelou imensas riquezas e verdades que eles ignoravam, mas ainda dos médicos da Europa, comunicando-lhes alguns dos mistérios da patologia tropical, e acrescentando mais uma boa obra às que já possuímos sobre as moléstias dos climas quentes, entre as quais distinguem-se as dos Snrs. Thévenot e Levancher, e algumas outras redigidas debaixo da tenda por membros de nossa medicina militar d’Algéria. – Todas estas obras não fizeram sem dúvida ainda mais do que abrir o caminho para assim dizer; mas este é para nós cunho das obras verdadeiramente científicas. O homem de espírito acanhado, ou que só é movido por interesse mesquinho, nada vê além de suas próprias ideias o que não acontece ao verdadeiro sábio, para quem cada descoberta nova, cada progresso real somente serve para engrandecer a seus olhos e dos outros o horizonte já tão vasto da ciência⁴⁶⁰.

⁴⁵⁹ ArMB, idem, p. 267.

⁴⁶⁰ ArMB, idem, p. 268.

Assim, M. F. Lagos terminava sua apreciação da obra de Sigaud, enaltecendo sua abrangência, afirmando que os brasileiros ignoravam muitas matérias tratadas pelo autor e que era mais uma importante contribuição para a bibliografia francesa sobre as moléstias dos climas quentes. Ao contrário dos dois primeiros resenhistas analisados, que procuravam ver pontos positivos e negativos na obra de Sigaud, a partir de uma perspectiva brasileira, Lagos considerava a notícia bibliográfica apenas como uma forma de divulgação de pontos que considerava relevantes na obra. Não obstante, a publicação das três resenhas no Brasil mostram leituras diversas da obra.

Nos meses de março e abril de 1845, o jornal O Mercantil, da Bahia publicaria anúncios da obra de Sigaud, dando destaque, pelo tamanho da fonte e disposição das palavras como se segue:

Na livraria de Carlos Poggetti à rua nova do Comércio, se acha à venda a obra intitulada

DU CLIMAT
ET DES
MALADIES DU BRÉSIL
OU
STATISTIQUE MÉDICALE DE CET EMPIRE,
POR
J. F. X. Sigaud, D. M.

Medecin de S. M. l'Empereur Dom Pedro II, membro titulaire de l'academie de
médecine, etc. etc.

1 vol. In 4. Encadernado, Paris 1844: Preço 8\$000 rs.⁴⁶¹

Na edição 16 de maio de 1845 de O Mercantil, da Bahia, a obra de Sigaud foi utilizada como forma de obter a biografia de Lino Coutinho, que na época sofria com calúnias segundo O Mercantil. Aqui, a citação serve para colocar o conselheiro como um homem respeitável e honrado no Brasil e no Exterior. O autor do texto aproveita para corrigir informações da biografia feita por Sigaud⁴⁶². Dois anos mais tarde, a obra voltaria a aparecer em anúncio, desta vez com menor destaque, no Diário do Rio de Janeiro:

⁴⁶¹ O Mercantil, a. 2, n. 70, 29/mar/1845, p.3; O Mercantil, a. 2, n. 73, 02/abr/1845, p.4; O Mercantil, a. 2, n. 74, 03/abr/1845, p.4.

⁴⁶² O Mercantil, a. 2, n. 109, 16/mai/1845, p. 2.

Livros à Venda

Vende-se em casa dos livreiros Firmin Didot irmãos, rua da Quitanda, n. 97, ao canto da rua do Hospício, a obra em Francez – du Climat et des maladies du Brésil, 1 v. in-8º : preço 8\$ rs.⁴⁶³

Em agosto do mesmo ano, Roberto Haddock Lobo, naquele momento Redator Chefe dos *Annaes de Medicina Brasiliense*, publicaria uma nota na seção Notícias Diversas, afirmando que o Governo Imperial tinha comprado 18 exemplares da obra para remeter ao arquivo das Secretarias dos Governos das Províncias⁴⁶⁴. Na Edição de 3 de Março de 1848 de *Diário Novo (Recife)*, o Conselho Geral de Salubridade Pública de Pernambuco publicou um relatório opinando sobre a possível cura de lepra tuberculosa do enfermo José de Sousa Gomes. Neste texto é citada uma observação de sintomas e reações tendo como referência a página 392 do livro de Sigaud⁴⁶⁵.

Neste diversos anúncios, citações e notícias sobre a obra, podemos verificar que durante a década de 1840 *Du climat e et des maladies du Brésil* foi divulgado em diversas localidades do país, especialmente nas principais cidades do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Vemos também que o Governo Imperial buscava divulgar a obra entre as administrações provinciais, enviando-lhes exemplares. Por fim, a conclusão a que posso chegar é que a obra de Sigaud e o próprio autor da obra eram valorizados no ambiente intelectual brasileiro, mesmo sendo criticado ora por publicar em francês, ora por não citar vários médicos brasileiros conhecidos do resenhista, em outros momentos por falhas próprias de uma obra finita. Prova da importância de Sigaud na Academia Imperial de Medicina estava, inclusive, na sua eleição para presidente da seção médica e consequentemente vice-presidente da AIM em 26 de março de 1846⁴⁶⁶.

Na década seguinte, o literato e político José de Alencar utilizaria uma citação de *Do Clima e das Doenças do Brasil*, de Sigaud, na nota 3 de *O Guarani* publicado em 1857, para justificar a escolha do curare como um poderoso veneno indígena utilizado por Peri contra seus inimigos aimorés e contra si próprio em sacrifício. Uma obra

⁴⁶³ DRJ, ano XXVI, n. 7428, 13/fev/1847, p.3. DRJ, ano XXVI, n. 7429, 15/fev/1847, p. 3.

⁴⁶⁴ O Governo deu ordem para se comprar ao Sr. Dr. Sigaud 18 exemplares de sua obra intitulada – Des maladies e du climat du Bresil – afim de se remeterem ao arquivo das Secretarias dos Governos Provinciais. *Annaes de Medicina Brasiliense*, a. 3, v. 3, n. 2, ago/1847, p. 48.

⁴⁶⁵ *Diário Novo*, a. VII, n. 50, 03/mar/1848, p.2.

⁴⁶⁶ AIM. Ata da sessão de 26 de março de 1846. In.: *Annaes de Medicina Brasiliense*, n. 11, v. 1, p.428.

científica seria, assim, relida pela literatura romântica indigenista, como forma de fortalecimento da veracidade do argumento de José de Alencar⁴⁶⁷.

⁴⁶⁷ ALENCAR, José de. O Guarani. S/l: Ciranda Cultural Editora, 2017. Disponível em <https://books.google.com.br/books?isbn=853807136X>, Acesso em 21/06/2017. A citação de Sigaud na nota 3 é o último parágrafo da página 296, da edição brasileira de Do clima e das doenças do Brasil.

CAPÍTULO IV

Entre vitórias e derrotas: estatísticas do Rio de Janeiro,
epidemia de febre amarela e censo de 1852 (1849- 1852)

O final da década de 1840 marcou um período de inflexão na História do Brasil. Em 1847, o imperador criava o cargo de presidente do conselho de ministros. Desenhava-se um novo arranjo político no Estado Brasileiro, caminhando para o gabinete de conciliação de 1851. Nessa nova configuração administrativa, se consolidaria a forma conservadora de governar. O conservadorismo brasileiro desses anos proporia mais uma vez a centralização política com novas instituições centralizadas e modernas. Contudo, novos desafios se colocariam no caminho das elites brasileiras, especialmente das elites médicas. Uma grande epidemia de febre amarela grassaria nesse período, colocando mais uma barreira no controle das doenças pela classe médica daquele período.

Neste capítulo da tese, analisarei essa virada de década, sob o signo ambiguidade. De um lado o otimismo médico, com as estatísticas do Rio de Janeiro sendo produzidas por um médico e o crescimento do discurso em prol das estatísticas e da organização centralizada do Estado. De outro, o pessimismo próprio dos períodos de grandes epidemias, acrescido da resistência e frustração do censo de 1852. Ao mesmo tempo em que as elites políticas e as elites médicas enunciavam a necessidade do progresso e a construção deste caminhar das luzes, a realidade material do Brasil se colocava em direção oposta, impondo novos obstáculos.



A virada para a década de 1850 e o domínio conservador

Em 20 de julho de 1847, o imperador d. Pedro II assinava o decreto n. 523, criando o cargo de presidente do conselho de ministros. Essa era uma antiga reivindicação liberal, que pretendia dar mais poder ao parlamento, ao ministério e à descentralização administrativa e enfraquecer o poder moderador. Contudo, o cargo seria ocupado por pessoa indicada diretamente pelo imperador, frustrando as intenções liberais. Além disso, a falta de um regulamento que definisse regras, poderes e limites para essa posição política dava margem para a negociação política e para a indefinição da função. Isso fortalecia a posição hegemônica dos conservadores, impedindo os liberais de

estabelecerem regras claras de cerceamento do poder imperial⁴⁶⁸. Esse foi o fim do quinquênio liberal (1844-1848). A partir do ano de 1848, os conservadores voltariam ao poder, controlando os gabinetes ministeriais na próxima década⁴⁶⁹.

Para a organização das instituições, esse predomínio significava a adoção de medidas centralizadoras e a formação de instituições centralizadas na capital do Império. Por exemplo, nessa conjuntura, sob os auspícios do Imperador, foi inaugurado o Hospício de Pedro II. No campo das estatísticas, seria o prenúncio da tentativa de aplicação de contagens populacionais e do registro civil. No caso do censo, a contagem da população do Rio de Janeiro seria realizada com sucesso, em 1849 por Haddock Lobo, mas o censo geral do Império de 1852 não seria realizado, devido à revolta contra a lei do registro civil.

Nesses anos, as finanças do Império melhoravam, com o superávit das contas e a diminuição do endividamento. No quinquênio 1846-1850, as receitas estariam seriam de 26.584.486 mil réis, enquanto as despesas foram de 26.459.401 mil réis. No quinquênio posterior, o endividamento ficaria em níveis controlados. As contas só ficariam em déficit novamente no período da Guerra do Paraguai (1864-1870)⁴⁷⁰. Diante da possibilidade de novos gastos e da existência de verba para a formação e organização dos mecanismos político e administrativo, foi possível levar à frente a intenção de centralização.

Não obstante, as tensões entre conservadores e liberais se faziam sentir em 1848. No ministério, domínio conservador; na Câmara dos Deputados, maioria liberal. O novo ministério não vai até a Câmara apresentar um projeto político para o país. Teófilo Otoni, um dos principais líderes liberais da época, denuncia inutilmente na Câmara a derrubada do gabinete liberal como uma manobra palaciana. Seu irmão, Cristiano Otoni se pronuncia com queixas que ressaltam a tensão:

Que havendo-se organizado o ministério atual em o dia 29 do mês passado [setembro], e havendo tratado com evidente menosprezo a representação nacional, deixando de comparecer nesta Câmara para explicar seu programa político, apesar de ter sido expressamente convidado por duas vezes; a Câmara passa à ordem do dia, retirando

⁴⁶⁸ BARBOSA, Silvana M. O Conselho de ministros do Império do Brasil. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 52-62, 2007.

⁴⁶⁹ HOLANDA, Sérgio B. "Vida Política, 1848/1868". In.: _____ (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. II. O Brasil Monárquico. 3. Reações e Transações. SP: Difel, 1985, p. 9-112.

⁴⁷⁰ CARVALHO, 2010, p. 425.

os convites não aceitos, protestando altamente contra a desconsideração com que é tratada, e contra tão deplorável infração dos princípios da Constituição⁴⁷¹

A retirada dos convites é aceita pelo parlamento, por 62 votos a favor e 25 contrários. Em outubro de 1848, o Ministro do Império adia o início dos trabalhos da Câmara para abril de 1849. Não obstante, um decreto em 19 de fevereiro de 1849 dissolveria a Câmara dos Deputados, deflagrando de vez a crise entre Ministério e Parlamento. Juntavam-se a esta crise política as tensões da rebelião praieira de Recife e as notícias de diversas revoluções na Europa⁴⁷².

A rebelião começou em Recife no dia 7 de novembro de 1848, sendo esmagada em fevereiro de 1849. A derrota praieira marcou o processo de consolidação conservadora do Império e a vitória das pretensões centralizadoras. Foi uma revolta liberal bastante heterogênea em seus segmentos sociais, tendo desde artesãos e outros trabalhadores urbanos até membros da elite liberal local. No caso das camadas pobres, refletia o descontentamento popular contra a escravidão de um lado e o desemprego de outro. No caso da elite de comerciantes, seus objetivos estavam relacionados à bandeira histórica dos liberais de nacionalização do comércio a retalho [a varejo]. Nesse bojo, tanto o povo pobre quanto os parlamentares pegaram em armas, até mesmo esquecendo disputas locais entre liberais moderados e radicais ou entre camponeses pobres e proprietários de terras⁴⁷³.

O principal documento reivindicatório, com o título de Manifesto ao Mundo, saiu da pena de Borges da Fonseca em 1º de janeiro de 1849. Segundo Fonseca,

O Partido Liberal por muito tempo esteve no silêncio, deixando as facções se dilacerarem, mas o dia 7 de novembro do ano que se findou foi o predestinado por Deus para se ele apresentar.

Todo mundo sabe que o ministério de 29 de setembro pertence à seita absolutista, e tão frenéticos estão os seus membros, que resolveram logo conquistar o

⁴⁷¹ Apud HOLANDA, 1985, p. 13.

⁴⁷² Sendo esmagada em fevereiro de 1849. O motim não tinha intenção de seguir os princípios das revoluções liberais-democráticas europeias do mesmo ano, mas tinha objetivos políticos, sociais e econômicos localizados. A derrota praieira marcou o processo de consolidação conservadora do Império e a vitória das pretensões centralizadoras.

⁴⁷³ CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. A Rebelião Praieira. In.: DANTAS, Monica (orgs.) Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. SP: Alameda, 2011, p. 358-360.

país, como uma reação aos movimentos progressistas da Europa, que têm aniquilado os tiranos, e realizado a promessa do todo poderoso de depor os reis dos seus tronos, e exaltar os povos⁴⁷⁴.

Assim, os revoltosos praieiros buscavam fazer uma ligação entre os movimentos e revoluções europeias do ano de 1848 e o desejo dos conservadores de reforçar seu poder e o poder moderador de d. Pedro II. Naquele ano, a república foi proclamada na França em 24 de fevereiro; em março a revolução havia tomado conta do sudoeste alemão, da Bavária, de Berlim, de Viena e da Hungria; no mesmo mês uma revolta independente tinha tomado Milão e a Sicília. Eram revoluções nacionalistas, em alguns casos republicanas liberais, e outros casos revoluções populares. Contudo, apesar da abrangência tomando várias partes do ocidente, estas revoluções 18 meses depois – com exceção da francesa – tinham sido derrotadas. E sua derrota causava mais um regresso conservador no ambiente político ocidental, de forma mais geral⁴⁷⁵. Com esta conexão, os praieiros afirmavam,

Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia deve realizar os seguintes princípios:

- 1º) O voto livre e universal do povo brasileiro;
- 2º) a plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa;
- 3º) o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro;
- 4º) O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros;
- 5º) a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos;
- 6º) a extinção do Poder Moderador, e do direito de agraciar;
- 7º) o elemento federal na nova organização;
- 8º) completa reforma do Poder Judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos;
- 9º) extinção da lei do juro convencional;
- 10º) extinção do atual sistema de recrutamento⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ FONSECA, Antonio Borges da; etal. “Manifesto ao Mundo” dos chefes militares praieiros. In.: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. Textos Políticos da História do Brasil, Volume II – Imperio, Segundo Reunado (1840-1889). Brasília: Senado Federal, 2002, p. 195.

⁴⁷⁵ HOBBSBAWN, Eric. A Era do Capital (1848-1875). SP: Paz e Terra, 2011, p. 32-33.

⁴⁷⁶ FONSECA etal, 2002 [1849], p. 196.

Demonstrava-se assim, a intenção liberal pelo voto universal, pela defesa das liberdades, pelo federalismo, pelos direitos individuais, pela divisão e independência entre os poderes e pelo fim do poder moderador. Além disso, apoiava as causas dos elementos mais populares como o controle dos juro, a nacionalização do comércio a retalho e a extinção do sistema de recrutamento. Contudo, assim como no caso das revoluções europeias, a iniciativa pernambucana seria esmagada mais depressa do que a europeia. Não obstante, estava marcada a defesa dos direitos individuais dos cidadãos e do federalismo como organização política descentralizada.

Com o controle da rebelião praieira, os conservadores e o Imperador garantiriam a consolidação do projeto centralizador levado a cabo pelos saquaremas. Representou sobre tudo uma demonstração de força do imperador adulto⁴⁷⁷. Diversas iniciativas reguladoras foram organizadas nesse momento: o fim do tráfico transatlântico de escravos, a lei de terras, a regulamentação da carreira diplomática, a reforma judiciária. Era um momento para o controle político conservador⁴⁷⁸. Surgiriam novos políticos no partido conservador, defensores de uma modernização e de uma governança mais profissionalizada, condenando o mandonismo e o clientelismo, mas construindo redes de sociabilidade com práticas de indicações e favores políticos e pessoais⁴⁷⁹.

Entre essas novas lideranças, a historiadora Gizlene Neder ressaltou José Thomas Nabuco de Araújo, José Maria da Silva Paranhos (futuro Visconde do Rio Branco) e Francisco Ignácio de Carvalho Moreira (futuro Barão de Penedo), procurando demonstrar que estes atores políticos e sociais renovaram as perspectivas do partido conservador daquele momento histórico, garantindo seu projeto político nas próximas duas décadas⁴⁸⁰. Segundo a autora, a liderança experiente do conservador Eusébio de Queiroz procurou estabelecer estes homens novos em postos chaves do Império. Nabuco de Araújo seria colocado no trato das políticas internas, Carvalho Moreira seria direcionado para as políticas externas, enquanto José Maria Paranhos, por suas qualidades políticas seria posto tanto nas políticas internas quanto externas⁴⁸¹.

⁴⁷⁷ CARVALHO; CÂMARA, 2011, pp. 384.

⁴⁷⁸ NEDER, Gizlene. As reformas políticas dos homens novos. Brasil Império: 1830-1889. RJ: Revan, 2016, p. 106.

⁴⁷⁹ NEDER, 2016, p. 97-98.

⁴⁸⁰ Idem, pp. 10-16.

⁴⁸¹ Idem, p. 11.

Em comum, os três tinham o fato de que eram nascidos nas províncias do norte e tinham feito carreira política e organizado redes de sociabilidade com as províncias do sul. Assim, tinham bom trânsito político em diversas regiões. Somava-se a isso a influência de Eusébio de Queiroz e dos maçons conservadores que congregavam e articulavam jovens políticos⁴⁸². Enquanto a estratégia das velhas lideranças do partido conservador era de articular projetos isolados de reformas jurídicas e institucionais e ir aprovando-os aos poucos, os “homens novos” do partido conservador buscavam construir uma soberania baseada no monopólio decisório. Essa nova forma de articulação e de ação política conservadora engendrou modificações importantes na organização estatal, ensejando a centralização política conservadora⁴⁸³.

O novo marco constitucionalista, proposto pela criação do cargo de presidente do conselho de ministros, tornava possível o domínio conservador em um momento em que os ânimos estavam acirrados. Juntava-se a isso a pressão inglesa pelo fim do tráfico transatlântico de escravos – desde a promulgação do Bill Aberdeen em 1845, tornando os navios negreiros semelhantes aos piratas – e as pressões liberais pela descentralização e pela diminuição dos poderes do imperador. Segundo Chalhoub, apesar da lei de proibição do tráfico de africanos de 7 de novembro de 1831, mais de 750 mil africanos entraram no país ilegalmente nas décadas de 1830 e 1840, principalmente pelo Rio de Janeiro. A polícia do Rio de Janeiro, na maior parte desse período, era chefiada pelo líder conservador Eusébio de Queiroz⁴⁸⁴. Depois de deixar a chefia de polícia, Queiroz assumiria, mais tarde, o ministério da Justiça, entre 1848 e 1852, assegurando durante essa passagem de década o controle de questões políticas fundamentais⁴⁸⁵.

Nesse período, Eusébio de Queiroz, além de afiançar seus homens novos, combateu capoeiras, perseguiu mendigos e vadios, criou a imagem de um bom administrador, organizou a estrutura estatal de polícia, colocando em prática novas rotinas e modos de ação e vigilância. Mesmo fazendo essa administração exaltada por muitos, desconheceu a presença constante de africanos contrabandeados que chegavam pelos portos e andavam aos montes pela cidade do Rio. Segundo a doutrina policial euzebiana,

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem, p. 12-13.

⁴⁸⁴ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. SP: Cia das Letras, 2012, p. 45.

⁴⁸⁵ CHALHOUB, 2012, p. 107.

o ônus da prova de liberdade cabia ao negro e como os escravos não tinham documentos eles não eram considerados livres⁴⁸⁶.

Voltando àquele fatídico setembro de 1848, marcado pela derrocada dos liberais, o gabinete liberal tinha reapresentado surpreendentemente um projeto de repressão ao tráfico, originalmente de 1837. A discussão duraria todo o mês, terminando com a queda – como já vimos – do gabinete ao final desse mês. As questões políticas e as disputas entre liberais e conservadores, como se pode perceber estavam postas num grande emaranhado de problemáticas que relacionavam diversos aspectos da vida social, política e econômica do país⁴⁸⁷.

Ainda segundo Chalhoub, a mudança de opinião da elite de forma geral que possibilitou a promulgação da lei que determinou finalmente a cessação do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas teve como origens principais o receio de que o crescimento da população africana resultasse em mais insurreições, a ideia de que a epidemia de febre amarela de 1850 tinha sido causada pela importação de muitos negros da África, o fortalecimento do governo saquarema depois do fim da disputa com os liberais e, por fim, a pressão inglesa que aumentava no ano de 1850. Cabe ressaltar que, de acordo com o historiador, não teria sido produzida nenhuma documentação ou rotina nova para coibir o comércio de escravizados. Apenas Eusébio de Queiroz era o mais qualificado, como ex-chefe de polícia e ministro da justiça, para utilizar uma documentação já existente e processos criados em sua própria gestão para agir com poder de polícia e vigilância contra os traficantes de africanos⁴⁸⁸.

Nesse período, após 1848, havia espaço para a tentativa de construção de estatísticas centralizadas. Nesse intuito, Eusébio de Queiroz colocou Haddock Lobo como produtor das estatísticas populacionais do Rio de Janeiro e Monte Alegre – presidente do conselho de ministros e ministro dos negócios do Império – tentaria promover o censo geral do Brasil.

~~~~~

---

<sup>486</sup> Idem, p. 107-108.

<sup>487</sup> Idem, p. 110.

<sup>488</sup> Idem, pp. 127-128.

**Dr. Haddock Lobo, médico responsável pelas estatísticas populacionais do Rio de Janeiro de 1849**

Em fevereiro de 1849, o ministro da Justiça do Império, Eusébio de Queiroz Matoso Câmara, pôs Haddock Lobo como diretor do recenseamento da cidade do Rio de Janeiro. Eusébio de Queiroz havia ocupado o cargo de chefe de polícia do Rio de Janeiro entre 1833 e 1844 e conhecia bem a situação dos dados estatísticos sobre a região<sup>489</sup>. Embora não tivesse trabalhado diretamente com Lobo na instituição policial do Rio de Janeiro – Queiroz saiu da chefia de polícia em 1844 enquanto Lobo iniciou seu fazer estatístico alcançando cargos na instituição em 1845 –, possivelmente o ministro da Justiça conhecia o seu trabalho estatístico na polícia e na produção dos necrológios. Desta forma, Roberto Jorge Haddock Lobo fazia parte das redes de sociabilidade de Euzébio de Queiroz. Além disso, tinha se notabilizado como produtor das estatísticas médico-mortuárias do Rio de Janeiro. Isto colocava o médico como a pessoa indicada por Euzébio de Queiroz para organizar as estatísticas do Rio de Janeiro.

No texto introdutório ao recenseamento, Haddock Lobo colocou a seguinte epígrafe de Moreau de Jonnés, um conhecido estatístico francês:

L'absence de ce moyen de gouvernement (a estatística) caracterise l'ignorance et la barbarie d'une époque, d'un pays, ou d'une administration.

(Moreau de Jonnés. Elem. de Statistique) [sic]<sup>490</sup>

Com uma chamada impactante, Lobo pretendia mostrar a importância da prática estatística. Sobretudo, asseverava a luta das luzes do conhecimento contra a ignorância e a barbárie. Iniciando seu texto com “considerações gerais sobre a utilidade da estatística” afirmava ser incontestável o fato de que a estatística era a ciência praticada com o menor

---

<sup>489</sup> HOLLOWAY, Thomas. Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849. Prefácio ao escrito de Haddock Lobo intitulado “Texto introdutório do recenseamento do Rio de Janeiro de 1849”, (...) reproduzido, juntamente com os dados estatísticos pertinentes, logo após o prefácio elaborado por Holloway. Boletim de História Demográfica, ano XV, n. 50, julho de 2008, p. 1-2. Disponível em: [http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm).

<sup>490</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850]. Transcrição feita para o prefácio de Thomas Holloway publicado na Revista de História Demográfica. Em uma tradução livre, “A ausência deste meio de governo (a estatística) caracteriza a ignorância e a barbárie de uma época, de um país, ou de uma administração (Moreau de Jonnés. Elementos de Estatística)” (tradução minha).

esmero no Brasil. Colocava essa ao lado da História e da Geografia, como uma ciência fundamental para o “conhecimento profundo e real da sociedade”, a partir dos “fatos sociais representados por termos numéricos”. Para Lobo, enquanto a História apenas reuniria os fatos presentes e passados e a Geografia se ocuparia da descrição dos lugares, a Estatística levaria “sua esfera de ação até a vida íntima e civil, com o fim de descobrir todos os elementos misteriosos da economia da sociedade”. A Estatística analisaria as sociedades calculando, enquanto a História e a Geografia descreveriam e dissertariam<sup>491</sup>.

A visão de Haddock Lobo, portanto, era tributária do estatístico francês Moreau de Jonnés. De acordo com Nelson Senra, Moreau de Jonnés inspirou diversas corografias do Brasil imperial. Para o historiador das estatísticas, a estrutura da formulação dos dados estatísticos de Jonnés teria influenciado direta ou implicitamente a produção dos corógrafos brasileiros, ainda que estes tivessem que fazer ajustes por falta de estatísticas<sup>492</sup>. No seu plano estatístico, seguido pelos brasileiros, as áreas estratégicas de coleta de dados deveriam ser: (1) Território; (2) População; (3) Agricultura; (4) Indústria; (5) Comércio Interior; (6) Comércio Exterior; (7) Navegação; (8) Colônias; (9) Administração Pública; (10) Finanças; (11) Forças Militares; (12) Justiça; (13) Instrução Pública<sup>493</sup>.

Alexandre Moreau de Jonnés foi um militar e alto funcionário francês, que se tornou responsável pelas estatísticas da França entre 1828 até 1851, compilando os dados ao longo dos reinados de Luís Felipe e Napoleão III. Trabalhou com estatísticas no ministério do comércio e foi designado para reunir todas as estatísticas francesas em 1833. Neste período iniciou a série de estatísticas da agricultura e da indústria de seu país, tornando-se habilitado para a produção das estatísticas gerais. Em 1840, tornou-se o primeiro diretor do escritório das estatísticas gerais da França, sendo seu diretor até 1851. Nestas funções, publicou, reuniu e desenvolveu as ciências estatísticas francesas, tornando-se uma referência para os estudos estatísticos daquele país. Seus *Elementos de Estatística*, obra citada por Haddock Lobo, foram publicados em primeira edição em 1847, tendo uma segunda edição em 1856<sup>494</sup>.

---

<sup>491</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 14. Esta comparação da Estatística com a História e com a Geografia estava presente na definição de Estatística de Moreau de Jonnés.

<sup>492</sup> SENRA, 2006, v. I, p. 220-221.

<sup>493</sup> Apud SENRA, 2006, p. 222.

<sup>494</sup> Idem, p. 221. Lacroix, Alfred. La Vie de Moreau de Jonnés. Journal de la société statistique de Paris, t. 74, 1933, p. 143-160.

Dessa forma, sabemos que o médico brasileiro teve contato com a primeira edição no máximo dois anos após seu lançamento, indicando que este médico estava a par das publicações francesas sobre estatísticas daquele momento. Para o objeto e o argumento dessa tese, cabe ressaltar que a apropriação do estatístico francês por Haddock Lobo corrobora a tese de que a tensão entre o costume de organização política luso-brasileira entrava em choque com os repertórios reapropriados de matrizes francesas.

Logo na primeira frase do livro, Moreau de Jonnès já deixava clara a sua posição sobre a definição e o objeto das estatísticas:

A estatística é a ciência dos fatos naturais, sociais e políticos expressados por números.

Tem por objeto o conhecimento profundo da Sociedade considerada em sua natureza, elementos, economia, situação e alterações.

Usa da linguagem dos algarismos, ao qual é tão essencial como as figuras para a geometria e os signos para Álgebra.

Procede constantemente por meio dos números, o que lhe dá o caráter de precisão e certeza das ciências exatas.

Os trabalhos que tomam seu nome, sem ter seu objeto nem seu idioma, não lhe pertencem, posto que estão fora das condições de sua existência. Assim que as estatísticas sem algarismos, ou cujos algarismos não expressam fatos naturais, sociais e políticos, não merecem o nome que levam. O mesmo pode dizer-se das estatísticas morais e intelectuais, porque é uma ridícula pretensão querer sujeitar ao cálculo a alma e as paixões, e computar, como se fossem unidades definidas e comparáveis, os movimentos do espírito e os fenômenos da inteligência humana<sup>495</sup>.

Vê-se assim a definição de estatística a partir da quantificação, da ideia de utilização de algarismos, de números, para expressar fatos naturais, sociais e políticos. Mas nunca para cálculos de circunstâncias morais e das questões mentais.

---

<sup>495</sup> JONNÈS, A. Moreau de. Elementos de Estadística. Principios generales de esta ciência, su clasificacion, método, operaciones, diversos grados de certidumbre, errores y progresos, com su aplicacion a la comprobacion de los hechos naturales sociales y políticos, históricos y contemporâneos. Madrid: Imprenta de Francisco Abienzo, 1857, p. 7-8. Tradução em espanhol disponível em: <http://fama2.us.es/fde/ocr/2006/elementosDeEstadistica.pdf>, acesso em 22/06/2017.

Haddock Lobo continuava seu discurso afirmando ser fundamental a Estatística não somente para toda e qualquer ciência, assim como para o Estado e mesmo para a própria vida particular de cada indivíduo. Concluindo, Haddock Lobo afirmava

A estatística é pois necessária à vida pública e particular dos povos; por quanto de seus trabalhos e investigações é que os grandes interesses do Estado se ilucidam, se avaliam, e se conhecem. Suas cifras (cujo caráter lhe imprime a precisão e certeza das ciências exatas) são os argumentos mais peremptórios, as testemunhas mais irrecusáveis que se podem produzir quer nos conselhos do Monarca, quer nos Parlamentos, quer em fim nas Academias. É por consequente uma tal ciência (diz o melhor estatístico da França) tão absolutamente necessária dos homens de Estado, como dos publicistas, aos economistas, e aos historiadores: <sup>496</sup>.

Vemos aqui, mais uma vez a relação clara que Haddock Lobo fazia entre a exatidão dos números e a construção de argumentos para as decisões políticas. Novamente se referindo ao exemplo francês, a análise desse escrito de um médico produtor de estatísticas populacionais evidencia uma diferença entre o que o autor encontrava na realidade administrativa brasileira – a descentralização dos dados – e o que esperava encontrar a partir de seus conhecimentos do método estatístico francês. Temos aqui, portanto, como procuro demonstrar, uma tensão entre a formação de uma monarquia e de uma estrutura administrativa corporativa portuguesa e o desejo de uma organização estatal centralizador, nos moldes franceses. O autor segue, explicando por que as estatísticas eram necessárias. Nesta parte do texto, mostrando diversos porquês das estatísticas:

Porque examina em todos os seus elementos a população de uns pais, origem de seu poder, de sua riqueza e de sua glória.

Porque explora por diferentes operações a fertilidade do território melhorando-o nas comunicações e meios de defesa, na salubridade e segurança de seus campos e cidades.

Porque regula sobre bases seguras o exercício dos direitos civis e políticos do cidadão adquiridos a custa de grandes sacrifícios.

---

<sup>496</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 15.

Porque fixa e reparte o recrutamento que organiza a força pública, garantia da independência do país.

Porque estabelece com igualdade os impostos que acodem às exigências do Estado.

Porque determina em quantidades e valores a produção da agricultura e da indústria, potências que renovam sem cessar a fortuna pública.

Porque aprecia o desenvolvimento do comércio facilitando-lhe achadas das difíceis condições de sua prosperidade.

Porque alarga ou restringe a ação repressiva da justiça, guarda vigilante da ordem pública.

Porque traça os progressos da instrução pública, que esclarece os homens e os torna mais felizes.

Porque guia a administração em um sem número de medidas que regem os estabelecimentos de beneficência ou de repressão para o interesse das classes inferiores.

Porque finalmente esclarece com verdades novas ou mais exatas inúmeros assuntos, que surgem todos os dias agitando a opinião pública, ocupando as discussões do Parlamento, e formando problemas cuja solução só a estatística pode dar<sup>497</sup>.

Essas explicações ressaltam as análises sobre a população, o controle e a necessidade de dados sobre a justiça, as forças armadas, o comércio, a produção, a educação e tudo mais que fosse necessário para a boa administração do território. Não obstante, esses dados não poderiam ser simplesmente qualitativos e vagos, como até então eram produzidos pela administração. As verdades sobre a população, na perspectiva de Haddock Lobo, deveriam ser exatas ou, pelo menos, mais precisas, colaborando para a construção de uma visão do país pela opinião pública. As estatísticas, desse modo, teriam uma função importante de solucionar problemas do país, através de dados claros sobre as necessidades da administração que gerariam respostas do Parlamento.

Esses porquês seriam também uma citação não explicitada dos argumentos de Moreau de Jonnès, que considerava que “todos os espíritos ilustrados reconhecem que a estatística é absolutamente necessária” por estes mesmos motivos explicitados por Haddock Lobo. Ao ler Elementos de Estatística e verificar o texto de Lobo, temos na verdade uma grande citação, literalmente uma tradução em diversos momentos, do livro

---

<sup>497</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 15.

do autor francês<sup>498</sup>. Isto posto, fica demonstrado que o médico brasileiro procurava seguir a carta de intenções do estatístico francês, utilizando a tradução de partes do texto francês como justificativa para a utilidade da estatística e especificamente das suas estatísticas produzidas.

A partir de tantos porquês, o médico se pergunta “E assim sendo como é que ciência tão vasta, tão interessante, e tão necessária tem sido entre nós abandonada, enquanto que outros ramos de conhecimentos humanos têm merecido particular cuidado?”<sup>499</sup> Lobo não conseguia ver o porquê de nem mesmo o Rio de Janeiro – “corte e capital do Império” – contar com uma estatística. Não obstante, como apadrinhado de Eusébio de Queiroz, o médico-estatístico não poderia fazer uma crítica direta ao importante político conservador que tinha assumido importantes funções na municipalidade da corte e no governo do Império. Preferiu, assim, tergiversar, evitando um ataque direto aos comandos anteriores<sup>500</sup>.

Publicando o recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, esperava contribuir para o melhor conhecimento da Corte e também para incentivar novas iniciativas estatísticas. Além disso, lembrava da obrigatoriedade das estatísticas na reforma do código criminal e agradecia a Eusébio de Queiroz por dar condições ao empreendimento<sup>501</sup>. Como já vimos na seção anterior, a partir da análise de Chalhoub, a presença do político conservador na chefia de polícia e no ministério da Justiça tinha garantido até aquele momento que só teriam efeitos políticos práticos aqueles que fossem do interesse direto da administração. Desta forma, podemos supor que o recenseamento da população, até a convocação de Haddock Lobo em 1849 não era do interesse da administração, passando a sê-lo no momento seguinte.

A seguir, Lobo passava a explicações sobre como procedeu ao fazer o recenseamento, analisou os dados das estatísticas e por fim enviou esse ao ministro da Justiça do Império com as tabelas. Nesta parte do texto de Haddock Lobo, encontraremos informações importantes sobre as rotinas adotadas para a produção de suas estatísticas.

O processo começou através de uma ordem do chefe de polícia, datada de fins de julho de 1848, para que todos os subdelegados procederem, por meio de seus inspetores,

---

<sup>498</sup> JONNÈS, 1857, p. 11 et seq.

<sup>499</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 15.

<sup>500</sup> Idem.

<sup>501</sup> Idem.

uma contagem dos fogos – das casas. A ordem, feita a pedido do próprio Haddock Lobo, solicitava que fosse remetida uma lista dos fogos contendo: nome de todas as pessoas que habitavam cada casa, seu sexo, sua nacionalidade, sua idade, seu estado [civil], sua profissão e sua condição [escrava ou livre]. Além dessas informações, pedia-se a identificação da Freguesia, do distrito, do quarteirão, do nome da rua e do número da casa<sup>502</sup>.

Não obstante a ordem expressa, segundo Lobo, as listagens recebidas estavam extremamente confusas, trazendo problemas à organização metódica, segundo a numeração dos prédios e a ordem das ruas. Faltavam muitos números, pulavam-se outros. Além disso, contava-se o fato de que muitas ruas não tinham numeração sequencial<sup>503</sup>. Segundo Haddock Lobo,

É sabido de todos o estado lastimoso em que se acha a numeração dos prédios da cidade. Em todas as ruas se vêem casas sem números, outras numeradas por letras de alfabeto, e ruas inteiras há que nem um só número tem. Desta sorte como nos poderia ser fácil o exame que pretendíamos fazer?<sup>504</sup>

A solução encontrada pelo médico foi utilizar como base os livros de cobrança de impostos urbanos da Recebedoria do Município. Nestes documentos, encontrou descrições de todos os prédios, pavimentos, nomes dos proprietários e dos inquilinos. Para conseguir seu intento teve a colaboração do administrador das receitas municipais e dos outros empregados daquela repartição. O trabalho descrito era extremamente árduo, de conferência entre as tabelas de alistamento do recenseamento e as listas de lançamentos dos impostos. Haddock Lobo chegou a ter a permissão do Administrador da Recebedoria do Município para levar as listas para casa. Assim, pode-se imaginar o tempo gasto nessa conferência, feita na época manualmente.<sup>505</sup>

Após a conferência, Haddock Lobo pode perceber que os primeiros dados enviados não representavam, no caso de alguns quarteirões, nem a metade do número de prédios existentes. Com esta descoberta, o doutor se pergunta: “que inexatidão se não daria se por ventura houvéssimos acreditado na fidelidade dos primeiros dados

---

<sup>502</sup> HADDOCK LOBO, Op. Cit., p. 16.

<sup>503</sup> Fato que persiste nos subúrbios do Rio de Janeiro e na baixada fluminense até hoje.

<sup>504</sup> Idem.

<sup>505</sup> Idem.

enviados?” Fazendo uma segunda tentativa, Lobo solicita mais uma vez as listagens aos inspetores, especificando os prédios e quarteirões que faltavam.

Em 21 de Janeiro de 1850, tentando colaborar com o empreendimento de Lobo, a Repartição de Polícia publicaria no seu expediente o seguinte comunicado:

Ao subdelegado do Sacramento, dizendo que tendo o subdelegado do Engenho Velho [Haddock Lobo], que se acha encarregado de fazer a estatística do município da corte encontrado algumas faltas ou lacunas no alistamento dessa freguesia, e sendo de melhor efeito, que ele se entenda verbalmente a respeito, pois, que as requisições oficiais neste caso, além de demoradas, não podem explicar satisfatoriamente o pensamento que ele tem a respeito do plano de sua estatística, sob pena de tornarem-se demasiadamente longas; convém que o ouça quando ele se apresentar para esse fim, anuindo as requisições que ele lhe fizer. – Do mesmo teor aos subdelegados da Candelária, Santa Rita e Glória<sup>506</sup>.

Deste modo, a chefia de polícia orientava os subdelegados das freguesias a receber para conversas pessoais o doutor Haddock Lobo, para que este explicasse o que desejava que fosse feito para a realização das estatísticas. Informava, inclusive, das faltas e lacunas, e considerava que não seria possível resolver o problema através de requisições formais e oficiais, pois estas demorariam muito e não conseguiriam passar o desejo, a dimensão e as necessidades da produção das estatísticas. No expediente do dia 19 de julho de 1850, a Repartição de Polícia continuava cobrando ao subdelegado de Jacarepaguá o envio do alistamento de sua freguesia, para que fosse terminada a estatística da população da corte. Segundo informava a repartição, naquele momento, a freguesia de Jacarepaguá era a única que faltava para a conclusão do trabalho estatístico, sendo cobrada por isso pela secretaria de polícia<sup>507</sup>.

Fora estes problemas, grandes dificuldades foram colocadas, principalmente pela não adesão de muitos chefes de família ao censo. Muitos se recusavam a dar informações sobre suas casas e suas famílias, chegando, em alguns casos, a acontecerem brigas entre os inspetores e estes moradores. Segundo Haddock Lobo, piorava a situação o fato de que

---

<sup>506</sup> Diário do Rio de Janeiro (DRJ), a. XXIX, n. 8311, 26/01/1850, p. 3

<sup>507</sup> DIÁRIO do Rio de Janeiro, a. XXIX, n. 8466, 08/08/1850, p. 2.

alguns destes “desobedientes à lei” eram pessoas importantes, que tinham postos sociais que impediam uma ação mais enérgica<sup>508</sup>.

Vemos aqui, portanto, uma tensão entre a visão de coleta de informações pelo Estado e a visão da privacidade, entre os objetivos públicos e a vida privada dos indivíduos. Se tomarmos como base para o desenvolvimento da sociedade ocidental a tese de Richard Sennet, em *O Declínio do Homem Público*, poderemos perceber que o crescimento e a confusão das cidades do século XIX – aglomeração populacional, doenças, tensões políticas e sociais – levavam a uma busca da intimidade, a uma tentativa de cercar o ambiente familiar de proteção. Nesses termos, a entrada de agentes do Estado na privacidade familiar gerava conflitos importantes. Juntava-se a isso a resistência ao controle estatal por parte dos indivíduos<sup>509</sup>. Estes fatores, nas próximas décadas afetariam não somente a contagem da população e a padronização de unidades de medidas, mas a entrada de ações públicas de saúde na intimidade, gerando diversas revoltas no Brasil, como a revolta contra o censo de 1852 e a revolta dos quebra-quilos (1874-1876)<sup>510</sup>.

Além deste conflito, de acordo com Haddock Lobo, os próprios inspetores que deveriam proceder a verificação dos fogos davam desculpas para não fazê-lo. Dizia-se que os prédios de que se reclamava não existiam; que não pertenciam ao seu quarteirão; ou que os prédios existiam, mas estavam desocupados. Não obstante, de acordo com o médico-estatístico, era possível verificar pelo lançamento dos impostos que tais prédios existiam e eram ocupados. Por fim, afirmava que muitos outros problemas ocorreram, contudo, esta “seria uma narração longa, enfadonha e pouco agradável”.

Segundo Lobo, ele mesmo chegou a ir, em pessoa, em alguns locais para verificar a exatidão das informações. Esse interesse, de verificar cuidadosamente e particularmente a exatidão do dados colhidos, teria o intuito garantir o acerto e a eficiência de seu empreendimento. Além disso, os problemas também seriam ocasionados pela falta de educação ou pela falta de treinamento dos inspetores e mesmo do povo para a produção de trabalhos estatísticos. Outros mesmo pelo “desrespeito que entre nós se nota quase geralmente às autoridades menos graduadas”<sup>511</sup>. Os agentes públicos subalternos, assim,

---

<sup>508</sup> Idem, p. 17.

<sup>509</sup> SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. RJ: Record, 2014, p. 196-197.

<sup>510</sup> CHALHOUB, S. *Cidade Febril*. SP: Cia das Letras, 1996. SECRETO, Maria V. (Des) medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876). RJ: Mauad X: Faperj, 2011. BOTELHO, T. *População e Nação no Brasil do século XIX*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

<sup>511</sup> HADDOCK LOBO, Op. Cit, p. 17.

seja por falta de treinamento estatístico, seja por não ser educado naquela forma de organização estatal, tinha outra educação, outro costume. Diante de todos esses problemas, Haddock Lobo se pergunta:

E com tal educação e tais costumes, quem é que servindo esse cargo oficiosamente, e por considerações particulares se quererá expor à injúria de uns, e à vingança de outros?<sup>512</sup>

Concluindo, portanto, essas explicações acerca do processo do recenseamento, Lobo demonstrava que o trabalho, apesar de todos os esforços, era oficioso e muitas vezes produzido por pessoas sem preparo para tal. E tinha como objeto pessoas que não tinham o costume de responder a esse tipo de questionamento, gerando embates constantes. Ainda demoraria mais de duas décadas para que houvesse um recenseamento geral um pouco mais organizado no país. Porém, como veremos a seguir, esse tipo de recenseamento era utilizado pelo poder público, na falta de outro mais qualificado, para verificação de bases de representação parlamentar e outras funções públicas.

Na disposição das séries estatísticas, Haddock Lobo fez a divisão por freguesias, entre distritos de uma mesma freguesia, entre homens e mulheres, entre escravos e libertos, entre nacionais e estrangeiros. Produziu somas por indivíduos e por fogos; tabelas separadas para as 8 freguesias da cidade e para as 8 freguesias rurais; somas por faixas de idade e freguesias urbanas e rurais; cálculos de livres e libertos por sexo e nacionalidade (nacionais ou estrangeiros); somatórios por estado civil (casados, viúvos e solteiros); escravos por nacionalidade, sexo e freguesias. Era, portanto, um trabalho sofisticado que buscava levar em conta o modo de produção francês das estatísticas naquele período.

Para chegar a este quadro, o médico contou, segundo seus dados, com 21336 listas de famílias entregues pelos inspetores, enquanto nas listas da Repartição de Recebedoria existiriam 21694 fogos (habitações), faltando 358 pelas suas contas. Além destas casas, recebeu relações de habitantes em conventos, hospitais, casas de caridade, arsenais, prisões e quartéis. Considerando insignificante o número de faltas, Lobo procurou se precaver no cálculo, somando 5 (cinco) por cento em cada apuração obtida. Segundo ele,

---

<sup>512</sup> Idem.

“prática que é de costume empregar-se como corretivo daquela população que pode escapar ou negar-se ao alistamento”.

Segundo Moreau de Jonnès, também entre os povos mais adiantados da Europa faltava muito ainda para que se recolhessem dados suficientes para conhecer sua população. Segundo o estatístico francês, naquela época,

Na França não se sabe com exatidão a idade e a profissão de seus indivíduos; na Inglaterra o estado civil; em outras partes não está ainda indicado o sexo dos habitantes. Em Portugal em vez de contar por pessoas, enumera-se aos fogos. Na Espanha se tem deixado passar meio século sem formar o censo da população.<sup>513</sup>

Moreau de Jonnès, em sua obra, relatava as dificuldades da França antes da Revolução, ao recorrer à Igreja, com os registros de nascimentos, enterramentos e matrimônios, para contar a população, deixando de fora aqueles que não eram católicos. Segundo o estudioso, os países católicos [como o Brasil Imperial] seguiam encomendando aos párocos os atos civis. Na Inglaterra, dez anos da publicação de seu tratado somente<sup>514</sup>, as estatísticas populacionais tinham sido retiradas das mãos de ministros de diferentes igrejas para se formar uma comissão especial para a produção de dados. Não obstante, Jonnès afirmava que as divergências de formas e de organizações das estatísticas não deveriam surpreender. Para o intelectual francês, as diferenças eram explicadas pelo fracionamento da Europa em diversas soberanias desde a Idade Média, passando pela formação das monarquias nacionais. Assim, mesmo quando a necessidade dos povos era a mesma, segundo ele, as rivalidades, guerras, orgulhos e divisões administrativas provocariam essas diferenças de organização e aplicação das estatísticas<sup>515</sup>.

Quanto ao modo de apuração, Haddock Lobo afirmava que tinha verificado “lista por lista, indivíduo por indivíduo” e todas as classificações, exceto cor e profissão. No primeiro aspecto, o médico considerava a classificação “odiosa”, além de imperfeita, pela

---

<sup>513</sup> JONNÈS, 1857, Op. Cit. p. 25.

<sup>514</sup> Em 1837, portanto.

<sup>515</sup> JONNÈS, 1857, Op. Cit, p. 25-27.

“infidelidade com que cada um fazia de si próprio a necessária declaração”<sup>516</sup>. Logo, assim como hoje, havia uma grande fluidez na caracterização da cor dos indivíduos.

Tomando-se a análise de Edward Telles, essa é uma marca da questão do “racismo à brasileira”. Ao comparar a ideia de raça nos EUA com a ideia de raça no Brasil, Telles analisou uma grande diferença entre a perspectiva estadunidense, onde “uma gota de sangue negro” transformaria o indivíduo em racialmente negra, e a perspectiva brasileira, onde não somente o genótipo atuava nessa determinação, mas também a posição social, o tom de pele, as diferentes mestiçagens étnicas, a autodeclaração pessoal, a visão dos outros sobre o indivíduo e a visão que o próprio indivíduo tem de si mesmo e das suas possibilidades sociais enquanto branco, mestiço ou negro. Dessa forma, alguns indivíduos poderiam até mesmo mudar de classificação racial, dependendo de sua ascensão social<sup>517</sup>.

Assim, temos uma histórica mistura de raças, uma visão de supremacia branca e de deslocamento do discurso sobre a cor de acordo com a importância social que não pode ser ignorada no Brasil. Desta forma, dependendo da condição de escravo, liberto ou simplesmente livre, os indivíduos poderiam se declarar com cores das mais diversas e mesmo se considerar de acordo com cores não colocadas nos mapas oficiais, tornando muito difícil esse tipo de aferição na realidade histórica brasileira<sup>518</sup>. No entanto, para chegar a uma contagem aproximada da “gente de cor”, Lobo afirmava que se poderia chegar a essa cifra através da soma dos libertos, com o número de escravos e mais um terço dos homens livres<sup>519</sup>.

Segundo o estudo de Ivana Lima, as designações de cor variavam muito, não somente na linguagem popular, mas também nos mapas oficiais com indicações de cor. Os mapas para as Freguesias de Santa Cruz indicavam como categorias “Branços”, “Livres Pardos”, “Livres Pretos”, “Escravos Pardos” e “Escravos Pretos”; na Ilha do

---

<sup>516</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 17-18.

<sup>517</sup> O racismo, marcado com características de cor flutuantes, foi uma característica da sociedade imperial brasileira e permanece como marca da sociedade brasileira. Segundo Telles, “certamente [...] membros mulatos da elite tinham vidas bastante privilegiadas e eram tratados como brancos, mas suas origens raciais não estavam totalmente esquecidas. Apesar de muitas vezes conseguirem fugir ao estigma da raça, em virtude da flexibilidade do sistema brasileiro, muitos ainda sofriam por ter origem africana. Como exemplo, as histórias pessoais de André e Antônio Rebouças revelam que, mesmo sendo membros do mais alto escalão da sociedade brasileira, suas origens africanas eram usadas contra eles para desacreditá-los em debates sobre a abolição da escravatura”. TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003, pp. 44-45.

<sup>518</sup> TELLES, 2003.

<sup>519</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 18.

Governador se utilizavam a diferenciação “Branços”, “Índios” e “Pretos”; no Engenho Velho apareciam as categorias “Livres Brancos”, “Livres Pardos”, “Escravos Pardos”, “Escravos Crioulos”, “Escravos Pretos”, “Escravos Pretos da Nação”<sup>520</sup>.

No que tange a profissão, Lobo dizia que muitos indivíduos, cujos meios de vida não eram muito decentes, mentiam sobre sua profissão. Além disso, outros procuravam valorizar sua profissão, através de um nome mais pomposo ou adotando eufemismos para declarar sua profissão. Assim, o “vendedor de animais arvora-se em negociante”, “um simples guarda vigia apelida-se empregado público”, “o que vive de uma arte mecânica, e se julga por isso desonrado, ou cala a sua verdadeira ocupação ou se dá o nome genérico de artista”. Nesse sentido, Haddock Lobo não contaria as profissões, por considerar que as respostas não davam a “verdadeira expressão das diferentes profissões”<sup>521</sup>. Vê-se mais uma vez os preconceitos sociais atuando sobre a classificação e a auto declaração em matérias de recenseamento e contagem estatística da população.

Para conferir os cálculos de população, através da comparação entre números de nascimentos e de mortes, Haddock Lobo recorreu mais uma vez a uma interpretação de Moreau de Jonnès. Contudo, os números indicados pelo doutor Lobo são muito diferentes do tratado Elementos de Estatística, do oficial francês. Inclusive, na argumentação. Em nenhum momento, Moreau de Jonnès, em seu tratado, fez uma proporção média de 1 óbito para cada 37 indivíduos, chegando ao máximo de 1 morte para cada 50 habitantes. O livro do estatísticos francês apontava, de fato, que as taxas de mortalidade nos países, reinos e regiões da Europa eram muito diferentes entre si. Logo em seguida, Jonnès buscava explicações ambientais e civilizacionais, comparando os números entre as diversas partes do continente. Ao final de seus comparativos, Moreau de Jonnès afirmava,

Estas são as influência do clima e da civilização.

O clima favorece eminentemente o prolongamento da vida quando está frio, até mesmo o rigoroso, ou quando a humidade da proximidade dos mares se junto a uma temperatura baixa.

A menor mortalidade da Europa está nos países marítimos e vizinhos do círculo polar, como Suécia, Noruega e Islândia. Volta a encontrar-se [a mortalidade]

---

<sup>520</sup> LIMA, Ivana. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. RJ: Arquivo Nacional, 2003, p. 98-100.

<sup>521</sup> Idem.

em regiões onde, como a Rússia, a influência do clima não está suportada pela civilização, o suficiente para assegurar aos homens uma longa existência.

Os países, onde o calor é moderado, não se contam, como pudera crer-se, o número daqueles que tem a vantagem de ter pequena mortalidade; para consegui-la, necessitam dos benefícios que trazem consigo uma ordem social aperfeiçoada.

Nas regiões meridionais, cujo doce clima parece tão favorável a espécie humana, são, pelo contrário, os países onde a vida tem os maiores azares. Há na risonha Itália o dobro de probabilidades para morrer, que na nebulosa e fria Escócia; embaixo do belo céu da Grécia, a vida está a metade menos assegurada que no meio do gelo da Islândia.

Os lugares da zona tórrida, cuja mortalidade se tem calculado, demonstram quão perniciosa é a ação que exerce uma elevada temperatura sobre a existência dos homens<sup>522</sup>.

Vê-se, portanto, que a reapropriação de Moreau de Jonnès por Haddock Lobo, negava, e muito, as conclusões do estatístico francês. Enquanto Lobo utilizava números adulterados de Jonnès para afirmar uma média – muito mais na linha do “homem médio”, numa vulgarização de Quetelet –, o autor francês utilizava os dados de forma comparativa para fazer apreciações das relações entre a saúde e a doença dos corpos, das influências dos ambientes geográficos da Europa e da contensão da morte pela civilização. Ignorando as reflexões e os próprios dados do francês, Lobo utilizaria a proporção de 1 óbito para para 37 pessoas, para garantir que suas estatísticas estavam certas e que a estatísticas do Rio de Janeiro produzidas em 1838 estavam muito baixas<sup>523</sup>.

O único momento da obra de Moreau de Jonnès onde este demonstra uma proporção de 1 para 37 no seu livro estava na taxa de nascimentos durante o período de 1846 a 1850, no reinado de Luis Felipe. Fazendo comparações entre os números de nascimentos por habitantes por falecimento apontados por Haddock Lobo e pelo Almanak

---

<sup>522</sup> JONNÈS, 1857, p. 233.

<sup>523</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 19. Foi interessante notar, a partir da indicação de Nelson Senra, que nas apurações dos recenseamentos do Rio de Janeiro de 1799, 1821, 1838, 1849, 1856, 1870, 1872, 1890 e 1906, tabeladas na publicação da contagem de 1906, os números de 1849 aparecem como um ponto fora da curva, muito acima dos demais. Considerando-se a hipótese do acerto de Haddock Lobo, a população do Rio de Janeiro teria subido de 137078 em 1838 para 266466 em 1849, e depois retornado para 151776 em 1856, chegando à cifra anterior somente na contagem de 1872 (266831). Segundo Senra, os estudiosos do passado das estatísticas, em geral consideram equivocados os números de Haddock Lobo. Para verificação do comparativo entre os recenseamentos ver BRASIL. Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal), realizado em 20 de setembro de 1906. RJ: Oficina de estatística, 1907, p. 27.

Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro de 1850<sup>524</sup>, vemos que ambos tinham tirados os dados de mortalidade mundial da mesma fonte, embora nenhuma das duas publicações a cite. Os números citados por Lobo e pelo Almanak eram diferentes dos números citados por Jonnès.

Ainda assim em nenhum momento Moreau de Jonnès afirmava ser essa média prova para qualquer efeito de cálculo de acerto populacional<sup>525</sup>. As proporções eram demonstradas por Moreau de Jonnès como fatos numéricos e não como categorias definidoras da verdade ou dos dados que deveriam ser encontrados. Para o estatístico francês, através do seu método de pesquisa estatística, se encontrariam as cifras relacionadas à natureza e à sociedade. Assim, as proporções não eram moldes para medir a realidade, mas expressões da realidade medida.

Sem embargo, Haddock Lobo continuaria na sua análise baseada em médias, considerando que “na Europa é quase geralmente uso calcular-se a população dos países por número de fogos”. Segundo sua narrativa, os europeus considerariam que cada fogo teria entre 5 e 6 pessoas e fariam o cálculo de modo mais fácil do que o que foi feito por ele. Como já vimos acima, em citação de Jonnès, para o estatístico francês este seria um costume apenas de Portugal, não sendo seguido em outros países europeus. Utilizando mais essa informação não condizente com a diversidade de organizações estatísticas europeia, Lobo afirmava que no Brasil este fato era contrariado pela escravidão. Para o médico-estatístico brasileiro, por conta do número de escravos, nas suas estatísticas seriam encontrados 9 habitantes por moradia na cidade e 12 pessoas por habitações nas freguesias do subúrbio. Assim justificava que sua forma – contar por pessoas e não por fogos – seria o procedimento mais acertado, mesmo que isto proporcionasse mais trabalho<sup>526</sup>.

Continuando suas reflexões sobre o recenseamento produzido, Lobo afirmava não ser possível verificar a população pelos nascimentos pois, “quem não sabe que entre nós existe uma grande porção de escravos introduzidos por contrabando que não tem sido e nem serão tão ver batizados?” Lembrando, as análises de Chalhoub já apresentada nesta tese sobre a ilegalidade da entrada de escravos e sobre a vista grossa feita por Eusébio de

---

<sup>524</sup> LAEMMERT, Eduardo von. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro de 1850. Suplemento: coleção de documentos oficiais, dados estatísticos e comerciais, nacionais e estrangeiros, informações úteis, etc. etc. Rio de Janeiro: Laemmert, 1850, p. 60.

<sup>525</sup> JONNÈS, 1857, p. 172.

<sup>526</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 19.

Queiroz, fica mais clara ainda a percepção de que todos sabiam do contrabando de pessoas escravizadas. Era tão óbvio que Haddock Lobo escrevia em um documento oficial encaminhado para Eusébio de Queiroz que este era um motivo para não fazer a contagem populacional por nascimentos<sup>527</sup>. Além disso, Lobo continuava afirmando ser sabido que qualquer possuidor de escravos ilegítimos matriculava-os e alistava-os convenientemente e ilegalmente, de forma a fugir das exigências policiais. Mais uma vez lembrando o argumento de Chalhoub já explicitado, veremos que a rotina euzebiana da polícia previa formas de não fazer a vigilância sobre esta ilegalidade, colocando o ônus da prova de liberdade sobre o negro.

Outra imprecisão dos dados de Haddock Lobo, dessa vez entre duas apresentações das suas próprias estatísticas, se verá a seguir. Apesar de somente enviar seu recenseamento para o ministro da justiça Eusébio de Queiroz em novembro de 1850, Haddock Lobo publicaria o resultado parcial da freguesia do Engenho Velho, da qual era subdelegado de polícia. Já em 3 de fevereiro de 1849, adiantando-se a publicação dos dados completos, fazia o anúncio por edital da existência de 13867 almas na sua freguesia. Torna-se interessante notar a existência dessa prévia, principalmente pelo fato de que os números constantes nessa publicação e na publicação final, de novembro de 1850 são muito diferentes. Vejamos,

| Quadro comparativo entre publicações de 03/02/1849 e estatística oficial de 11/11/1850 <sup>528</sup> . |            |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Sexo Masculino                                                                                          | 03/02/1849 | 11/11/1850 |
| Livres Nacionais                                                                                        | 2349       | 3338       |
| Livres Estrangeiros                                                                                     | 1277       | 1984       |
| Libertos Nacionais                                                                                      | 56         | 191        |
| Libertos Africanos                                                                                      | 218        | 369        |
| Escravos Nacionais                                                                                      | 1121       | 1749       |

<sup>527</sup> Idem, p. 20.

<sup>528</sup> HADDOCK LOBO, 2008 [1850], p. 29. HADDOCK LOBO, R. J. "Edital do arrolamento da freguesia do Engenho Velho". O Brasil, vol. XI, n. 1324, 03/02/1849, p. 3.

|                     |       |       |
|---------------------|-------|-------|
| Escravos Africanos  | 2991  | 4252  |
| Sexo Feminino       |       |       |
| Livres Nacionais    | 2675  | 3825  |
| Livres Estrangeiros | 378   | 611   |
| Libertas Nacionais  | 106   | 287   |
| Libertas Africanas  | 281   | 520   |
| Escravas Nacionais  | 1093  | 1736  |
| Escravas Africanas  | 1322  | 2022  |
| Totais              | 13867 | 20884 |

Observa-se um aumento entre o edital publicado em fevereiro de 1849 e as estatísticas enviadas ao ministério em novembro de 1850, numa cifra de 7017 pessoas. Esta é uma dúvida que permanecerá ao final desta tese: como explicar esse aumento expressivo? Em outra publicação do recenseamento do Rio de Janeiro, produzido por Haddock Lobo, dessa vez no Almanak Laemmert do Rio de Janeiro de 1851, com data da assinatura de Lobo em 9 de novembro de 1850 (um dia antes do envio para o ministério), os números também estariam diferentes da versão final, embora dessa vez com apenas com alguns poucos números de diferença<sup>529</sup>. É possível perceber que se tratavam de erros de impressão ou de cálculo pequenos que foram corrigidos na última versão.

Em setembro de 1852, Haddock Lobo tentaria se candidatar a vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ficando em sexto lugar com 3557 votos. Nessa eleição, apenas quatro vereadores seria eleitos<sup>530</sup>. No ano seguinte, na sessão de 30 de Junho de 1853, Haddock Lobo enviaria uma cópia manuscrita de seu recenseamento do Rio de Janeiro para a Câmara dos Deputados<sup>531</sup>. E em 1854, Haddock Lobo seria o vereador a

<sup>529</sup> LAEMMERT, 1850, suplemento, p. 231-240. Nessa versão apenas o texto e as tabelas inseridas no texto estão disponíveis.

<sup>530</sup> O CLARIM, Echo da União: periódico político imparcial, a. III, n. 3, Rio de Janeiro, 19/09/1852, p. 3.

<sup>531</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados, primeiro ano da nona legislatura, sessão de 1853, segundo tomo. RJ: Tipografia Parlamentar, 1876, p. 338.

propor, projetar e mandar executar a estátua equestre de d. Pedro I, na praça da Constituição – atual praça Tiradentes. Na comissão para a produção da estátua seria o secretário, tendo como presidente da comissão Eusébio de Queiroz<sup>532</sup>. Na sessão do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) de 16 de abril de 1855, seria recebido um ofício da Câmara Municipal da Corte, comunicando que Haddock Lobo e Francisco Pinto da Fonseca estavam delegados em comissão para entendimentos com a SAIN, no intuito de aceitar ou não a recomendação de uma empresa agrícola para projetos da municipalidade<sup>533</sup>.

Em agosto de 1855, Haddock Lobo seria indicado pela assembleia geral dos acionistas da Estrada de Ferro d. Pedro II como diretor da companhia, com gratificação de 2:400\$000 Rs<sup>534</sup>. Em agosto de 1857, o médico tomaria assento na diretoria do Banco do Brasil<sup>535</sup>. Em 1861, seria novamente vereador da Câmara do município neutro da corte, sendo o encarregado da estatística do patrimônio da dita câmara<sup>536</sup>. A partir destas posições públicas é possível perceber que o médico buscou, a partir de suas funções como médico e estatístico, galgar posições na vereança e em companhias públicas, conseguindo algum prestígio social. Ao mesmo tempo, tinha sua rede de sociabilidade ligada à Eusébio de Queiroz, à SAIN, sociedade importante para os homens de letras e ciências do Império, e até mesmo ao Banco do Brasil e a Estrada de Ferro d. Pedro II.

Nos debates sobre o número de deputados por província, no ano de 1853, a obra de Haddock Lobo seria utilizada por Raimundo Ferreira de Araújo Lima, deputado pelo Ceará, como comprovação da quantidade de habitantes livres do Rio de Janeiro. Identificar a quantidade de população era fundamental para estabelecer o equilíbrio da relação entre deputados e a base populacional que formaria o cálculo de representantes na Câmara. Segundo o artigo 97 da Constituição Política do Império, “uma lei regulamentar marcará o modo prático das eleições, e o número de deputados relativamente à população do Império”. Contudo, essa lei nunca foi feita. Sem uma lei específica, valia a base de representação que tinha sido definida no Capítulo IV do decreto n. 57 de 19 de junho de 1822, convocando a Assembleia geral constituinte e legislativa e

---

<sup>532</sup> PUBLICADOR Maranhense, folha oficial e diária, a. XXI, n. 17, São Luiz, 22/01/1862, p. 1.

<sup>533</sup> O AUXILIADOR da Indústria Nacional. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Sessão de 16/04/1855. p. 361-362. RJ: Tipografia da Viúva Vianna Júnior, 1855.

<sup>534</sup> NOVO e Completo Índice Chronologico da História do Brasil, Chronica Nacional, 1855, p. 150.

<sup>535</sup> NOVO e Completo Índice Chronologico da História do Brasil, Chronica Nacional, 1857, p. 145.

<sup>536</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1861, p. 307.

no e suas subsequentes modificações numéricas. De acordo como o ponto 1 deste capítulo:

#### Capítulo IV

##### Dos Deputados

1. Os Deputados para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil não podem ser por ora menos de 100. E porque a necessidade da mais breve instalação da Assembleia obste a que se espere por novos e mais bem formados Censos, não devendo merecer atenção por inexatos todos os que existem, este número 100 será provisoriamente distribuído pelas Províncias na seguinte proporção:

|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| Província Cisplatina ..... | 2                |
| Rio Grande do Sul .....    | 3                |
| Santa Catharina .....      | 1                |
| S. Paulo .....             | 9                |
| Mato Grosso .....          | 1                |
| Goiás .....                | 2                |
| Minas Gerais .....         | 20               |
| Rio de Janeiro .....       | 8                |
| Capitania .....            | 1                |
| Bahia .....                | 13               |
| Alagoas .....              | 5                |
| Pernambuco .....           | 13               |
| Paraíba .....              | 5                |
| Rio Grande do Norte .....  | 1                |
| Ceará .....                | 8                |
| Piauí .....                | 1                |
| Maranhão .....             | 4                |
| Pará .....                 | 3 <sup>537</sup> |

Assim, provar o aumento da quantidade de habitantes seria fundamental para garantir o acréscimo no número de deputados da Câmara. Isso aconteceu em algumas

---

<sup>537</sup> BRASIL. Coleção das decisões do governo do Império do Brasil de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Decreto N. 57 – Reino – em 19 de junho de 1822. Instruções, a que se refere o Real decreto de 3 de junho do corrente ano que manda convocar uma Assembleia geral constituinte e legislativa para o Reino do Brasil, pp. 46-47. Pelo decreto imperial de 26 de março de 1824, a província de Sergipe foi incluída com 2 deputados.

ocasiões. Pelo artigo 74, da lei 387, de 19 de agosto de 1846, aumentando dois deputados do Rio de Janeiro, um da Bahia e um do Piauí<sup>538</sup>, pelo parágrafo 14º do artigo 1º do decreto 842, de 19 de setembro de 1855, o Rio de Janeiro aumentaria em dois deputados e o Piauí em um parlamentar<sup>539</sup>. O número inicial dos deputados em 1822 tinha tomado base à importância das regiões e províncias na formação do Império, como ressaltou o historiador Afonso Taunay<sup>540</sup>. Continuando a indefinição pela falta do Censo, o aumento de deputados dependia da apresentação de estatísticas pelos deputados da província que desejava aumentar sua representação, dos debates parlamentares desses números e da aprovação do aumento na casa legislativa<sup>541</sup>.

Esse debate causaria muita polêmica na sessão de 26 de julho de 1853, na qual o deputado Viriato Bandeira Duarte, do Mato Grosso, e outros representantes questionariam a validade destas estatísticas e das estatísticas de outras províncias, por serem “improvisadas” e por identificarem um aumento populacional. Segundo Viriato,

Contra esse aumento, argumentando como se deve argumentar na deficiência desta base, uma estatística mais ou menos completa, temos razão para dizer que a população tem decrescido pelas secas continuadas [no caso do Ceará], pela febre amarela, pela fome e pela emigração<sup>542</sup>.

Contra esse argumento de imprecisão e improvisação, Araújo Lima demonstra os dados estatísticos de Thomas Pompeu de Souza Brasil, para o Ceará e outras províncias do norte e do sul, e de Roberto Jorge Haddock Lobo, para o Rio de Janeiro, citando as quantidades populacionais e garantindo que se afirmação de inexatidão das estatísticas de Haddock Lobo prevalecer, nenhuma estatística populacional, de nenhuma província

---

<sup>538</sup> BRASIL. Lei 387, de 19 de agosto de 1846. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=541668&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB>

<sup>539</sup> BRASIL. Decreto 842, de 19 de setembro de 1855. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-842-19-setembro-1855-558297-publicacaooriginal-79444-pl.html>

<sup>540</sup> TAUNAY, Afonso de Escagnolle. O Senado do Império, p. 58 APUD TAPAJÓS, V. História administrativa do Brasil. Vol 9: organização política e administrativa do Império. Brasília: FUNCEP, 1984, p. 144.

<sup>541</sup> Para uma análise e mais referências da discussão do número de deputados ver: TAPAJÓS, 1984, pp. 142-145. O momento das modificações descritos por Vicente Tapajós são um pouco diferentes dos que encontrei nas leis presentes no site da Câmara dos Deputados. Para as citações nessa tese eu preferi me apoiar nos textos das leis presentes nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

<sup>542</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados, primeiro ano da nona legislatura, sessão de 1853, segundo tomo. RJ: Tipografia Parlamentar, 1876, p. 361.

poderia ser garantida, impedindo até mesmo a possibilidade de existir um guia para a indicação de deputados para a Câmara. De acordo com Raimundo Araújo Lima,

Em resposta aos apartes que me dão, que não duvido ser a estatística com relação ao Rio de Janeiro inexata, por que mesmo nos países onde se trabalha com mais desvelo em tal matéria não deixa de aparecer o mesmo resultado; mas todavia direi que se os dados estatísticos do Rio de Janeiro não são exatos, os dados estatísticos das demais províncias também o não podem ser, e por conseguinte fica compensada a inexatidão por inexatidão; e demais é a segunda resposta que eu dou aos nobres deputados. Se esses dados estatísticos, imperfeitos como se reconhecem, não podem servir de base para a nossa argumentação, quaes serão os dados a que poderemos recorrer para nos servirem de guia em tal matéria?

Por conseguinte, sejam ou não imperfeitos os trabalhos estatísticos que existem, não há remédio senão valermo-nos deles<sup>543</sup>.

Assim, fossem ou não exatos os dados construídos por Haddock Lobo, eles eram utilizados como argumentos políticos para justificar a quantidade de deputados do Rio de Janeiro. E como vimos, Haddock Lobo tinha, na sua metodologia, acrescentado 5 por cento sobre a apuração obtida, afirmando ser uma correção pelos que fugiram ao alistamento<sup>544</sup>. Não obstante, a disputa entre as províncias pelo aumento de representantes continuou por todo o ano, em alguns momentos com emendas vinculando o aumento de uma província a quantidade da outra, como na sessão de 25 de agosto de 1853<sup>545</sup>.

Nesta mesma sessão, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, deputado do Rio de Janeiro, afirmava que a província do Rio de Janeiro tinha sido ingênua ao franquear seus dados ao conhecimento de todos, mandando fazer “uma estatística muito exata e verdadeira, tanto quanto é possível na nossa terra, uma estatística rigorosa”. Esta estatística teria sido obra de Angelo Thomaz do Amaral<sup>546</sup>, com o auxílio do Visconde de Baependy, de Teixeira Leite e de outros cidadãos ilustres, seguindo “instruções que foram modeladas pelas normas de Quetelet, Moreaus de Jonnès e outros estatísticos”. Além desses dados, o deputado fluminense dava fé e rendia elogios ao trabalho estatístico de

---

<sup>543</sup> Idem, p.365.

<sup>544</sup> HADDOCK LOBO, Op. Cit., p. 17.

<sup>545</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro, sessão de 1853, 1876, p. 327-328.

<sup>546</sup> Segundo Senra, Angelo Amaral foi diretor do Arquivo Estatístico Fluminense e autor de importante obra estatística baseada no Arquivo Estatístico do Rio Grande do Sul e atento aos modelos belga e francês. SENRA, 2006, p. 19.

Haddock Lobo. Desta forma, para o deputado, produzir e divulgar estatísticas naquele momento seria “ingenuidade sacrificante”, pois outras províncias passavam “longo anos elaborando uma estatística que nunca se apresenta”. Francisco Otaviano, assim, daria a entender que não divulgar estatísticas seria uma forma de possibilitar o debate vago sobre o aumento ou a diminuição de população e, logo, de deputados<sup>547</sup>. Vemos aqui, mais uma vez a ambiguidade e o dilema, entre ter ou não ter estatísticas. A política brasileira estava entre ter ou não ter números exatos e precisos, com vontades políticas de ter e vontades políticas de não ter estatísticas.

~~~~~

⁵⁴⁷ Idem, p. 330.

A epidemia de febre amarela de 1850 e a desilusão dos médicos sobre o controle das doenças e das estatísticas médicas

No momento em que Haddock Lobo produzia suas estatísticas populacionais do Rio de Janeiro, a cidade era atacada pela Febre Amarela. Como vimos, ao analisar a obra de Sigaud, o higienismo brasileiro da primeira metade do século XIX considerava que esta doença não era típica do país. De acordo com Flávio Edler, a epidemia de Febre Amarela de 1849-1850, juntamente com a criação da Junta Central de Higiene Pública (JCHP) em 1850, transformaria a conjuntura de quase monopólio da AIM sobre o discurso médico. Até aquele momento, os médicos higienistas brasileiros através da Academia Imperial de Medicina teriam papel central nos debates e na formulação de políticas de saúde no Império. Depois desta epidemia, para Edler, até mesmo o livro de Sigaud se tornaria obsoleto para uma boa análise do contexto médico imperial⁵⁴⁸.

Além disso, como demonstrou Tania Pimenta, o período da grande epidemia, além de demonstrar que os médicos alopatas da academia não tinham todo o poder, evidenciou a existência e a utilização de uma “pluralidade de terapias não oficializadas, dentre as quais a homeopatia”⁵⁴⁹. Na falta de médicos alopatas para o tratamento dos diversos doentes pobres nas diversas localidades do Rio de Janeiro, se recorria a homeopatia, benzedeadas, as práticas dos orixás e toda e qualquer possibilidade de cura. Assim, apesar de toda a repressão dos alopatas contra os homeopatas, seu prestígio só aumentou durante a epidemia⁵⁵⁰.

Segundo a descrição de José Pereira Rego, desde o fim de dezembro de 1849 até março de 1850, os estatísticos oficiais contabilizaram no Rio de Janeiro um total de 4160 óbitos, com um número de atacados pela enfermidade de aproximadamente 90658. De acordo com Rego, seu interesse seria fazer um cálculo por naturalidade, idade, sexos, nacionalidade, contudo isto não seria possível “pela omissão que se encontra na mór parte das relações estatísticas” que foram conseguidas⁵⁵¹.

⁵⁴⁸ EDLER, 2011, p. 155-159. Outro fator que para Edler seria importante na mudança de conjuntura, determinando a obsolescência do livro de Sigaud seria o advento de novas sociedades e periódicos médicos a partir da década de 1860, que quebrariam o monopólio dos periódicos da AIM.

⁵⁴⁹ PIMENTA, 2003, p. 177.

⁵⁵⁰ Idem, p. 178.

⁵⁵¹ REGO, José Pereira. História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850. RJ: Typ. Nacional, 1851, p 159.

Sem essas informações detalhadas, contudo Pereira Rego em seu histórico conseguia dividir as nacionalidades em três categorias – nacionais, estrangeiros e africanos – garantindo que os mais atacados teriam sido os estrangeiros recém-chegados e não aclimatados, sobre tudo marinheiros e operários. Sem dados precisos, apenas parciais, afirmava que a epidemia tinha atingido mais estrangeiros do que nacionais, mais homens do que mulheres, mais brancos do que africanos. Além disso, a mortandade seria menor na proporção de um quarto, para aqueles que recorreram a cuidados de médicos profissionais⁵⁵².

Outro discurso utilizado para afirmar as causas da febre amarela seria divulgado no periódico *O Philantropo*. Conforme demonstrou Kaori Kodama, numa série de artigos publicados a partir de 15 de março de 1850, o periódico acusava o tráfico negreiro de ser o causador principal da doença na cidade, que seria “uma febre da África, bem caracterizada pelos seus vômitos pretos”. Nestes artigos, intitulava-se a febre amarela como “febre africana”, “febre amarela da Costa da África”, como uma “epidemia reinante” que viria de fora do país. Nesta interpretação das causas da doença, a febre seria interpretada como um “castigo divino pelo pecado cometido pelos ‘traficantes de carne humana’”⁵⁵³.

Em outros momentos, o periódico utilizaria a reinterpretação de teses médicas que afirmavam ser o tráfico de escravos o responsável pela febre amarela. Assim, a tese do doutor Audouard garantia que, em Barcelona, “a febre amarela teria surgido nos navios negreiros espanhóis, devido às péssimas condições higiênicas”, “geradas dos dejetos dos cativos, que se impregnavam durante longo tempo nas madeiras das embarcações”⁵⁵⁴. Com esse argumento, *O Philantropo* defendia que a origem da doença era o tráfico negreiro, que precisava acabar. Desse modo, a argumentação servia para a formulação de motivos para pressionar pelo fim do tráfico de africanos.⁵⁵⁵

Com a imagem de uma moléstia típica de estrangeiros não aclimatados, ou com a percepção da origem no odioso tráfico de africanos, a doença crescia, preocupando tanto os médicos quanto as autoridades públicas. Analisando esta divergência de opiniões através da posição de Jean-Louis Besson é possível perceber que as estatísticas enquanto

⁵⁵² REGO, 1851, p. 160.

⁵⁵³ KODAMA, Kaori. Antiescravismo e epidemia: “o tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieus François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, abr-jun. 2009, p. 518.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Idem.

observações metódicas e parciais da realidade – e não como a própria realidade – tinham seus limites⁵⁵⁶.

Acerca do tema das estatísticas desta epidemia, a melhor descrição será a de José Pereira Rego – futuro Barão de Lavradio. Nascido em 1816, era filho de militar e se formou em medicina no ano de 1838. Contemporâneo de Marinho de Azevedo Americano, Rego ingressou na Academia Imperial de Medicina em 1840, integrando em 1850 a dita Comissão Central de Saúde Pública, juntamente com Cândido Borges Monteiro, Noronha Feital, Haddock Lobo, Xavier Sigaud, De Simomi e vários outros médicos da Academia.

Para fazer seu relato histórico e suas análises sobre a febre amarela, Rego recorreu principalmente a citações de estatísticas mais precisas do hospício de N. S. do Livramento conduzido pelo dr. Manoel do Valladão Pimentel, no morro do Livramento; às estatísticas produzidas por Robert Avé Lallemand – germânico que atuava como médico da enfermaria dos estrangeiros da Santa Casa de Misericórdia, na ilha de Bom Jesus e no N. S. do Livramento⁵⁵⁷ –; e aos relatórios dos presidentes de províncias, como no caso de Alagoas – onde as contagens foram feitas pelos vigários locais⁵⁵⁸. O Ministério do Império solicitou esclarecimentos à Academia Imperial de Medicina. A partir daí, passou-se a considerar a possibilidade de uma epidemia que atingiria somente os estrangeiros, pois estes eram os pacientes tratados por Lallemand⁵⁵⁹.

Em 28 de dezembro, Robert Ave Lallemand tinha sido o primeiro médico a verificar e diagnosticar a ocorrência de casos de febre amarela, na enfermaria dos estrangeiros da Santa Casa. Contudo, seu diagnóstico foi considerado imprudente pelos médicos do Rio de Janeiro⁵⁶⁰. Como vimos, os médicos higienistas brasileiros consideravam que a região do Brasil não era propícia à febre amarela. Deste modo, a princípio, foi descartada a hipótese de epidemia daquela moléstia. Com a continuação das investigações por Lallemand, indo às casas e hospedagens de pacientes e diagnosticando-os com febre amarela no início de janeiro de 1850, o médico germânico enviou um ofício ao ministério do Império⁵⁶¹.

⁵⁵⁶ Cf. BESSON, J-L. *A Ilusão das Estatística*. SP: Ed. UNESP, 1992.

⁵⁵⁷ MARQUES, Vera R. Beltrão. *Robert Avé Lallemand: viajantes e a febre amarela no Rio de Janeiro*. XXIII Simpósio Nacional de História, ANPUH. Londrina, 2005.

⁵⁵⁸ REGO, 1851, p. 13, 21, 38, 50, 88, 117, 126.

⁵⁵⁹ *Idem*.

⁵⁶⁰ FRANCO, 1969, p. 35.

⁵⁶¹ *Idem*, p. 35-36.

Como o ponto de vista da classe médica formava as estatísticas, e as observações estatísticas tinham por base teórica o pressuposto da maior incidência da doença nos estrangeiros não aclimatados, esta era a resposta mais frequentemente encontrada. Ao investigar com mais proximidade os estrangeiros, se percebia a doença com um flagelo dos imigrantes ou dos marinheiros e navegantes. Assim, o modo de registro, a forma de organização e os pressupostos teóricos da ciência médica da época influíram diretamente sobre os números encontrados⁵⁶².

Segundo Monique Gonçalves, foi a partir deste surto epidêmico que o Estado brasileiro deu seu primeiro passo rumo à formulação de uma política de saneamento público. Neste intuito, multiplicaram-se o número de enfermarias da cidade e os subsídios para o tratamento de doentes, além dos remédios cedidos pelas boticas, roupas de cama, comida, transporte e o que mais fosse necessário aos doentes. Nesta conjuntura, foram aprovadas verbas em caráter de urgência na Câmara dos Deputados⁵⁶³. Os ditos subsídios e créditos imediatos para os estados atingidos pela febre amarela – Pará, Maranhão, Ceará, Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo – foram extintos somente em aviso circular de 21 de setembro de 1850. A partir daquele momento a autorização para novas despesas e novos créditos só se daria a partir de alguma notícia de reaparecimento da epidemia. Além disso, era solicitada a demonstração das despesas efetuadas por conta dos créditos relativos a epidemia de febre amarela⁵⁶⁴.

Além disso, os médicos da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pressionaram o poder público para a criação de uma Comissão Central de Saúde Pública e de um Regulamento Sanitário⁵⁶⁵. Não obstante, sob a análise de Edler, é possível perceber que a criação da Junta Central de Higiene Pública não representava o ápice do poder político dos higienistas, mas o esvaziamento do poder da Academia Imperial de Medicina e a subordinação “das ações oficiais no campo da saúde pública e polícia médica à pauta política e administrativa mais geral”. Isso gerou

⁵⁶² Cf. BESSON, J-L. *A Ilusão das Estatísticas*. SP: Ed. UNESP, 1992.

⁵⁶³ GONÇALVES, Monique. *A Febre Amarela, o poder público e a imprensa durante a década de 1850*, no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005, p. 2-3.

⁵⁶⁴ DIÁRIO do Rio de Janeiro, a. XXIX, n; 8532, 25/10/1850, p. 1.

⁵⁶⁵ GONÇALVES, Monique. *A Febre Amarela, o poder público e a imprensa durante a década de 1850*, no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005, p. 2-3.

muito descontentamento em médicos acadêmicos e nos publicistas dos periódicos médicos do Rio e da Bahia até pelo menos a reforma de 1880⁵⁶⁶.

No âmbito da Comissão Central de Saúde Pública, Pereira Rego elaborou o panfleto intitulado “Conselho às famílias sobre o comportamento que devem observar durante a epidemia”, que foi distribuído aos jornais como forma de orientar a população⁵⁶⁷. Neste panfleto, tentava acalmar a população com as seguintes palavras:

Para tranquilizar o espírito do povo, a comissão central de saúde pública, declara que a febre amarela, que principia a reinar epidemicamente nesta cidade, acomete de preferência as pessoas recém-chegadas de países estrangeiros, marinheiros e outros indivíduos não aclimatados, ou não habituados às influências da temperatura, e outras especiais ao clima do nosso país: que ela se desenvolve a bordo dos navios e em terra, nos lugares onde costumam reunir-se e pernoitarem marinheiros, como se observa em certas casas da rua da Misericórdia e praia de d. Manuel: que nas pessoas nacionais e estrangeiras já aclimatadas residentes nesses distritos, a febre apresenta-se benigna e pouco caracterizada: que enfim não há exemplo até hoje no hospício do Bom Jesus e outros lugares, onde se tem tratado doentes de febre amarela, que esta se tenha comunicado às pessoas, que os tratam ou visitam. Daqui conclui a comissão, e concebe toda a esperança de que a febre amarela não só poupará os habitantes nacionais e estrangeiros aclimatados, residentes nesta cidade, mas ainda que, se em alguns se manifestar, será benigna; e conseqüentemente nenhum temor deverá ela inculcar aos cidadãos brasileiros⁵⁶⁸.

Não obstante a tentativa de acalmar a população, afirmando ser essa uma moléstia grave apenas em estrangeiros não aclimatados, Pereira Rego e os demais médicos a Academia Imperial de Medicina que estavam na Comissão Central de Saúde Pública não tinham dados estatísticos para afirmar isso. Ao fazer o histórico da epidemia, no ano seguinte, Rego confirmaria a inexistência de dados ao escrever:

Bem longe está de nós a presunção de crer que vamos apresentar ao público um trabalho bem acabado da história da epidemia no Rio de Janeiro. Ninguém há que não possa avaliar as dificuldades com que havíamos de lutar, para que obtivéssemos

⁵⁶⁶ EDLER, 2011, p. 155.

⁵⁶⁷ MONTEIRO, Rodrigo; FONSECA, Maria Rachel. “Rego, José Pereira”. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/regojope.htm>

⁵⁶⁸ REGO, José Pereira; et al. Conselho à famílias, sobre o comportamento que devem observar durante a epidemia, pela Comissão Central de Saúde Pública, [no paço da Illm. Câmara Municipal, aos 13 de fevereiro de 1850]. *Annaes de Medicina Brasiliense*, a. 5, v. 5, n. 4, janeiro/1850, p. 94.

os esclarecimentos precisos, todos os documentos oficiais, observações clínicas particulares, de hospitais tanto civis como militares, tratamento em geral e em particular, necropsias; e o que mais é, a organização de uma estatística que nos desse o número mais aproximado e exato dos atacados da febre, dos curados, dos mortos⁵⁶⁹.

Desta forma, sem dados precisos, o Estado brasileiro agia com os dados que tinha disponíveis a mão. Os homens públicos adotavam a lógica da aproximação dos dados e da necessidade de tomar decisões para agir com o que tinham e não paralisar a organização de serviços por falta de números. O mesmo raciocínio que seria utilizado para garantir a utilização das estatísticas de Haddock Lobo seria utilizado por Rego para justificar seus dados e seu relato histórico e descritivo sobre a epidemia: se alguém tiver dados melhores que apresente, como não existem, utilizaremos estes que existem, essa era a máxima estatística do momento. Assim, concluía Rego,

Contudo, si não atingimos, como supomos, a meta dos nossos desejos, ao menos ousamos afiançar, mui pouca coisa nos falta, e esta mesmo de pequena importância a nosso ver; pois que fomos incansáveis em procurar, pesquisar, e consultar tudo quanto podia ter relação com a febre amarela no Rio de Janeiro e nas províncias. Quem já tem organizado trabalho deste gênero, no qual é mister empregar não só material próprio como alheio, para que seja perfeito e completo, como deve ser poderá aquilatar o nosso afã⁵⁷⁰.

Ao se referir ao início da epidemia, Pereira Rego procurava demonstrar que esta tinha chegado através de vários motivos observáveis por um homem de ciências: fatores ambientais com a seca de 1849; presença de aventureiro que tinha passado pelo país em navios vindos de países onde reinavam doenças epidêmicas gravíssimas; do ingresso de africanos acometidos por doenças graves; desembarque de grande número de estrangeiros aumentando rapidamente a população; predomínio de problemas gástricos ao longo do ano; aparecimento de febres gástricas e tifoïdes nos últimos meses; abandono da higiene pública, com vales de despejo e praias em “estado deplorável”; desenvolvimento constante de emanações de miasmas pelo excessivo calor; a atmosfera mais pesada nos últimos meses do ano; a falta de brilhantismo do céu do Rio de Janeiro; “corpúsculos de

⁵⁶⁹ REGO, 1851, p. II-III.

⁵⁷⁰ REGO, 1851, p. III.

decomposição de matérias animais e vegetais desprendidos dos imensos focos de infecções já existentes”, “dando a atmosfera um aspecto tristonho e carregado”⁵⁷¹.

Com todos esses fatores combinados, segundo Rego, não seria possível não enxergar os “elementos de destruição que nos rodeavam um desfecho tanto mais terrível para a humanidade, quanto maior fosse sua duração”. Esses receios seriam fruto “unicamente do estudo e da apreciação das condições em que nos achávamos”⁵⁷². Com tantas características ruins no ambiente – para a visão médico-higienista da época – a entrada das embarcações *Pernambucana*, *D. João I* e *Imperatriz* vindas do norte trazendo a febre conhecida como *polka* ou *califórnia* e diversos tripulantes doentes iniciariam a epidemia⁵⁷³.

Segundo Pereira Rego apurou, o conselho de salubridade pública da Bahia tinha emitido parecer sobre estas doenças, afirmando não serem as moléstias contagiosas nem assustadoras, apesar de apresentar caracteres de gravidade quando atacavam os centros nervosos ou se manifestavam por fenômenos gástricos ou tifoides. Segundo Odair Franco, este parecer tinha sido solicitado ao Conselho de Salubridade pelo presidente da província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins (futura Visconde de São Lourenço). Neste ofício, o líder do executivo provincial deixava clara a divergência entre posições sobre a febre amarela. Essa divergência se caracterizaria por uma oposição entre médicos brasileiros e estrangeiros, no tocante a malignidade da febre amarela. Segundo o parecer do Conselho de Salubridade da Bahia,

Até hoje a opinião dos facultativos está em oposição com a de alguns médicos estrangeiros, querendo estes que seja a febre amarela maligna e contagiosa que reina na atualidade, e grande parte daqueles em ser uma febre epidêmica sem contágio nem caráter essencial de malignidade⁵⁷⁴.

Em resposta, o parecer garantia que a febre amarela não seria contagiosa. Contudo, no que tange a análise estatística comparativa, o parecer afirmava que,

Como o conselho de salubridade consta de poucos médicos comparativamente a quantos existem nesta cidade [Salvador, na Bahia], aconteceria

⁵⁷¹ REGO, 1851, p. 1-2.

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ Idem, p. 2-3.

⁵⁷⁴ FRANCO, Odair. História da Febre Amarela no Brasil. Rio de Janeiro: DNER/Ministério da Saúde, 1969, p. 25.

que os dados estatísticos que o mesmo conselho apresentasse dariam lugar à consequências falsas respectivamente ao número total de doentes afetados, e à relação real entre os casos graves e funestos, e o grandíssimo número de benignos; parecendo ao mesmo conselho que o modo de obter-se uma estatística aproximada seria fazer estas indagações por intermédio da polícia, ou por aqueles meios que o governo julgar mais convenientes, visto que por esta maneira poder-se-á saber de muitos casos que por médicos não tenham sido tratados. Obtidos estes dados e remetidos pelo governo ao conselho, tratará este de organizar um trabalho que haja de satisfazer, como for possível, esta exigência [de produzir uma estatística confiável]⁵⁷⁵

Neste parecer, ficava mais uma vez ressaltada a inexistência de dados completos, mas apenas aqueles que foram possíveis coletar com o número reduzido de médicos daquela repartição. Além disso, ao afirmar que para obter uma estatística mais completa dever-se-ia recorrer a polícia, ficava clara a ideia de que os médicos não tinha o monopólio do tratamento e da produção de dados sobre doenças. Os dados estatísticos possíveis estavam em posse dos chefes de polícia e não dos médicos do conselho de salubridade.

Isto se verificava no *Regulamento Sanitário mandado observar por aviso desta data nas comissões paróquias de saúde pública, criadas por aviso de 14 de fevereiro de 1850*, decretado pelo Ministério dos negócios do Império. Este regulamento criava as comissões paróquiais de saúde pública, como delegadas da Comissão Central de Saúde Pública, para se reunir em sessões em cada freguesia, na respectiva subdelegacia, todas as vezes que se julgassem necessário, sob a presidência do subdelegado de polícia. Esta comissão paroquial teria a função cuidar do tratamento dos doentes necessitados e das pessoas pobres, remetendo-as para enfermarias do governo⁵⁷⁶. No tocante a estatística, no artigo 14º ficava explicitado que as comissões paróquiais,

Organizarão também semanalmente uma estatística mortuária, em que seja declarado o nome do falecido; sua enfermidade e duração dela, sexo, estado, idade, profissão, condição e residência; a qual estatística, assim organizada, será remetida à comissão central de saúde pública. Os inspetores de quarteirão não aceitarão atestados de óbito que não contenha as indicadas declarações⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵ CONSELHO de Salubridade Pública da Bahia Apud REGO, 1851, p. 3-4.

⁵⁷⁶ DRJ, a. XXIX, n. 8344, 06/03/1850, p. 1.

⁵⁷⁷ Idem.

Nestes termos, se o regulamento oficial fosse seguido, existiriam dados de todos os falecimentos a partir daquele momento. Não obstante, como vemos no histórico produzido por Pereira Rego, não foi isso que aconteceu, mesmo que este afirme que as informações da polícia eram mais exatas do que as dos hospitais.

Como já vimos, em 13 de fevereiro daquele ano, Pereira Rego em nome da Comissão Central de Higiene Pública tinha feito uma carta conselho a população, afirmando que a moléstia seria benigna entre os nacionais e estrangeiros aclimatados. Enquanto isso, diversos pacientes continuavam adoecendo e até mesmo falecendo de febre amarela. Com a negação da epidemia pelos médicos da Academia Imperial de Medicina, começavam a surgir matérias na imprensa, com críticas às autoridades públicas e aos médicos alopatas⁵⁷⁸. Em resposta, a Comissão Central de Saúde Pública formulou medidas de saúde pública, definindo regras de salubridade e combatendo a multiplicação de matérias na imprensa sobre curas alternativas, principalmente relacionadas à homeopatia⁵⁷⁹.

Na sessão de 16 de fevereiro de 1850, o médico Cruz Jobim – presidente da AIM, médico da Santa Casa e da Comissão Central, além de parlamentar da Câmara dos Deputados – pediu a palavra para apresentar um projeto em caráter de urgência. Ao se pronunciar exclamou:

Sr. Presidente, as publicações contraditórias que tem aparecido nos jornais políticos sobre coisas relativas à epidemia reinante, me parecem próprias para por o povo na maior consternação possível, e para leva-lo por assim dizer a um estado de alienação mental. (...)

Assim, Sr. Presidente, é preciso que se dê garantias aos homens a respeito da sua saúde: não trato aqui se sistemas, não é essa a minha questão, quero mesmo admitir que essas garantias sejam necessárias em um sentido ou no outro, (...)

Já em outra ocasião fiz sentir à casa os maus efeitos do abuso das publicações próprias de charlatães, em jornais políticos, e agora reconheço a necessidade absoluta de por-se termo a semelhantes publicações, que não servem senão para desvairar o povo e pô-lo louco, sem servir de nada às ciências, porque nunca as massas poderão servir de juiz em matérias científicas; publique-se embora o que se quiser, mas de

⁵⁷⁸ GONÇALVES, 2005, p. 47.

⁵⁷⁹ Idem.

modo que se faça o povo refletir, para não ser vítima da bandoleira dos homens da imprudência, da ousadia, e da falsidade (...) ⁵⁸⁰

No seu discurso, Cruz Jobim procurava negar as contradições apresentadas pelos jornais leigos, além de procurar calar aqueles que, segundo sua visão fossem charlatães, que cometessem “abuso das publicações”. A base de suas afirmações estava no argumento de que somente um médico, um especialista em questões científicas poderia ser “juiz em matérias científicas”. Destarte, o público leigo e os editores de jornais leigos não teriam a possibilidade de fazer qualquer julgamento sobre a epidemia. Em seguida, apresentava um projeto, nos seguintes termos,

Art. 1º Fica proibido o abuso da pública credulidade feita por meio de publicações avulsas ou em jornais populares e políticos sobre a natureza e meios preventivos ou curativos da epidemia reinante.

Art. 2º As publicações que se quiserem fazer a tal respeito serão apresentadas a uma comissão de médicos ilustrados, nomeados pelo governo, os quais apresentação em jornais científicos com as observações razoáveis que merecem semelhantes artigos ou correspondências.

Art. 3º Aqueles que infringirem as precedentes disposições terão a pena de seis meses de cadeia ⁵⁸¹.

Neste projeto, ficava clara a predisposição de Cruz Jobim em perseguir os veículos de comunicação leigos que falassem sobre a “natureza e os meios preventivos ou curativos da epidemia”, especialmente aqueles que oferecessem curas para a febre amarela em desacordo com a visão da corporação médica que se estava criando ao redor da AIM. Demonstrava-se o interesse na perseguição de periódicos que divulgassem terapias alternativas, como a homeopatia. Contudo, a perseguição aos periódicos leigos e aos médicos homeopatas por Cruz Jobim foi criticada pelo *Correio Mercantil*, que em matéria do dia 1º de março de 1850 afirmava, em contraposição ao médico-deputado,

⁵⁸⁰ ANNAES do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados. Tomo Primeiro. sessão de 16/02/1850 Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1879, p. 578-579.

⁵⁸¹ ANNAES do Parlamento Brasileiro, 16/02/1850, p. 579.

Que projeto! Que projeto! Não há dúvida; desta vez lá se vai para a casa do diabo a febre amarela! Tal foi a exclamação que fizemos ao lermos a rica produção anti-credula do ilustre dr. Conselheiro, diretor da escola de medicina, membro da honrada sala, médico da imperial câmara, comendador de duas ordens, etc., etc., o sr. José Martins da Cruz Jobim! Sim; desta vez acabaram-se a credulidade e os crédulos. (...) Vejam, vejam, os que ainda não tiverem lido, a sapiência do sr. Doutor. (...)

Principiaremos por dizer ao respeitabilíssimo mestre que em virtude de uma coisa chamada – constituição – os abusos de imprensa são reprimidos, e nunca proibidos, como pretende no projeto anti-credulidade. (...)

O nobre dr. Conselheiro não se contenta com a disposição constitucional; com uma penada, qual o juiz de paz da roça, aboliu a constituição nesta parte, e quer que se estabeleça uma comissão de médicos nomeados pelo governo para examinarem escritos, que tenham de ser publicados, para serem proibidos os abusos da credulidade, ficando destarte uma nova censura prévia estabelecida em todo o seu rigor e extensão. (...)

Ora aí está uma grande novidade! Um projeto que proíbe os abusos da credulidade pública por meio da imprensa é um projeto de saúde pública! Que poderoso meio para combater a febre amarela e tornar saudável esta capital!⁵⁸²

Como demonstrou Gonçalves, Cruz Jobim era um partidário da medicina alopática, procurando na Câmara dos Deputados aprovar projetos que dessem o monopólio do tratamento médico a esta terapêutica. Contudo, jornais como o *Correio Mercantil* e o *Correio da Tarde* se colocavam como críticos do médico alopata e defensores da diversidade das práticas terapêuticas, em especial do recurso da homeopatia. Desta forma, os médicos da Comissão Central de Higiene Pública eram questionados constantemente por negar a gravidade da epidemia e por combater tratamentos que poderiam possibilitar a cura de doenças, na visão de alguns periódicos leigos e de alguns médicos adeptos da terapêutica homeopática⁵⁸³.

No seu relatório, procurando contabilizar os doentes, Pereira Rego recorreu tanto a dados oficiais, quanto a dados recolhidos por médicos de instituições de caridade e médicos particulares. No Capítulo XI de seu tratado, intitulado “Da mortandade no Rio de Janeiro, e sua proporção relativamente ao número de atacados”, o médico descreveria

⁵⁸² CORREIO Mercantil. “Resenha Parlamentar”, 01/03/1850, p. 1.

⁵⁸³ GONÇALVES, 2005, p. 47-52.

sua coleta e apresentação de estatísticas da febre amarela no Rio de Janeiro, do final de 1849 a 1851, quando publicou seu livro. Segundo Rego,

Coisa alguma seria, por certo, de mais alta importância e interesse do que esta parte do nosso trabalho, se por ventura chegássemos a determinar com exatidão a mortandade que houve nesta cidade [do Rio de Janeiro], assim como o número de pessoas atacadas pela febre epidêmica; porque então ser-nos-ia fácil, de um lado, desmentir os boatos exagerados que aqui e na Europa se espalham acerca da mortandade havida nesta corte, e, de outro comprovar o grau de importância da salubridade do clima do Rio de Janeiro, e mais uma vez mostrar que as epidemias, se não encontram nele obstáculo a seu desenvolvimento e intensidade, pelo menos acham um modificador importante, que diminui consideravelmente sua perniciosa influência, em vista do que se observa em outros países⁵⁸⁴.

Assim, para o médico ter as estatísticas precisas que ele não tinha no momento seria fundamental para desmentir os boatos – por exemplo o de que mesmo depois da epidemia morriam 200 pessoas por dia no Rio de Janeiro – e comprovar que no Rio de Janeiro se morria menos do que em outros países⁵⁸⁵. Na edição do *Times*, de Londres, de 14 de fevereiro de 1850, se chegava a afirmar que “dos 140000 habitantes existentes na Bahia em 1849, cerca de 135000, isto é, 96 % da população teve febre amarela”⁵⁸⁶, dando clara ideia dos boatos que corriam pelos jornais do mundo sobre a epidemia brasileira. Assim, ter estatísticas médicas precisas poderia significar a possibilidade de negar essas informações dos jornais estrangeiros.

Vê-se aqui a percepção das estatísticas enquanto possibilidade de comparar diversas regiões geográficas, dentro dos ditames de uma geografia médica que circulava entre os homens de ciências e medicina por todo o globo⁵⁸⁷. Assim, Pereira Rego tinha a convicção de que, caso os dados estatísticos existissem a precisão, estaria

Fora de toda a dúvida que nenhum país há, no qual uma epidemia de febre amarela tão intensa e geral, como aquela que grassou nesta cidade, menor número de

⁵⁸⁴ REGO, 1851, p. 137-138.

⁵⁸⁵ Idem.

⁵⁸⁶ Apud FRANCO, 1969, p. 27.

⁵⁸⁷ Para uma análise detida da construção da geografia médica ver o segundo capítulo de EDLER, 2011.

vítimas tenha feito, segundo se colige da história das epidemias que tem reinado em diferentes tempos em outras partes⁵⁸⁸.

Não obstante, o médico reconhecia as dificuldades, faltas e imperfeições da produção de trabalhos do gênero estatístico no Brasil e mesmo em “países mais bem montados” nos quais, segundo ele, “as questões desta ordem são estudadas com todo o cuidado e critério”. Solicitando o perdão do leitor, então passava a explicar seu método de produção, para que chegasse às “conclusões mais aproximadas do grau de exatidão”⁵⁸⁹. Deste modo explicava sua metodologia:

Assim apresentamos:

1º o resultado das estatísticas das enfermarias da Misericórdia;

2º dos diversos estabelecimentos particulares;

3º dos hospitais militares;

4º finalmente da clínica particular daqueles colegas que se dignaram aceder ao nosso pedido, enviando-nos um resumo sobre os fatos de sua clínica.

Verificando o expediente do Ministério do Império, por exemplo nos dias 15 de abril e 8 de maio, é possível perceber que o ministério solicitava os números ao provedor da Santa Casa de Misericórdia e ao dr. Cândido Borges de Monteiro, no último caso especialmente ordenando que remetesse a estatística de todos os doentes tratados pelas comissões paroquiais de saúde pública. Contudo, foram encontradas até o momento informações sobre recepção de estatísticas somente dos enfermos da epidemia reinante na Ilha de Paquetá, no expediente de 5 de julho⁵⁹⁰.

Feito isso, expomos a relação numérica dos enterramentos feitos nos cemitérios e nas igrejas; e, da proporção dos mortos para a dos atacados nas estatísticas referidas, avaliamos para os das estatísticas não conhecidas, e da proporção geral dos mortos deduzimos a dos atacados⁵⁹¹.

⁵⁸⁸ REGO, 1851, p. 138.

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ DRJ, a. XXIX, n. 8428, 21/06/1850, p. 1. DRJ, a. XXIX, n. 8433, 28/06/1850, p. 1. DRJ, a. XXIX, n. 8448, 17/07/1850, p. 1.

⁵⁹¹ Idem, p. 138-139.

José Pereira Rego procurava demonstrar como calculou, proporcionalmente, os números que não conhecia pelos que conhecia. Assim, somava ao cálculo a proporção referente às freguesias, localidades e instituição ao qual não tinha acesso. Em nota, Rego esclarecia, a partir de sua visão, que a epidemia tinha se dado sobre tudo nas 8 freguesias urbanas, atacando muito pouco as “de fora” (rurais)⁵⁹². Como vimos no Capítulo 1 desta tese, ver na zona rural um lugar de natureza idílica e saudável, onde as doenças não atingiam a população, onde não se precisava contar a população e as doenças não se alastrava, era um padrão discursivo também adotado por Chadwick na Inglaterra⁵⁹³. Acusando sua própria metodologia de imperfeita e afirmando que por esse método nunca conseguiria dados exatos, Rego reconhecia nesta fórmula

o único meio, pelo qual podíamos chegar à conclusões mais aproximadas da exatidão, uma vez que nos faltavam todos os esclarecimentos e dados indispensáveis para podermos chegar à conclusões rigorosas e exatas⁵⁹⁴.

Por fim, o médico construiria tabelas para apresentar breves notícias sobre as terapêuticas empregadas nos doentes, e avaliar o grau de aproveitamento de cada método de tratamento e certificar a exatidão do que a medicina avançou no tratamento da febre amarela⁵⁹⁵. Em diversas notas, médicos de hospitais seriam citados, indicando remédios e tratamentos que utilizaram para a febre amarela, conseguindo a cura.

A forma utilizada pelo autor foi indicar nas tabelas o local onde foram colhidos os dados, o número total de doentes – quando possível dividido entre estrangeiros, nacionais e africanos –, o número de curados e o número de mortos. Esta forma de contar apenas os totais, os curados e os falecidos era bem semelhante àquela utilizada por médicos como De Simoni e Haddock Lobo ao longo da década de 1840 para a construção das estatísticas de hospitais e enfermarias e para a construção das estatísticas mortuárias do Rio de Janeiro. Em notas de rodapé, Rego faria comentários sobre terapêutica, situações de

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ HANLEY, J. Edwin Chadwick and the Poverty of Statistics. *Medical History*, 46, 2002, p. 37-38.

⁵⁹⁴ REGO, 1851, p. 139.

⁵⁹⁵ Idem.

coletas de dados, especificidades dos dados coletados e outras informações que tinha disponíveis sobre o estabelecimento contabilizado⁵⁹⁶.

Analisando as notas, vemos algumas posições de Pereira Rego sobre a utilidade das estatísticas para a medicina ou sobre o equívoco de certas interpretações das estatísticas. Ao verificar os dados do Hospital da Ordem 3ª de São Francisco de Paula e do Hospital de São Francisco da Penitência, ambos atendidos pelo dr. Luiz Vicente De Simoni, Rego se perguntaria o motivo da diferença de proporção de mortandade, cifradas em 9,01 % e 10,77 % respectivamente. Perguntava-se: “Qual seria a razão dessa diferença?”, “Dependeria do tratamento?”. Sua conclusão deixava clara sua posição sobre a relação entre resultados estatísticos e méritos médicos:

De certo que não, e só sim da diversidade de estado e condições em que se achavam os doentes. Logo não nos devemos apoiar nos resultados de qualquer tratamento para avaliar do mérito e conhecimento dos nossos colegas pelo simples fato da maior ou menor mortandade nos seus doentes, por isso que muitas são as condições capazes de a fazer variar!⁵⁹⁷

Assim é possível observar que José Pereira Rego considerava importante contar os doentes, os sãos, os curados e os falecidos, para conhecer a extensão da doença e da epidemia. Não estaria em jogo, assim, na sua descrição a verificação do acerto ou erro de um tratamento, o mérito de um médico ou métodos eficazes de cura. Não obstante, na página seguinte, considerava excelente o resumo terapêutico do dr. Bompani, do Hospital da Ordem 3ª do Carmo, segundo o qual “os falecidos entraram todos em estado gravíssimo, e 8 depois de levados a este estado pelo tratamento homeopático”. Logo após, continuava reproduzindo o relato do médico Bompani, que afirmava ter usado

dos meios terapêuticos hipostenizastes cardio-vasculares, vasos cardíacos, venosos, conforme a classificação de Giacomini, escolhendo com especialidade o tártaro, o sulfato de quinina, a água de louro cereja, o acônito, o carbonato de potassa, o sinapismo externamente, as ventosas sarjadas e outros meios da mesma natureza⁵⁹⁸.

⁵⁹⁶ Idem, p. 139-147.

⁵⁹⁷ REGO, 1851, p. 140.

⁵⁹⁸ Idem, p. 141.

Por fim, o dr. Bompani garantia que sua opinião a respeito da febre amarela era sancionada pelas autópsias praticadas e comunicadas à Academia Imperial de Medicina.

Neste relato, portanto, vemos aflorar a tensão entre os tratamentos sancionados e praticados pela AIM e a terapêutica da homeopatia. Se, por um lado, Rego afirmava que uma terapêutica não poderia ser medida em seu acerto pelos números, por outro corroborava a informação de outro médico de que a terapêutica homeopática tinha causado o agravamento do estado de pacientes com febre amarela. Donde se pode concluir que, para o médico, não se poderia julgar uma terapêutica aceita pela Academia, mas o mesmo julgamento poderia ser feito com relação à ineficácia e até mesmo aos malefícios do tratamento homeopático.

Aqui, para além de uma questão meramente política ou de disputa de espaço entre alopatas e homeopatas, estava uma disputa de visões sobre a medicina, a cura, as doenças e as epidemias. A máxima da terapêutica utilizada por Pereira Rego era a sua individualização. Era o médico alopata, formado e conhecedor dos métodos científicos da medicina, que deveria avaliar que remédio utilizar, em que quantidade e por quais métodos. Rejeitava-se o método universal do tratamento homeopático, para o qual uma mesma fórmula de análise das doenças serviria para todos os pacientes.

Na estatística da Enfermaria de São Vicente de Paulo, segundo suas tabelas trataram-se 281, com 153 curados e 128 falecidos, sendo que “eram todos portugueses e foi empregada a homeopatia”. A proporção desta enfermaria seria uma das mais altas de todo o relato⁵⁹⁹. Como vimos no segundo capítulo, autoridades religiosas e de ordens como a São Vicente de Paulo apoiavam as terapias homeopáticas, utilizando as mesmas em suas enfermarias e hospitais.

Ainda tratando da homeopatia nessas tabelas estatísticas, ao reproduzir os números enviados pelo dr. Xavier Sigaud – que acompanhou o caso de 364 doentes, vendo 325 curas e 39 falecimentos – citava o médico francês entre aspas, afirmando que “vários deles vieram procurar os recursos da arte depois de haverem sido vítimas da homeopatia”⁶⁰⁰. Mostrava-se, mais uma vez o tratamento homeopático como um malefício capaz de causar a piora de doentes. Em outro momento de seu relato, novamente

⁵⁹⁹ REGO, 1851, p. 142.

⁶⁰⁰ Idem, p. 151.

citava as “doutrinas homeopáticas” como causadoras de mortes, pois os médicos que seguiam este tratamento não teriam sido “felizes no tratamento de seus doentes”⁶⁰¹.

De acordo com Tania Pimenta, nos cinco anos iniciais da Junta Central, não haveria tema mais irritante para os médicos da repartição do que a homeopatia. Os servidores da instituição central de higiene ficariam atentos à propagandas de terapias homeopáticas que consideravam “especulação mercantil nos jornais da capital”⁶⁰². Apesar disso, a presença dos homeopatas no tratamento de doentes na epidemia foi constante, mesmo que não demonstrada nas estatísticas de Pereira Rego. Evidencia-se mais uma vez uma faceta das estatísticas, o foco da observação era o tratamento dos médicos alopatas. Mostrar nas estatísticas da epidemia de 1850 médicos homeopatas tratando doentes seria contraditório com os propósitos de Pereira Rego e dos médicos alopatas de combater os homeopatas.

Os homeopatas atuaram e muito nesse período, conseguindo prestígio para sua terapia e a permissão de atuação. Alguns médicos chegaram a se converter em homeopatas, adotando alopatia e homeopatia nas suas clínicas e hospitais, na tentativa de dar conta do grande surto epidêmico. Inspetores de quarteirão chegavam a aceitar convites de Vicente Martins para aprender a homeopatia e tratar doentes. Nesse sentido, havia mais uma contraposição entre homeopatas e alopatas: para os homeopatas não seria necessário ser médico profissional para tratar a doença. Bastava apenas uma pequena farmácia homeopática, que Escola Homeopática e o Instituto Homeopático colocavam a disposição de delegados e vigários⁶⁰³.

Assim, com o prestígio junto às autoridades policiais e eclesiásticas, os homeopatas conseguiriam inclusive ser contabilizados na década seguinte como praticantes de medicina. A listagem de médicos da secretaria de polícia da Corte, de julho de 1855, passaria a contar os médicos de “acordo com a freguesia e o sistema curativo”, anotando a quantidade de alopatas e a quantidade de homeopatas. Em 1863, José Pereira Rego seria questionado por Mello Moraes sobre o porquê, tendo sido um combatente em prol da alopatia havia assinado e se tornado sócio fundador do Instituto Homeopático do Brasil, em 1844. Assim, denunciava-o como um trãnsfuga, que por vezes se colocava como um alopata em cruzada contra homeopatas e por vezes apoiava a homeopatia ou lhe fazia vistas grossas⁶⁰⁴.

⁶⁰¹ Idem, p. 158.

⁶⁰² PIMENTA, 2003, p. 62.

⁶⁰³ PIMENTA, 2003, p. 218.

⁶⁰⁴ CORREIO MERCANTIL, n. 312, 13/11/1863, p. 2.

Ao fim das tabelas e relatos de terapêuticas e tratamentos em notas, Pereira Rego chegava a uma proporção de mortalidade calculada em menos de 3 por cento. E ainda assim, segundo ele, porque “muitos dos que começavam o tratamento fora dos hospitais, eram para ali enviados, depois de esgotados os recursos”. Caso estes não fossem enviados para os hospitais, chegar-se-ia a cifra de 5 por cento. Além dos contabilizados, o médico informava que muitos doentes morreram desamparados em suas casas e foram enviados pelas autoridades diretamente para os cemitérios. Outros morreram abandonados pelos que tinham se encarregado da cura, mas, ao ver o perigo de morte eminente, abandonavam o doente com medo dos “embaraços da certidão de óbito”. Outros ainda teriam morrido de febre amarela, mas com diagnósticos equivocados de outras doenças⁶⁰⁵. Tentando dar conta das estatísticas destes não contabilizados, Pereira Rego se utilizava das estatísticas policiais de enterramentos publicadas em 9 de maio de 1850 no *Jornal do Comércio* e dos registros de sepultamentos dos diversos cemitérios do Rio de Janeiro. Nestes cálculos, segundo ele, as estatísticas seriam até mesmo excessivas⁶⁰⁶. O que é muito provável, pois os mortos por febre amarela se misturavam neste cálculo aos mortos por outras doenças.

Os surtos epidêmicos continuaram ainda frequentes nos anos de 1851 e 1853. Contudo, conforme demonstrou Monique Gonçalves, nos anos seguintes a estes surtos epidêmicos, as discussões relativas a febre amarela começaram a diminuir. Mesmo assim continuavam presentes propagandas de remédios milagrosos e infalíveis, como “pímulas de Halloway”, “Salsaparrilhas de sands”, “lírio do Japão” e “Xarope de saúde de Arrault”. Além desses comerciais, mantinha-se a publicação de estatísticas anuais dos tratamentos de febre amarela e outras doenças, em clínicas particulares como a de A. da Costa e Liberato de Castro⁶⁰⁷. As estatísticas ganhavam cada vez mais importância discursiva nas demonstrações médicas e na sociedade a partir desta década. Nesta década e nas próximas, o discurso da falta de estatísticas gerais e completas e os discursos médicos com estatísticas cresceriam, continuamente, como veremos no próximo capítulo.

Mas se de um lado crescia o interesse por ter dados quantificados, por outro a recém-criada Junta Central de Higiene não conseguiria produzir estatísticas periódicas e nem mesmo fazer valer suas recomendações junto ao poder imperial. Como o órgão era apenas consultivo, ficava a cargo do Ministério do Império agir ou não. Assim, as

⁶⁰⁵ Idem, p. 157. Veremos no próximo capítulo que em 1864, Pereira Rego como presidente interino da Junta Central de Higiene Pública proporia ao governo imperial que os registros de óbitos passassem a ser impressos, tomando como base uma determinação dos Congressos Internacionais de Estatísticas.

⁶⁰⁶ Idem, p. 158-159,

⁶⁰⁷ GONÇALVES, 2005, p. 75.

políticas públicas, após a grande epidemia de 1850 e as epidemias médias dos três anos subsequentes, começaram a se extinguir ou ter diminuição considerável. As fiscalizações nos navios não teriam mais a mesma periodicidade e a insalubridade e as doenças nos navios embarcados no Rio de Janeiro podiam ser vistas sem que qualquer tripulante fosse enviado para hospitais, a menos que estivesse quase morrendo. Ficava clara a intenção prioritária do atendimento emergencial somente durante os surtos epidêmicos, sem que fossem organizadas ações contínuas de saneamento da cidade, de sistematização das políticas e de produção de estatísticas. As atitudes de saneamento se davam muito mais pela quantidade de reclamações feitas pela população na imprensa do que por um trabalho sistemático e contínuo⁶⁰⁸.

Pelo lado dos médicos, também ficava patente a carga de trabalho que demandaria o controle sanitário do Rio de Janeiro de forma constante. A criação de novas enfermarias para dar conta da epidemia, pelos decretos de 05/09/1850 e 14/06/1851, tinha criado uma demanda que os médicos da corte não eram capazes de assumir. O Estado não tinha tomado para si a incumbência de prover diretamente estas instituições de assistência à população, ficando várias delas sob a subordinação dos médicos da Santa Casa de Misericórdia. Diante desta impossibilidade de manutenção dos serviços, Robert Ave Lallemand chegava a solicitar em parecer ao provedor da Santa Casa que os médicos fossem aliviados dos ônus de “estabelecer, manter e conservar nas freguesias de Sant’anna, do Engenho Velho e Lagoa” enfermarias permanentes⁶⁰⁹. Se, por um lado, se desejavam cuidados médicos e estatísticos, por outro não existia os meios e os recursos humanos suficientes para dar conta de toda a demanda. Isto abria espaço para que muitas pessoas pobres, que não tinham acesso aos médicos alopatas, ou porque não tinham dinheiro para pagar ou porque os médicos estavam muito longe de suas moradias, utilizassem terapias alternativas.

Concluindo, antes da epidemia de febre amarela existia uma discussão sobre a aplicabilidade ou não das estatísticas a medicina, enquanto depois da epidemia, os periódicos médicos e leigos discutiam a necessidade de produção de estatísticas. Havia, a partir deste momento, certo consenso de que deveriam existir dados quantificados sobre

⁶⁰⁸ Idem, p.42-43.

⁶⁰⁹ PIMENTA, Tania. O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855). Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003, p. 174. Este pedido era uma resposta ao ministro do Império, que em 31/05/1854, tinha feito um requerimento ao provedor da Santa Casa de Misericórdia solicitando que cumprisse a manutenção e a conservação dos estabelecimentos de enfermaria permanente.

as epidemias, como forma de tentar, de alguma forma, prever outras epidemias semelhantes. Os periódicos médicos e os periódicos de notícias políticas e gerais passavam assim por uma modificação.

Na década de 1850 o perfil das notícias relacionadas às estatísticas mudaria. No início da década de 1840 vimos notícias estatísticas quantificadas sobre diversos países do mundo, enquanto na realidade brasileira discutir estatísticas era principalmente discutir limites e fronteiras. Neste outro momento, no início da década de 1850, havia uma grande quantidade de dados quantificados tanto em nível nacional quanto internacional nos jornais. Começava-se a esboçar a necessidade de uma estatística geral do Brasil e de uma instituição estatal que pudesse organizar o serviço sanitário brasileiro e as estatísticas médicas do país, como veremos a seguir.

~~~~~

## **A tentativa frustrada do censo de 1852: modernidade e resistência ao controle estatal centralizado**

Enquanto outra epidemia de febre amarela atingia o país em 1851 e Pereira Rego escrevia sua história da grande epidemia de 1850, a elite política procurava construir o primeiro censo geral do Império e a organização de registros regulares de nascimentos e óbitos. Estava claro para a elite imperial que o Brasil deveria organizar seus dados e contar sua população, para estabelecer melhores formas de governança. Assim, é possível perceber a tentativa de organizar o censo e o registro civil, como uma resposta as mudanças políticas, sociais e sanitárias pelas quais o país estava passando.

Era claro para a elite conservadora que estava no governo central que o Brasil não tinha dados organizados. O presidente do conselho de ministros e ministro dos negócios do império, José da Costa Carvalho, o Visconde de Monte Alegre, apresentou relatório à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão legislativa de 1850, datado de 14 de janeiro de 1850. Assim, em meio a epidemia reinante de febre amarela, o chefe do executivo brasileiro produzia um relatório sobre a situação da administração do país. Neste relatório, afirmava que

Sente o governo a cada passo inteira falta de esclarecimentos ou os tem muito incompletos e imperfeitos, sobretudo em certos negócios, cujo andamento e decisão disso depende. Foi um dos primeiros cuidados da Repartição a meu cargo exigir dos Presidentes de províncias circunstanciadas informações sobre o estado da instrução pública, da agricultura, mineração, indústria e comércio, sobre a necessidade de se empreenderem alguns melhoramentos materiais, e com particularidade os que tendessem a facilitar as comunicações de uma com outras províncias quer por meio de estradas, quer pela navegação dos rios do interior, quer pela abertura de canais; e finalmente sobre vários outros objetos cujo exato conhecimento se torna indispensável para promover eficazmente o desenvolvimento de todos esses elementos da riqueza e prosperidade pública. Apenas de quatro Províncias, Pará, Maranhão, Piauí e Santa Catarina vieram informações; os Presidentes de mais cinco prometeram dá-las sem que ainda as tenham fornecido, e os das restantes nem ao menos acusaram o recebimento da circular. Tem-se em vão repetido Avisos exigindo o arrolamento da

população; e bem poucas províncias tem vindo alguns dados, e esses mui imperfeitos<sup>610</sup>.

Conforme ressaltou Nelson Senra, o ministro descrevia o estado precário da administração pública, com a percepção de um Estado nacional sem estrutura, com funcionários despreparados, sem carreira definida, resultando em ações de governo inseguras e incertas. Desta forma, sem uma grande reforma na administração, com a construção de regulamentos e de uma estrutura para o serviço público, não haveriam condições mínimas para prover as necessidades cotidianas e o progresso do país<sup>611</sup>.

Não obstante, havia dados, embora esses fossem considerados incertos, incompletos e imprecisos. Como já vimos neste capítulo, existia uma grande discussão sobre a incompletude dos dados, sobre a necessidade de utilização destes mesmos dados e, até mesmo, a percepção de que os dados de outros países sofriam de problemas semelhantes às estatísticas brasileiras. A existência destes dados pode ser comprovada pela própria inclusão destes ao final do relatório.

Depois de datar e assinar seu texto, o ministro passava a anexação de tabelas estatísticas e de receitas e despesas do Império. Eram ao todo 26 quadros, contemplando: as quantidades de correspondências importadas e exportadas pelo Correio Geral da Corte, para cada província; mapa estatístico dos alienados que entraram, saíram e faleceram na Santa Casa de Misericórdia entre 1830 e 1848; mapa estatístico de vacinações em 9 províncias e na Corte durante o ano de 1848; mapas estatísticos das colônias de imigrantes e brasileiros de 5 províncias do centro-sul (onde sua incidência era maior); mapas estatísticos das aldeias indígenas e de indígenas nômades conhecidos em 11 províncias, nas quais havia quantidade expressiva; mapas estatísticos dos casamentos, batismos e óbitos de 4 províncias e da Corte; mapa estatístico da população do Império, com quantidades para 14 províncias (em quatro delas contavam-se somente os homens livres), além da corte; relações de loterias concedidas pelo legislativo; quadros estatísticos das fábricas protegidas por subvenção estatal ou loterias; mapa estatístico dos privilégios concedidos pelo Império; quadros demonstrativos das quantidades de estudantes das primeiras letras de todas as províncias e da corte, embora com grandes lacunas em

---

<sup>610</sup> BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa (...) pelo Visconde de Monte Alegre. RJ: Tipografia Nacional, 1850, p. 4-5.

<sup>611</sup> SENRA, 2006, p. 143.

algumas províncias; quadro estatístico das peças submetidas à censura em 1848 no Conservatório Dramático brasileiro; quadros estatísticos educacionais da corte, na Academia de Belas Artes, no ensino primário, na escola de Comércio, no Colégio de Pedro II, das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, das faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda<sup>612</sup>. Nesse sentido, percebe-se que, se não existiam estatísticas completas, as estatísticas existiam. Mesmo que não houvessem estatísticas gerais e centralizadas.

Outro grande problema que o Estado brasileiro enfrentava na época era a pressão da Inglaterra pelo fim do trabalho de pessoas escravizadas. Diante da pressão inglesa pelo fim da escravidão e do aumento da tensão derivada da hipótese da revolução escrava, parlamentares e ministros começaram a construir planos de imigração e de melhor controle e observação da população. Desde o início do século os ingleses faziam uma campanha pelo fim do tráfico de escravos. Com apoios sucessivos do governo inglês à vinda da corte portuguesa, em 1808, ao reconhecimento internacional da independência do Brasil, em 1825-26, e com os tratados comerciais e empréstimos, em 1827, a elite brasileira acabou tendo que ceder a promulgação de leis que limitassem a escravidão, caminhando para a abolição do trabalho escravo. Até a última década do século XIX, o Brasil tinha na Inglaterra sua principal parceira comercial, não podendo arcar com uma grande crise diplomática que pudesse arruinar mais ainda sua economia<sup>613</sup>.

Desta forma, em 1831, teve que ceder mais uma vez a campanha inglesa contra a escravidão, editando a lei que proibia o tráfico transatlântico de escravos<sup>614</sup>. Não obstante, não era este o desejo da elite imperial, que mantinha ilegalmente o comércio de pessoas africanas, com a aquiescência das autoridades policiais, como Eusébio de Queiroz<sup>615</sup>. Além disso, as revoltas negras do período regencial tinham trazido à tona o medo de uma revolução escrava como a que tinha acontecido no Haiti. Na década de 1830 e 1840, o medo de uma revolta escrava criava uma maior perspectiva de controle sobre os negros<sup>616</sup>. Esta perspectiva de controle levaria a tentativa de contagem e registro da população, no

---

<sup>612</sup> BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1850, p. 64-91.

<sup>613</sup> BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In.: CARVALHO, J. M. (coord.) A Construção Nacional, 1830-1889. História do Brasil Nação, vol. 2. RJ: Objetiva: Fundación Mapfre, 2012, p. 135-141.

<sup>614</sup> Idem, p. 143.

<sup>615</sup> CHALHOUB, S. A Força da Escravidão, Op. Cit.

<sup>616</sup> GOMES, Flávio; SOARES, Carlos. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do atlântico negro. Novos estudos, n. 63, jul/2002, p. 138.

início da década de 1850, mas também a um plano mais constante de imigração europeia para o Brasil.

Vendo a necessidade, mais cedo ou mais tarde de abolir o tráfico negreiro, a elite governante iniciou a construção de uma saída pela imigração. Em 31 de outubro de 1835, isentava de impostos de ancoragem embarcações que trouxessem ao Brasil mais de 400 colonos brancos. Em 11 de outubro de 1837, buscava proteger o colono através de uma lei regulatória dos contratos entre fazendeiros brasileiros e imigrantes. Em 21 de outubro de 1843, determinava o valor de 10.000\$000 para os serviços de colonização e reduzia os impostos de ancoragem para qualquer navio que trouxesse colonos. Em 18 de setembro de 1845, concedia duzentos contos de réis para a importação de colonos. Em 11 de junho de 1847, no novo regulamento do corpo consular do Império, determinava que os cônsules brasileiros deveriam promover a imigração de trabalhadores para o Brasil. Em 28 de outubro de 1848, dava terras devolutas do Império para as províncias realizarem serviços de colonização<sup>617</sup>.

Como essa série de leis, ficava claro o interesse do Estado brasileiro em realizar a mudança na forma de trabalho do Brasil através de colonos estrangeiros, a longo prazo. Não obstante, seria necessário, ter informações sobre este Brasil em mudança. Como vimos na sessão anterior, a percepção da elite médica brasileira era que a febre amarela de 1850 tinha sido causada pela vinda de estrangeiros. Assim, eram necessários para alguns serviços de quarentena para verificação de possíveis doenças e para outros isso não adiantaria, pois a doença era causada por miasmas e por questões ambientais, numa polêmica entre contagionistas e anti-contagionistas<sup>618</sup>.

A contagem, o controle e a diminuição da população estrangeira eram para médicos como Pereira Rego uma forma de controlar a febre amarela, pois este considerava que a entrada de muitos estrangeiros trazia características miasmáticas que modificavam o ambiente. Para Pereira Rego, como já explicitado, essa tinha sido uma das causas da grande epidemia de 1850. Assim, havia uma tensão entre a entrada de estrangeiros como substituição ao trabalho escravo negro e a ideia de febre amarela provocada pela entrada maciça de estrangeiros no país.

---

<sup>617</sup> BASSANEZI, Maria; et al. Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração. SP: Ed. Unesp, 2008. p. 14-16.

<sup>618</sup> Para a polêmica entre contagionistas e anticontagionistas, ver CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico. RJ: Fiocruz, 1997.

Diante destas polêmicas epidêmicas e mudanças sociais, o governo decidiu abolir o tráfico transatlântico, contar a população, registrar nascimentos e óbitos e registrar a posse de terras. A ciência da estatística se fazia necessária para produzir um controle social e político mais rigoroso sobre a população e as formas de conhecer. O desejo de usar técnicas sociais de padronização das informações sobre a população e sobre o que se tinha para governar determinava a necessidade de registro pelo Estado imperial brasileiro.

Foi no dia 04 de setembro de 1850 que Eusébio de Queiroz, o mesmo que havia feito vistas grossas ao tráfico ilegal depois de 1831, assinou a lei que mandava cumprir a lei de 1831, fixando penas para aqueles que descumprissem a norma legal<sup>619</sup>. Esta lei passaria para a história oficial como “Lei Eusébio de Queiroz”, dando notoriedade e importância ao político conservador que tinha organizado os serviços de polícia e vigilância, mas deixando passar as pessoas escravizadas de forma irregular. Este era mais um passo para o fim da escravidão.

Dois dias depois da lei do fim da importação de escravos, viria à autorização inicial do censo. Provinha da lei 586, de 06 de setembro de 1850, que regulava a lei orçamentária para os exercícios de 1851 a 1853. Conforme demonstrou Tarcísio Botelho, esse esforço de criação do primeiro censo geral do Império se uniria a disseminação de repartições provinciais responsáveis pelas estatísticas, para a construção de uma observação estatística do Império. Mostrava-se, mais uma vez, não serem incompatíveis a organização centralizada e a descentralização dos serviços e das ações públicas<sup>620</sup>. Por lei ordinária, o governo ficava autorizado a

despender o que necessário for a fim de levar a efeito no menor prazo possível o Censo geral do Império, com especificação do que respeita a cada uma das Províncias: e outrossim para estabelecer Registros regulares dos nascimentos e óbitos anuais<sup>621</sup>.

---

<sup>619</sup> BRASIL. Lei 581, de 04 de setembro de 1850. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm)

<sup>620</sup> BOTELHO, Tarcísio. População e Nação no Brasil do século XIX. Tese de Doutorado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 42-52

<sup>621</sup> BRASIL. Lei 586 de 06 de setembro de 1850, Art. 17, Parágrafo 3º. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=63354&norma=79249>

Doze dias depois, em 18 de setembro de 1850, seria assinada a lei 601, reorganizando a aquisição de terras e a utilização das terras devolutas do Império. A partir desta lei, ficavam proibidas as doações de terras pelo governo, exceto em áreas de fronteira do país, passando a ser necessário o registro de compra e venda para assegurar a posse legal das terras. Deste modo, segundo o artigo 13,

O (...) governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas aqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas<sup>622</sup>.

Além disso, os estrangeiros que se estabelecessem no Brasil poderiam comprar e registrar terras somente após dois anos de residência no Brasil, podendo, a partir daí, ter a naturalização brasileira. Segundo Luiz Aranha Lago, inicialmente a opção de contratar homens livres brasileiros foi contemplada apenas por poucos proprietários. A maioria dos proprietários do centro-sul preferia a importação de escravos de outras províncias, a realocação de cativos ou a atração de trabalhadores agrícolas estrangeiros. Para garantir que não haveria concorrência com os estrangeiros, a elite agrária procurou proibir a doação livre de terras para estrangeiros, com a lei de terras. Assim, seria impedida a formação de uma classe de pequenos agricultores, vindos de outros países, em larga escala no Brasil. No que tange a substituição de força de trabalho, a “necessidade básica dos grandes fazendeiros seria conseguir ‘braços suplementares’ comprometidos com o trabalho nas plantações”<sup>623</sup>.

O caminho que o governo brasileiro tomava era, portanto, da substituição de mão de obra negra escrava por mão de obra branca e estrangeira, mas de forma paulatinamente, no centro-sul do país. Conforme demonstrou Lago, o desenvolvimento do trabalho livre também convivia com a valorização da escravidão no Vale do Paraíba fluminense e paulista, que foi arrefecido com o esgotamento das terras daquela região. Assim, somente com a passagem da década de 1870, aumentar-se-ia consideravelmente a participação de imigrantes no centro-sul, principalmente no centro-oeste de São Paulo e em Minas

---

<sup>622</sup> BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Art. 13. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)

<sup>623</sup> LAGO, Luiz Aranha. Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900. SP: Cia. Das Letras, 2014, p. 158.

Gerais<sup>624</sup>. Não obstante, no desejo desta mudança de regime de trabalho, se desejava criar mecanismos para registrar, conhecer, controlar e governar a população nacional e imigrante.

Nesse intuito, em 18 de junho de 1851, foram mandados a execução o censo e o registro de nascimentos e óbitos, a partir dos decretos 797 e 798, respectivamente. A contagem da população seria feita por fogos, através das listas de famílias, com contabilização e informações detalhadas sobre cada pessoa da casa. Aqueles que se omitissem ou se negassem a responder ao censo receberiam a punição por desobediência, prevista no Código Criminal com pena de 6 dias a 2 meses. O regulamento do Censo geral do Império previa exatamente as informações colhidas, as formas dos quadros, opções de respostas para cada campo. E ao final 5 modelos de quadros estatísticos davam conta de normatizar desde a anotação das listas das famílias, com indicações de endereço completo e campos para dados de cada um dos membros da família, até quadros de soma da população por freguesias, por município e por província<sup>625</sup>.

Estes quadros somatórios eram divididos por faixas de idade, por condição (ingênuos ou libertos), por estado civil (casado, solteiro ou viúvo), por nacionalidade (entre estrangeiros, brasileiros naturais, brasileiros naturalizados e brasileiros indígenas) e escravos (homens e mulheres). No caso da nacionalidade dos estrangeiros, havia espaço para escrever a nação de origem nas listas das famílias, mas esta não era contabilizada nos quadros gerais de forma específica. Nas listas de família, ainda havia espaço para escrever a qualidade que representava a pessoa na família (cabeça de família, mulher do cabeça, filhos do cabeça, criados, agregados), qual era a profissão do membro da família e a quantidade de escravos (dividido em homens e mulheres). Para pessoas em instituições de internação ou de reclusão – como escolas e academias, hospitais e casas de caridade, presídios e quartéis, ou empregados públicos – havia especificações exclusivas para que estes fossem listados por instituição e contabilizados nas listas das freguesias em que estavam situados os estabelecimentos<sup>626</sup>.

Era, portanto, caso tivesse sido colocado em prática, um importante e completo meio de percepção e observação da população. Não obstante a todo o regramento, toda a apuração dos resultados seria feita de forma descentralizada. Os empregados do censo,

---

<sup>624</sup> LAGO, 2014, p. 158-188.

<sup>625</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império, 1851, parte 2, p. 161-167.

<sup>626</sup> BRASIL, 1851, parte 2, p. 161-167.

em todos os níveis da hierarquia, seriam nomeados pelo seu conhecimento dos moradores dos respectivos lugares, dentre as pessoas que “sejam inteligentes, honestas e ativas”, de qualquer profissão ou emprego público<sup>627</sup>. Não havia, portanto, qualquer exigência prevista quanto à formação dos agentes públicos do censo.

O regulamento do registro de nascimentos e óbitos previa a organização dos dados em livros separados do Juizado de Paz, sob a responsabilidade do escrivão do juiz. Os registros de nascimento deveriam ter a data da inscrição; a hora, dia mês, ano e lugar do nascimento; o sexo; o nome do recém-nascido; o nome do pai e da mãe (no caso de filhos legítimos) ou de um dos dois somente (no caso de ilegítimos); profissão dos pais; endereço dos pais. Caso fosse indígena, indicar-se-ia também a tribo ou nação a que pertencia. Em caso de registro por outra pessoa – nos casos, por exemplo, de nascidos em hospitais, casas de caridade ou hospícios – deveria se registrar o nome, a profissão e o domicílio daquele que informava o nascimento. Caso o recém-nascido fosse exposto, ou seja, deixado à própria sorte em uma casa de acolhimento, se registraria a idade provável, o sexo, o nome, os sinais existentes no corpo e as circunstâncias de tempo e lugar em que foi encontrado. De acordo com o decreto, estas duas últimas informações serviriam para a identificação e reconhecimento da criança. Ao fim do registro, lavrar-se-ia com a assinatura do escrivão, do pai ou daquele que tivesse informado e por mais duas testemunhas<sup>628</sup>.

Nos registros dos óbitos, qualquer indivíduo poderia informar ao escrivão do juiz de paz, no prazo de vinte quatro horas após o ocorrido. Assim eram obrigados a fazer o registro os cabeças de família, a pessoa que assistir a um falecimento, um vizinho que tivesse notícia de uma morte, militares, escrivães de execuções criminais e, no caso de estabelecimentos de reclusão ou internação, os mordomos, administradores ou prepostos destes estabelecimentos. As informações anotadas seriam: a data e o lugar da escrituração; nome, idade, estado civil, naturalidade, profissão e domicílio do falecido; nomes, profissões, domicílio e naturalidade dos pais (caso fossem conhecidos); o nome do cônjuge; o dia, hora e lugar do falecimento; se tinha feito testamento; a doença que provocou o falecimento; se fosse indígena, dever-se-ia indicar a tribo ou nação. Em caso de escravo, era dever também a declaração de cor e do ofício que exercia; e o nome, profissão e domicílio do senhor. Além das informações do falecido, deveriam ser

---

<sup>627</sup> Idem, p. 163.

<sup>628</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império, 1851, parte 2, p. 168-170

informados os nomes, idades, estados civis, profissões e domicílios dos declarantes, que assinariam junto com o escrivão e com duas testemunhas<sup>629</sup>.

Desta forma, todas as pessoas que viessem a falecer deveriam ter seus óbitos registrados com a doença que causou a morte. Sem o registro, não se poderia fazer o sepultamento do cadáver. No caso dos nascimentos, somente depois do registro é que se poderia fazer o batismo na igreja, exceto em casos de extrema urgência, em que o recém-nascido estivesse com perigo de morte. As infrações das determinações seriam punidas e configuradas no crime de desobediência. Padres e administradores de cemitérios poderiam ser punidos com 6 dias a 2 meses de prisão<sup>630</sup>. Desta forma, tinha-se uma grande mudança na forma dos registros, na autoridade sobre os registros e até mesmo uma gerência estatal sobre os processos de nascimentos e mortes. Numa sociedade marcada pelo elemento religioso onde, em muitos casos, as igrejas e ordens religiosas eram as únicas instituições permanentes em contato direto com o povo, a possibilidade de punição para párocos que descumprissem a lei do registro seria motivo de grande revolta.

Além disso, havia o fato de que os indivíduos já estavam acostumados com a orientação e os registros feitos pelos membros da Igreja. As certidões e livros de batismos, confirmações (crisma), casamentos e óbitos eram muito mais simples e incluíam o aspecto religioso. As orientações sobre os registros eclesiais de batismos e matrimônios datavam do Concílio de Trento (1545-1563). Em 1614, o papa Paulo V, através do documento *Rituale Romanum* estenderia essa obrigatoriedade para os registros de óbitos, criando também o *Liber Status Animarum*, o censo periódico das paróquias, com descrição nominal e por família, dos membros e agregados maiores de 7 anos. Desde então, estava regrada pela Igreja a formulação dos registros. No caso dos batismos, através da escritura da data do batismo, do nome do batizando, da sua filiação se fosse conhecida, do local de residência dos pais e do nome dos padrinhos. Caso a criança fosse ilegítima ou os pais fossem desconhecidos, este fato deveria ser anotado, assim como o local onde a criança era criada no caso de abandonados em instituições de reclusão ou internatos. Ao fim, assinava o sacerdote<sup>631</sup>. No caso dos óbitos, registrava-se obrigatoriamente apenas a data do falecimento, o nome do morto e seu estado civil. Para solteiros, registrava-se o nome dos pais, para casados o nome da esposa. Em muitas

---

<sup>629</sup> Idem, p. 170-171.

<sup>630</sup> Idem, p. 172.

<sup>631</sup> MARCÍLIO, Maria. Os registros paroquias e a História do Brasil. *Varia Historia*, n. 31, jan/2004, p. 14.

paróquias se registrava também a naturalidade do morto, sua idade, a atividade que exerceu, a causa da morte, se tinha deixado testamento, o tipo e cor do caixão e o local de enterramento, contudo estas informações não eram anotadas como uma obrigação das paróquias. Afora as informações obrigatórias, as outras informações apareciam e desapareciam dos registros ao gosto e intenção dos párocos<sup>632</sup>. Desta forma, conforme ressaltou Miriam Lott,

Cabia ao pároco ou aos capelães, em seu nome, celebrar o nascimento e a inserção do sujeito à cristandade através do batismo, avaliar a nova família a ser formada através do casamento e encaminhar a alma do cristão ao descanso eterno através do sacramento da extrema-unção e do enterro em solo sagrado (...)<sup>633</sup>

Assim, uma mudança nesse costume tinha em si o aspecto religioso, de secularização de uma atividade eclesiástica, mas tinha também um aspecto de aumento da demanda por informações pessoais e privadas dos indivíduos nascidos e mortos e dos informantes dos nascimentos e das mortes.

A partir do final de outubro de 1851, vários juizes de paz começariam a escrever ao presidente da província, solicitando esclarecimentos sobre a lei. Os escrivães seriam pagos pelo registro? Quem poderia fazer o serviço, na falta do escrivão? Haveria uma verba específica da Câmara local para providenciar livros e registros? Estas seriam algumas das perguntas frequentemente encaminhadas<sup>634</sup>. Em carta de 25 de novembro daquele ano, o presidente da Província de Alagoas daria notícia de uma revolta em duas localidades que se distanciavam a 130 km. Os amotinados agrediram o delegado e só foram contidos após o juiz municipal e o de direito serem acionados, acusando quatro indivíduos por “crime de sedição”. A autoridade executiva provincial relatava um pronunciamento de grande parte da população contra a execução do decreto do registro de nascimentos e óbitos, com uma “grosseira ideia de cativoiro”<sup>635</sup>.

---

<sup>632</sup> Idem, p. 15.

<sup>633</sup> LOTT, Miriam. Casamento e família em Minas Gerais: Vila Rica, 1804-1839. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004, p.1.

<sup>634</sup> OLIVEIRA, Maria Luiz. Resistência popular contra o decreto 798 ou a “lei do cativoiro”: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852. In.: DANTAS, Monica (org.) Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. SP: Alameda, 2011, p. 394.

<sup>635</sup> Idem, p. 394.. As cidades alagoanas eram Mundahú-Mirim e Riachão, a primeira fazendo fronteira com Pernambuco e a segunda no centro da mesma província. As distâncias indicadas foram anotadas a partir do *Google Maps*.

No dia 29 do mesmo mês, em Glória do Goitá, ao norte de Pernambuco, a 225 km de distância de Mundahú-Mirim, um grupo de homens armados rasgava a nova lei. Uma semana depois do ocorrido, esse mesmo grupo se posicionou armado na entrada da Vila, no intuito de impedir a fixação de um novo edital da lei, repetindo o ato na semana seguinte. Em meados de dezembro, as manifestações contra o registro civil já estavam na Paraíba, irradiada na região de Barra de Natuba, onde o juiz de paz dava notícia de que populares haviam rasgado o edital que estava fixado na porta da Igreja e deixados encostados na porta da Igreja “dois cacetes”. O juiz de paz afirmava que a publicação do decreto e do regulamento teria causado uma grande sensação “ao povo ignorante desta freguesia o qual diz que esta lei tem por fim escravizar a pobreza”<sup>636</sup>. Na segunda metade de dezembro, a revolta cresceria em Pernambuco, chegando às cidades vizinhas como Paudalho, Nazaré (atual Nazaré da Mata), Vitória de Santo Antão, entre outras localidades. Em comum entre as rebeliões estava a pressão sobre as autoridades dos juizes de paz e dos subdelegados, chegando a ameaças de morte, para que não lessem e não colocassem em prática as determinações do registro civil. Segundo as cartas dos juizes de paz para o presidente da província, as falas dos populares sobre o decreto eram de que o “seu conteúdo é a declaração de escravidão”, de que tinha “por fim escravizar a pobreza”, e principalmente negros diziam não consentir “que seus filhos sendo livres fossem declarados cativos”. Na semana do Natal, em Paudalho as missas eram assistidas com homens armados na porta da Igreja, prometendo começar uma insurreição, caso o cumprimento do decreto fosse anunciado. Em Baturité, no Ceará, a missa de Natal não seria celebrada por causa da rebelião<sup>637</sup>.

No primeiro dia do ano de 1852, data marcada para o início da mudança no registro civil, centenas de pessoas invadiram várias Vilas e Cidades do nordeste do país, incluindo até mesmo inspetores de quarteirão, gritando pelo fim da “lei do cativo”. Os escrivães, juiz de paz e subdelegados foram ameaçados a tiros, cacetes e facas de ponta,

---

<sup>636</sup> Idem. Barra de Natuba é a atual cidade de Natuba, na Paraíba, sendo uma cidade limítrofe com Pernambuco. Entre Glória de Goitá e Natuba contam-se 84 km.

<sup>637</sup> Idem, p. 394-395. Baturité, nesta época, era uma cidade importante do Ceará, pois ali tinham sido plantadas mudas de café, a partir de 1824, trazendo prosperidade econômica e dinamização da vida na região. Em meados do século XIX, respondia por 2 % da produção brasileira de café., ensejando inclusive estudos sobre clima e melhoramento agrícola da região, produzidos por Thomaz Pompeu de Souza Brasil em 1859. ALCÂNTARA, Selma. Sol e Sombra: o café do mato de Baturité numa perspectiva ecológica e socioeconômica. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009, p. 15, 56-57 e 89. O mesmo intelectual tinha produzido as estatísticas do Ceará que, como vimos, eram consideradas como fonte do cálculo de população, para representação legislativa.

só não foram mortos, pois vários cidadãos destas vilas também se armaram para proteger as autoridades<sup>638</sup>.

Os padres e capelães eram obrigados a batizar sem as certidões previstas pelo decreto. Em diversas missas do primeiro dia do ano, onde todas as principais autoridades da localidade estavam a marcar sua presença numa circunstância socialmente importante, se escutaram gritos como “viva a liberdade”. Segundo o delegado de Paudalho, as autoridades se retiravam indefesas diante da “infame plebe” que “ficou vociferando”. De acordo com o juiz de direito presente nesta mesma Igreja, com medo de que a noite o povo armado atacasse as casas das autoridades por causa do que chamavam “lei do cativo” este refugiou-se num engenho próximo. A situação começou a se acalmar somente no dia 05 de janeiro, quando começaram a chegar missionários de ordens religiosas. Neste meio tempo, os rebeldes já tinham tomado conta de cidades e vilas. Além da exigência de revogação da “lei do cativo”, já exigiam a soltura de presos, bois para a alimentação dos rebelados, a separação do norte do restante do Brasil e o fim de tributos<sup>639</sup>.

A partir do dia 10 de janeiro, ao chegarem notícias do decreto 898 do dia 04 de janeiro, que adiava para 15 de julho de 1852 o início do registro, e reforço policial para conter os rebelados a situação foi controlada. Os rebeldes aceitavam voltar para suas casas, depois de serem ouvidos pelas autoridades em suas reivindicações e do registro ser adiado. Não obstante, no dia 17 a revolta voltaria em Campina Grande, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Serra Redonda, Ingá, e várias outras localidades da Paraíba. Desta vez, exigiam que as autoridades entregassem os livros de registro, as cordas que amarravam prisioneiros e escravos e as palmatórias<sup>640</sup>.

Como ressaltou Maria Luiza Oliveira, a revolta não era somente contra o registro civil, mas contra a escravidão – colocada para o povo pobre sob o boato da “lei do cativo”, mas também nas exigências de soltura de presos e de entrega dos instrumentos de tortura –, contra os impostos, contra as autoridades políticas civis, e a favor da liberdade e de uma vida melhor para o povo da região. Num tempo de crise de mão de obra e de fim do tráfico de pessoas escravizadas, não ter sua condição de livre demarcada e claramente comprovada era muito arriscado para aquela população mestiça e pobre.

---

<sup>638</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 395-396.

<sup>639</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 396-397.

<sup>640</sup> Idem, p. 397-400.

Assim, os movimentos ocorridos na virada de 1851 para 1852, sugerem para Oliveira a presença de uma constante vivência de instabilidade entre aquele povo, onde qualquer marca da escravidão poderia colocar um indivíduo sob suspeita<sup>641</sup>.

Pelo decreto 907, de 29 de janeiro de 1852, era suspensa a execução do censo e do registro civil, denotando que a elite estava unida para combater a revolta, mas não considerava a aplicação da lei do Censo e do registro de nascimentos e óbitos como urgente. Além disso, havia um quadro de dificuldade de controle da mão de obra – sob o medo do haitianismo – e dar motivo para uma grande revolta não seria conveniente<sup>642</sup>. Por outro ângulo, existia ainda o interesse de muitos donos de escravos de não expor ao registro os escravos importados ilegalmente após a lei anti-tráfico negreiro de 1831<sup>643</sup>. O censo e o registro poderiam ser úteis para a administração central e até mesmo para apaziguar demandas locais, mas na relação entre custos e benefícios a contagem e o registro foram deixados de lado para outro momento oportuno<sup>644</sup>.

Neste contexto de turbulências políticas e sociais, em 25 de junho de 1852, o deputado Benevenuto Augusto de Magalhães Taques apresentou um projeto de criação do Instituto de Medicina Pública. O deputado, formado em Direito pela Faculdade de Olinda em 1839, tinha ocupado o cargo de presidente da província do Rio Grande do Norte em 1849. Nas décadas seguintes ocuparia cargos importantes na administração imperial, como presidente das províncias do Maranhão (1857) e de Pernambuco (1857-58), Inspetor da Alfândega (1860), ministro dos negócios estrangeiros (1861-62) e presidente da província do Rio de Janeiro (1868-1869)<sup>645</sup>. De postura centralista e conservadora, propôs um órgão centralizado de controle sanitário.

De acordo com o projeto do deputado, este órgão deveria substituir o Instituto Vacínico e as Juntas de Higiene, centralizando os serviços nacionais de medicina pública. Segundo, o projeto a organização central desse novo instituto seria formada sete

---

<sup>641</sup> Maria Luiza Oliveira cita o caso de um subdelegado de polícia de Vitória, no Espírito Santo, que sendo enviado para o Recife como guia do Comandante causou alvoroço em dezembro de 1852, pois tinha marcas de ferro em brasa na perna esquerda. Segundo a autora, o delegado de Vitória informara em ofício ao chefe de polícia que o militar tinha sido marcado para evitar a deserção. Idem, p. 400-403. O tema da precariedade da liberdade dos negros nesse período também pode ser visto em CHALHOUB, 2012, Op. Cit., capítulo 1.

<sup>642</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 418-419.

<sup>643</sup> CHALHOUB, 2012, Op. Cit.

<sup>644</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 418-419.

<sup>645</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Personalidade Histórica do RN (séc. XVI a XIX): Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. Rio Grande do Norte: Fundação José Augusto/Secretaria Extraordinária de Cultura, s/d., Disponível em [http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC00000000108161.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000108161.PDF)

membros: um presidente, um secretário, um encarregado da inspeção da saúde dos portos, dois encarregados da vacinação, dois encarregados do serviço médico do município. Em caso de necessidade, os membros deveriam se ajudar mutuamente. Previa também, a existência de institutos provinciais de medicina pública, com três a cinco membros, “versados no estudo da física, química, toxicologia, medicina legal e higiene pública”, com a possibilidade de nomeação de extranumerários em caso de necessidade. Estes institutos provinciais teriam as mesmas funções do instituto central, considerando as questões particulares<sup>646</sup>. De acordo com o deputado, nos seus artigos 8º e 9º,

Ao instituto de medicina pública incumbe inspecionar, velar e prover sobre todos os assuntos relativos à higiene pública e à polícia médica; e determinadamente lhe compete:

1º Propagar a vacina, e zelar a pureza e eficácia do pus.

2º Visitar as casas de prisão e socorros públicos, e examinar o seu estado e regime.

3º Examinar os estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas em relação à saúde pública.

4º Examinar a planta e condições das cidades, vilas, povoações, suas praças, mercados, feiras, aquedutos, matadouros, esterquilínios, e outros lugares de cuja infecção possa resultar prejuízo à saúde pública.

5º Vigiar sobre os cemitérios, catacumbas, e outros quaisquer lugares de inumação.

6º Curar dos meios de prevenir as epidemias e contágios, e assentar no seu tratamento, verificada a aparição.

7º Exercer a polícia sanitária dos portos.

8º Dirigir e reger os lazaretos, e outros estabelecimentos semelhantes.

9º Examinar a sanidade dos alimentos destinados ao consumo público, e prevenir a falsificação das bebidas.

10º Visitar as casas de drogas, boticas e laboratórios químicos, em que se preparem substâncias destinadas a venda; analisar os remédios suspeitos e falsificados, e vigiar sobre a matéria dos vasos empregados, e seu asseio.

---

<sup>646</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro, Câmara dos srs. Deputados, sessão de 1852. I Tomo. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877, sessão de 25/06/1852. p. 399.

Art. 9º Também incumbe ao Instituto de Medicina Pública:

1º Propor ao governo, aos presidentes de províncias, às câmaras municipais, aos chefes de polícia e à quaisquer outras autoridade e corporações as medidas e providências tendentes a melhorar o estado da saúde pública, ou a acautelar o seu empeioramento [sic], especialmente as que se referirem à matérias do artigo antecedente.

2º Estudar a natureza e marcha das moléstias e epidemias, o seu tratamento, suas causas e meios de combate-las.

3º Coligir e coordenar as observações meteorológicas, e todos os dados e materiais necessários à estatística médica do Império.

4º Reprimir o charlatanismo tanto no que toca à prática da medicina como na venda de drogas e preparações farmacêuticas.

5º. Satisfazer as requisições das diversas autoridades e empregados da administração pública em tudo que for relativo à higiene e à polícia médica.

6º Dar instruções aos institutos provinciais, provedores de saúde, e outros empregados do instituto, vigiar no desempenho das suas obrigações e superintender nos seus atos.

7º Organizar relatórios e formular consultas acerca das questões ocorrentes da medicina legal, e polícia médica, afim de esclarecer a justiça e a administração pública.

8º Desempenhar todos os trabalhos que lhe forem encarregados pelo governo, e que tenham relação com as suas funções.

9º Publicar oportunamente pela imprensa todas as notícias e instruções relativas à policia médica, e ao melhoramento da saúde pública<sup>647</sup>.

Vendo esta grande lista de 19 incumbências do órgão proposto, percebe-se no projeto o interesse de criar estatísticas e relatórios sobre todas as questões relativas à medicina pública, em todo o país. Contudo, o contexto de grande revolta, com o cancelamento do registro civil e do censo de 1852, não seria um bom momento para uma proposta como esta. Tendo sido apresentado em junho daquele ano, o projeto não foi discutido, sendo essa sua única aparição nos anais do parlamento brasileiro. Nos anos seguintes, o deputado alcançou altos postos, como o de conselheiro de Estado e de Ministro dos Negócios Estrangeiros – tendo atuado inclusive na questão Christie,

---

<sup>647</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro, sessão de 25/06/1852. p. 399.

referente a pressão inglesa pelo fim da escravidão – mas não reapresentou ou reencaminhou a discussão do seu projeto sobre a centralização dos serviços de medicina pública.

Em 1º de março de 1853, ainda se fazia sentir na Bahia as consequências da incerteza sobre a falta de estatística médica. João Maurício Wanderley (futuro Barão de Cotequipe), presidente da província da Bahia, na fala de abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia, diria que ao consultar a Comissão de Higiene Pública, teve poucas informações e uma citação vaga de que a febre amarela não tinha ainda abandonado a província de todo. Lembrando o flagelo da doença em 1849, afirmava diretamente que “falta-nos absolutamente uma estatística médica que nos habilite a julgar do aumento ou diminuição desta epidemia em alguns meses do ano”, citando na sequência as poucas estatísticas de hospitais de caridade entre 1851 e 1852<sup>648</sup>. Entre os homens de Estado do Império estava clara a inexistência de estatísticas médicas que pudessem calcular e evitar uma nova epidemia. Em 1854, o médico Antonio Ferreira França se ressentia de não ter estatísticas médicas para sujeitar seus argumentos sobre o tratamento do cólera morbus ao crivo da razão, ficando apenas com análises gerais de cuidados que a autoridade pública deveria ter no caso de aparecimento de uma epidemia<sup>649</sup>.



Neste capítulo, ao analisar a passagem da década de 1840 para a década de 1850, argumentei que o otimismo médico e político, que pensava no progresso através das estatísticas médicas e populacionais, foram solapados pela epidemia de febre amarela e pela revolta contra a lei do registro civil. Desta forma, se existiam estatísticas em nível local e institucional que eram utilizadas para fins práticos, por outro estas estatísticas eram acusadas de defeituosas, incompletas, imprecisas. O que não impedia o seu uso e a sua produção, de acordo com as necessidades do momento. Ainda não havia uma estatística geral do Brasil, nem um registro estatal. Não obstante, a governança precisava de dados e utilizava aqueles que tinham a mão.

---

<sup>648</sup> JORNAL do Commercio (JC), a. XXVIII, n. 125, 06/05/1853, p. 1.

<sup>649</sup> JC, a. XXIX, n. 283, 12/10/1854, p. 2.

## Capítulo V

### O crescimento da institucionalidade das estatísticas médicas

Os homens de ciências do início da década de 1850 tinham sofrido um grande revés. Acreditavam que estavam ganhando importância e que suas teses estavam sendo ouvidas pelo governo brasileiro. Contudo, a epidemia de febre amarela tinha demonstrado que suas teses estavam erradas. A solução para o problema sanitário passava pela Junta Central de Higiene Pública, com influência muito mais política do que da classe médica. De outro lado, a possibilidade de registros civis e estatísticas gerais, no início da década de 1850, também tinham sofrido com dois grandes obstáculos. Havia a grande mobilização popular contra o registro civil. Mas também o pouco interesse de uma parte das elites, não alinhadas com a teoria da estrita centralização político-administrativa. Desejavam manter seus escravos ilegais longe das vistas de questionamentos dos abolicionistas e antiescravagistas ingleses. Queriam o controle sobre suas organizações estatais localizadas. Viam com certo apreço a indefinição sobre as reais quantidades populacionais e de outras características contáveis da população, que colocavam as decisões mais no campo da política do que da argumentação exata dos números.

Neste capítulo, procurarei analisar o crescimento da institucionalidade das estatísticas, e em especial das estatísticas médicas, através das décadas de 1850 e 1860, reforçando a ideia de que existiam estatísticas médicas sendo produzidas em diversas instituições médicas, embora não houvesse a reunião destas estatísticas sob um enfoque centralizado e padronizado. As estatísticas no Brasil já tinham deixado de ser discutidas somente como definição de limites, fronteiras, povoados, vilas e cidades. Já eram publicadas nos jornais números sobre os mais variados tipos e assuntos. Além disso, a Santa Casa de Misericórdia, os Hospitais Militares, a Sociedade de Beneficência Portuguesa e o Hospício de Pedro II tinham em seu corpo funcional pessoas para organizar os dados estatísticos. O debate começava a deixar de ser entre ter ou não ter estatísticas, mas entre quais estatísticas eram adequadas ou válidas.

Não obstante, persistia a falta de uma estatística geral, ou pelo menos de uma estatística médica geral produzida pela Junta Central de Higiene Pública. Na falta de uma centralização dos dados estatísticos, mais uma vez mãos francesas se incumbiriam de fazer essa reunião de estatísticas. Seria uma embarcação com médicos da Marinha Francesa a fazê-lo, demonstrando mais uma vez o polo irradiador da ideia de estatísticas como atividade centralizadora de dados locais e regionais.

~~~~~

Da política de conciliação ao debate político e social da década de 1860

O ano de 1853 ficou marcado na história imperial brasileira como o final do domínio incontestável dos velhos políticos conservadores. A chegada de Honório Hermeto Carneiro Leão – Marquês de Paraná – à presidência do conselho de ministros daria início a um momento de conciliação política entre liberais e conservadores. Ele ficará no cargo de setembro de 1853 até setembro de 1856, ano de seu falecimento⁶⁵⁰.

Segundo Carvalho, a habilidade política de Carneiro Leão possibilitava a estabilidade do sistema imperial, através da alternância de poder entre grupos da elite. Com essa perspectiva, organizou um ministério unindo-se a uma nova geração de políticos conservadores e liberais. Ao mesmo tempo, reformulou o sistema eleitoral, estabelecendo o voto distrital. Isso fazia com que fosse possível a eleição de candidatos menos conhecidos nacionalmente, reduzindo um pouco a influência do governo e dos velhos líderes no parlamento. Apesar do pouco tempo no cargo, as mudanças políticas e administrativas dessa época reorganizariam o jogo político daquele período⁶⁵¹.

Com a política de conciliação, o marquês do Paraná se afastou de políticos conservadores experientes, como Eusébio de Queiroz, Paulino José Soares de Sousa e Joaquim José Rodrigues Torres. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, havia na união de Paraná com diversas correntes políticas um traço em comum: eram políticos tolerantes e que aceitavam o diálogo na busca de soluções para a administração imperial. Além disso, era uma oportunidade para os novos políticos estar em um ministério do Império, mesmo que sob o comando de um velho político conservador⁶⁵².

Em comunicações entre d. Pedro II e Paraná ficava patente um programa político e administrativo para aquele momento. O imperador, agora maduro, desejava conhecer os negócios de todos os ministérios do Império, valorizava a opinião do Conselho de Estado e enumerava tarefas para o ministério. Entre elas estavam a execução de obras públicas, de reformas na instrução, a proposta de eleição direta, mudanças na justiça, nas

⁶⁵⁰ HOLANDA, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira, vol. 5. II O Brasil monárquico. 3. Reações e transações. São Paulo: Difel, 1985, p. 41.

⁶⁵¹ CARVALHO, J. M. “Apresentação”. In.: ALENCAR, José de. Cartas de Erasmo. RJ: ABL, 2009b., p. XII; CARVALHO, J. M. “A Vida Política”. In.: _____ (org.) A construção nacional (1830-1889). História do Brasil Nação, vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 103.

⁶⁵² HOLANDA, 1985, p. 42.

relações com o clero e proibição do tráfico de pessoas escravizadas. Para os cargos públicos, Pedro II recomendava que Paraná aproveitasse os homens do partido, enquanto para outras nomeações todos quanto possíveis fossem nomeados. A ideia geral era construir um programa de reformas no país, aproveitando uma leve melhora no balanço financeiro do Império⁶⁵³.

No quinquênio 1851-1855, as receitas brasileiras estariam em 35.275.337 mil réis, enquanto as despesas em 36.521.536 mil réis, enquanto no quinquênio seguinte (1856-1860) a diferença aumentaria pouco, ficando em déficit, de 45.653.023 de receita para 47.539.400 de despesas⁶⁵⁴. Esses valores estavam equiparados, em taxas de crescimento e desenvolvimento, aos orçamentos de Estados Unidos, Inglaterra, França, como demonstrou José Murilo de Carvalho. Contudo, houve uma diferença muito grande entre os dados orçamentários dos Estados Unidos e do Brasil. Enquanto os EUA saíram de sua guerra interna tendo subsequentes superávits, o Brasil, após o início da Guerra do Paraguai, teve constante aumento de déficit⁶⁵⁵.

Essa percepção dos balanços financeiros nos ajuda a compreender as possibilidades de ação do Estado imperial e as intenções de d. Pedro II e do marquês de Paraná naquele momento em que a economia brasileira se mantinha controlada. Se tomarmos outros dados apresentados por Carvalho, no tocante à Saúde Pública, a porcentagem de despesas com a área nos balanços passou de 7,59 % em 1850-1851 para 53,97 % em 1855-1856⁶⁵⁶. O momento dos surtos epidêmicos de febre amarela tinha provocado um grande aumento percentual de despesas com saúde, que foi a patamares próximos a zero durante a Guerra do Paraguai⁶⁵⁷.

Nesse contexto, mesmo que existisse um tempo e uma diretriz conservadora para as políticas, liberais e conservadores se alternavam no poder e dividiam ministérios e os principais cargos do Império. A economia imperial dava sinais de melhora, possibilitando o investimento em novas instituições, como o Hospício de Pedro II⁶⁵⁸, como veremos mais adiante.

⁶⁵³ HOLANDA, 1985, p. 42.

⁶⁵⁴ CARVALHO, 2010, p. 425.

⁶⁵⁵ CARVALHO, 2010, pp. 264-266.

⁶⁵⁶ CARVALHO, 2010, p. 432.

⁶⁵⁷ Idem. Os gastos de 1865-66 foram de 1,70%, enquanto nos anos de 1870-1871 seriam de 0,95 % das despesas colocadas em saúde pública.

⁶⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e Republicanismo. In.: CARVALHO, J. M.; NEVES, Lúcia B. P (orgs). Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade. RJ: Civilização Brasileira, 2009a, p. 21-22.

No início da década de 1860, no entanto, houve mais um revés na política imperial brasileira, sendo construída uma nova conjuntura de poder e de debates políticos e sociais. Surgiam subdivisões entre os conservadores e liberais. Conservadores históricos, como Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), e o homem novo do partido conservador, Nabuco de Araújo, fundaram a Liga Progressista (1862), embrião de um novo partido, o Partido Progressista (1864). Esses anos da década de 1860 seriam de agitação política e das ideias e de transformações na estrutura da política imperial. Segundo José Murilo de Carvalho, apesar de todo o debate, desde Silvio Romero, sobre o “bando de ideias novas” da década de 1870, a década de 1860 foi mais fértil e mais agitada no campo das ideias políticas do que a década posterior⁶⁵⁹.

Para Carvalho, a década de 1860 foi o momento de maior debate político do Segundo Reinado, onde se discutia “a Constituição, o Poder Moderador, o sistema representativo, as reformas políticas e sociais”⁶⁶⁰. Assim, nesse período foram propostos os meios mais radicais de reforma social e política. Se a década de 1870 foi um momento de discussão de novas filosofias intelectuais, a década de 1860 foi a época dos grandes debates políticos e sociais do Império⁶⁶¹.

~~~~~

---

<sup>659</sup> CARVALHO, J. M. “Apresentação”. In.: ALENCAR, José de. Cartas de Erasmo. RJ: ABL, 2009b.

<sup>660</sup> CARVALHO, 2009b, p. XV.

<sup>661</sup> CARVALHO, 2009b, p. XI-XVIII. CARVALHO, 2009a, p. 22-40.

### **O crescimento da publicação de estatística: hospitais, instituição policial, escolas de medicina, justiça e as estatísticas médicas**

Em 27 de julho 1852, com a inauguração do novo hospital da Santa Casa de Misericórdia, passaram-se a contar, além das três enfermarias do antigo prédio, mais onze enfermarias. O antigo regimento do hospital, que datava de 1827, já estava defasado, e não cumpria os objetivos daquele momento. Assim, ao final de 1852, foi feito um novo regimento para o hospital da Santa Casa de Misericórdia. A administração seria dividida, a partir daí em serviços econômico, sanitário e religioso, sob o comando de um administrador, um médico e um capelão. As funções ficariam mais detalhadas e delimitadas. No setor de serviço médico, passava a existir o cargo de médico diretor, com um assistente médico, um médico responsável pela estatística civil e médica do hospital e das enfermarias, oito médicos, pensionistas da Faculdade de Medicina, irmãs de caridade, além de enfermeiros<sup>662</sup>.

Com esta nova organização, passaria a existir uma *Diretoria de Estatística Médica do Hospital e das Enfermarias Públicas*, cujo diretor era Luiz Vicente de Simoni<sup>663</sup>. Como vimos no segundo capítulo, De Simoni tinha sido um dos pioneiros e maiores divulgadores da produção de estatísticas médicas, iniciando seus trabalhos com a produção de estatísticas de tísicos da nova enfermaria especializada nessa doença, em 1839-40. Além disso, o médico italiano era reconhecido entre seus pares na Academia Imperial de Medicina como um importante produtor de estatísticas médicas. Seguindo-se as referências do Almanak Laemmert do Rio de Janeiro, De Simoni ocupou o cargo de 1853 até 1866. Tinha inicialmente como diretor do Serviço Sanitário José Theodoro da Silva Azambuja, passando no ano seguinte a direção para Antonio Fernandes Pereira Portugal, que na época estava no sexto ano da Escola de Medicina. Pereira Portugal continuou no cargo até 1866, quando a Diretoria de Estatística Médica do Hospital parece ter sido retirada do escopo do hospital.

Nesse período, a Santa Casa de Misericórdia tinha passado por três provedorias: a de José Clemente Pereira, que inaugurou o novo hospital e o novo Hospício; a de Carneiro Leão; e a de Miguel Calmon du Pin Almeida (futuro Marquês de Abrantes). Este

---

<sup>662</sup> PIMENTA, Tania. O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855). Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003, p. 121-122.

<sup>663</sup> LAEMMERT, 1853, p. 271.

último criou, em 1º de janeiro de 1860, o *Gabinete estatístico médico-cirúrgico do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia e Enfermarias Públicas*. Segundo o Almanak Laemmert, o gabinete tinha

Por fim organizar a estatística médico-cirúrgica do mesmo hospital e enfermarias públicas, conservar as peças anatomo-patológicas, e igualmente tomar diariamente as observações meteorológicas feitas no mesmo gabinete<sup>664</sup>.

Em 1861, o Gabinete era dirigido inicialmente por Luiz da Silva Brandão<sup>665</sup>, com um preparador e um escriturário, sendo que em 1866, foi acrescentado mais um escriturário. Em 1871, tomaria a direção da repartição Pedro Afonso de Carvalho Franco, que continuaria no cargo até a última aparição deste no Almanak<sup>666</sup>. Aparentemente, entre 1860 e 1866 havia uma sobreposição entre dois órgãos responsáveis pelas estatísticas médicas da Santa Casa de Misericórdia. O fim da Diretoria de Estatística Médica coincide com a saída de Pereira Portugal da direção do setor sanitário e com o falecimento do Marquês de Abrantes, em outubro de 1865. Mas também com o início da Guerra do Paraguai, com a diminuição dos gastos em saúde pública e com a volta do aumento do déficit orçamentário brasileiro, como vimos no início deste capítulo. Possivelmente, o novo provedor da Santa Casa de Misericórdia, Zacarias de Góes e Vasconcellos, também tivesse outros planos para a organização, ou considerasse exagerada a sobreposição entre a *Diretoria de Estatística médica* e o *Gabinete estatístico médico-cirúrgico*, naquele momento de guerra e crise econômica<sup>667</sup>.

Voltando a década de 1850, em 28 de abril de 1854, com a assinatura do decreto 1387, foram reformados os estatutos das faculdades de medicina. De acordo com Flávio Edler, os novos estatutos se opunham aos anteriores, subordinando as faculdades de medicina aos gabinetes do Segundo Reinado. Mais uma vez a atuação de Cruz Jobim – adepto de concepções conservadoras e centralizadoras – se faria sentir, dessa vez na

---

<sup>664</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, 1862-1885.

<sup>665</sup> Na sessão de 22 de janeiro de 1861, a Sociedade de Estatística do Brasil recebeu um relatório da estatística médico-cirúrgica dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia, ofertada por Luiz da Silva Brandão. CORREIO MERCANTIL, a. XVIII, n. 28, 28/01/1861, p. 1.

<sup>666</sup> No ano de 1883, haveria uma diminuição de pessoal no gabinete. Contudo, com o fim das edições do Almanak, na edição de 1885, não foi possível mais acompanhar a trajetória do gabinete estatístico em 1886. LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, 1862-1885.

<sup>667</sup> As informações sobre a criação de novas seções, gabinetes e diretorias, assim como os ocupantes destes cargos foram verificados no Almanak Laemmert do Rio de Janeiro, entre os anos de 1853 e 1885.

organização da vida acadêmica. No entanto, Jobim tinha concepções distantes do projeto apresentado pelo poder executivo imperial. Para os dirigentes da elite política conservadora, a faculdade de medicina deveria ser controlada. Não obstante, esse controle não significava rigor para que lentes e estudantes cumprissem suas obrigações acadêmicas. O objetivo era evitar a criação de um poder paralelo nas academias que pudesse se opor ao centro do poder imperial<sup>668</sup>.

Os principais questionamentos ao novo estatuto seriam com relação a falta de autonomia prevista, em relação ao poder estatal. Como ressaltou Edler, dr. Jobim criticaria a “inspeção inquisitorial” sobre a instrução superior, considerava um erro gravíssimo a permissão estatutária para que o governo rejeitasse candidatos a professor apresentados pela faculdade, e pontuava que os exames deveriam ser mais abertos às determinações dos lentes, dos professores catedráticos, e menos por pontos determinados previamente. Assim para Cruz Jobim, a instrução pública deveria ter um corpo que a presidisse em todos os níveis, os professores das faculdades deveriam ter autonomia para escolher os candidatos a professores e os exames deveriam ser mais vagos, sem uma determinação de conteúdos estatutários<sup>669</sup>.

Um dos redatores dos novos estatutos era Pedro de Araújo Lima, importante político e ex-regente do Regresso Conservador, que já tinha assumido no Segundo Reinado os cargos de presidente do conselho de ministros e de ministro das relações exteriores. No Senado, retrucava Cruz Jobim, afirmando que as propostas do médico dariam “imenso poder” aos professores, não sendo possível “deixar a mocidade a caprichos dos lentes”. Por fim, o modelo de estatuto adotado foi aquele proposto pelas lideranças conservadoras. A academia receberia um estatuto que procurava determinar o a sua organização em detalhes<sup>670</sup>.

O curso, de acordo com o novo estatuto, estava previsto para seis anos, com divisões das matérias pelos anos e cadeiras. Ficariam especificados os assuntos tratados em cada ano, algumas matérias, inclusive, com indicações de obrigatoriedades práticas. Além do curso de medicina, continuariam incorporados os cursos de farmácia, com três anos de duração, e de Obstetrícia, com dois anos. Previa-se a fundação de novos

---

<sup>668</sup> EDLER, Flávio. As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina do Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992, p. 40-41.

<sup>669</sup> EDLER, 1992, p. 41.

<sup>670</sup> Idem.

laboratórios e espaços de ensino, como um laboratório químico, um horto botânico, um gabinete de física, um arsenal cirúrgico, uma oficina farmacêutica, entre outros<sup>671</sup>.

No capítulo IV do Estatuto, sobre os exercícios escolares, havia a ordem para os lentes organizarem as estatísticas, no artigo 102, como se segue:

Art. 102. Estes lentes organizarão em quadros mensais tábuas meteorológicas, preparadas por pessoas para este fim designadas; também a estatística de sua clínica anual, com especial menção dos métodos e agentes terapêuticos por ele empregados.

Estes trabalhos serão publicados pela imprensa, sempre que for possível, e depositados na biblioteca da faculdade<sup>672</sup>.

Desta forma, se pretendia que os professores designassem servidores para organizar as estatísticas de clima e das atividades médicas da faculdade, inclusive mencionando questões terapêuticas. Mostrava-se clara intenção de ordenar a produção de dados, que seriam produzidos em nível local e publicados, sempre que possível. Outrora, mesmo que não publicados, deveriam ser registrados.

Três meses depois, em 16 de julho de 1854, seria fundada a Sociedade Estatística do Brasil, através de uma reunião da Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em fevereiro de 1855, os seus estatutos foram aprovados pelo decreto 1565, definindo seu objetivo como o de “colher, sistematizar e publicar os fatos, que devem constituir a estatística geral do Império”. Os estatutos tinham sido elaborados por Joaquim Antonio de Azevedo – que trabalhava no tesouro nacional –, Manuel de Oliveira Fausto, Manuel da Cunha Galvão e Bernardo Augusto de Azambuja<sup>673</sup>.

Esta sociedade deveria criar cursos de economia política e de estatística e publicar trimestralmente uma revista, no intuito de estabelecer nas províncias conhecimento do assunto. Seus membros efetivos deveriam dar contribuições semestrais no valor de 5\$000 e um valor de entrada de 10\$000, com os quais seriam custeadas as despesas da sociedade. Com treze seções – de acordo com o prescrito por Moreau de Jonnés –, tendo cada uma

---

<sup>671</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império. Decreto 1387 de 28 de abril de 1854. RJ: Tipografia Nacional, 1854, p. 195-229.

<sup>672</sup> BRASIL. Decreto 1387 de 28/04/1854, p. 215.

<sup>673</sup> SENRA, 2006, p. 179.

delas um presidente, um secretário e um relator, deveria se reunir duas vezes por mês. Além disso, tinha um conselho, formado pelo presidente e pelos secretários das 13 seções, que deveria se reunir uma vez por mês<sup>674</sup>. As reuniões seriam por vezes na sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e outras vezes no Museu Nacional<sup>675</sup>.

Naquele ano de 1855, existia uma clara ideia de que as estatísticas brasileiras não davam conta de expressar uma boa imagem do Brasil. A comparação com outras regiões do mundo, na visão daquela comunidade de experiência, era de que faltavam dados para observar e analisar o país. Na edição de 26 de novembro de 1855, um artigo de opinião não assinado do *Jornal do Commercio* intitulado “Médicos Rurais”, comparava o Brasil a França, procurando defender a manutenção de médicos pelo governo para atender os pobres no meio rural e urbano, produzindo estatísticas. Segundo o artigo, alguns países tinham uma organização de serviços comuns para a população feitos sem a intervenção do poder, enquanto outros tinham esses serviços subsidiados pelo governo. Ao colocar o Brasil e a França na segunda organização proposta, afirmava que os médicos brasileiros deveriam atender a população sob os auspícios do governo, assim como era feito entre os franceses<sup>676</sup>.

De acordo com o artigo, o médico rural francês receberia um ordenado para cuidar dos doentes enfermos, da vacinação, da vigilância, dos enjeitados, da higiene pública e das estatísticas. Logo, do mesmo modo, as instituições brasileiras deveriam fazer o mesmo. Não obstante, no caso brasileiro, isto deveria ficar a cargo das corporações religiosas de caridade, da instituição vacínica, dos institutos de higiene, dos médicos municipais dos pobres, e dos governos geral, provincial e das câmaras municipais. Estas eram as instituições congêneres ao caso francês. Ao final do artigo, afirmava que estas instituições seriam suficientes para todos os serviços da medicina, e clamava a estes órgãos que agissem com patriotismo e humanidade, no sentido de trabalharem com zelo e dedicação. Assim, o editorial garantia que era direito esperar estas ações públicas destes órgãos<sup>677</sup>.

Nesse mesmo período, desde 1850, o *Almanak Laemmert* do Rio era publicado com um suplemento com dados estatísticos. Em 1857, chegava-se a afirmar a percepção

---

<sup>674</sup> SENRA, 2006, p. 181-186. LAEMMERT, *Almanak (...) do Rio*, 1859, p. 373-374.

<sup>675</sup> CORREIO MERCANTIL, a. XII, n. 179, 30/06/1855, p. 3. CORREIO MERCANTIL, a. XII, n. 200, 31/07/1855, p. 1. CORREIO MERCANTIL, a. XIV, n. 19, 10/01/1857, p. 2.

<sup>676</sup> JC, a. XXX, n. 325, 26/11/1855, p. 1..

<sup>677</sup> Idem.

de que os documentos estatísticos deveriam ser renovados todos os anos<sup>678</sup>. Em sessão do conselho da Sociedade Estatística do Brasil, de 21 de janeiro de 1857, sob a presidência do Marques de Monte Alegre, Joaquim Antonio de Azevedo, Bernardo Augusto de Azambuja e Manuel de Oliveira Fausto apresentariam e teriam aprovada uma proposta de nomeação de uma comissão para “apresentar o plano geral da estatística, aplicável a todo o país, apresentando os modelos para diversos quadros de que ele se deve compor”<sup>679</sup>. Seria mais um passo na tentativa de construir a estatística geral do Império.

As informações sobre a Sociedade de Estatística do Brasil no Almanak e a profusão de dados quantificados só viria no ano de 1859, sendo este um indício de que neste período a sociedade estaria em pleno funcionamento. No dia 10 de novembro daquele ano, Pereira de Barros proporia em sessão da Sociedade que fosse criada uma comissão para examinar os projetos 797 e 798 de 18 de junho de 1851, que tinham causado tantas polêmicas e revoltas. Seu objetivo expresso seria simplificá-lo e adaptá-lo “aos fins da sociedade”. Tendo sua proposta aprovada, os conselheiros ficaram de escolher na sessão seguinte os membros da comissão<sup>680</sup>. Contudo, Joaquim Antonio de Azevedo e Antonio Fernandes da Cunha estavam insatisfeitos com o “morno silêncio” com que se respondia à “expectativa que todos nutriam, confiando no desinteressado patriotismo e na justa reputação de que gozavam os distintos cavaleiros colocados à testa da administração da sociedade”<sup>681</sup>.

Para os dois intelectuais interessados pelas estatísticas, devia-se procurar as causas que teriam dado origem à “apática indiferença” com que tinha sido recebida “ideia tão luminosa”. Até aquele momento, os criadores da Sociedade não tinham visto nenhum resultado dos seus esforços e culpavam “uma tendência irresistível para a inação, quando se trata do adiantamento moral do povo”. Assim, os melhoramentos materiais – como estradas de ferro, calçadas e pontes – absorveriam muito mais a atenção dos homens de letras e ciências do que os assuntos de progresso moral que seriam promovidos pela produção de estatísticas, de acordo com Azevedo e Cunha. Enfim, para os dois

---

<sup>678</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, Suplemento, 1857, p. 141. A afirmação está no início de um artigo intitulado “A França em 1855”, que reproduzia dados estatísticos oficiais daquele país.

<sup>679</sup> CORREIO MERCANTIL, a. XIV, n. 95, 25/01/1857, p. 1.

<sup>680</sup> CORREIO MERCANTIL, a. XVI, n. 310, 12/11/1859, p. 1.

<sup>681</sup> Idem.

reclamantes, era na organização dos trabalhos da Sociedade que residia o defeito da mesma<sup>682</sup>.

Em seguida, criticariam a divisão em 13 seções que, apesar de ser “modelada de acordo com as teorias de Moreau de Jonnés”, era “defeituosa” e não resistiria “às provas de confrontação com o sistema brilhantemente inaugurado pelo congresso estatístico que teve lugar na Bélgica no ano de 1853 e em Paris no de 1855”. Para resolver o problema, dever-se-ia adotar a organização dos Congressos Internacionais de Estatísticas, criando uma seção central, responsável por examinar os trabalhos estatísticos organizados na corte e nas províncias. Assim, poderiam ser estabelecidas normas gerais, com instruções para que os trabalhos estatísticos fossem publicados com “uniformidade e clareza”. Para os autores da proposta de reforma, isso traria maior utilidade aos dados consultados, permitindo a comparação nos diversos ramos da administração<sup>683</sup>.

Assim, a nova estratégia de organização das estatísticas brasileiras para a Sociedade Estatística Brasileira deveria ser a coleta das estatísticas da corte e das províncias existentes de forma a ir construindo paulatinamente as estatísticas gerais e completas. E, ao mesmo tempo, organizar de forma descentralizada as estatísticas, com padronização e método, e uni-las aos poucos. Dessa forma,

Organizados os referidos trabalhos sob a influência de um sistema regular e abrangendo uma só época, servirão de base à seção central para levar a efeito gradualmente a estatística geral do Império por meio da revisão e fusão desses documentos parciais. Pelo menos as noções do movimento geral da população e comércio, o conhecimento das condições físicas e do estado moral e intelectual do país deixarão de ser um mito e converter-se-ão em um fecundo manancial de benefícios para o Estado<sup>684</sup>.

Assim, em 22 de novembro de 1859, a sociedade de estatística teve uma modificação nos seus estatutos, reorganizando o conselho que passaria a ter um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, um tesoureiro e mais 24 conselheiros. Este conselho passaria a se reunir no dia 22 de cada mês, ou no dia seguinte em caso de feriado. Por esta reforma dos estatutos, o conselho nomearia uma seção central, com

---

<sup>682</sup> CORREIO MERCANTIL, a. XVI, n. 310, 12/11/1859, p. 1.

<sup>683</sup> Idem.

<sup>684</sup> Idem.

tantos membros quanto fossem os ministérios do Império, sendo presidida por um dos dois vice-presidentes. Na nova organização, cada membro da seção central seria responsável pelo “exame e revisão dos trabalhos de um ministério, podendo chamar para coadjuva-lo os auxiliares que julgar precisos dentre os sócios da sociedade”<sup>685</sup>.

Neste mesmo ano de 1859, a observação inicial das séries de estatísticas criminais, de 1848 a 1857, daria ao chefe de polícia da corte a impressão de que

Os fatos reproduzem-se sempre nas mesmas proporções, e desnecessário seria repetir as observações que já têm sido feitas sobre este quadro [de estatísticas criminais], cujo estudo ainda se não pode fazer com perfeição<sup>686</sup>.

Contudo, considerava que as comparações das estatísticas criminais ainda não eram possíveis, pois nem todos os processos haviam sido julgados. Mesmo assim, cogitava que “é provável que os julgamentos, que por ventura faltem, não alterem as estatísticas”<sup>687</sup>.

Deste modo, chegamos a outra questão na percepção das estatísticas para a intelectualidade da corte naquele momento. Assim como Haddock Lobo, no caso das estatísticas de mortalidade do Rio de Janeiro para a análise do recenseamento, os comentários do Laemmert sobre as estatísticas criminais procuravam estabelecer médias, a moda do homem médio de Quetelet, tirando daí conclusões. Não se estava buscando, no repertório intelectual das estatísticas, uma observação de longo prazo sobre os fatos, mas um número que pudesse ser colocado como medida das situações sociais. Anos mais tarde, no relatório do Ministério da Justiça de 1864, se voltaria à perspectiva das médias, com o ministro afirmando que

confrontando-se a estatística criminal de outras nações cultas com a da nossa, ainda dando desconto de alguma imperfeição nos dados que possuímos, vê-se que nossa posição moral não é inferior a tal ponto que nos envergonhe<sup>688</sup>.

---

<sup>685</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1860, p. 379. Apud CORREIO MERCANTIL, a. XVI, n. 310, 12/11/1859, p. 1. A proposta era assinada por Azevedo e Cunha, em 10 de novembro de 1859.

<sup>686</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, Suplemento, 1859, p. 129.

<sup>687</sup> Idem.

<sup>688</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1865, Suplemento, p. 69.

Como vimos nas considerações de Moreau de Jonnès sobre suas proporções e objetivos das estatísticas, nada mais distante do pensamento do francês. Além disso, boa parte da intelectualidade da corte vinculada a discussão sobre as estatísticas já tinha percebido que a utilização das seções estatísticas de Jonnès não se adaptava a realidade das estatísticas, da organização estatal e das necessidades de estatísticas do brasileiro. Buscava-se, como vimos, as médias (medidas) estatísticas de Quetelet e a organização proposta pelo estatístico belga para os seus Congressos Internacionais de Estatística. Havia uma necessidade de comprovação de que o Brasil estaria no mesmo status moral e civilizacional das “outras nações cultas”. As médias estatísticas serviam muito bem a esta comprovação, desde que, é claro, os números médios do Brasil e do mundo fossem semelhantes.

No ano de 1859, os dados estatísticos demonstrados no Almanak Laemmert dariam um salto quantitativo<sup>689</sup>. Até 1858, as citações à estatística faziam referência às estatísticas médicas da Santa Casa, às estatísticas criminais, às estatísticas comerciais e aos comissariados de estatística do Rio. Na maioria dos casos, citando sua existência e não citando dados estatísticos, fossem quantificados ou não. A partir do ano seguinte, já se podia ver estatísticas quantificadas de tribunais diversos e julgamentos, do comércio; de crimes e infrações de posturas; da força policial e militar; dos números do serviço de iluminação a gás e azeite; de estabelecimentos comerciais e profissões de algumas províncias, de clínica médica; das finanças e produtos da agricultura e do comércio; da Câmara dos Deputados; das nomeações do Senado por ano (inclusive com listagem contendo as datas completas); das rendas por província e sua proporcionalidade para a renda geral do Império; do correio geral da corte e das províncias contendo quantidades de correspondências e valores arrecadados, da mortalidade, dos albergues e cortiços, das casas de detenção<sup>690</sup>.

Assim, os homens de letras e ciências da corte, começavam a ver seus números publicados. Somavam-se a esses esforços a reforma da secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, pelo decreto 2350 de 5 de fevereiro de 1859, e da secretaria de Estado dos Negócios do Império, pelo decreto 2368 de 5 de março do mesmo ano. Nesta reforma, a

---

<sup>689</sup> Tomando-se a metodologia explicitada no segundo capítulo, de verificação de ocorrências do termo “estatística”, até 1858, existia um número máximo de 8 citações do termo, enquanto a partir de 1859, o número 10 e 30, com a moda colocada em 19.

<sup>690</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, 1850-1870.

secretaria teria uma seção de justiça e estatísticas, compreendendo “a coleção anual” de todas as questões envolvendo a seção; as escrituras do livro de lançamento das notas ao exercício dos juízes de direito, municipais e promotores; e “a estatística policial, comercial, civil e criminal, assim como a expedição das ordens necessárias para a remessa das informações e mapas respectivos” e os “mapas semanais e mensais”<sup>691</sup>.

No caso dos Negócios do Império, a 3ª seção ficaria responsável pela administração geral, que incluía “a estatística geral da população do Império e quaisquer outros trabalhos estatísticos”, além do arquivo público. Enquanto isso, a 5ª seção ficaria responsável pela saúde pública, pelos estabelecimentos de beneficência e de socorros públicos, que incluía a Academia Imperial de Medicina, a Junta Central de Higiene Pública, as Inspetorias de Saúde das Províncias, o cuidado da saúde dos portos, dos lazaretos, dos cemitérios, do Instituto Vacínico, dos hospitais, dos hospícios, das casas de expostos e órfãos, dos estabelecimentos de beneficência e de socorro público<sup>692</sup>. Construía-se, assim, uma compreensão de que a administração deveria se encarregar das estatísticas gerais e sanitárias. As estatísticas sanitárias e policiais eram produzidas de forma descentralizada, por órgão. As estatísticas gerais e centralizadas esperariam mais de 10 anos para chegarem à efetividade.

No relatório do chefe de polícia da corte, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, de 1859, seria feito outro comentário que marcaria a avaliação deste chefe de polícia sobre as estatísticas. Escrevia ele:

Confrontada a soma dos crimes cometidos e julgados no ano de 1859 com a dos cometidos e julgados no ano de 1858, vê-se ter havido naquele ano um excesso de 121 crimes sobre este [que contava a soma de 294], visto como em 1858 a soma dos crimes nele cometidos e julgados chegou apenas a 173.

Convém não tirar desta confrontação a conclusão de ter havido aumento de crimes, na razão de mais de um terço, de um para o outro ano, como a primeira vista parece; podemos bem ser que tal aumento se não desse, e que seja proveniente apenas do cuidado, com que se vai progressivamente fazendo os trabalhos da estatística criminal, os quais se aperfeiçoam de dia em dia, não se deixando ficar no olvido como outrora os crimes cometidos<sup>693</sup>.

---

<sup>691</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império, 1854, parte 2, p. 43-45.

<sup>692</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império, 1854, parte 2, p. 118-120.

<sup>693</sup> Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, Suplemento, 1861, p. 95.

Desse modo, deixava clara a percepção de que o aumento das quantidades não se dava pelo aumento dos fatos, mas pelo aumento e apuro das estatísticas produzidas<sup>694</sup>. Quanto aos crimes e aos criminosos, os números demonstravam que dos réus, 91 eram homens e 16 mulheres; 57 estrangeiros e 49 brasileiros, com um sem nacionalidade, pois foi julgado à revelia. Os crimes mais praticados seriam ferimentos ou ofensas físicas, com 73 ocorrências; calúnia e injúria, com 58 registros; banca rota, estelionato e outros contra a propriedade, com 30 anotações; infração, com 36 ocorrências; homicídio, com 19 ocorrências; roubo, com 18 registros; falsidade, com 10 delitos; e uso indevido da imprensa, com 10 anotações. Mais uma vez, as estatísticas da corte mostravam serem os estrangeiros potencialmente mais perigosos do que os brasileiros, nas questões de criminalidade, assim como seriam nas questões das epidemias de febre amarela.

Nos números sobre a salubridade pública as conclusões seriam outras. Inicialmente, a autoridade policial afirmava não ser sua a competência sobre a salubridade pública, mas sim da municipalidade e da Junta de Higiene Pública. No entanto, por ser o assunto de “transcendente importância e gravidade”, a polícia aplicava dentre as suas atribuições

Os meios mais adequados para garantir a salubridade pública, e prevenir que tomem incremento as moléstias epidêmicas, que de 1850 para cá costumam manifestar-se durante a estação calmosa<sup>695</sup>.

Os cuidados policiais com a salubridade pública envolviam a “constante e diária inspeção sobre os cortiços, hospedarias e casas semelhantes” no sentido de manutenção do asseio; a remoção dos focos de infecção nos distritos, em acordo com os fiscais da Câmara municipal e os empresários da limpeza pública; o envio rápido para o hospital da Santa Casa de Misericórdia os indivíduos doentes de febre amarela; e o sepultamento

---

<sup>694</sup> No relatório do ministério da justiça de 1862, novamente esse argumento seria utilizado, dando conta de que haveria “tranquilidade pública e segurança individual no Brasil”, garantidas por argumento estatístico. Segundo o relatório, no relatório do ano anterior seria observado um aumento no número de crimes, mas isto tinha “razoável e verdadeira explicação não só no incremento da população, como igualmente na ação mais eficaz da polícia, que melhor conhece a existência dos crimes cometidos e pode computá-los”. Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1863, suplemento, p. 19. Esse argumento vai de encontro às reflexões de BARBERGER, Cécile. “Delitos e delinquência. In.: BESSON, J.-L. A Ilusão das Estatísticas. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p. 77-84.

<sup>695</sup> Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1861, Suplemento, p. 95.

célere dos falecidos desta febre que ameaçava constantemente o Rio<sup>696</sup>. Apesar desta enunciação de manutenção do asseio e da higiene pelas inspeções nos cortiços, o chefe de polícia se ressentia, pois, os cortiços continuavam

a ser considerados como casas particulares, onde a autoridade não pode entrar livremente, como reclama bem vezes a ordem pública, e onde não lhe é dado exercer inspeção direta, e proceder a exames necessários a bem da higiene, tornando-se por isso os cortiços, não só verdadeiros antros de imoralidades e crimes, mas também focos de infecção, onde as moléstias se desenvolvem com rapidez e intensidade<sup>697</sup>.

Como demonstrou Sidney Chalhoub, era muito tênue a linha entre as ideias de higienismo e de combate à criminalidade. Assim, no imaginário social, os pobres eram representados como um perigo duplo. As classes perigosas eram consideradas fontes de crimes e de doenças, devendo ser controladas e vigiadas<sup>698</sup>. No entanto, concordando com a crítica de Marcos Chor Maio, não vemos nisso uma ideologia higienista de corte racial, como se os objetivos daquela intelectualidade fossem uníssonos em favor de uma engenhosidade dos higienistas brasileiros. Havia naquele relato e nas interpretações estatísticas muito mais uma interpretação ambientalista das doenças, do que um maquiavelismo controlador dos cortiços<sup>699</sup>.

As casas de cômodos dos pobres seriam assim possibilidades de exalação de miasmas, embora também houvesse uma visão pejorativa da pobreza enquanto imoralidade e possibilidade de prática de crimes. Logo, por esses dois motivos, que se somavam e não se hierarquizavam necessariamente, a polícia deveria agir. Assim, para o chefe de polícia, somente “graças à divina providência” naquele ano “apesar da excessiva seca”, não tinha se desenvolvido a epidemia, excetuando-se alguns casos, principalmente em estrangeiros<sup>700</sup>. Se a autoridade considerava os seus dados produzidos sobre criminalidade incompletos e falhos, outrora, no caso da salubridade pública afirmava que

---

<sup>696</sup> Idem, 95-96.

<sup>697</sup> Idem, p. 96-97.

<sup>698</sup> CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. SP: Cia. Das Letras, 2004, p. 29-35.

<sup>699</sup> MAIO, Marcos. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In.: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Raça como questão: história, ciência e identidade no Brasil. RJ: Fiocruz, 2010, p. 55-57 e 63-67.

<sup>700</sup> Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1861, Suplemento, p. 95-96. Como vimos na seção da tese sobre a epidemia, acreditava-se que a febre amarela atingia sobretudo estrangeiros não aclimatados,

Dos dados oficiais, existentes na secretaria, e que são infalíveis, resulta terem falecido em 1859, nas dez freguesias da cidade (...) 9057 pessoas; sendo 10 de cholera-morbus, 13 de cholerina; 493 de febre amarela; 4 de vômito negro e 8537 de diferentes moléstias, sobressaindo de modo muito notável os tubérculos pulmonares, e afecções do peito.

Consta também que nas freguesias de fora da cidade (...) durante o mesmo ano de 1859 falereceram 968 pessoas; faltando unicamente saber-se qual o número de óbitos de Guaratiba e Ilha do Governador, apesar das requisições oportunamente feitas<sup>701</sup>.

Assim garantia que, confrontando-se a mortalidade de 1859, de 10025 pessoas, com a quantidade de mortes de 1858, de 10838 indivíduos,

resulta ter ela decrescido sensivelmente; o que se deve com razão atribuir aos melhoramentos, que vai tendo a cidade com o calçamento de ruas, e limpeza pública, assim como ao cuidado que se tem desenvolvido por parte das autoridades policiais, em relação à higiene<sup>702</sup>.

É possível perceber aqui a dupla argumentação do chefe de polícia quando o assunto era a interpretação das suas estatísticas. O aumento dos números da criminalidade seria fruto do aumento do esmero e da organização das estatísticas, enquanto a diminuição do número de doentes seria obra dos melhoramentos e do cuidado da gestão pública.

Ao fim e ao cabo, o cerne da argumentação seria comprovar estatisticamente a melhoria da gestão da polícia da corte, sob seu comando. Continuando o relatório, o chefe de polícia recorria mais uma vez ao artifício dos cálculos de proporcionalidade, afirmando que numa razão do algarismo de mortalidade pela quantidade de população – anunciada em 400000 habitantes – conhecer-se-ia “facilmente a salubridade do clima da corte, não sendo a mortalidade de três por cento”. Colaborava com isso, a enunciação de que no obituário existia

---

provocando assim uma percepção diagnóstica mais volumosa de febre amarela em estrangeiros do que em nacionais.

<sup>701</sup> Idem, p. 96. Grifo meu.

<sup>702</sup> Idem.

grande número de estrangeiros, dados ao uso excessivo de bebidas alcoólicas, que acostumados a um clima muito diferente, desdenham as cautelas e resguardos, que sendo sempre essenciais à vida, devem ser rigorosamente observadas pelos que aportam a país estranho<sup>703</sup>.

Sobre a estatísticas em relatórios policiais, Angèle D. e Cécile Barberger analisaram as dificuldades de método e de contagem, para se fazer um balanço quantitativo das ações da polícia. Muitos fatores entrariam em jogo, desde os explicitados pelo chefe de polícia Barros Pimentel, até o fato de que, com um contingente limitado de policiais, muitas vezes cobrir determinadas ocorrências significa descobrir outros tipos de ocorrências. Outra questão influente seria a categorização de crimes e ocorrências pelas quais os números seriam contados, modificando a mancha criminal<sup>704</sup>.

Ainda se pode perceber na ação policial cotidiana, outras técnicas de gestão das infrações, que não simplesmente o registro. Segundo Barberger, “vigia-se, adverte-se, admoesta-se, transige-se e, somente in extremis, pune-se”, sendo que o registro só ocorreria na última etapa extrema do processo de ação policial<sup>705</sup>. No que tange ao caso específico, além dos registros dos réus, o chefe de polícia fazia o registro daqueles que foram soltos depois de interrogados, que davam uma soma de 2973 registros, e dos que foram colocados na cadeia das próprias delegacias de polícia, num total de 7197 ocorrências, em 1859. Considerando-se o número visto anteriormente de 294 condenados por crimes nesse mesmo ano, é possível ter uma boa noção dessa diferença entre atividade policial cotidiana e crimes punidos. Para a percepção das questões referentes à saúde pública, os números mostravam que 52 indivíduos haviam passado pela polícia e teriam sido enviados para o Hospício de Pedro II, e “para diversos lugares, inclusive o hospital da Santa Casa de Misericórdia”, um total de 69 indivíduos<sup>706</sup>.

---

<sup>703</sup> Idem.

<sup>704</sup> D., Angèle. “Júlia faz estatísticas”; BARBERGER, Cécile. “Delitos e Delinquencia”. In.: BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. SP: Ed. Unesp, 1995.

<sup>705</sup> BARBERGER, 1995, p. 82.

<sup>706</sup> Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, Suplemento, 1861, p. 97. Nestes números valeria também a advertência metodológica explicitada por Marinho de Azevedo Americano, sob a qual, nas estatísticas das instituições brasileiras se contavam os números de entradas e saídas na repartição e não de pessoas envolvidas nas ocorrências. Assim, não se pode precisar quantos indivíduos de fato entraram nas delegacias de polícia ou nos hospitais nesse período histórico, mas quantas entradas e saídas aconteceram, independentemente de serem as mesmas pessoas ou não. (ver essa discussão metodológica no capítulo 2 da tese).

Além disso, existe na relatoria dos assuntos criminais e de policiamento uma forma de escrita que pretende demonstrar que a autoridade pública age da melhor forma possível no controle e na vigilância para o ordenamento público. Deste modo, analisar relatórios estatísticos policiais é uma atividade deveras complicada, pois demonstra muito mais as intenções de quem fez o relatório do que uma possível verdade absoluta sobre crimes e ações policiais. No caso específico, as ações envolvendo criminalidade e salubridade se misturavam, na busca da demonstração da salubridade da corte e na acusação aos estrangeiros por trazer doenças e aumento de infrações à cidade.

Depois de terminado o relatório do chefe de polícia, o redator do Almanak faria observações sobre o estado das estatísticas brasileiras. Iniciava afirmando que “os trabalhos estatísticos entre nós são ainda muito imperfeitos”, pois faltavam elementos para comparações. Assim, sem uma abordagem comparativa, não seria possível uma apreciação sobre “o nosso estado social, e a eficácia dos meios preventivos e de repressão de que dispõe a autoridade encarregada de manter a ordem, a condição do progresso e da felicidade dos povos”. Destarte, não se poderia comparar as estatísticas brasileiras com as de outros países, “muito mais experimentadas nestes trabalhos”, sendo isto além da “possibilidade humana”. No entanto, garantia que as estatísticas criminais recebiam os maiores cuidados da administração, que a confiava a “empregados que tem por si a presunção do saber”. Assim, contrariado, asseverava que este não seria o caso do recenseamento da população e das estatísticas civis. Para estas, que seriam a

base indispensável para quaisquer estudos que queiramos fazer na estatística de crimes e julgamentos, (...) [eram] reconhecidamente defeituosos os modelos, pela carência de indicações que muito importaria conhecer. (...)

Da estatística civil nada se pôde conseguir ainda; estamos em ensaios. Os elementos que existem por ora carecem de precisa uniformidade para serem utilizados

A tudo isso acresce a estreiteza do tempo prefixo para a confecção das estatísticas. Devemos em maio dar notícia e classificar fatos que se passaram em o último dia de dezembro do ano anterior!

O tempo, e com ele o estudo, é o único remédio para esses defeitos<sup>707</sup>.

---

<sup>707</sup> LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, 1861, Suplemento, p. 98-99.

Laemmert mostrava mais uma vez a concepção de que as estatísticas brasileiras careciam de uniformidade para serem utilizadas de modo comparativo. Sem isso, não seria possível perceber as médias e proporcionalidades que eram utilizadas como comprovações dos padrões buscados por aquele grupo de intelectuais da corte. Existia, portanto, um interesse de ter estatísticas para afirmar e garantir que o Brasil estava a par com outras nações do mundo. Apontar as médias e proporções e demonstrar igualdades entre nações avançadas e o Brasil, esse era o interesse daquela elite intelectual. Na falta desses números em série, sobrava a contrariedade e a percepção da incompletude, da incerteza, da falha, da carência e da falta de uniformidade. Na falta de uma estatística que pudesse ser considerada confiável, o tempo curto para a produção entrava na conta da falta de classificação precisa.

Nos anos seguintes, comentários deste tipo mais detalhado iriam ficando mais raros nos relatórios, permanecendo apenas a apresentação dos números. A princípio, parece que as análises feitas nos primeiros relatórios mais extensos poderiam servir para a análise dos relatórios dos anos subsequentes, tornando inútil a repetição constante dos mesmos argumentos. Como vimos, consistia na perspectiva de buscar médias e proporções que dessem embasamento para uma perspectiva de mundo, de salubridade pública e de criminalidade.

Nos Extratos do relatório do ministério do Império de 1861, mais uma vez essa perspectiva de proporcionalidade estatística demonstrando a melhoria do tratamento se confirmaria. Ao citar e comentar as estatísticas do Hospital marítimo de Santa Isabel, afirmava-se que “a mortalidade em ambos os casos [específicos de febre amarela e de outras doenças] foi de 10 %, e, portanto, muito mais favorável do que nos anos de 1858 e 1859, em que foi de 19 %, e de 16,8%”. No entanto, via-se como um obstáculo a demora dos capitães de navios em avisar aos médicos da visita sanitária sobre doentes a bordo. Segundo o relatório, os capitães só faziam o aviso quando os sintomas das doenças se agravavam, criando problemas para as curas pelo Hospital Marítimo<sup>708</sup>.

Em texto de 12 de Outubro de 1863, Sebastião Ferreira Soares<sup>709</sup> publicou um texto no Almanak intitulado “Estatística”. Neste procurava definir a ciência e divulgar

---

<sup>708</sup> Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio, Suplemento, 1862, p. 60.

<sup>709</sup> Sebastião Ferreira Soares se notabilizou pelas reflexões e produções estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia de alimentos e sobre o comércio, tendo publicado sua obra Elementos de Estatística em 1865, sobre as bases da ciência estatística. Desde 1839 era escriturário do Ministério da Fazenda, atuando no ordenamento de quadros econômicos de produção, comércio, exportação e importação. Ver

alguns demonstrativos de produção agrícola, que mais tarde figurariam na sua obra sobre a relação entre a produção agrícola e a carestia de alimentos no Brasil. Neste artigo, demonstrava todo o seu pessimismo com o quadro atual das estatísticas no Brasil, ao afirmar:

Parece que se tem em pouca ou nenhuma conta esta ciência, hoje indispensável ao progresso e marcha regular das sociedades bem administradas, e por isso, e por falta de animação dos poderes competentes pouco ou quase nada se tem escrito a semelhante respeito, e esse mesmo pouco que existe publicado não tem sido apreciado como devera sê-lo por aqueles a quem mais cumpre ter pleno conhecimento de tais escritos, visto que a estatística deve ser a bússola que dirija o administrador público. (...)

Se por acaso perguntar-se a esses distintos parlamentares qual a população de tal ou tal localidade do Brasil, e quais os produtos industriais dessas localidades, se obterá em resposta um ingênuo – não sei<sup>710</sup>.

Alegava-se, assim, mais uma vez a pouca existência de estatísticas. Além disso, Soares afirmava que, mesmo aquelas que existiam, não eram apreciadas pelos parlamentares nas suas discussões e nos seus julgamentos. Dessa forma, se era um problema a não existência de estatística geral do Brasil, era mais grave ainda o fato de que aquelas que existiam não eram levadas em conta. Em seguida, Ferreira Soares apresentava quadros demonstrativos produzidos por ele, com base nos documentos oficiais das diversas províncias do Império, com dados recolhidos da administração geral e de informações obtidas de “alguns lavradores e comerciantes respeitáveis de diversas localidades”<sup>711</sup>.

Em 1864, no relatório da Junta Central de Higiene Pública, José Pereira Rego, naquele momento presidente interino da Junta, propunha ao governo imperial a adoção da produção de atestados de óbito impressos, de forma a “tornar mais exata as estatísticas mortuárias”. Esta solicitação tinha como base uma exigência dos Congressos internacionais de estatísticas, segundo Pereira Rego. Além disto, dever-se-ia proceder a

---

SENRA, 2006, p. 502-517. Nesse cargo, muito provavelmente trabalhou com Joaquim Azevedo na produção das estatísticas comerciais do Brasil, citadas como contraposição à afirmação de inexistência dos dados estatísticos de comércio do Brasil no Congresso Internacional de Estatística de Paris (1855).

<sup>710</sup> Apud LAEMMERT, Almanak (...) do Rio de Janeiro, 1864, Suplemento, p. 110.

<sup>711</sup> Idem, p. 111-112

organização da estatística patológica de todos os hospitais civis e militares, com solicitações específicas do Estado imperial, de forma a obter melhores resultados. Segundo o médico, aguardava estes números para que o Brasil conseguisse enviar suas estatísticas médicas para o Congresso estatístico<sup>712</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo, o Brasil tinha participado do Congresso Internacional de Estatísticas em 1860, com Carvalho Moreira. Contudo, em 1863, o Brasil não tinha enviado representante ao Congresso. Como o próximo evento só foi realizado em 1867 pode-se entender que Pereira Rego tinha a intenção de motivar através do argumento de autoridade do Congresso a produção de estatísticas médicas. Tomando-se a perspectiva de Geyer e Paulmann explicitada na argumentação do primeiro capítulo da tese, os personagens locais tomavam a perspectiva do internacionalismo como uma afirmação da verdade e autoridade de suas necessidades científicas e políticas<sup>713</sup>.

Na continuação do relatório, Pereira Rego elogiaria o médico Lúcio [sic] da Silva Brandão<sup>714</sup>, que estava naquele momento responsável pelas estatísticas da Junta Central de Higiene Pública. Segundo o presidente interino, este médico teria conseguido fazer melhorias na exatidão dos dados patológicos, na classificação das patologias e de outros dados estatísticos. Deste modo, garantia que se fossem organizados mensalmente todos os fatos dos hospitais da corte e estes fossem endereçados a Junta, o dr. Silva Brandão conseguiria produzir estatísticas patológicas e mortuárias de “inquestionável e avultada importância” para a “ciência em geral, e mais particularmente para a humanidade”<sup>715</sup>. Procurava-se mais uma vez afirmar a necessidade das estatísticas para o avanço da ciência e da humanidade.

Desta forma, podemos perceber que homens de letras e ciências que trabalhavam como agentes públicos tinham estatísticas e cobravam das autoridades parlamentares. Estes homens que trabalhavam na ação estatal, nas repartições e órgãos vinculados

---

<sup>712</sup> BRASIL, Junta Central de Higiene Pública. Relatório apresentado ao Excelentíssimo senhor ministro do Império pelo doutor José Pereira Rego, presidente interino. Rio de Janeiro, 26/03/1864, p. 11-12.

<sup>713</sup> GEYER; PAULMANN, Op. Cit.

<sup>714</sup> É possível que o nome correto seja Luiz da Silva Brandão, embora no relatório esteja grafado como Lúcio. Luiz da Silva Brandão é apontado no em outro relatório da JCHP como encarregado das estatísticas mortuárias do Rio de Janeiro da repartição, no relatório de 15 de março de 1865. BRASIL. Relatórios da repartição dos negócios do Império. Ofício do médico encarregado das estatísticas mortuárias da Cidade do Rio de Janeiro, e mapas respectivos, por José Pereira Rego e Luiz da Silva Brandão. RJ: Tipografia Nacional, 1865. Este era também o nome do diretor do Gabinete de estatística médico-cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia e de um dos conselheiros da Sociedade de Estatística do Brasil, desde 1862, de acordo com o mesmo Almanak.

<sup>715</sup> BRASIL, Junta Central de Higiene Pública, 26/03/1864, p. 12.

diretamente a prática das políticas públicas, solicitavam as autoridades melhores condições para a produção das suas estatísticas e que as estatísticas produzidas fossem utilizadas pela administração pública para a observação e a administração do país. Nesse sentido, buscavam formas de melhorar sua produção de dados, solicitavam que o registro civil fosse novamente colocado em pauta, buscavam soluções para simplificar os decretos que tinham causado a revolta popular de 1852.

Além disso, percebiam que as ideias recepcionadas no Brasil, a partir da reapropriação de Moreau de Jonnés não se adequavam a realidade brasileira. Como tenho defendido nesta tese, a proposição francesa de produção de uma estatística centralizada entrava em choque com a realidade de um Estado de tradição luso-brasileira, marcado pela descentralização de suas práticas. Desta forma, percebendo esta diferença entre a teoria proposta e o costume da organização Estatal, os membros da Sociedade Estatística do Brasil propuseram uma nova formulação. Esta nova abordagem, pensada a partir dos Congressos Internacionais de Estatísticas de Quetelet, propunham a coleta das diversas estatísticas existentes, buscando reuni-las e organiza-las.

Além disso, como vimos, a abordagem por busca de médias e proporcionalidades, utilizada pelos interpretes brasileiros das estatísticas, se aproximavam da abordagem do homem médio de Quetelet. E se distanciavam da abordagem de Moreau de Jonnés e de Baptiste Say, que consideravam as estatísticas como uma visão sobre a realidade, mas não como uma possibilidade de cálculo do que seria o homem, a alma ou a moral humana. Concomitantemente, se fazia um esforço na tentativa de padronização da produção das estatísticas locais, paulatinamente convergindo para a possibilidade de unidade entre as diversas iniciativas locais. Neste sentido, se construiria a possibilidade de uma produção descentralizada de estatísticas, mas que possibilitasse a construção de quadros nacionais.

~~~~~

As estatísticas médicas do Hospício de Pedro II

Estudar as estatísticas do Hospício de Pedro II (HP II) será uma forma de compreender a prática estatística dentro de uma das instituições médico-científicas do Segundo Reinado. Analisando a temporalidade dos primeiros discursos sobre a alienação mental e a necessidade de uma instituição específica, percebe-se a influência do movimento do Regresso Conservador (1837-1841) nessas intenções de reforma burocrática. De modo semelhante, a efetivação do decreto de criação do Hospício, no início da década de 1850, demonstrava uma mudança nos rumos políticos e uma visão sobre as necessidades práticas daquele momento. As grandes epidemias de Febre Amarela de 1850 e 1852, o surgimento de “homens novos” na elite política brasileira e o Gabinete de Conciliação entre Conservadores e Liberais (1853), colocavam novos arranjos políticos, burocráticos e estruturais em tensão no Império.

A trajetória de debates sobre a alienação mental no Brasil tem seu início com a apresentação da tese “Considerações gerais sobre a alienação mental” (1837), de Antonio Luiz da Silva Peixoto⁷¹⁶. Para a análise das estatísticas do Hospício, utilizarei o “Relatório e estatística do Hospital de Pedro II, desde o 1º de julho de 1854 até 30 de Junho de 1855”, publicado pelo dr. Manoel José Barbosa, primeiro médico do Hospício em 1856⁷¹⁷. Essas obras apresentam, por um lado, apontamentos sobre os primeiros discursos acerca do tema e, por outro, a percepção estatística dos alienados do Hospício, pelo médico responsável pelas estatísticas determinadas no estatuto. Sem a ilusão do mero acaso, essas datações realçam os contextos políticos e sociais de anos de crise, mudança, turbulência e transformação.

Antonio Luiz da Silva Peixoto reforçava as relações entre turbulências políticas derivadas de governos republicanos ou representativos e alienação mental em sua Tese

⁷¹⁶ Segundo Ana Maria Oda, Antonio Peixoto era natural do Rio de Janeiro, não tem outros trabalhos conhecidos e, após concluir o curso de medicina, organizou um consultório onde clinicava e oferecia consultas gratuitamente para indigentes. ODA, Ana Maria G. R. “A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência”. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo v.16, n. 4, dez. 2013, p. 632.

⁷¹⁷ BARBOSA, Manoel José. Relatório e estatística do Hospital de Pedro II, desde o 1º de julho de 1854 até 30 de Junho de 1855. *Annae Brasilienses de Medicina*, ano X, n. 4. Rio de Janeiro, 1856, p. 98-104; 118-121.

Doutoral na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Numa leitura de segunda mão, embasada em Esquirol, Pinel e Scott, Peixoto afirma:

Dizem os autores, que a forma de governo influi na produção da loucura. Somos deste parecer, pois se pode influir sobre as paixões e os costumes dos povos, não surpreenderá que também concorra para a alienação mental, por isso que muitas vezes é causada pelas paixões e pelos costumes. Além disso, Scott assegura que viu muito poucos loucos na China; muitos viajantes dizem que na Turquia e na Espanha o número de alienados é muito limitado, do que se segue, que nos países que gemem sob o jugo do despotismo, que sufoca as luzes e comprime as paixões, o número dos alienados é menor. De outro lado, o governo republicano ou representativo, dando mais liberdade à expressão dos pensamentos, e pondo as paixões mais em jogo, deve ser mais favorável ao desenvolvimento da loucura. Escrevemos este artigo para assignarmos mais uma causa da alienação mental, o que é nosso dever como prático, e jamais com o intuito de encetarmos numa questão política⁷¹⁸.

Levando em consideração as advertências de Ana Maria Oda, não poderemos ver nesta tese nem uma autoria inédita, nem uma expressão local da prática alienista naquele momento. Como demonstrou Oda, a tese de Peixoto era uma repetição de trechos inteiros de dois dicionários médicos franceses que circulavam no Brasil nessa época⁷¹⁹. Ao verificar o *Dictionnaire des sciences médicales* referido por Oda, confirmo ser esta parte específica da tese um resumo, com citações literais não referenciadas do original⁷²⁰.

Não obstante, torna-se fundamental compreender esta tese da faculdade de medicina como uma amostra das condições de possibilidade e acesso ao conhecimento sobre alienação mental no final dos anos 1830. O plágio/resumo de Peixoto evidencia uma relação entre a circulação de ideias sobre alienação mental e a própria visão do interesse da época no assunto. Dentro dos círculos de conhecimento médico, ao olhar para a realidade da época, percebe-se a abertura de relações políticas mais democráticas e

⁷¹⁸ PEIXOTO, Antonio L. da S. “Considerações gerais sobre a alienação mental” (1837) Apud PICCININI, Walmor. Teses Doutoriais (1) – Antonio Luiz da Silva Peixoto – 1837. *Psychiatry on line Brasil* v. 16, n. 3, Mar. 2011. Nas notas sobre essa tese, Piccinini ressaltava a relação da tese com as revoltas regenciais. PICCININI, Op. Cit.

⁷¹⁹ ODA, 2013.

⁷²⁰ UNE SOCIÉTÉ de médecins et de chirurgiens (ed.) *Dictionnaire des sciences médicales*. Volume 16. Paris, Panckoucke, 1816. Disponível em: <http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/resultats/index.php?do=livre&cote=47661>

descentralizadas como causadoras da loucura. Peixoto continua sua tese buscando citar Esquirol e Pinel, embora sem citar referências:

Os efeitos das revoluções são também causas da loucura, por isso que trazem após de si a perda das fortunas e dos empregos a muitos indivíduos; os pais têm a lamentar a morte de seus filhos, estes a de seus pais, a esposa do esposo, etc. Não estranha portanto, que os lamentáveis estragos e desordens que seguem as revoluções, serão capazes de perturbar a razão humana. M. Esquirol, para dar força a esta causa, diz que o número de alienados aumentou consideravelmente em Paris, depois da revolução de 1789; mas cremos que deve-se também ter em linha de conta o aumento progressivo da população, e os melhoramentos que os estabelecimentos dos alienados têm tido em Paris, depois que Mr. Pinel deu impulso ao estudo e tratamento da alienação mental; e por isso, muitos loucos que em outros tempos, teriam permanecido no seio de suas famílias, outros em conventos e prisões, se acham confinados aos cuidados da medicina nestes estabelecimentos, tanto públicos como particulares, nos quais podem-se formar estatísticas perfeitas; e como todos ali se acham, é por isso que parece ter o seu número avultado⁷²¹.

Deixando de lado a mera acusação de plágio e verificando as possibilidades de contato com a realidade da época, torna-se possível perceber intimas relações entre o clima político e social brasileiro daquela década e a seleção que Peixoto faz do referido *Dictionnaire*. Para além disso, Peixoto finaliza o parágrafo com uma crítica presente no *Dictionnaire* sobre as estatísticas crescentes do alienismo. Quanto deste incremento seria fruto da mudança no tratamento e no aumento do confinamento de alienados? Quanto desses números crescentes se devia ao aumento da população? Estas perguntas ficam sem respostas, mas indicam uma percepção do final da década de 1830 e da década de 1840 sobre as estatísticas. Nesse momento, começava-se a discursar mais fortemente sobre a necessidade da abordagem estatística, ao mesmo tempo em que o discurso quantitativo sofria várias críticas e oposições.

Ao final de sua tese, Peixoto critica diretamente a Luiz Vicente de Simoni⁷²² pelo uso do tronco, que era utilizado para negros escravizados, em loucos furiosos. Segundo

⁷²¹ PEIXOTO, 1837 Apud PICCININI, 2011.

⁷²² Luiz Vicente de Simoni era um médico italiano estabelecido no Rio de Janeiro. Tornou-se secretário perpétuo da Academia Imperial de Medicina e, mais tarde, Diretor de estatística médica da Santa Casa de

Peixoto, esse seria um ato de degradação de pessoas livres, contudo, amenizava sua crítica supondo ser o dr. Simoni levado pela “lei da necessidade”⁷²³. Segundo Oda, este comentário sobre o tratamento no tronco dado por De Simoni aos loucos teria influenciado diretamente o trabalho *Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento de alienados*, publicado em 1839 pelo médico italiano⁷²⁴. No referido texto, De Simoni referia-se diretamente as críticas de Peixoto, buscando se eximir de culpa ao garantir que esta era uma prática comum no tratamento dos loucos, mesmo que pessoalmente considerasse o uso do tronco equivocado. De acordo com De Simoni, mesmo que os médicos e os administradores orientem para não utilizar tais maus tratos como tratamento, enfermeiros os praticavam sem o consentimento dos superiores todos os dias⁷²⁵. A solução para o problema seria a criação de uma instituição especial para alienados, na qual estes pudessem ser tratados com humanidade e de acordo com os melhores princípios médicos da época para a loucura⁷²⁶.

Luiz Vicente De Simoni foi um dos partidários mais importantes da abordagem estatística na medicina no início da década de 1840. Nos últimos anos da década de 1830, De Simoni trabalhava na produção de dados quantificados sobre a tísica no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, afirmando que as estatísticas comprovavam a necessidade de estabelecimentos arquitetados para doenças específicas. Para o médico italiano, estabelecimentos especiais para determinadas doenças, como a tísica e a alienação mental, garantiriam melhor eficácia no tratamento e cura das moléstias⁷²⁷.

A perspectiva administrativa do dr. De Simoni, se encaixava bem, nessa época, com o interesse de melhor organização e controle do Estado por parte da elite brasileira. Contudo, sofria com o grande déficit orçamentário do Império do Brasil nessa época. Entre 1836 e 1840, as receitas brasileiras eram de 14.440.144 mil réis, enquanto as

Misericórdia. Durante a década de 1840, buscou afirmar a estatística como base confiável para a verificação de tratamentos e terapêuticas médicas.

⁷²³ ODA, Op. Cit, p. 633.

⁷²⁴ Idem.

⁷²⁵ DE SIMONI, Luiz V. Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund, a. VII, n. 1, mar-2004, p. 148-149. [original publicado na Revista Médica Fluminense (RMF), ano V, n. 6, set-1839].

⁷²⁶ DE SIMONI, 2004 [1839], p. 154-159.

⁷²⁷ DE SIMONI, 2004 [1839]. DE SIMONI, Luiz V. Observações sobre o novo estabelecimento para os tísicos da Santa casa de misericórdia, e o número dos indivíduos nele tratados desde 19 de março de 1839, até 19 de março deste ano. Revista Médica Fluminense, vol. 6, n. 2, mai-1840, p. 67-76.

despesas somavam 18.067.773 mil réis. No quinquênio posterior, de 1841 a 1845, o endividamento teve uma elevada acentuação, com receitas fixadas em 18.855.549 mil réis e despesas na marca de 26.190.066 mil réis⁷²⁸. Encontra-se aqui um cenário de crescimento dos investimentos na construção de uma estrutura centralizada, organizada e forte, que pudesse combater as revoltas, manter a unidade do país e organizar melhor a administração. Não obstante, o país não tinha folego econômico para tantas empreitadas ao mesmo tempo.

Nesse período, as pessoas consideradas loucas na sociedade ficavam nas suas próprias casas, vagando pelas ruas ou em asilos de irmandades de caridade. No âmbito do senso comum, as marcas da loucura eram basicamente a perda da razão, a agressividade, o vagar pela rua falando sozinho, e formas diferenciadas de roupas, palavras, gestos, atitudes e hábitos⁷²⁹. Aqueles que eram tratados na Santa Casa sofriam maus tratos e toda sorte de castigos físicos, como denunciava o dr. Antonio Peixoto. O Hospício de D. Pedro II demoraria mais de 10 anos para ser inaugurado e começar a funcionar com toda sua capacidade.

Cabe ressaltar que, por um lado, o Hospício tinha sua estrutura e sua fundação vinculadas à Santa Casa de Misericórdia – instituição de caridade de uma irmandade leiga –, por outro, essa mesma instituição recebia verbas de loterias públicas e outras ajudas sob os auspícios do imperador. Além disso, com o poder do regalismo e do padroado⁷³⁰ – e sendo a religião católica apostólica romana considerada a religião oficial do Império⁷³¹ –, havia uma estreita relação entre o Estado imperial brasileiro e as instituições católicas no Brasil. As estatísticas que existiam nessa época eram produzidas com os dados de

⁷²⁸ CARVALHO, José M. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.425. Torna-se importante apontar que no decênio entre 1826 e 1835, apesar da crise derivada da Guerra da Cisplatina (1825-1828), as receitas foram maiores do que as despesas.

⁷²⁹ ENGEL, Magali G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, cap. 1.

⁷³⁰ O padroado era a garantia ao Estado do controle dos assuntos eclesiásticos e religiosos, enquanto o Regalismo seria a submissão da Igreja e dos religiosos ao poder imperial. Ver ABREU, Martha. “Igreja” In.: VAINFAS, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 348-350. Ao contrário do que as visões de controle da Igreja pelo Estado Imperial buscam demonstrar, vemos em alguns momentos negociações e, em outros, tensões entre membros do clero e de irmandades leigas e homens públicos membros do Estado Brasileiro. Em muitos casos, com personagens históricos colocando-se em ambas as posições, como José Clemente Pereira, político conservador, ministro, senador e provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. ENGEL, Magali G. “José Clemente Pereira”. In.: VAINFAS, 2008, p. 426-428.

⁷³¹ Cf. Art.5º da Constituição Política do Império do Brasil. Apud CAVALCANTI, Vanuza; BECKER, Antonio. Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. Volume I (1824 a 1969). Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004, p.10.

batismos, casamentos e óbitos das Igrejas e organizadas através das instituições religiosas. As comissões de colonização e de estatísticas eram ligadas também ao tema da catequese e aos assuntos eclesiásticos⁷³². As instituições de caridade e de assistência e cura aos doentes eram, na maioria dos casos, vinculadas às irmandades católicas ou diretamente ao clero católico. Deste modo, as instituições religiosas, a cura dos doentes, a contagem da população e a estruturação da organização política e administrativa do país derivavam da Igreja e do Estado concomitantemente.

Nesse contexto estatístico e sanitário, a economia brasileira começou a ter novos impulsos e a sanear suas contas. Novas loterias para financiar o Hospício Pedro II, novas doações de membros da elite e um reequilíbrio das contas nacionais possibilitaram a finalização das obras do Hospício e sua inauguração efetiva. Nesses anos, as contas do Império, no início da década de 1850 estavam em superávit⁷³³. Esse cenário econômico colaborava para novos auxílios do governo imperial através de loterias e novas doações de benfeitores da elite brasileira.

No campo político, esse foi um momento de conciliação entre conservadores e liberais. Em 1847, foi instituído o cargo de presidente do conselho de ministros, que equivaleria ao primeiro ministro inglês, com a diferença de que seria escolhido diretamente pelo Imperador. A alternância de poder entre conservadores e liberais nos próximos anos acabou por gerar uma conciliação, no início da década de 1850, que foi confirmada com o chamado “gabinete de conciliação”, em 1853. Esses eram anos políticos conservadores, mesmo com liberais no poder. A ideia de um Estado forte, bem organizado, com ares de civilizado e caminhando para o progresso era a visão que as elites queriam passar do Brasil. Não obstante, essa imagem de civilização convivia com a escravidão, mesmo com o tráfico transatlântico de escravos sendo abolido em 1850⁷³⁴.

Nesse contexto de mudança, o decreto 1.077 de 4 de dezembro de 1852 aprovou e mandou executar os estatutos do Hospício de Pedro II. A instituição seria vinculada

⁷³² Alguns exemplos das relações entre estatísticas e assuntos eclesiásticos, em comissões parlamentares podem ser encontrados em: Diário do Rio de Janeiro (DRJ), ano XIX, n. 55, 07/03/1840, p. 1; DRJ, ano XIX, n. 103, 07/05/1840, p. 2; DRJ, ano XX, n. 63, 20/03/1841, p. 1; DRJ, ano XX, n. 101, 07/05/1841, p. 1; DRJ, ano XXII, n. 97, 01/05/1843, p. 2.

⁷³³ No quinquênio 1846-1850, as receitas estariam seriam de 26.584.486 mil réis, enquanto as despesas foram de 26.459.401 mil réis. No quinquênio posterior, o endividamento ficaria em níveis controlados, mas se descontrolaria novamente no período da Guerra do Paraguai (1864-1870). CARVALHO, 2010, p. 425.

⁷³⁴ CARVALHO, 2010. MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC/MinC/Pró-Memória/INL, 1987. RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

diretamente à Santa Casa de Misericórdia (SCM), mas teria uma administração específica. Na organização estrutural, os responsáveis administrativos seriam três irmãos da SCM, um como escrivão, outro como tesoureiro e um terceiro como procurador. Por sua vez, o serviço seria dividido em econômico, sanitário e religioso. No que tange ao serviço sanitário, este ficaria a cargo de médicos clínicos de cirurgia e medicina, sob o comando de um diretor e com ajuda de irmãs, enfermeiros e serventes. Além desses cargos, haveria um farmacêutico para a Botica⁷³⁵.

Segundo Daniele Ribeiro, os médicos do Hospício entravam muitas vezes em conflito com as irmãs de caridade, mas estes devem ser relativizados. Os conflitos demonstrariam, sobretudo, um objetivo de legitimação dos médicos psiquiatras em detrimento do papel das irmãs de caridade, mesmo que estas tivessem um papel importante na instituição⁷³⁶. Quanto aos enfermeiros, o provedor da Santa Casa José Clemente Pereira se queixava em 1851 destes funcionários, afirmando que estes não seriam bons e não haveria onde conseguir melhores⁷³⁷. Em junho de 1853, o Hospício anunciava em jornais como o Diário do Rio de Janeiro a contratação na sessão de anúncios, com a seguinte frase: “O Hospício de Pedro Segundo necessita de enfermeiros inteligentes e que saibam ler”⁷³⁸. Dois anos depois, os anúncios tinham o texto “Hospício de Pedro Segundo. Precisa-se de enfermeiros, que saibam ler e escrever, e que abonem a sua conduta”⁷³⁹. Não obstante, para a realização dos objetivos da instituição e das estatísticas dos alienados seria necessário mais do que saber ler e escrever. A princípio, a existência de enfermeiros que conhecessem a medicina e as técnicas e conhecimento de cálculos e técnicas aritméticas e estatísticas poderia auxiliar a produção dos relatórios estatísticos. Mas este não era o caso daquele momento.

No que tange ao registro de informações de entrada dos pacientes, que poderiam ser utilizados para a produção de estatísticas, o artigo 11 do decreto de criação do Estatuto definia para a inscrição nos livros de matrícula de alienados que

⁷³⁵ BRASIL. Artigos 2º, 3º e 4º do Decreto n. 1077, de 4 de dezembro de 1852. Aprova e manda executar os Estatutos do Hospício de Pedro Segundo.

⁷³⁶ RIBEIRO, Daniele. Os sentidos do Hospício de Pedro II: dinâmicas sociais na constituição da psiquiatria brasileiro (1841-1889). Tese de Doutorado – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2016, p. 12.

⁷³⁷ RIBEIRO, 2016, p. 46.

⁷³⁸ DRJ, a. XXXII, n. 165, 19/06/1853, p. 4. DRJ, a. XXXII, n. 166, 20/06/1853, p. 3.

⁷³⁹ JORNAL DO COMMERCIO, a. XXX, n. 138, 20/05/1855, p. 4. O anúncio era assinado por José Victorino dos Santos, administrador do HPII e datado de 18 de maio de 1855.

Art. 11. Em qualquer dos referidos casos, cumpre que tanto os Offícios de requisição, como as petições declarem o nome, naturalidade, residência, idade, condição civil, e estado do alienado; e que as segundas, sejam além disso, instruídas com certidão autêntica da sentença do Juiz dos Órfãos que houver julgado a demência, ou pelo menos de atestado de Facultativo clínico, que certifique a alienação mental; devendo todos os documentos ser reconhecidos por Tabelião, e competentemente selados⁷⁴⁰.

No tocante à classificação e distribuição dos alienados, estes seriam divididos entre homens e mulheres. Os alienados indigentes ou pensionistas⁷⁴¹ de última classe seriam classificados e ordenados entre “limpos”, “agitados”, “imundos” e “afetados de moléstias acidentais”. Enquanto isso, os pensionistas de primeira e segunda classe teriam apenas duas subdivisões: “tranquilos” ou “agitados”. Assim, existiria uma primeira classificação, que poderia ser alterada caso necessário⁷⁴². De acordo com Ribeiro,

para além do estatuto genérico da loucura, existiam muitas variações, tanto no que tange a classificações médicas quanto ao perfil social e ao comportamento daqueles indivíduos. Loucos, alienados, débeis, curáveis ou incuráveis, limpos e imundos, escravos ou livres, maníacos ou dementes, perigosos ou tranquilos, pensionistas ou indigentes, muitos foram os fatores determinantes, não apenas das internações e das altas, mas também dos percursos institucionais que ali se apresentavam⁷⁴³.

As estatísticas do Hospício de Pedro II, eram competência dos médicos clínicos, organizados em enfermarias. De acordo com o parágrafo 9º do artigo 22 do estatuto, ficaria a cargo desses profissionais

⁷⁴⁰ BRASIL. Artigo 11 do Decreto n. 1077, de 4 de dezembro de 1852. Aprova e manda executar os Estatutos do Hospício de Pedro Segundo. Esses dados seriam posteriormente utilizados para quantificar os registros de entrada no Hospício.

⁷⁴¹ Pensionistas eram os internos do hospício que tinham condições de pagar as despesas de seu tratamento, seja por meios de sua família ou por sua rede de sociabilidades. Eles eram divididos em três classes, de acordo com suas possibilidades de pagamento e recebiam tratamentos diferenciados. Os de primeira classe ficavam em quarto separado, os de segunda classe em quartos duplos e os de terceira classe em enfermarias gerais. Além disso, poderiam ser admitidos gratuitamente os marinheiros de navios mercantes, os indigentes e os escravos de senhores que tivessem somente um escravo e não conseguissem pagar o tratamento. BRASIL. Idem. Art. 5º e 6º.

⁷⁴² BRASIL, 1852, Art. 18, 19 e 20.

⁷⁴³ RIBEIRO, 2016, p. 20.

Organizar anualmente a estatística dos alienados, que lhes forem confiados, designando-os nominalmente, e o Relatório dos métodos terapêuticos por eles empregados no tratamento de cada um dos doentes, acompanhado das circunstâncias das moléstias, do resultado das suas observações, e das mais considerações que julgarem convenientes, a fim de ser tudo incorporado no Relatório geral⁷⁴⁴.

Assim, esses relatórios estatísticos seguiriam o modelo proposto na década de 1840, durante discussões entre os médicos sobre a natureza e a organização das estatísticas. Não bastava somente anotar o número de entradas e saídas, de doentes, doenças e de curados. Uma boa estatística médica deveria relatar os métodos terapêuticos utilizados, as circunstâncias em que a doença aconteceu, as observações dos médicos e tudo o que se considerasse relevante para a compreensão da enfermidade.

Em 9 de dezembro de 1852, o provedor da Santa Casa José Clemente Pereira produziu o primeiro relatório quantitativo da entrada inicial no HPII. Segundo esse documento, nos dias 8 e 9 de dezembro haviam passado do antigo hospital e das enfermarias provisórias para a nova instituição 74 homens e 66 mulheres, destes 126 eram “tranquilos”, 10 seriam “agitados” e 4 “imundos”. Quanto à nacionalidade, 63 eram brasileiros, 57 estrangeiros e dos outros 20 não se tinha informação. Sobre a localidade, 113 eram da própria corte, 20 da Província do Rio de Janeiro, 1 de Minas Gerais, 1 de Santa Catarina, 4 do Rio Grande e 1 de Sergipe. Contudo, nesse primeiro momento, não havia informações mais detalhadas sobre as doenças, para além da classificação inicial já prevista nos estatutos⁷⁴⁵.

Era um momento de crescimento da percepção da necessidade de quantificar. Se podia verificar o aumento das colunas de notícias e fatos diversos se contavam. 137 bois mortos para o consumo da cidade no dia anterior. 657 mulheres que faziam profissão da vida meretrícia na cidade, segundo recenseamento da polícia. Contavam-se falecimentos por dia, discriminando pessoas livres e escravas, homens e mulheres, listando inclusive seus nomes, filiações, locais de moradia, idade, estado civil, causa da morte. Listavam-se também os resultados das atividades das faculdades de medicina e de Direito do país⁷⁴⁶.

⁷⁴⁴ BRASIL, 1852. Art. 22.

⁷⁴⁵ DRJ, a. XXXI, n. 9182, 11/12/1852, p. 3.

⁷⁴⁶ CORREIO Mercantil, a. X, n. 355, 22/12/1853.

Os jornais começavam a demonstrar que o Brasil tinha números para mostrar. No caso das estatísticas médicas, podia-se contar o número total de alienados do recém-inaugurado Hospício de Pedro II. Inclusive contabilizando de quais hospitais ou enfermarias tinham vindo – 76 da Santa Casa, 68 da enfermaria provisória da Praia Vermelha – dividindo-os entre homens e mulheres⁷⁴⁷. Passava-se assim uma ideia de mudança no panorama sobre as estatísticas e as quantificações médicas no Império.

Nesse bojo, nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, foi publicado o *Relatório e estatística do Hospício de Pedro segundo, desde o 1º de julho de 1854 até 30 de junho de 1855*, de autoria do médico Manuel José Barbosa, primeiro médico do HPII⁷⁴⁸. Era o primeiro relatório estatístico do Hospício publicado em sua forma completa num periódico médico. Barbosa iniciava seu relatório afirmando que fazia a publicação em cumprimento ao artigo 22 dos estatutos do HPII e informando que no início do período descrito existiam 256 alienados, sendo 126 homens e 130 mulheres. Destacava que as obras da instituição não estavam totalmente concluídas, fazendo com que os alienados furiosos não tivessem seu lugar adequado, e homens e mulheres estivessem do mesmo lado do prédio⁷⁴⁹.

O relatório estatístico descrevia as mudanças pretendidas ao final da construção do prédio; a divisão sexual; a intenção de confeccionar roupas adequadas; o asseio dos ambientes; o estado da cozinha, da dispensa, do jardim e da casa de banhos; as atividades e paramentos da Capela. Ressaltava os trabalhos das costureiras, em número maior que setenta, e o trabalho de seis ou oito alienados na oficina de alfaiates, dirigida por um enfermeiro que conhecia a profissão. Se ressentia de não ter montado uma oficina de sapateiros, que considera de grande utilidade para o Hospício. Citava as doenças presentes nas enfermarias, como paralisias, diarreias incuráveis, e muitos tuberculosos, enviados pela polícia. Continuava sua descrição geral, informando sobre os serviços dos médicos, das irmãs de caridade, dos enfermeiros. Quanto às irmãs, dizia que seu número era limitado, mas estas eram zelosas e dedicadas. No tocante aos enfermeiros, garantia que eles serviam mal, nenhuma confiança mereciam, e necessitavam de vigilância constante

⁷⁴⁷ CORREIO Mercantil, a. X, n. 355, 22/12/1853.

⁷⁴⁸ ANNAES Brasilienses de Medicina (ABM), a. 10, v. 10, n. 5, julho/1856, p. 98-104. ABM, a. 10, v. 10, n. 6, agosto/1856, p. 118-121.

⁷⁴⁹ ABM, jul/1856, p. 98.

e de punições em muitos casos. Não obstante, responsabilizava o baixo salário dos enfermeiros pelo tipo de serviço que executavam⁷⁵⁰.

No que diz respeito aos mapas estatísticos, Barbosa afirmava que ele os tinha produzido. No entanto, solicitava mais um médico para esse serviço, pois a população da instituição estava aumentando e o médico não daria conta do aumento. Na seção seguinte do relatório, intitulada “Estatística Médica”, o dr. Barbosa fazia o relato das quantidades de alienados que entraram, dividindo-os em homens e mulheres, além de dar os números dos homens e mulheres que tiveram alta, dos homens e mulheres que faleceram e dos homens e mulheres que estavam em tratamento⁷⁵¹. Quanto às doenças, produzia uma tabela seguindo a classificação entre “maníacos”, “monomaníacos”, “maníacos-epiléticos”, “dementes”, “paralíticos”, “epiléticos” e “idiotas”. Na sequência, procurava explicar cada uma das doenças mentais dadas por sua classificação, a partir de Esquirol, Pinel, Wills e Frank. Explicadas as classificações dos gêneros de loucura, Barbosa partiria para as causas dos tipos de loucura presentes no Hospício de Pedro II⁷⁵².

Segundo Carlos Oliveira, Pinel tinha classificado as “formas de loucura” em 1809 entre quatro espécies: mania, melancolia, demência e idiotismo. Essa classificação procurava sintetizar a diversidade de nomenclaturas existentes nas classificações dos alienismos no século XVIII, fundando uma nova clínica mental, com causas e terapêuticas descritas⁷⁵³. Em 1816, Esquirol proporia uma outra classificação da loucura, pelos seguintes gêneros: “lypemia (delírio parcial com tristeza e depressão), monomania (delírio parcial com alegria), mania (delírio geral com excitação), demência (enfraquecimento dos órgãos do pensamento) e idiotia (fraqueza congênita)⁷⁵⁴. De acordo com Oliveira, o relatório de Barbosa adotava uma classificação próxima a de Esquirol, mas tinha uma tendência eclética, combinando esta com a classificação proposta pelo smatista e frenopata belga Guislain, que seria a base do alienismo organicista alemão. Esta classificação, além das questões relacionadas aos delírios e fraquezas, levava em conta as questões de paralisia ou excesso de movimentação do organismo⁷⁵⁵.

⁷⁵⁰ Idem, p. 99-100.

⁷⁵¹ Idem, p. 100.

⁷⁵² Idem, p. 101.

⁷⁵³ OLIVEIRA, Carlos F. A. de. Evolução das classificações psiquiátricas no Brasil: um esboço histórico. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Campinas, SP, 2003, p. 45-48.

⁷⁵⁴ OLIVEIRA, 2003, p. 48.

⁷⁵⁵ Idem, p. 71.

Na descrição das causas, havia, segundo o médico, um problema inicial. As famílias e as autoridades que enviavam os alienados para o hospício não esclareciam a origem e momento do aparecimento da loucura dos doentes que se matriculavam na instituição. Isso dificultava a classificação médica, pois esses dados seriam importantes para diferenciar os tipos de alienação mental. Segundo Barbosa, haviam causas físicas e causas morais. As físicas poderiam ser causadas por “a herança, o abuso de bebidas alcoólicas, desarranjo de menstruação, excesso de prazeres venérios, o onanismo, a insolação, e as lesões do cérebro e suas membranas”. Enquanto as morais estavam ligadas com “os desgostos domésticos, o amor contrariado, o ciúme, a miséria, a religião mal entendida, e os revezes da fortuna”⁷⁵⁶. Assim, não era possível classificar e quantificar as causas das alienações dos pacientes, pois não havia informações para isso.

Quanto ao número de óbitos, Barbosa afirmava ser impossível a sua diminuição, sobretudo pelo fato de que a instituição policial enviava muitas pessoas “que não necessariamente morrer”. Por isso, era “impossível apresentar uma bela estatística”. Não obstante, informava que os pacientes que se curavam ficavam em geral alguns meses no hospício. Já aqueles que ficavam mais de dois anos teriam poucas chances de cura. Tal qual definido nos debates sobre as estatísticas médicas e nos estatutos do HPII, seguiam-se informações sobre os tratamentos, as terapêuticas, os métodos curativos e os remédios utilizados nos alienados.⁷⁵⁷ No volume seguinte dos *Annaes*, o relatório continuava, com descrições de tratamentos e relações entre os tratamentos praticados no HPII e os praticados na Europa. Por fim, solicita melhoramentos, como o término do prédio para a divisão sexual ser efetivada; a melhoria das casas de banho e da iluminação do Hospício; e o fechamento da frente do prédio com grades⁷⁵⁸.

No início do ano seguinte, na seção “Crônica Diária” do Diário do Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1857, se daria notícia rápida sobre números do Hospício de Pedro Segundo e de outros hospitais e enfermarias. Dizia a nota

No Hospício de Pedro Segundo existiam no dia 9 do corrente 271 alienados, sendo 258 livres e 17 escravos: dos livres nacionais são 97 homens e 78 mulheres: estrangeiros 51 homens e 32 mulheres: dos escravos 10 homens e 7 mulheres⁷⁵⁹.

⁷⁵⁶ Idem, p. 102.

⁷⁵⁷ Idem, pp. 102-104.

⁷⁵⁸ ABM, a. 10, v. 10, n. 6, agosto/1856, p. 118-121.

⁷⁵⁹ DRJ, a. XXXVII, n. 11, 11/01/1857, p. 1.

Quatro dias depois, em 15 de janeiro de 1857, Manuel José Barbosa enviaria carta para o Diário do Rio de Janeiro, questionando críticas que foram feitas pelo dr. Cerqueira neste jornal e pelo *Correio Mercantil* contra a atuação do hospício. Segundo os críticos, o Hospício atendia fundamentalmente quem pudesse pagar pelos serviços, deixando de lado quem não tivesse condições de fazê-lo. Segundo Barbosa, o número de doentes do HPII era de 276, dos quais 230 eram pobres e apenas 46 eram pensionistas. Afirmava que somente 13 eram de 1ª classe, 5 de 2ª classe e 28 de 3ª classe. Com esses números, garantia que

Por aqui já se vê V. S. que foi injusto, ou antes mal informado, quando avançou que neste estabelecimento só se recebem aqueles doentes cujas famílias pagam a sua dotação de entrada; e que os pobres que não tem meios de satisfazer tais condições, ficam expostos ao tempo, etc.

Foi também V. S. mal informado quando disse que são *muitas as dificuldades, grandes os embaraços* para que sejam admitidos os alienados pobres. Para isto, que com toda a razão, chama V. S. uma coisa tão simples, não querendo requerer-se ao Sr. Provedor, nada mais é preciso do que um ofício de qualquer subdelegado de polícia ao administrador do hospício, vindo sempre acompanhado de um certificado médico, que comprove a alienação mental; e esta *grande dificuldade* dá-se tanto para o doente pobre, como para o rico. Verdade é porém que já houve tempo em que esta dificuldade não existia, e qualquer inspetor de quarteirão não julgando dever ouvir a opinião do médico, dizia: Este homem está doido, recolha-se à Santa Casa!⁷⁶⁰.

A carta enviada ao periódico estava acompanhada de mapa estatístico diário dos enfermos do HPII dos dias 13 e 15 de janeiro de 1857, o primeiro assinado pelo dr. José Victorino dos Santos e o segundo pelo próprio Manuel José Barbosa. Para nossa análise das estatísticas médicas do hospício, de seus usos e das questões da medicina no período essa comunicação revela alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que ter dados sobre os pacientes do hospício permitiu a Barbosa contradizer seus críticos. As estatísticas se tornavam um argumento fundamental para verificar a veracidade de informações sociais.

⁷⁶⁰ DRJ, a. XXXVII, n. 16, 16/01/1857, p. 2. Os itálicos já estavam presentes no periódico.

Quanto ao diagnóstico e à entrada no Hospício, Barbosa esclarecia que as questões administrativas relacionadas à matrícula dos pacientes garantiam que o indivíduo, ao entrar no HPII teria um parecer médico indicando a alienação. Isso seria fundamental para que a autoridade policial não enviasse qualquer pessoa, em qualquer circunstância para o hospício. Assim, essa carta de Barbosa corrobora a crítica feita por Daniele Ribeiro, de que o Hospício de Pedro II não era simplesmente um local para isolar os pobres e aqueles que estariam à margem da sociedade. Com números, Barbosa procurava demonstrar que os pobres eram os mais atendidos. Mas também procurava esclarecer que esses só seriam atendidos mediante laudos médicos que comprovassem sua alienação.

Levando-se em consideração as conclusões de Monique Siqueira, podemos afirmar que existia naquele momento “um projeto político da corporação médica acadêmica, que propunha o estabelecimento de regras médico-sociais em torno da definição de hábitos e cuidados higiênicos tidos como necessários à saúde física e mental”⁷⁶¹. Esse projeto previa que tais regras deveriam ser definidas pela corporação e não pelos órgãos de polícia, principalmente pelo fato de que estes não tinham os conhecimentos científicos necessários para fazê-lo. Nessa tentativa de construção de um projeto, as estatísticas médicas tinham um papel importante, pois eram um argumento de força discursiva nos debates na imprensa.

~~~~~

---

<sup>761</sup> SIQUEIRA, Monique. A imprensa médica na Corte imperial: a loucura e as doenças nervosas nas páginas dos periódicos especializados (1850-1880). *Varia História*. Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan/abr 2013, p. 167.

## **Geografia médica e a produção de uma nova estatística médica do Império em língua francesa**

Como demonstrou Flávio Edler, nesse contexto, surgia uma nova especialidade médica, denominada “geografia médica”. Essa nova área da medicina procurava criar “um sistema de autoridade sobre um conjunto de fatos patológicos, clínicos e terapêuticos, prescrevendo, validando ou rejeitando os conhecimentos médicos”<sup>762</sup>. Com esse intuito, alguns médicos ao redor do planeta procurariam reunir dados das mais diversas partes do globo terrestre, sobretudo médicos militares.

No Brasil, desde o dia 24 de abril de 1851, pelo decreto 783, o ministro da Marinha Manuel Vieira Tosta aprovava o *Regulamento para o corpo de saúde da armada nacional e imperial*. No dito regulamento, estava previsto o envio, a cada ano, de um “relatório circunstanciado acerca do serviço médico naval, propondo os melhoramentos que se reclamar”. Dever-se-ia também, de seis em seis meses, encaminhar informações sobre a conduta dos oficiais de saúde; e de três em três meses a estatística médica e cirúrgica, para ser publicada<sup>763</sup>. Contudo, nem sempre essas estatísticas eram produzidas a contento.

No Almanak Militar de 1858, criado a partir da determinação do artigo 4º do decreto 1881, de 31 de janeiro de 1857, o corpo de saúde do Ministério do Exército seria formado pelo Cirurgião Mor do Exército, por 3 cirurgiões mores de Divisão, por 8 Cirurgiões Mores de Brigada, por 32 Primeiros Cirurgiões, por 64 Segundos Cirurgiões e por 7 Farmacêuticos, divididos entre as diversas províncias, Hospitais militares e áreas de interesse militar<sup>764</sup>. Não obstante, não obtivemos muitos dados dos almanaques militares, já que na Hemeroteca Digital/BN existem apenas os exemplares de 1858 e 1859. Assim não podemos reconhecer até que ponto militares brasileiro colaboraram ou não com essas iniciativas.

Estes médicos militares se estabeleciam em estações navais e tomavam para si a tarefa de organizar e definir os problemas sanitários de cada região, estabelecer suas causas, tratamentos e soluções. Esse esforço tinha grande relação com o aumento das relações comerciais ao redor do mundo e da política colonialista europeia<sup>765</sup>. Tratava-se,

---

<sup>762</sup> EDLER, 2011, p. 53.

<sup>763</sup> DIÁRIO do Rio de Janeiro, a. XXX, n. 8748, 22/07/1851, p. 1.

<sup>764</sup> BRASIL, Quartel General do Exército na Corte. Almanak Militar para o ano de 1859. RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1859, p. 69-85

<sup>765</sup> Idem, p. 54.

portanto, de uma nova possibilidade de reunião de dados estatísticos, em escala mundial. Segundo Edler,

Tratava-se de um pólo dinâmico da medicina de então, capaz de impulsionar um programa de pesquisas que envolveu milhares de médicos que atuavam com as ferramentas conceituais da anatomoclínica e da estatística – incorporando gradualmente a parasitologia – na periferia dos principais centros de cultura médica europeia. Para nós, a história da gênese e do desenvolvimento de conhecimentos médicos sob a égide da geografia médica, em meados do século XIX, esteve indissoluvelmente ligada à expansão da cultura médica europeia contemporânea para a periferia dos impérios, bem como para as regiões pós-coloniais<sup>766</sup>.

Esse esforço de produção de estatísticas médicas mundiais se casava com os objetivos e desejos de uma classe médica brasileira que desejava ter estatísticas. Contudo, ainda não existia no Brasil um Censo nem uma centralização dos dados. Isso dificultava sobremaneira a produção de comparações de outros países do mundo com relação ao Brasil.

Na perspectiva de construir essa geografia médica mundial, o médico da marinha francesa Paul Marie Victor Bourel-Roncière produziu um relatório médico a bordo da Estação Naval Francesa do Brasil e do Prata, entre 1868 e 1870. Mais uma vez um francês faria o esforço de juntar diversas estatísticas espalhadas por uma diversidade de instituições médico sanitárias<sup>767</sup>.

Essa iniciativa, estava no bojo do novo impulso dado nesse campo, na década de 1860, pelos médicos da marinha francesa. Organizados em torno do periódico *Archives de Médecine Navale*, eles pretendiam criar um novo mapa nosso-geográfico mundial. Esse projeto tinha congêneres na Inglaterra e nos EUA e se propunha a executar o projeto da geografia médica. O periódico militar francês tinha sido criado em 1864 para organizar e publicar esses dados sobre relatórios e observações médicas dispersas pelo mundo. Ter informações sobre as diversas regiões geopolíticas seria fundamental no domínio e na

---

<sup>766</sup> Idem, p. 55.

<sup>767</sup> MORAIS, Rosa Helena de S. G. de. A geografia médica e as expedições francesas para o Brasil: uma descrição de estação naval do Brasil e da Prata (1868-1870). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan-mar 2007.

disputa colonial. O periódico seria dirigido pelo professor da École de Médecine Navale e médico da marinha francesa Méricourt<sup>768</sup>.

Para o debate proposto pela tese, é importante notar que se tivemos Sigaud em 1844, coligindo estatísticas brasileiras espalhadas por diversas instituições e periódicos, agora será a vez de Bourel-Roncière, informado pela cultura médica das estatísticas médicas fazer algo semelhante. Dessa forma, podemos argumentar que se, por um lado, não existiam estatísticas centralizadas, por outro, já existiam dados estatísticos de forma descentralizada. Tanto existiam que foi possível para uma embarcação naval francesa organizar esses dados publicando um relatório sobre a situação sanitária do Brasil naquele momento.

No relatório, Bourel-Roncière descreve a geografia das principais cidades e das regiões vizinhas, ou seja, levando em consideração a relação entre o relevo e a incidência de determinadas doenças. Considera as localidades do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco como as mais insalubres de toda a costa brasileira, com longos períodos epidêmicos e um perigo constante para embarcações que aportassem ali. Juntava-se a isso, as altas temperaturas, que causariam problemas de saúde aos tripulantes estrangeiros. No seu relatório, listava medidas higiênicas para marinheiros, as doenças que mais afetavam os ocupantes das embarcações e que seriam passadas pelo ambiente Brasileiro e pelo contato com essas regiões<sup>769</sup>.

---

<sup>768</sup> EDLER, 2011, p. 80-81.

<sup>769</sup> MORAIS, 2007, p. 46.

## Conclusão

## Estadísticas brasileiras entre 1840 e 1870: descentralização e falta de padronização nas instituições brasileiras

Como procurei demonstrar ao longo da tese, existiam estatísticas e estatísticas médicas no Brasil antes da década de 1870. Contudo, essas estatísticas estava fora de um padrão e de uma centralização estatal, tal qual o modelo europeu do Estado francês. Se percebermos a construção das estatísticas como ciência não como um modelo construído a partir da união entre as tradições estatísticas de Inglaterra, França e da região da germânia, mas como um constructo político e científico presente em diversas regiões da Europa e, no nosso caso, no Brasil, poderemos encontrar outra resposta para a pergunta: o Brasil tinha ou não estatísticas em meados do século XIX?

Tomando a concepção de estatísticas como uma ciência de Estado, que servia para o conhecimento do ambiente e da sociedade e para a administração das coisas pertencentes ao país, sim, existiam estatísticas. Contudo, estas não eram centralizadas. Mas como explicar isso? O que procurei defender ao longo dessas páginas é que a formação das estatísticas depende da formação e da organização do Estado monárquico brasileiro. E que o Império do Brasil foi construído como uma continuação da tradição luso-brasileira de Estado que se formou ao longo dos séculos em Portugal e chegou ao Brasil, principalmente após a vinda da Corte e a instalação da sede do Império no Rio de Janeiro.

Assim, tomando o conceito de monarquia corporativa, a partir de Hespanha, defendo que a administração portuguesa tinha uma centralização política, mas uma descentralização na produção de informações e na prática de suas resoluções. Valia muito mais a rede de sociabilidades, as decisões locais e as organizações práticas produzidas pelos agentes políticos em cada localidade. Dessa forma, a produção de dados se dava por agentes locais, a partir de parâmetros locais. Esse seria o costume reiterado, que se constituiria em uma tradição ao longo dos anos. Dessa estrutura estatal, surgiria o Estado imperial. Por isso, os agentes que procuravam produzir estatísticas que eram estrangeiros ou que se baseavam em modelos europeus – principalmente franceses – consideravam a produção brasileira equivocada, errada ou inexistente. Não obstante, essa produção se mantinha, com problemas orçamentários ou políticos em alguns momentos, é verdade. Mas de forma alguma inexistente.

Podemos afirmar que não havia a produção de estatísticas centralizadas no Império brasileiro até 1872. Contudo, isto não significa que não havia estatísticas. A produção localizada e descentralizada de estatísticas no Segundo reinado brasileiro em suas quatro primeiras décadas se justificava a partir de uma tradição luso-brasileira de coleta e produção de dados. Desta forma, aqueles que estavam trabalhando sob essa lógica, não viam como importante a produção de dados centralizados. As redes de sociabilidade, o controle sobre as informações produzidas e sobre os poderes que advinham de sua produção e as disputas em torno das necessidades do conhecimento sobre a natureza e a sociedade nas diversas partes do Brasil recriavam e inculcavam nas relações de poder vigentes uma noção de monarquia corporativa, na qual os donos do poder tinham o controle sobre as possibilidades do conhecer.

## Fontes Primárias

**Jornais periódicos da década de 1840 – Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional**

Annaes de Medicina Brasiliense (AMB)

Annaes de Medicina Pernambucana (AMP)

Archivo Médico Brasileiro (ArMB)

Correio Mercantil (CM)

Correio Official (CO)

Diário do Rio de Janeiro (DRJ)

Diário Novo (DN)

Gazeta dos Tribunaes (GT)

Jornal do Commercio (JC)

Minerva Brasiliense (MB)

O Brasil (OB)

O Cearense (OCe)

O Clarim (OCl)

O Mercantil (OM)

Publicador Maranhense (PM)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)

Revista Médica Brasileira (RMB)

Revista Médica Fluminense (RMF)

Sciencia

**Leis, Decretos e Relatórios Oficiais**

Leis e Decretos. A relação de leis e decretos foi consultada através dos sites do Planalto <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> e da Câmara dos Deputados <[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)>, onde é possível encontrar os textos originais e as referências cruzadas de cada legislação.

BRASIL. Coleção de Leis do Império. 1822-1889.

BRASIL. Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal), realizado em 20 de setembro de 1906. RJ: Oficina de estatística, 1907.

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados, primeiro ano da nona legislatura, sessão de 1853, segundo tomo. RJ: Tipografia Parlamentar, 1876.

BRASIL. ATO ADICIONAL de 1834. Lei 16 de 12 de Agosto de 1834.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

Os Relatórios Oficiais das províncias e dos ministérios estão sendo consultados no site da Universidade de Chicago <<http://www.crl.edu/brazil>>.

BRASIL. Relatórios dos Ministros dos Negócios da Justiça.

## **Dicionários**

BACELLAR, Bernardo de L. e M. Diccionario da Lingua Portuguesa em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais dicionaristas. Lisboa: Offic. Jose de A. Bulhões, 1783.

BLAKE, Augusto Sacramento. Diccionário Bibliographico Brasileiro. Reimpressão de Off-Set de Edições entre 1883 e 1902. 7 Volumes. RJ: Conselho Federal de Cultura, 1970. [[brasiliansa.usp.br](http://brasiliansa.usp.br)]

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino. 8 Volumes e 2 volumes de Supplementos. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. [[brasiliansa.usp.br](http://brasiliansa.usp.br)]

DICCIONARIO PORTATIL das Palavras, Termos e Frases, em Portugal antigamente se uaram, que hoje regularmente se ignorão (...). Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1825.

DICCIONARIO UNIVERSAL da Lingua Portuguesa. Por uma sociedade de literatos. Lisboa: Typ. Antonio José da Rocha, 1844.

PEREIRA, P. D. B. Prosodia in Vocabularium Bilingue, Latinum et Lusitanum digesta, in qua dictionum significatio, e Syllabarum . quantitas expenditur. Decima Editio. Eborae: Cum facultate Superiorum, ex Typographia Academiae, 1750.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário de Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado. 2 Tomos. Lisboa, na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Innocencio Francisco. Dicionário Bibliographico Portuguez. 22 Volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. [brasiliانا.usp.br]

### **Livros e Textos Diversos**

ALENCAR, José de. Ao Imperador – novas cartas de Erasmo. RJ: Typ. De Pinheiro & Cia, 1868.

ASSIS, Joaquim M. Machado de. Balas de Estalo. Crônicas publicadas na Gazeta de Notícias (1883-1886). In.: Obra Completa de Machado de Assis. Vol. III. RJ: Nova Aguillar, 1994.

BELLEGARDE, Pedro de Alcantara. Compendio de Topographia para uso da escola de Architectos medidores da província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. De J. E. S. Cabral, 1839.

BELLEGARDE, Pedro de Alcantara. Instruções para as medições stereometricas e aerometricas, mandadas observar nas Alfândegas do Império (...). Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1835.

BIVAR, Diogo Soares da Silva e. Almanach da Bahia para 1812.

BOTAFOGO, A. J. S. O Balanço da Dinastia. RJ: Imprensa Nacional, 1890. [1ª ed. 1873]

CABRAL, José Marcellino da Rocha. Relatório motivado sobre a estatística da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dirigido ao ex.mo. sr. Presidente da mesma província em conselho. Rio de Janeiro: Typ. De Lessa & Pereira, 1836. [São Pedro do Rio Grande do Sul, 1834.]

CHAVES, Antonio José Rodrigues. Memórias economo-políticas sobre a administração pública do Brazil, compostas no Rio Grande de S. Pedro do Sul e offerecidas aos deputados membros da assembleia geral e constituinte do Brazil (...) [5 vol. com temas variados]. Rio de Janeiro, 1822-1823.

CHIDLOE, Carlos. Bemposta, sítio da Bella-vista: Consultório médico-homoeopathico e cirúrgico do dr. Carlos Chidloe. Rio de Janeiro Typ Guanabarensis de L. A. F. de Menezes, 1858.

DREYS, Nicolau. Notícia descriptiva da província de Rio Grande de S. Pedro do Sul, contendo além da topographia physica e poplítica, e de um ensaio de estatística local, informações sobre o estado actual da população, suas subdivisões, e sobre o caracter e costumes dos habitantes. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Constit. De J. Villeneuve & Cia., 1839.

FONSECA, Antonio Borges da; et al. “Manifesto ao Mundo” dos chefes militares praieiros. In.: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. Textos Políticos da História do Brasil, Volume II – Imperio, Segundo Reinado (1840-1889). Brasília: Senado Federal, 2002.

FRANZINI, Marino M. Instrucções Estatísticas, compiladas em 1814. Lisboa: Imp. Régia, 1815.

HADDOCK LOBO, Roberto Jorge. *Texto Introductório do recenseamento do Rio de Janeiro de 1849, por Roberto Jorge Haddock Lobo*. Boletim de História Demográfica, ano XV, n. 50, julho de 2008 [1850]. Online em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm)>

HONORATO, Manuel da Costa. Dicionário topographico, estatístico e histórico da província de Pernambuco. 2ª. Ed. Recife: Gov. de Pernambuco, 1976. [1ª ed. 1863]

HORATIUS FLACCUS, Quintus. Epistula ad Pisones (Ars Poetica), 351-352. Versão Digital em: <[http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/-065\\_-008,\\_Horatius\\_Flaccus.\\_Quintus,\\_Epistola\\_ad\\_Pisones\\_\(Ars\\_Poetica\),\\_LT.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/-065_-008,_Horatius_Flaccus._Quintus,_Epistola_ad_Pisones_(Ars_Poetica),_LT.pdf)>

JONNÈS, A. Moreau de. Elementos de Estadística. Principios generales de esta ciência, su clasificacion, método, operaciones, diversos grados de certidumbre, errores y progresos, com su aplicacion a la comprobacion de los hechos naturales sociales y políticos, históricos y contemporâneos. Madrid: Imprenta de Francisco Abienzo, 1857, p. 7-8. Tradução em espanhol disponível em: <http://fama2.us.es/fde/ocr/2006/elementosDeEstadistica.pdf> , acesso em 22/06/2017.

LAEMMERT, Eduardo von. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Edições de 1850, 1853, 1858 e 1859. Rio de Janeiro: Laemmert, 1850, 1853, 1858 e 1859.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. Estatística histórica-geographica da província do Maranhão, offerecida ao Soberano Congresso das Cortes. Lisboa, Typ da Acad. Real das Sciencias, 1822.

LIVRO DOS ARAUTOS. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1977. Disponível em < [purl.pt/702](http://purl.pt/702)>

MACEDO, Joaquim Manuel de. Noções de Chorographia do Brazil. Rio de Janeiro, 1873.

MALLET, Pardal. Pelo Divórcio! RJ: Fauchon & Cia, 1894. <[brasiliana.usp.br](http://brasiliana.usp.br)>

NORONHA, José M. de. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768). Rev do IHGB, v. 150, n. 364, p. 475-513, jul.-set. 1989.

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. A Igreja no Brasil, ou informação para servir de base à divisão dos bispados, projectada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil. Rio de Janeiro, 1847. [1ª edição de 1822. Existe uma edição na Rev. IHGB, t. 29, v. 32, p. 159-199, 1866]

PEDRO II, d. Diário do Imperador D. Pedro II. Volume 24. Viagem a Minas Gerais – Primeira Parte. 26/03 a 19/04 de 1881, p. 4. Transcritos em: <<http://www.museuimperial.gov.br/component/content/article/134-arquivo-historico-pt/4349-instrumentos-de-pesquisa.html>.>, s/d.

PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos Guimarães. Aos Sereníssimos príncipes reais do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves, (...) oferece (...) estes Prolegômenos, ditados pela obediência, que servirão às observações, que for dando das moléstias Cirúrgicas do País, em cada trimestre. [orig. RJ, 1820] In.: A Saúde Pública no Rio de Dom João. RJ: Senac-Rio, 2008.

PEREIRA, José Saturnino da Costa; ARTINCOURT, Luiz de. Offícios sobre a estatística, defeza e administração da província de Matto Grosso de 1824 e 1826. Revista do IHGB, vol. XX, 1857.

REAL CORPO DE ENGENHEIROS. Regulamento provisional do Real Corpo de Engenheiros. Lisboa: Imprensa Régia, 1812.

REGO, José Pereira. História e Descrição da Febre Amarela que grassou no Rio de Janeiro em 1850. Rio de Janeiro: Typ. De F. de Paula Brito, 1851.

REIS, Aarão Leal de Carvalho. Estatísticas Moraes e applicação do cálculo das probabilidades a este ramo de estatística. Rio de Janeiro, 1880.

SIGAUD, José F. Xavier. Anuario Político, Histórico e Estatístico do Brasil. Primeiro anno. Paris: Typ Firmin Didot., 1846.

SIGAUD, José F. Xavier. Discurso sobre a Estatística Médica do Brasil (...) na sessão pública de 30 de junho de 1832 (...) RJ: Typ. Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher, 1832.

SIGAUD, José F. Xavier. Do Clima e das Doenças do Brasil, ou Estatística Médica deste Império. RJ: Fiocruz, 2009. [orig. Paris, 1844.]

SILVA, José Carneiro da. Memória topographica e histórica sobre os campos dos Goytacazes. RJ: Imprensa Régia, 1819.

SILVA, Manoel Vieira da. Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. [orig. RJ, 1808] In.: A Saúde Pública no Rio de Dom João. RJ: Senac-Rio, 2008.

SIQUEIRA, José de Góes e. Guia da Medicina Dosimetrica seguida da discussão de suas leis: sua origem, sua introdução no Brasil, fins, vantagens e meios de ação. 3ª. Ed. RJ: Typ. Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 1881.

SOARES, Sebastião Ferreira. Elementos de estatística, comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação à estatística commercial do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865.

SOARES, Sebastião Ferreira. Systema theorico e pratico para se organizar a estatística do commercio marítimo do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1873.

SOUSA, Luis Antonio da Silva. A Memória estatística da província de Goyaz, dividida pelos julgados das suas comarcas (...). Rio de Janeiro, 1832.

VASCONCELLOS, Manuel de Almeida de Soveral Carvalho e. Memória sobre o modo de formar um plano de Estatística de Portugal. In.: Memórias Econômicas da Academia Real de Sciencias, tomo V, p. 155-171, sessão de 25 de Jan. de 1812. [reedição, Lisboa: Banco de Portugal, 1991, 5v.]

## Bibliografia

ABREU, Martha. “Igreja” In.: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ACADEMIA Brasileira de Letras. Acadêmicos: J. M. Pereira da Silva. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia> >

ACZEL, A. *O Caderno secreto de Descartes*. RJ: Jorge Zahar, 2007.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. S/l: Ciranda Cultural Editora, 2017. Disponível em <https://books.google.com.br/books?isbn=853807136X>, Acesso em 21/06/2017.

ALMEIDA, António A. M. *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. Lisboa: INCM, 1994.

ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento*. RJ: Paz&Terra, 2002.

BADINTER, E. *As paixões intelectuais: desejo de glória (1735-1751)*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

BADINTER, E. *As paixões intelectuais: vontade de poder (1762-1778)*. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

BARBOSA, Silvana M. *O Conselho de ministros do Império do Brasil*. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 52-62, 2007.

BARROSO, Gustavo. *O Regulamento do Conde de Lippe*. Revista O Cruzeiro, 27/11/1954.

BARROSO, Gustavo. *O Regulamento do Conde de Lippe*. Revista da Escola Militar, Abril/1942.

BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos Micróbios aos Mosquitos*. RJ: Fiocruz: Ufrj, 1999.

BESSON, Jean-Louis (org.). *A Ilusão das Estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995.

BOTELHO, T. *Censos e construção nacional no Brasil Imperial*. Tempo Social, v.17, n. 1, jun 2005.

BUENO, B. “Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)”. Primeiro

Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, maio de 2011. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/\\_BUENO\\_BEATRIZ\\_P.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/_BUENO_BEATRIZ_P.pdf)>

BURKE, P. Uma História social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. RJ: Zahar, 2003.

BURKE, P. La historia intelectual em la era del giro cultural. Prismas, Revista de historia intelectual. N. 11, 2007.

BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento II. RJ: Zahar, 2012.

CAJORI, Florian. A History of Mathematics. New York: Macmillan Company, 1909  
Disponível em <[gutenberg.org](http://gutenberg.org)>.

CAJORI, Florian. Uma História da Matemática. RJ: Ciência Moderna, 2007.

CAMARGO, Alexandre. Historiografia de um Projeto Multifacetado. In.: SENRA, Nelson; CAMARGO, Alexandre. (orgs.) *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. RJ: IBGE-CDDI, 2010.

CAMPOS, R. “Apresentação”. In.: PETTY, Willian. Obras Econômicas: tratado dos impostos e contribuições; verbum sapienti; Aritmética Política. Coleção Os Economistas. SP: Círculo do Livro, 1996.

CARVALHO, José M. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo. “Vida Política”. In.: \_\_\_\_\_. (coord.) *A Construção Nacional: 1830-1889*. História do Brasil Nação: 1808-2010, volume 2. RJ: Fundação Mapfre: Objetiva, 2012.

CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. A Rebelião Praieira. In.: DANTAS, Monica (orgs.) *Revolutas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. SP: Alameda, 2011.

CAVALCANTE, P. Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos da América Portuguesa (1700-1750). SP: Hucitec: Fapesp, 2006.

CAVALCANTI, Vanuza; BECKER, Antonio (orgs.). *Constituições Brasileiras de 1824 a 1988*. Volume I (1824 a 1969). Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

CASA DE OSWALDO CRUZ (COC/FIOCRUZ). Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>

CERTEAU, Michel de. “ A Operação Historiográfica”. In.: \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária, 2008.

CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. *História* (São Paulo), v. 24, n. 2, 2005.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n.15, jul-dez. 2007.

CHAKRABARTY, D. “Postcoloniality and the Artifice of History”. In.: \_\_\_\_\_. *Provincializing Europe*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. SP: Cia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. SP: Cia. das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CHOW, Siu. *Statistical Significance: Rationale, Validity and Utility*. California: Sage Publ., 1997.

CROSBY, Alfred. *A Mensuração da Realidade (1250-1600)*. SP: Unesp/Cambridge, 1999.

CURTO, D. R. *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

DANTAS, Carlos Alberto. *O Desenvolvimento da Estatística na USP*. Assoc. Bras. Estatística, s/d.

DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções*. SP: Alameda, 2011.

DASTON, L.; GALISON, P. *Objectivity*. N. York: Zone Books, 2007.

DIAS, José Luciano de Mattos. *Medida, normalização e qualidade*. RJ: Inmetro: Ed. FGV, 1998.

DÖHRING, E. “Conring, Hermann”. In.: *Neue Deutsche Biographie* 3 (1957), p. 342-343. BRESSLAU, H. “Conring, Hermann”. In.: *Allgemeine Deutsche Biographie* (1876). Disponíveis em: <http://www.deutsche-biographie.de/pnd11852190X.html>.

DOMINGUES, Ângela. Reedição de fontes para quê? Algumas reflexões em torno de um roteiro de viagem pela Amazônia luso-brasileira. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., v. 4, n. 1, 2009.

EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2), maio-ago, 2002.

EDLER, Flávio Coelho. A Medicina Brasileira no Século XIX: um balanço historiográfico. Asclépio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, Madrid, v. L-2., pp. 169-186, 1998.

EDLER, Flávio. A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical. RJ: Fiocruz, 2011.

EDLER, Flávio Coelho. A Medicina no Brasil Imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica. Anuário de Estudos Americanos, Tomo LX, 1, pp. 139-156, 2003.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico*. História Econômica & História de Empresas, v. 2, pp. 7-27, 2002.

ELSHAKRY, M. “When Science Became Western: historiographical reflections”. Isis, vol. 101, n. 1, Março de 2010.

ENGEL, Magali G. “José Clemente Pereira”. In.: VAINFAS, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ENGEL, Magali G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FASOLT, C. “A question of right: Hermann Conring’s New discours on the Roman-German Emperor [1642]”. Sixteenth Century Journal, XXVIII/3, 1997.

FASOLT, C. “Hermann Conring and the european History of law”. In.: OCKER, C. etal. Politics and Reformations: Histories and Reformations. Leiden & Boston: Brill, 2007.

FERREIRA, L. O. “Introdução: José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo”. In.: SIGAUD, J. F. X. Do clima e das doenças do Brasil, ou estatística médica deste império. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FERREIRA, Luiz O. O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. Tese de Doutorado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

FERREIRA, L. O.; AZEVEDO, N.; MAIO, M. C. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. IV, n. 3, nov. 1997-fev. 1998.

FERREIRA, L. O. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 11, sup. 1, 2004.

FERREIRA, Luiz O. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844). In.: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda. (orgs.) A Circulação do conhecimento: Medicina, Redes e Impérios. Lisboa: ICS online, 2011.

FONSECA, Maria R. F. SIMONI, Luis Vicente de. Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/simonil.htm> >

FONSECA, Maria Rachel F. “Sigaud, José Francisco Xavier”. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/sigjoxav.htm>>, s/d.

FURTADO, J. F. Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas. In.: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. O Brasil Colonial, volume 3 (c. 1720-c.1821). RJ: Civilização Brasileira, 2014.

GADELHA, Augusto. História da Probabilidade. Notas de Aula. DME/IM/UFRJ, Março, 2004.

GAMA, M. O Ensino da Estatística na UnB até 1982. Associação Brasileira de Estatística, s/d.

GEYER, M.; PAULMANN, J. The Mechanics of Internationalism. Oxford, EUA: Oxford University Press, 2001.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. SP: Unesp, 1991.

GIGERENZER, Gerd; et al. (org.) *The Empire of Chance: how probability changed science and everyday life*. Cambridge, MA: Cambridge Univ. Press, 1989.

GLICK, Thomas. “O Mundo Científico na Espanha”. In.: Novinsky, A.; Kuperman, D. (orgs.) *Iberia Judaica: roteiros da memória*. Coleção América 500 anos, vol. 6. SP: EdUSP, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Fios e Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. SP: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, retórica, prova*. SP: Companhia das Letras, 2002.

GOLDSTONE, J. *História global da ascensão do ocidente. 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010.

GOMES, J. E. *As milícias d’el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. RJ: FGV, 2010.

GUIMARÃES, Keila. *Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco: um olhar médico sobre a cidade do Recife entre os anos 1845–1850*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional. – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2010.

HACKING, Ian. *Logic of Statistical Inference*. Cambridge: Cambridge U. P, 1976. [1a ed. 1965]

HACKING, Ian. *Ontologia Histórica*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009.

HACKING, Ian. *The Emergence of Probability: a philosophical study of early ideas about probability, induction and statistical inference*. Cambridge: Cambridge U. P, 1975.

HACKING, Ian. *The Taming of Chance*. Cambridge: Cambridge U. P, 1990.

HANLEY, James. *Edwin Chadwick and the Poverty of Statistics*. *Medical History*, 46, 2002.

HESPANHA, A. M. *A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In.: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. ; GOUVÊA, M. de F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, A. M. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. SP: Alameda, 2012.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções, 1789-1848. SP: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções, 1875-1914. SP: Paz e Terra, 2011

HOBBSAWM, Eric. A Era do Capital, 1848-1875. SP: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. SP: Cia. das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio B. “Vida Política, 1848/1868”. In.: \_\_\_\_\_ (dir). História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 3. Reações e Transações. SP: Difel, 1985, p. 9-112.

HOLLOWAY, Thomas. *Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849*. Prefácio ao escrito de Haddock Lobo intitulado “Texto introdutório do recenseamento do Rio de Janeiro de 1849”, (...) reproduzido, juntamente com os dados estatísticos pertinentes, logo após o prefácio elaborado por Holloway. Boletim de História Demográfica, ano XV, n. 50, julho de 2008. Online em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm)>

HUFF, Darrell and GEIS, Irving. Como mentir com estatísticas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HUFF, Darrell and GEIS, Irving. How to Lie with Statistics. New York: W.W. Norton & Company, 1993 [1ª Ed 1954.] [ Em Espanhol, <[ebooksbrasil.org](http://ebooksbrasil.org)>, Ridendo Castigat Moraes, Oct 2001.]

IZECKSOHN, V. “Ordenanças, tropas militares e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros”. In.: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. O Brasil Colonial, volume 3 (c. 1720-c.1821). RJ: Civilização Brasileira, 2014.

JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (orgs.). História dos Conceitos. 2 volumes. RJ: PUCRio: Loyola:Iuperj, 2006-2007.

KIRSTEN, José Tiacci; RABAHY, Wilson Abrahão. Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo. São Paulo: Saraiva, 2006.

KOCKA, J.; HAUPT, H. “Comparison and Beyond: tradition, scopes and perspectives of comparative history”. In.: \_\_\_\_\_. (eds.) Comparative and Transnational

History: central european approaches and new perspectives. Nova York, Oxford: Berghahn Books, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. RJ: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, 5 (10): 134-146. 1992.

KOYRÉ, A. “Do mundo do “mais-ou-menos” ao universo da precisão.” In.: \_\_\_\_\_. Estudos de História do Pensamento Filosófico. RJ: Forense Universitária, 1991.

KURY, Lorelai. O Império dos Miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850). Dissertação de Mestrado- Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1990.

KURY, Lorelai. Homens de Ciências no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 11, suplem. 1, p. 109-129, 2004.

LACROIX, Alfred. La Vie de Moreau de Jonnés. Journal de la société statistique de Paris, t. 74, 1933.

LANGERMANN, Y. T. “A Ciência Judaica na Ibéria Medieval.” In.: Novinsky, A.; Kuperman, D. (orgs.) Iberia Judaica: roteiros da memória. Coleção América 500 anos, vol. 6. SP: EdUSP, 1996.

LEMOS, N. Um império nos trópicos: A atuação do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana, no Império Luso-Brasileiro (1808-1821). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Ivana. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. RJ: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Luciano. Quebra-Quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In.: DANTAS, Monica Duarte (org.). Revoltas, Motins, Revoluções. SP: Alameda, 2011.

LIMA, Nísia. Um Sertão Chamado Brasil. RJ: Revan:IUPERJ/UCAM, 1999.

LIMA, Nísia; VIACAVA, Francisco. Saúde nos Anuários Estatísticos do Brasil. In.: Estatísticas do Século XX. RJ: IBGE, 2003.

LINS, Hoyêdo. Fourierismo no Brasil meridional: a saga do falanstério do Saí (1841-1844). História econômica & história de empresas, v. XIII, n. 1, 2010.

MAGALHÃES JUNIOR, R. Três Panfletários do Segundo Reinado. RJ: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MAGALHÃES, J. R. “O enquadramento do espaço nacional”. In.: MATTOSO, J. (dir.); MAGALHÃES, J. R. (coord.) História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAIO, Marcos. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In.: MAIO, M.; VENTURA, R. (orgs.) Raça como questão: História, Ciência e identidades no Brasil. RJ: Fiocruz, 2010.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séc. XVII-XIX). Rev. Bras. de História, SP, v. 21, n. 41, 2001.

MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC/MinC/Pró-Memória/INL, 1987.

MAXWELL, K. A Devassa da Devassa. (1750-1808). SP: Paz e Terra, 2004.

MENDONÇA, Renato. Um diplomata na corte da Inglaterra: o barão de Penedo e sua época. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

MENOCAL, M. R. O ornamento do mundo: como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. RJ: Record, 2004.

MEYERS Grosses Konversations-Lexicon, Band 10, Leipzig, 1907. Disponível em: <http://www.zeno.org/Meyers-1905/A/Kamer%C4%81lwissenschaft>.

MONTEIRO, N. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In.: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. O Brasil Colonial, volume 3 (c. 1720-c.1821). RJ: Civilização Brasileira, 2014.

MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In.: MARTINS, Ana; LUCA, Tania. (orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. SP: Contexto, 2012.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. RJ: DP&A, 2003.

MUSEU DA VIDA. Brasiliana: a divulgação científica no Brasil, s/d. <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=43&sid=21>

NEDER, Gizlene. As reformas políticas dos homens novos. Brasil Império: 1830-1889. RJ: Revan, 2016, p. 106.

NEVES, Edson. *Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. RJ: Jurídica do Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

NEVES, L. B. P. das; GARCIA, L. M. C. “Imprensa Régia”. In.: VAINFAS, R.; NEVES, L. B. P. das. *Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821*. RJ: Objetiva, 2008.

NEVES, Lucia M. Bastos P. das. Estado e Política na Independência. In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial, vol. 1 – 1808-1831*. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

NEVES, Lucia M. Bastos P. das. Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal, c. 1808-1810. SP: Alameda, 2008.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor de "Haddock Lobo," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 76, parte 1, 1913, pp. 275-283.

O'BRIEN, P. “Historiographical tradition and modern imperatives for the restoration of global history”. *Journal of Global History*, vol. 1, n. 1, Março de 2006.

ODA, Ana Maria G. R. “A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência”. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo v.16, n. 4, dez. 2013.

PARDAL, Paulo. Primórdios do Ensino de Estatística no Brasil e na Uerj. *Rev. IHGB*, 154, 1993.

PICCININI, Walmor. Teses Doutorais (1) – Antonio Luiz da Silva Peixoto – 1837. *Psychiatry on line Brasil* v. 16, n. 3, Mar. 2011.

PIMENTA, Tania. O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855). Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

PIOVANI, J. “De objeto à método: notas históricas sobre estatística e pesquisa social”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, junho de 2013.

POOVEY, Mary. *A History of the Modern Fact: problems of knowledge in the sciences of wealth and society*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 1998.

POOVEY, Mary. *Making a Social Body: British cultural formation, 1830-1864*. Chicago: Univ. Chicago P., 1995.

PORTER, Theodore. *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*. N. Jersey: Princeton U. P., 1988.

PORTER, Theodore. *Trust in Number: the pursuit of objectivity in science and public life*. New Jersey: Princeton U. P., 1995.

PORTUONDO, M. *Secret Science: spanish cosmography and the new world*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

PYENSON, L. An end to national science: the meaning and the extension of the local knowledge, *History of Science*, 40, 2002.

RANDERRAAD, Nico. The International Statistical Congress (1853-1876): knowledge transfers and their limits. *European History Quarterly* 41(1), 2011

RASHED, R. “Modernidade Clássica e Ciência Árabe” In.: ALFONSO-GOLDFARD, A. M.; MAIA, C. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Coleção América 500 Anos, vol. 2. RJ: Expressão e Cultura; SP: EdUSP, 1995.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. RJ: FGV, 2003.

ROBERTS, J. A. G. *História da China*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSEN, G. *Uma História da saúde pública*. SP: Hucitec: Ed.UNESP, 1994.

ROSSI, Paolo, *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

RÜSEN, J. “Historizing Humanity – Some theoretical considerations on contextualization and understanding regarding the idea of humanity”. *Taiwan Journal of East Asian Studies*, vol. 7, n. 1, junho de 2010, p. 21-39.

RUSSELL-WOOD, J. “O Atlântico Português, 1415-1808”. In.: \_\_\_\_\_. *História do Atlântico português*. SP: Ed. Unesp, 2014.

SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

SANTANA, P. “Introdução” In.: LAPLACE, P.-S. *Ensaio filosófico sobre as probabilidades [1814 e 1825]*. RJ: Cotraponto: Puc-Rio, 2010.

SANT’ANNA, Sabrina; BOSISIO, Rafael. *Inovações Tecnológicas e Transferências Tecnocientíficas: a experiência do Império brasileiro*, 2 vol. RJ: CHDD; Brasília: FUNAG, 2010.

SANTOS, Rosilene; SÁ, Fábila. Homeopatia: histórico e fundamentos. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, v. 5, n. 1, jan-jun/2014.

SECRETO, Maria V. (Des) medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876). RJ: Mauad X: Faperj, 2011.

SENNETT, R. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. RJ: Record, 2014.

SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras. Volume 1. Estatísticas Desejadas (1822 - c. 1889)*. RJ: IBGE, 2006.

SENRA, Nelson. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as ciências*. RJ: IBGE-CDDI, 2005.

SENRA, Nelson; CAMARGO, Alexandre. (orgs.) *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. RJ: IBGE-CDDI, 2010.

SILVA, Alfredo P.M. Antero José Ferreira de Brito. In.: \_\_\_\_\_. Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889, M.Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906.

SILVA, Ana Rosa. Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). SP: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Ana Rosa C. A Formação do Homem-Público no Portugal Setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*, Uerj, Ano 2, vol. II, 2003.

SILVA, Clóvis Pereira da. *A Matemática no Brasil: uma História do seu desenvolvimento*. 2ª. Ed. Curitiba: UFPR, 1992. Disponível em <http://www.acefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/Clovispdf/>

SOARES, A. Teixeira. Marquês de Pombal: a lição do passado e a lição do presente. RJ: Alba, 1961.

STIGLER, Stephen M. *Statistics on the Table: the History of Statistical Concepts and Methods*. Cambridge, MA: Harvard U. P., 1999.

STIGLER, Stephen M. *The History of Statistics: the measurement of uncertainty before 1900*. Cambridge, MA: Harvard U. P., 1986.

TARCITANO FILHO, C.; WAISSE, S. Novas evidências documentais para a história da homeopatia na América Latina: um estudo de caso sobre o vínculo entre Rio de Janeiro e

Buenos Aires. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, jul-set.2016.

TELES, Edward. Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica. RJ: Relume Dumará, 2003.

TUCK, R. “História do Pensamento Político.” In.: BURKE, P. (org.) A escrita da História: novas perspectivas. SP: Unesp, 2011.

VELLOSO, Escola Homeopática do Brasil, Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, s/d.

VELLOSO, Verônica P. Instituto Homeopático do Brasil. Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), s/d. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/insthombr.htm>.

WATERS, L. Inimigos da Esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição. SP: Unesp, 2006.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. “Histoire Croisée and the challenge of reflexivity”. History and Theory, vol. 45, n. 1, Fevereiro de 2006.

WHITROW, G. O Tempo na História. RJ: Jorge Zahar, 1993.

WILKE, C. História dos judeus portugueses. Lisboa: edições 70, 2009.

WILKE, J. “Streiflichter und persönlichkeiten zur Geschichte der statistk in Berlin vom ende des 17. Jahrhunderts bis zum anfang”. Zeitschrift für amtliche Statistik. Berlin Brandenburg, 1 + 2, 2012. Disponível em: [https://www.statistik-berlin-brandenburg.de/Publikationen/Aufsaeetze/2012/HZ\\_201201-08.pdf](https://www.statistik-berlin-brandenburg.de/Publikationen/Aufsaeetze/2012/HZ_201201-08.pdf).

ZIEMANN, B.; WETZELL, R. Etal. Introducction: The Scientization of the Social in Comparative Perspective. In.: ZIEMANN, B.; WETZELL, R. Etal. Engineering Society: the role of the human and social sciences in modern societies, 1880-1980. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

ZILIAK, Stephen; McCLOSKEY, Deirdre. The Cult of Statistical Significance: How the Standard Error Costs Us Jobs, Justice and Lives. Michigan: Univ. Michigan P., 2008.